

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

PATRÍCIA BINKOWSKI

**CONFLITOS AMBIENTAIS E SIGNIFICADOS SOCIAIS EM TORNO DA
EXPANSÃO DA SILVICULTURA DE EUCALIPTO NA “METADE SUL” DO RIO
GRANDE DO SUL**

**Série PGDR – Dissertação N. 109
Porto Alegre
2009**

PATRÍCIA BINKOWSKI

**CONFLITOS AMBIENTAIS E SIGNIFICADOS SOCIAIS EM TORNO DA
EXPANSÃO DA SILVICULTURA DE EUCALIPTO NA “METADE SUL” DO RIO
GRANDE DO SUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida

Porto Alegre

2009

PATRÍCIA BINKOWSKI

**CONFLITOS AMBIENTAIS E SIGNIFICADOS SOCIAIS EM TORNO DA
EXPANSÃO DA SILVICULTURA DE EUCALIPTO NA “METADE SUL” DO RIO
GRANDE DO SUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Professor Doutor Jalcione Pereira de Almeida - Orientador
PGDR/UFRGS

Professora Doutora Vivien Diesel
CCR/UFSM

Professor Doutor Fabio Kessler Dal Soglio
PGDR/UFRGS

Professor Doutor Roberto Verdum
PGDR/UFRGS

*Dedico esta dissertação a todas as pessoas que
procuram realizar “os velhos sonhos da infância”!*

AGRADECIMENTOS

Considero esta a parte mais importante desta dissertação, pois é o momento de demonstrar toda a minha gratidão a algumas pessoas, que sem o auxílio e a amizade, certamente este trabalho não “alçaria voo”.

Agradeço imensamente aos meus pais pelo exemplo de vida, pelo amor dedicado à família, pelo incentivo infindável dado à educação dos seus filhos e pela compreensão de nossos momentos distantes. Obrigada! Este trabalho representa tudo o que vocês me ensinaram. Simboliza mais um desafio atingido!

Sou grata a minha dinda Maria Zélia e sua família pelo amparo e acolhida nestes últimos meses. Obrigada pelo carinho e pela confiança.

Agradeço à CAPES pelo suporte financeiro na forma de bolsa de pesquisa, sem a qual, certamente, o mestrado não seria viável.

Agradecimento mais que especial à grande família PGDR. Agradeço especialmente à Eliane pelo esmero do seu trabalho, ao Seu Gladistone por nos receber tão alegremente todas as manhãs, à Lisiane e a Marilene pela presteza e simpatia do atendimento na Secretaria. Grata também aos demais professores que auxiliaram na construção desta pesquisa, em especial, Professor Egon Fröelich.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Jalcione Almeida, pelos ensinamentos teóricos e práticos, pelas longas horas de orientação e por me ajudar na construção desta dissertação. Em especial, a minha mais profunda gratidão por compreenderes que “o tempo das pessoas não é o mesmo”.

Especialmente agradeço a três queridos Professores da época de Faculdade de Agronomia, que tiveram “culpa no cartório” por eu ter escolhido o caminho do mestrado no PGDR: Fabio Dal Soglio, Jalcione Almeida e Flávia Charão.

Agradeço aos Professores Vivien Diesel, Roberto Verdum e Fabio Dal Soglio pela gentileza em aceitar compor a banca de defesa deste trabalho.

Agradeço aos participantes do Grupo “Tecnologia, Meio Ambiente Sociedade” - TEMAS, pelos aprendizados, companheirismo e pelos “pitacos” pertinentes nas diversas apresentações deste trabalho.

Especialmente, agradeço à Patrícia “P” (de Pinheiro), pela leitura de alguns capítulos e pela correção do português.

Agradeço de forma carinhosa ao amigo Cleyton pela amizade e os conselhos dados ao longo deste percurso.

Meu mais sincero agradecimento a quatro meninas que se tornaram especiais e que hoje moram no fundo do meu coração: Stella, Josi, Sandra e Lorena.

Deixo para o final o agradecimento aos amigos do PGDR que foram meus companheiros nestes dois últimos anos e por quem, desde o primeiro minuto, tive enorme empatia e afinidade. Ofereço-lhes este singelo “regalo”:

Um homem da aldeia de Neguá, no litoral da Colômbia, conseguiu subir aos céus. Quando voltou, contou. Disse que tinha contemplado, lá do alto, a vida humana. E disse que somos um mar de fogueirinhas. ‘ – O mundo é isso – revelou. – Um montão de gente, um mar de fogueirinhas’. Cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existem duas fogueiras iguais. Existem fogueiras grandes e fogueiras pequenas e fogueiras de todas as cores. Existe gente de fogo sereno, que nem percebe o vento, e gente de fogo louco, que enche o ar de chispas. Alguns fogos bobos, não alumiam nem queimam; mas outros incendeiam a vida com tamanha vontade que é impossível olhar para eles sem pestanejar, e quem chegar perto pega fogo.

(Eduardo Galeano – O Livro dos Abraços).

A vocês, Stella, Josi, Sandra, Lorena, Juliane, Regina, Maria, Viviane, Camilo, Adílson, Márcio, Armando e Otávio - “fogueirinhas” que incendiaram minha vida, agradeço de coração!

Agradeço também a participação desta turma às aulas de nossa disciplina obrigatória (e itinerante!) - “Socializações...”. Acredito que está disciplina foi inesquecível a todos vocês, assim como foi para mim.

Enfim, agradeço a todos e todas que de alguma forma “*me ajudaram a olhar*” este complexo mundo rural e que me fizeram compreender um pouquinho de *mim* e um pouquinho dos *outros*.

Agradeço esta vivência no PGDR e hoje saio com a certeza de que “jamais serei a mesma”!

Os dragões não conhecem o paraíso, onde tudo acontece perfeito e nada dói nem cintila ou ofega, numa eterna monotonia de pacífica falsidade. Seu paraíso é o conflito, nunca a harmonia.

Caio Fernando Abreu
“Os dragões não conhecem o paraíso”.

E assim, mesmo agora, se me perguntam que forma tem o mundo, se perguntam a mim mesmo que mora no interior de mim e guarda a primeira impressão das coisas, tenho de responder que o mundo está disposto sobre uma porção de sacadas que irregularmente se debruçam sobre uma única grande sacada que se abre no vazio do ar, no parapeito que é a breve tira do mar contra o imenso céu, e naquele peitoril ainda se debruça o verdadeiro de mim mesmo no interior de mim, no interior do suposto morador de formas do mundo mais complexas ou mais simples, mas derivadas, todas elas, dessa forma, bem mais complexas e ao mesmo tempo muito mais simples, na medida em que todas estão contidas naqueles desaprumos e declives iniciais ou deles podem ser deduzidas, daquele mundo de linhas quebradas e oblíquas entre as quais o horizonte é a única reta contínua.

Ítalo Calvino
“O caminho de San Giovanni”

RESUMO

No cenário atual brasileiro o Rio Grande do Sul é marcadamente um dos estados protagonistas nas lutas em prol da conservação e preservação do meio ambiente. Essa característica marcou os últimos 40 anos com importantes conflitos socioambientais como, por exemplo, as campanhas contra a utilização de agrotóxicos, as discussões em torno da “agricultura alternativa” e dos organismos geneticamente modificados e, mais recentemente, o debate sobre os novos empreendimentos de silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do estado. A partir de 2004, o Governo Estadual passou a priorizar políticas de incentivo ao setor de base florestal, com o intuito de transformar o Estado em um polo florestal. A “Metade Sul” do RS tem sido vista como região prioritária para esses investimentos visto que se caracteriza por apresentar historicamente um baixo desenvolvimento econômico e social. Nessa região encontra-se um importante bioma chamado Pampa, que apresenta um papel importante na conservação da biodiversidade, pois apresenta riqueza de flora e fauna ainda pouco pesquisadas. A polêmica inicia-se quando de um lado empresas florestadoras, Estado e representantes políticos passam a sustentar o argumento do “desenvolvimento” na “Metade Sul” e, de outro lado, grupos ambientalistas e movimentos sociais alertam para os possíveis impactos ambientais no bioma Pampa e transformações socioculturais na “Metade Sul”. Portanto, a expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” configura-se como o cerne de um conflito ambiental no RS. Nesse cenário, onde os atores sociais estão envolvidos nas mesmas disputas e procuram ocupar suas posições dentro do conflito, pergunta-se: o que move os atores em conflito? Como se dá a disputa? Quais as alianças, posições, oposições, alvos e espaços de legitimidade? Enfim, o que se pretende conhecer é como um espaço de conflito (des)legitima posições sociais. Assim, para responder a tais indagações foi realizada pesquisa de campo com atores sociais mobilizados neste conflito. Adotou-se como referencial teórico-metodológico a vertente *construcionista* da Sociologia Ambiental, que destaca a importância da análise das divergências e conflitos sobre a natureza e também as contribuições teóricas sobre conflitos ambientais e arenas públicas de debate e ação. Após pesquisa documental, observação direta, degrevação e análise das entrevistas semi-estruturadas com 33 atores sociais, concluiu-se que o conflito ambiental em questão expressa a busca constante pela legitimação social de diferentes lógicas de apropriação do mundo entre os atores sociais em disputa, que acaba por permear todos os espaços públicos de ação e debate do conflito. Verifica-se também a existência de dois polos antagônicos: de um lado, encontram-se os “adeptos do desenvolvimento” que legitimam os seus discursos através do argumento do desenvolvimento econômico e, de outro lado, os “críticos à silvicultura”, que sustentam o argumento da conservação ambiental do bioma Pampa e dos possíveis impactos socioculturais que os empreendimentos de silvicultura trarão à região. Os campos científico e midiático se mostraram importantes “armas” de legitimação perante o público, em cujos discursos estão presentes argumentos discursivos dos “adeptos do desenvolvimento”. Por fim, o conflito em torno da expansão da silvicultura de eucalipto configura-se como uma continuidade das antigas disputas ambientais nos últimos 30 anos no sul do Brasil, marcadas, sobretudo, pelos mesmos grupos e atores sociais representativos: organizações econômicas, grupos ambientalistas, movimentos sociais e o Estado.

Palavras-chave: Conflitos ambientais. Silvicultura. Metade Sul. Eucalipto.

ABSTRACT

In current Brazilian scenario, Rio Grande do Sul is distinctly the protagonists state in the fight for the environment conservation and preservation. That characteristic marked the last 40 years with important social and environmental conflicts, for example, the campaigns against the pesticide use, the discussions about the “alternative agriculture” and genetically modified organisms and, more recently, the debate on the new eucalyptus forestry ventures in “Southern Half” of the state. Since 2004, the State Government has prioritized policies to encourage the forest sector in order to transform the State in a pole forestry. The RS “Southern Half” has been seen as priority area for these investments because it is historically characterised by offering a low social and economic development. This region has an important biome called Pampa, which plays an important role in biodiversity conservation, because it presents wealth of flora and fauna still poorly studies. The controversial begins when, in a side, forestry companies, state and political representatives sustain the argument of “Southern Half” development, and in the other hand, environmental groups and social movements are warning to the possible environmental impacts in the Pampa biome and sociocultural transformations in the “Southern Half”. Therefore, the expansion of eucalyptus forestry in “Southern Half” configures itself as the heart of an environmental conflict in RS. In this scenario, where social actors are involved in the same disputes and seek to occupy positions within the conflict, the question is: what moves the actors in the conflict? How is the dispute? What alliances, positions, oppositions, targets and workspaces legitimacy? Finally, what is wanted to be known is how the conflict area (dis)legitimizes social positions sides. Thus, to answer such questions it was realized a field research with social actors deployed in this conflict. It was a dopted as a frame theoretical and methodological the *construtivism* vertent of the Environmental Sociology, that stands out the importance of differences analysing and conflicts on the nature and theoretical on environmental contributions conflicts and public debate and action arenas. After document search, direct observation, transcription and semi structured interviews analysis with 33 (thirty three) social actors, it was concluded that the environmental conflict in question express the constant search to the social legitimation of differently logical world ownership between social actors in dispute, which permeate all public spaces action and debate of the conflict. There is also the existence of two opposite poles: in one hand, the “development followers” that make their speeches through the economic development argument and, by the other hand, the “forestry critics”, which maintain the environmental conservation argument in the Pampa biome and possible sociocultural impacts that forestry enterprise brings to the region. The scientific and media fields are important legitimacy “weapons” to the public, where discursive speeches flourishes “development followers” discursive. Finally, the conflict surrounding the eucalyptus forestry expansion configures itself as a continuity of the old environmental disputes over the past 30 years in southern Brazil, marked, in particular, for the same representative groups and social actors: economic organizations, environmental groups, social movements and the State.

Key-words: Environmental conflicts. Forestry. “Southern Half”. Eucalyptus.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Representação da Metade Sul e Norte do Rio Grande do Sul.	21
FIGURA 2 - Estados brasileiros com atividade florestal voltados para o setor de celulose (valores em mil hectares).	33
FIGURA 3 - Mapa de localização dos cultivos comerciais de eucalipto no Rio Grande do Sul.	35
FIGURA 4 - Localização do bioma Pampa no estado do Rio Grande do Sul.	41
FIGURA 5 - Mapa de localização da faixa de fronteira do Brasil.	54
FIGURA 6 - Ações da Via Campesina contra a expansão da silvicultura de eucalipto no RS.	65
FIGURA 8 - Focos para o estudo dos problemas sociais.	70
FIGURA 9 - Componentes ou categorias das afirmações retóricas.	71
FIGURA 10 - Estratégias retóricas da criação de exigências.	71
FIGURA 10 - Estimativas de crescimento do PIB, a partir dos investimentos das empresas florestadoras no estado.	92
FIGURA 11 - Mapa de localização dos cultivos comerciais de eucalipto conforme as empresas florestadoras no Rio Grande do Sul.	97
FIGURA 12 - Grupos ambientalistas e movimentos sociais em prol dos ideais de Conservação.	111
FIGURA 13 - A polarização dos discursos dos atores sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto no RS.	139
FIGURA 14 - O histórico de lutas no meio rural e conflitos ambientais no Rio Grande do Sul.	141
FIGURA 15 - Forças antagônicas presentes nos discursos dos atores sociais na arena pública do conflito ambiental no RS.	142
FIGURA 16 - Arena pública em torno do conflito ambiental gerado a partir da expansão da silvicultura de eucalipto no RS.	145
FIGURA 17 - Esquema que destaca discursos representativos e seus significados entre os “Adeptos do Desenvolvimento”.	156
FIGURA 18 - Esquema que destaca discursos representativos e seus significados entre os “Críticos à Silvicultura”.	157
FIGURA 19 - Trabalhadores no plantio de eucalipto no município de Piratini/RS, “Metade Sul”.	158

FIGURA 20 - Área de eucalipto após a colheita.	158
FIGURA 21 - Campanhas publicitárias da Aracruz Celulose S.A.	161
FIGURA 22 - Formas de consórcio na silvicultura – agrosilvipastoril.	164
FIGURA 23 - Charge apresentada na Cartilha do Eucalipto referente ao conflito ambiental da silvicultura de eucalipto.	164
FIGURA 24 - Plantios de eucalipto no Assentamento Nhandú, Piratini/RS.	166
FIGURA 25 - Agricultora cortando eucalipto – Fazenda Tarumã, Rosário do Sul/RS. Protesto da Via Campesina, março de 2007.	166
FIGURA 26 - Slide de apresentação “Florestas Plantadas: uma riqueza nacional e uma estratégia para o desenvolvimento do RS” – Sociedade Brasileira de Silvicultura.	170
FIGURA 27 - Campanha da Via Campesina contra o “Deserto Verde”, março de 2006.	170

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Grau de restrição à atividade de silvicultura por unidade de paisagem.	48
QUADRO 2 - Cronologia das principais notícias divulgadas no jornal Zero Hora no período de novembro de 2005 a junho de 2009.	184

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Afirmações retóricas nos discursos dos atores sociais em torno do conflito ambiental da silvicultura de eucalipto.....	153
TABELA 2 - Esquema perceptivo de argumentação sobre o conflito ambiental em torno da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do RS.	176

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAF: Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
AGAPAN: Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural
AGEF: Associação Gaúcha de Engenheiros Florestais
AGEFLOR: Associação Gaúcha de Empresas Florestais
APBF: Arranjos Produtivos de Base Florestal
BH: Bacia Hidrográfica
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRACELPA: Associação Brasileira de Celulose e Papel
CONAFLOR: Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas
CONPACEL: Consórcio Paulista de Papel e Celulose
CONRAD: Conselho Regional de Radiodifusão
CONSEMA: Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONSUM: Conselho Universitário
COREDES: Conselhos Regionais de Desenvolvimento
CREA/RS: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul
DCE: Diretório Central de Estudantes
DEFAP: Departamento Estadual de Florestas e Áreas Protegidas
DITEC: Divisão Técnica
DMA: Departamento de Meio Ambiente
EIA: Estudo de Impacto Ambiental
EMATER/ASCAR: Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FARSUL: Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEE: Fundação de Economia e Estatística
FEPAM: Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
FETAG: Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FIERGS: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FINEM: Financiamento Direto a Empreendimentos
FISSET: Instituição Fiscal para Reflorestamento
FLORACOOP: Cooperativa Florestal Ltda.

FUNAI: Fundação Nacional do Índio
FURG: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
FZB: Fundação Zoobotânica
GENOLYPTUS: Genoma de *Eucalyptus*
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBDF: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INGÁ: Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NAT: Núcleo Amigos da Terra
ONG: Organização Não-Governamental
OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB: Produto Interno Bruto
PPP: Parcerias Público Privadas
PNF: Programa Nacional de Florestas
PROFLORA: Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas
PROMESO: Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais
PRONAF: Programa Nacional de Agricultura Familiar
RECONVERSUL: Programa de Fomento e Reconversão Produtiva a Metade Sul
RIMA: Relatório de Impacto Ambiental
RS: Rio Grande do Sul
SBS: Sociedade Brasileira de Silvicultura
SEMA: Secretaria de Meio Ambiente
SINDIMADEIRA: Sindicato das Madeireiras
SISEPRA: Sistema Estadual de Proteção Ambiental
SMAM: Secretaria Municipal do Meio Ambiente
TAC: Termo de Ajustamento de Conduta
VCP: Votorantim Celulose e Papel
UFPEL: Universidade Federal de Pelotas
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM: Universidade Federal de Santa Maria

UPN: Unidade de Paisagem Natural

UPV: União pela Vida

UNIJUÍ: Universidade Regional de Ijuí

USP: Universidade de São Paulo

ZAS: Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura

WRM: World Rainforest Movement

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 A EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL: CONTEXTO, POSIÇÕES SOCIAIS E CONFLITO	26
2.1 A <i>CULTURA</i> DO EUCALIPTO	27
2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR FLORESTAL.....	30
2.3 A EMERGÊNCIA DO DEBATE NO RS.....	33
2.3.1 A região escolhida para os novos cultivos de eucalipto: a “Metade Sul”	36
2.3.2 Pampa: um bioma ameaçado?.....	40
2.3.3 Em busca de um marco legal: as disputas em torno do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura.....	44
2.3.4 As discussões sobre a redução da faixa de fronteira e o desenvolvimento	53
2.3.5 O debate no âmbito científico.....	58
2.3.6 A mídia como caixa de ressonância	60
3 MÚLTIPLAS FORMAS SOCIAIS DE APROPRIAÇÃO DO MUNDO E AS DIVERSAS PRÁTICAS CULTURAIS DE SIGNIFICAÇÃO: DA CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA AO CONFLITO AMBIENTAL	67
3.1 O CONSTRUCIONISMO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE NA CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA AMBIENTAL	68
3.2 A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA AMBIENTAL.....	72
3.3 ARENAS PÚBLICAS DE AÇÃO E DEBATE	74
3.4 CONFLITO AMBIENTAL.....	75
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	80
5 ARENA PÚBLICA DE DEBATE E AÇÃO: ATORES SOCIAIS, DISCURSOS, INTERESSES E ALIANÇAS.....	88
5.1 ARENA ECONÔMICA	90
5.1.1 Governo do estado.....	91
5.1.2 Empresas florestadoras.....	94
5.2 ARENA POLÍTICA-INSTITUCIONAL.....	98
5.3 ARENA AMBIENTAL.....	101
5.3.1 Grupos ambientalistas	102
5.3.2 Movimentos sociais	107
5.4 ARENA TÉCNICA-CIENTÍFICA	114

5.4.1 Técnica	115
5.4.2 Científica	122
5.5 ARENA MIDIÁTICA.....	129
5.6 ARENA JURÍDICA.....	132
6 A FLUIDA POLARIDADE DOS DISCURSOS	138
6.1 IDEIAS DE DESENVOLVIMENTO versus IDEAIS DE CONSERVAÇÃO.....	140
6.2. A FLUIDA POLARIDADE	143
7 A CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE NO CONFLITO	148
7.1 AS ESTRATÉGIAS SOCIAIS NO PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO	148
7.2 O DISCURSO: “O QUE FALAR QUER DIZER”	150
7.2.1 Afirmações retóricas	151
7.2.2 Estratégias retóricas.....	154
7.2.3 As palavras e os sentidos	155
7.2.4 Sonho/pesadelo ou realidade?.....	171
7.3 ESQUEMAS PERCEPTIVOS DE ARGUMENTAÇÃO.....	174
7.4 DISCURSO JORNALÍSTICO	178
8 CONCLUSÕES.....	187
REFERÊNCIAS.....	191
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista	203
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	206
ANEXO A - Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.....	208

1 INTRODUÇÃO

Para abordar o tema proposto nesta dissertação, talvez seja pertinente retornar a alguns anos atrás, quando eu ainda era estudante da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Avalio como pertinente retomar essa trajetória estudantil para que o leitor possa compreender o porquê da escolha do tema e de como foi o processo de construção do problema de pesquisa.

A emergência do debate em torno da expansão da silvicultura¹ de eucalipto no Rio Grande do Sul (RS) ocorreu em meados de 2005, e nessa época eu ainda era estudante de Agronomia e fazia parte do movimento estudantil na universidade. Naquele ano os conflitos em torno da expansão da silvicultura de eucalipto tinham se tornado foco principal dos debates realizados pelo movimento estudantil, assim como em anos anteriores se configuraram outros debates focalizados no meio ambiente como o dos organismos geneticamente modificados ou ainda, sobre os impactos ambientais decorrentes da construção de hidrelétricas no Rio Pelotas (norte do RS). Assim, tive o primeiro contato com o tema. Naquele momento nem sequer podia imaginar-me alguns anos depois pesquisando o conflito ambiental da silvicultura de eucalipto.

Já nessa época o PGDR fazia parte do meu universo particular, em função dos laços de amizade que mantive com os amigos que lá estavam cursando o mestrado e, principalmente, por me chamar a atenção a abordagem dada pelo Programa aos estudos dirigidos ao mundo rural.

Lembro de haver uma peculiaridade nas dissertações destes amigos, em especial daqueles que provinham da Faculdade de Agronomia da UFRGS, grande maioria ex-colegas, todos eles comentavam em suas dissertações sobre as suas trajetórias estudantis e as angústias e questionamentos gerados a partir do curso de Agronomia. Geralmente este era o preâmbulo para a explicação do porquê das escolhas dos temas de pesquisa e da escolha do PGDR para cursar o mestrado.

Ora, para quem também era formada naquela mesma Academia entendia-se perfeitamente do que estavam falando. Essa constante nas dissertações dos amigos indicava, sobretudo, as angústias relativas ao ensino tradicional agrônomo, que a meu ver era

¹ Silvicultura é a ciência destinada ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais, visando às necessidades do mercado e à manutenção, ao aproveitamento e ao uso racional das florestas (nativas ou comerciais).

direcionado aos cultivos de grãos e ao aumento de produtividade. Porém, dentro deste ensino “tradicional” esquecia-se de um elemento importante: as relações entre agrônomo-agricultor, agricultor-ciência, ciência-agrônomo.

Nesse momento, portanto, passo a fazer parte da lista de engenheiros agrônomos formados na UFRGS, que cursaram mestrado no PGDR e que se utilizaram do preâmbulo para relatar as suas angústias e seus questionamentos frente ao ensino “tradicional” da Agronomia.

De dentro da sala de aula pouco tive contribuições para entender essas relações, porém a vivência junto aos agricultores e ao espaço rural trouxe contribuições imensuráveis. A partir destas convivências eu voltava para dentro da sala de aula ávida por informações e não obstante cheia de novos questionamentos. Nesse universo particular estavam presentes diversas indagações: qual era o papel da extensão rural na atualidade, do agrônomo frente à sociedade, da ciência junto ao mundo rural? As pesquisas agronômicas estariam voltadas às realidades locais?

Acredito que a Agronomia forma dois tipos de profissionais, aqueles dispostos a responder estas indagações e aqueles que colocam estas perguntas em uma caixa e a esquecem em uma gaveta. “Isso de querer ser exatamente aquilo que a gente é ainda vai nos levar além”, já dizia o poeta Leminski. É geralmente através desse intuito de mudança que surgem pesquisas, dissertações e teses voltadas a responder as perguntas do mundo rural. Essa dissertação foi fruto da vontade de abrir a caixa e de responder às indagações do mundo rural. Assim, dileto leitor, convido-o a abrir esta caixa e compreender o conflito ambiental que se configurou em torno da expansão da silvicultura no Rio Grande do Sul, tema central desta pesquisa.

Em meados de 2004, a partir de uma política pública do governo do estado², empresas do setor florestal foram atraídas para o Rio Grande do Sul na intenção de expandir a produção florestal e alavancar o desenvolvimento da região da “Metade Sul”³. Em meados de 2005 tais empresas iniciaram os primeiros investimentos através de compras e arrendamento de terras, efetuaram também os primeiros plantios de eucalipto em novas áreas, ainda existia a previsão de construção de duas fábricas de celulose, além da duplicação da fábrica já existente no RS. Na ótica do Estado essa política florestal iria reerguer a economia estadual.

² Cabe salientar que durante este trabalho, quando for comentado sobre o “Estado”, entenda-se governo estadual, poder público e “estado” referente a território.

³ Segundo o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento - GRIMAD, com pesquisa em andamento na região, a “Metade Sul” seria o território da porção sul do RS dentro dos limites de uma linha imaginária que sairia do município de Garruchos (Oeste) até próximo do município de Palmares do Sul (Leste). (GRIMAD, 2008).

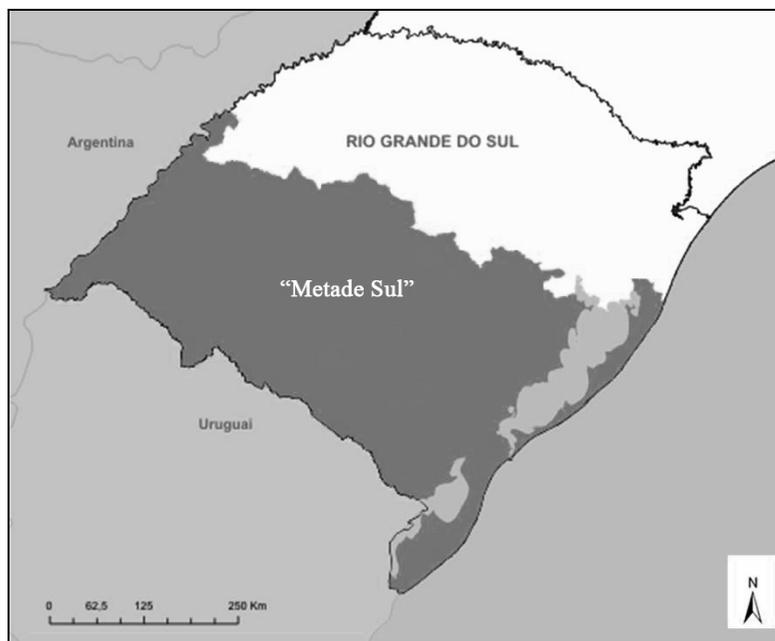


FIGURA 1 - Representação da Metade Sul e Norte do Rio Grande do Sul.

Fonte: Adaptado de Ministério da Integração Nacional (2007).

Porém, a partir das primeiras movimentações das empresas florestadoras no estado, iniciaram-se também os primeiros sinais de alerta de grupos ambientalistas. A base do argumento dos ambientalistas era que os plantios de eucalipto estavam sendo realizados em áreas do bioma Pampa e que, portanto, estas áreas seriam destinadas à conservação ambiental pela riqueza de biodiversidade lá existente.

A partir de tais contestações formou-se um cenário complexo em torno da questão da expansão da silvicultura do RS, onde os principais atores sociais mobilizados eram o próprio Estado, as empresas florestadoras e os grupos ambientalistas. Posteriormente, os “movimentos sociais” agregaram-se à “luta”, polemizando o debate e anunciando que a questão da expansão dos cultivos na “Metade Sul” do RS não poderia ser vista apenas em termos de desenvolvimento econômico e que a sociedade deveria estar ciente dos riscos sociais que esses cultivos poderiam ocasionar à população do pampa gaúcho.

Nesse ínterim, o debate sobre a expansão da silvicultura de eucalipto já havia tomado lugar nos meios de comunicação social e atingido a sociedade gaúcha, que via o tema ser debatido através de programas de TV, rádios e jornais. A partir daí novos atores sociais ligados aos movimentos sociais, às instituições públicas e privadas, aos meios de comunicação social e cientistas-pesquisadores representando o âmbito da ciência agregaram-se ao debate. No debate percebia-se que as disputas eram entre representantes de grupos ambientalistas e de

movimentos sociais *versus* governo do Estado, empresas florestadoras e representantes da política institucional, cada um tentando legitimar o seu discurso perante a sociedade.

Os debates em torno desta questão iniciaram-se em meados de 2005, nessa época eu ainda cursava a Faculdade de Agronomia e participava da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), de onde surgiu a curiosidade e os primeiros questionamentos sobre o assunto, que dali dois anos seria o meu objeto de pesquisa.

À época os estudantes da Faculdade de Agronomia da UFRGS que faziam parte da Regional 1 da FEAB, a qual pertencia as escolas de Agronomia do Rio Grande do Sul, tinham a responsabilidade de informar às outras escolas do país sobre o conflito que começava a se configurar no estado.

Assim, eu e alguns colegas “feabentos” começamos a participar de eventos, palestras e debates para agregarmos o maior número de informações sobre o tema para repassarmos aos outros estudantes do Brasil. Nessa época eu era bolsista de iniciação científica e investigava a transição da agricultura convencional para a agroecológica junto às propriedades de agricultores da Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí – ECOCITRUS no município de Montenegro/RS.

Em função dessa pesquisa iniciei a coleta de notícias referentes aos temas da Agroecologia, agrobiotecnologias e da silvicultura veiculadas em dois jornais de grande circulação, Zero Hora e Folha de São Paulo.

Aliando-se os resultados de pesquisa obtidos a partir do trabalho de iniciação científica, a participação no grupo Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade - TEMAS e o acúmulo empírico impulsionado pelo movimento estudantil, parecia que o caminho “natural” dessa “quase” engenheira agrônoma era investigar a expansão da silvicultura de eucalipto no RS no mestrado e no PGDR.

Entrei para o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) em 2007, com um anteprojeto de pesquisa que tinha como ideia principal estudar o processo de expansão do cultivo de eucalipto e suas consequências nos espaços rurais da “Metade Sul” do RS. Gil (2002) comenta que os interesses pela escolha de problemas de pesquisa são determinados pelos mais diversos fatores, cujos mais importantes são os valores sociais do pesquisador e os incentivos sociais do entorno.

Assim, no decorrer do curso os incentivos sociais continuaram os mesmos, porém, a pesquisadora não. E ao final dos 24 créditos exigidos pelo Programa, permeado por diversas disciplinas da antropologia e da sociologia, o objeto de pesquisa passou por mudanças

adotando-se como enfoque central o conflito ambiental, os significados sociais e as estratégias de legitimação dos atores sociais envolvidos nas disputas em questão.

O processo de expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do RS apresenta-se como um caso social e ambientalmente relevante para ser estudado por três razões. A primeira razão constatada é de cunho acadêmico-científico. A atualidade do conflito confere uma demanda social por trabalhos científicos em torno dos processos desencadeados a partir das disputas que ocorrem entre os atores sociais mobilizados nesse debate no estado, o que implica, por sua vez, na necessidade de se investir em estudos científicos sobre esse tema.

Em um segundo momento a necessidade de se pesquisar este tema é pertinente em função dos inúmeros conflitos e as várias disputas que estão em curso em outros locais onde processos semelhantes estão se desenrolando, como é o caso de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo e em outros países do MERCOSUL como Chile, Uruguai e Argentina.

Um terceiro ponto a ser levado em consideração é a desarticulação de políticas públicas de desenvolvimento para a “Metade Sul”, o que de certa forma fica evidente ao nos defrontarmos com o conflito ambiental em torno da silvicultura. De certa forma, ao investigar o assunto, observa-se o que está em movimento no conflito, quais são os interesses dos atores sociais envolvidos, sobretudo buscando identificar o que é mais significativo e que possa vir a contribuir para as discussões da eficiência da política pública. Essa compreensão geral sobre o conflito leva também a compreensão de outros campos, como aquele da construção e elaboração dessas políticas públicas.

A partir da política florestal implantada pelo Estado, de incentivo à instalação dos empreendimentos de cultivos de eucalipto no intuito de transformar o RS em um polo florestal, tais desdobramentos rumaram em direção à construção de um problema ambiental, no momento que grupos ambientalistas denunciaram possíveis impactos ambientais na “Metade Sul”, deflagrando-se assim o conflito ambiental.

Nesse cenário onde os atores sociais estão envolvidos pelas mesmas disputas e procuram ocupar suas posições dentro do conflito pergunta-se: por que os atores estão em conflito e o que está em jogo? Como se disputa? Quais são as alianças, posições, oposições, alvos e espaços de legitimidade? Enfim, o que se pretende saber é como um espaço de conflito (des)legitima posições sociais.

Como respostas provisórias a estas questões foram elaboradas as seguintes *hipóteses*:

(1) No conflito ambiental gerado a partir da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do RS existem dois polos onde os atores sociais sustentam discursos de oposição tentando cada um legitimar a sua argumentação dentro dos espaços públicos de discussão.

Existe um polo “a favor”, cuja centralidade dos seus argumentos é o desenvolvimento econômico da “Metade Sul”, e um outro polo cujos atores sociais são “contrários” à expansão e a argumentação principal é a conservação do meio ambiente, relacionando-a diretamente ao bioma Pampa.

(2) Nesse processo de legitimação de argumentos e discursos, os atores lançam mão de estratégias como, por exemplo, a utilização dos meios de comunicação e a argumentação científica. Nessa disputa, o polo “a favor” tem o seu favorecimento na arena pública do debate, exercendo maior poder de convencimento, principalmente, sobre outros novos atores, motivando-os a tomar uma posição favorável à silvicultura de eucalipto.

(3) O Rio Grande do Sul é marcadamente um dos estados protagonistas nas lutas em prol da conservação e preservação do meio ambiente. Essa característica marcou os últimos 40 anos com importantes conflitos ambientais no cenário gaúcho. Sugere-se que o conflito ambiental em torno da expansão da silvicultura de eucalipto seja compreendido como uma continuidade destas antigas disputas.

Diante disso, tem-se como objetivo geral de pesquisa analisar e entender o conflito ambiental como ele é construído, percebido, negociado e legitimado pelos atores sociais em disputa em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Como objetivos específicos tem-se (1) identificar a emergência do debate, os atores sociais, suas posições e alianças na construção e legitimação do problema; (2) identificar os principais argumentos utilizados na legitimação do problema, (3) identificar as estratégias de legitimação.

Para tanto, utilizou-se como referencial teórico-metodológico a vertente construcionista da Sociologia Ambiental, que destaca a importância da análise das divergências e conflitos sobre a natureza, as causas e a extensão dos problemas ambientais entre os diversos atores sociais envolvidos e onde o objetivo é compreender a forma como são formuladas, legitimadas e contestadas as reivindicações sociais e ambientais do conflito. (HANNIGAN, 1995; BEST, 1989). Também estiveram presentes neste estudo as contribuições teóricas sobre conflitos ambientais e arenas públicas de debate e ação (FUCKS, 2001; ACSELRAD, 2004; HILGARTNER & BOSK, 1988).

Em termos de procedimentos metodológicos foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, a observação direta e a utilização de material documental secundário (notícias de jornal). As entrevistas basearam-se nas percepções sociais dos indivíduos entrevistados. A análise de discurso foi utilizada para analisar os argumentos dos atores sociais envolvidos no conflito ambiental. Foram realizadas 33 entrevistas com diferentes representantes de

organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas, cientistas, meios de comunicação social, órgãos ambientais (estadual e federal), movimentos sociais, grupos ambientalistas, secretarias estaduais, representações políticas, empresas de consultoria ambiental, federações, associações, empresas florestadoras, poder judicial, entre outros.

Na sequência este trabalho segue a seguinte estrutura:

O próximo capítulo relata a emergência do debate no âmbito global e contextualiza a formação do conflito a partir dos atores sociais envolvidos. Assim, evidencia-se ao leitor uma série de acontecimentos que foram deflagradores para a construção social do problema em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” e que contribuíram para o surgimento de diversos conflitos no Rio Grande do Sul.

O terceiro capítulo dedica-se a apresentar os pressupostos e fundamentos teóricos escolhidos para analisar a problemática da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do RS. Em um primeiro momento, tratou-se do aporte teórico em torno do construcionismo como ferramenta de análise na construção do problema, para logo a seguir versar sobre os principais elementos de definição de um problema ambiental. Em um segundo momento neste capítulo abordou-se os conceitos-chave de arenas públicas de debate e ação e conflitos ambientais.

O quarto capítulo destina-se a relatar como foi à composição, escolha e descrição das técnicas e procedimentos metodológicos adotados durante o período de construção e elaboração da presente pesquisa.

O quinto capítulo tem o propósito de analisar como é construído socialmente o conflito ambiental, a partir da identificação dos atores sociais envolvidos, dos seus discursos e disposição de interesses, assim como identificar as alianças formadas ao longo do tempo e quais as arenas públicas foram mobilizadas

No sexto capítulo discute-se a fluida polaridade existente no conflito ambiental entre os atores sociais a favor do crescimento econômico (“adeptos do desenvolvimento”) e dos atores sociais a favor da conservação ambiental (“críticos à silvicultura”). Para tanto se faz um breve resgate histórico dos conflitos rurais e ambientais no Rio Grande do Sul.

O capítulo sete tem como propósito descrever quais são as estratégias utilizadas pelos atores sociais para legitimação de suas opiniões em torno da plástica polarização, explorando o processo de construção da argumentação dos atores sociais e como isso ecoa aos meios de comunicação social e, posteriormente, à sociedade.

O capítulo conclusivo desta pesquisa traz elementos que discutem se a questão norteadora desta dissertação se verifica ao longo da análise dos resultados.

2 A EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL: CONTEXTO, POSIÇÕES SOCIAIS E CONFLITO

(...) a partir da convicção de que as palavras produzem sentido, criam realidades e às vezes funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. Creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. E isto, o sentido ou o sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso. (LARROSA BONDÍA, 2002, p.20-21).

Este capítulo tem a finalidade de apresentar o que é dito sobre o problema ambiental em questão, como foram construídas as demandas sobre ele, qual a sua construção retórica e o que os atores sociais utilizam para a criação do problema. Deste modo, evidencia-se uma série de acontecimentos que foram deflagradores para a construção social do problema em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” e que contribuíram para o surgimento de diversos conflitos no Rio Grande do Sul. Essas informações servirão como base para o entendimento, logo adiante, de como se originaram os conflitos em torno da expansão da silvicultura de eucalipto no RS¹.

Assim, procura-se trazer informações sobre o setor de base florestal em uma escala global, nacional e regional, principalmente, levando em consideração o setor de celulose e papel relacionado à *cultura*² do eucalipto. Traça-se um breve histórico das políticas públicas destinadas ao setor florestal brasileiro e gaúcho focando-se nos principais elementos que deram origem ao debate da expansão da silvicultura no RS. Entretanto, salienta-se que tais elementos perpassam diversos domínios, entre eles o histórico, científico, social, político,

¹ Cabe comentar que os termos *florestas*, *reflorestamento*, *florestamento*, *monocultivo de eucalipto*, *monoculturas de arbóreas* são termos basicamente utilizados pela mídia ao se referir ao cultivo de eucalipto. Esses termos acabaram por se difundir no discurso dos atores. Porém, nesse trabalho optou-se por termos técnicos, referindo-se assim a *silvicultura de eucalipto*, *cultivos de eucalipto*, *eucaliptocultura* ou *plantações de eucalipto*. No entanto, preservaram-se os termos utilizados pelos interlocutores com o intuito de destacar tais significações em seus discursos.

² Talvez o termo mais adequado tecnicamente seria “cultivo”, no sentido do efeito ou modo de cultivar plantas, mas, propositalmente refere-se à “*cultura*”, pois acredita-se que estão agregados aí processos culturais, econômicos, sociais que se reproduzem no tempo e que vão além do simples ato de “cultivar”.

jurídico, cultural, midiático, econômico e ambiental, debatidos pelos atores que neles se encontram.

Os fatos expostos a seguir foram identificados a partir das entrevistas com os interlocutores e através das notícias, reportagens e informações veiculadas nos meios de comunicação social. Logo, cabe aqui trazer os fatos mais relevantes que contextualizam a construção da problemática em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do RS.

2.1 A CULTURA DO EUCALIPTO

O eucalipto é uma árvore nativa da Austrália, do Timor e da Indonésia. Apresenta mais de 600 espécies que se adaptam facilmente a diversas condições de solo e clima (CIB, 2008). Pode alcançar até 50 metros (m) de altura, sendo sua madeira utilizada principalmente para produção de lâminas, compensados, aglomerados, carvão vegetal, madeira serrada, celulose e móveis, além de outros produtos extraídos como óleos essenciais e para a produção de mel. Os primeiros plantios dessa espécie foram realizados no início do século XVIII na Europa, Ásia e África. A partir do século XIX começou a ser cultivado também nos países da América do Sul (PRYOR, 1976).

Dentre as diversas possibilidades de uso do eucalipto, a produção de celulose e papel apresenta destaque no setor industrial, sendo este o setor que apresentou maior dinamismo econômico nas últimas décadas. No século XVIII o setor de papel e celulose já apresentava importância a nível global, onde os países nórdicos eram os maiores produtores, porém, o setor nesta época era voltado à produção de papel de imprensa (PINHEIRO, 2006). No século XIX os Estados Unidos passou a ser o maior produtor deste setor, porém, investiram na produção de papel para embalagens. Após a Segunda Guerra Mundial, Rússia e China passaram a ter grandes reservas florestais. No entanto, este fato criou animosidades entre os países industrializados que viam na ascensão do mercado russo e chinês, um perigo ao controle ocidental sobre a produção de matéria prima florestal.

Na década de 1950 alguns fatores como “indisponibilidade de grandes áreas para plantio, baixa taxa de crescimento anual das árvores e os altos custos de exploração nas zonas

temperadas” (LERNER *et al.*, 2007, p.02) fizeram com que a formação de novas plantações passasse a ser feita preferencialmente nas regiões tropicais e subtropicais.

Assim as empresas de celulose e papel passaram a reestruturar suas atividades no espaço global. A África e a América do Sul foram às regiões-alvo destas empresas para expansão florestal. Na África foram escolhidos para os investimentos países como República do Congo, Zâmbia, Uganda, Tanzânia, entre outros e, na América do Sul - Brasil, Argentina, Uruguai e Chile.

Segundo IIED (1996), a escolha de uma região para os investimentos florestais seguem determinadas características como: locais passíveis de uma eficiente mecanização (do plantio, tratos silviculturais e exploração), solos que possam ter boa oferta de nutrientes, boa possibilidade de controle de pragas na cultura, configuração de terras que permita a concentração da produção, a produção em larga escala e desenvolvimento uniforme de matéria prima florestal, grande crescimento das árvores e melhoramento genético, além de boa estrutura logística.

Não é a toa que no período de 1977 a 1992 a quantidade de madeira industrializada cresceu a taxas elevadas, principalmente, nos países do CONE SUL³, Brasil aumentou em 2,08 vezes, Chile em 2,95 vezes, Uruguai em 3,01 vezes e na Argentina em 1,88 vezes (SEDJO, 1999).

O deslocamento de parte do setor da celulose e papel para os países ditos “em desenvolvimento”, além de trazer mudanças na economia também desencadeou transformações sociais e conflitos ambientais em determinados espaços. No Brasil, no estado do Espírito Santo, por exemplo, ocorre um conflito polêmico entre indígenas e quilombolas que teriam tido suas terras “invadidas” por uma empresa florestadora. Outro conflito, este diplomático, configurou-se entre os governos da Argentina e Uruguai, em função da possibilidade de instalação de duas fábricas de celulose às margens do Rio Uruguai, em Fray Bentos (Uruguai). Na outra margem, encontra-se o município argentino de Gualeguaychú, cuja população se manifestou contrária à instalação das fábricas, diante de possíveis impactos ambientais que poderiam ser provocados; o governo argentino por sua vez, ameaçou levar o assunto ao Tribunal de Haia⁴. No Chile as plantações florestais industriais mudaram a paisagem do Sul do país, além de provocar um conflito social com indígenas mapuches.

³ O Cone Sul é o nome comumente dado à parte meridional da América do Sul, recebe este nome devido ao formato aproximado de um cone.

⁴ É um tribunal internacional de justiça fundado em 1946, criado pelas Organizações das Nações Unidas e localiza-se em Haia, nos Países Baixos.

O modelo de produção e os conflitos provocados a partir da instalação destas empresas desencadearam a organização de movimentos como, por exemplo, o WRM (World Rainforest Movement) criado em 1986 para combater o comércio ilegal e o desmatamento de madeira tropical. Na esteira da criação deste movimento foi criada no Brasil, em 1991, a Rede de Alerta contra o Deserto Verde que é uma ampla rede, da sociedade civil, composta de entidades, movimentos, comunidades locais, sindicatos, igrejas e cidadãos, de quatro estados do sudeste brasileiro, preocupados com a contínua expansão das plantações de eucalipto, assim como a venda de créditos de carbono. Após esta breve retrospectiva global sobre o setor da celulose e papel cabe apresentar informações sobre o setor a nível nacional e regional.

O Brasil apresenta em torno de 5,74 milhões de hectares de plantações arbóreas comerciais, sendo 3,55 milhões de hectares (ha) com eucalipto; 1,82 milhões de ha com pinus e 370,5 mil ha com outras espécies (ABRAF, 2007). Nota-se que as espécies eucalipto (*Eucalyptus* spp.) e pínus (*Pinus* spp.) são o carro-chefe do setor de base florestal brasileiro. Na cadeia produtiva destas espécies florestais a madeira é utilizada principalmente para toras, indústria moveleira, carvão vegetal, compensados, painéis, resinas, fabricação de celulose, entre outros.

No país, a introdução do eucalipto ocorreu no início do século XIX, onde há evidências que apontam as primeiras árvores plantadas em 1825, no Jardim Botânico da cidade do Rio de Janeiro. Os primeiros plantios comerciais da espécie, ou como tem sido chamada a atividade atualmente, a *eucaliptocultura*, começaram em larga escala a partir do início do século XX, direcionados mais especificamente à construção de ferrovias. Em 1903, o Engenheiro Agrônomo Edmundo Navarro de Andrade inicia pesquisas com o eucalipto para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro

No Brasil, em função do clima tropical e subtropical, o período de crescimento vegetativo do eucalipto é de sete anos, enquanto que em países de clima temperado o ciclo é de 50 anos (DALCOMUNI, 1990).

No estado do RS as primeiras mudas de eucalipto cultivadas datam do final do século XIX. A espécie foi trazida do exterior por Joaquim Francisco de Assis Brasil e suas primeiras mudas introduzidas em uma fazenda, no município de Pedras Altas, região Sul do estado. Assis Brasil era advogado, político, orador, escritor, poeta, prosador, diplomata, estadista e proprietário do célebre Castelo das Pedras Altas, onde exercia atividades agropecuárias. A ele se deve a introdução de diferentes espécies bovinas, ovinas e aves nos campos gaúchos. Pelos idos de 1889, Assis Brasil governou o Estado do RS e entre seus objetivos principais, estava o de “*fazer a sociedade recuperar o sossego perdido*”. Se àquela época seu objetivo foi exitoso,

nos tempos atuais Assis Brasil teria maiores complicações para “sossegar” a sociedade gaúcha, principalmente no que tange aos inflamados discursos sobre a expansão dos cultivos de eucalipto na “Metade Sul”. Por certo, Assis Brasil não imaginava que hoje sua atitude empreendedora de introduzir o eucalipto nos campos gaúchos traria tantas polêmicas. Se o que a história gaúcha nos conta é factível, de lá pra cá verdadeiro mesmo é que o eucalipto se adaptou muito bem ao clima do estado. Porém, no RS os cultivos de eucalipto têm outra função muito peculiar: a de servir como “capão”, que é uma porção de mato isolado no meio do campo, servindo para o fornecimento de sombra ao gado nas propriedades, prática adotada pelos estancieiros da “Metade Sul”.

2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR FLORESTAL

De 1909 a 1966, quando passou a vigorar a Lei 5.106 dos incentivos fiscais para a produção florestal, haviam sido plantados 470.000 ha de eucalipto em todo o Brasil, sendo que 80% estavam situados no estado de São Paulo.

As bases da política florestal no País foram colocadas na década de 1960, culminando com a reformulação do Código Florestal Brasileiro⁵ no ano de 1965; em 1966 surgiu a Instituição Fiscal para Reflorestamento (FISSET) e, em 1967, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). À época, a criação desses órgãos e instituições tinha o objetivo principal de promover a silvicultura em larga escala no País.

Entre os anos de 1967 e 1987 foram feitos grandes investimentos no sentido de elevar a produção florestal brasileira, principalmente, com acácia negra, pínus e eucalipto. Em 1987, o FISSET foi extinto, provocando uma redução drástica nos plantios e comprometendo assim o setor florestal, que passou basicamente à iniciativa das indústrias do setor⁶. Nesta fase, as áreas de cultivo se expandiram com maior evidência no interior das terras das próprias empresas/indústrias.

⁵ O primeiro Código Florestal foi organizado no ano de 1934.

⁶ Uma das causas da extinção dessas políticas de incentivo ao setor florestal foi em consequência de fraude. Os plantios florestais não eram realizados, sendo os recursos desviados. À época, segundo levantamentos do governo federal, mais de 7 milhões de hectares de lavouras de árvores haviam sido “plantados”, mas após fiscalizações verificou-se a existência de somente ¼ desse montante.

Em novembro de 1988 realizou-se em Hamburgo, Alemanha uma conferência mundial sobre o tema “Clima e Desenvolvimento”. O objetivo deste evento foi lançar um desafio aos representantes dos países presentes para desenvolverem projetos de florestamento com o intuito de diminuir o nível de porcentagem de CO₂ na atmosfera e retardar as mudanças climáticas provocadas pelo efeito estufa (AB’SÁBER *et al.*, 1996). No Brasil, as pesquisas ficaram a cargo do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), que montou uma equipe interdisciplinar para elaborar o Projeto FLORAM. este Projeto tinha o intuito de promover o “florestamento numa escala de magnitude inédita: implantar florestas em cerca de 14 milhões de hectares no Brasil, numa ordem de magnitude inédita, aproveitando o amplo dimensionamento territorial do país e suas condições climáticas muito favoráveis para a execução do projeto” (AB’SÁBER *et al.*, 1996, p.315).

Nesta pesquisa foram identificadas 27 subáreas potencialmente dotadas de interesse para o projeto. A intenção dos pesquisadores de que este projeto virasse uma política pública nacional não obteve êxito – na época o presidente do Brasil era Fernando Collor de Mello. Apesar do “FLORAM” não ter sido implementado, os resultados de pesquisa foram publicizados, servindo de base para os projetos de silvicultura implantados posteriormente.

Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, assumindo as atribuições de outras instituições como, por exemplo, o antigo IBDF. O IBAMA tinha por responsabilidade a fiscalização e o controle do cumprimento da legislação ambiental e das atividades relacionadas aos recursos naturais.

A partir dos anos 2000, o Governo Federal iniciou uma nova investida na área florestal, com intuito de reestimular o setor. Em 2000 lançou o Programa Nacional de Florestas (PNF), em 2002 o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROFLORA) e o Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF Florestal, todos com a finalidade de oportunizar linhas de crédito e custeio para os plantios florestais.

Na mesma linha existe o Financiamento Direto a Empreendimentos (FINEM), onde a instituição financiadora é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que entre 1991 e 2001 investiu cerca de US\$ 435 milhões na silvicultura. Outro financiador é o Banco do Brasil, que lançou em 2005 o “BB Florestal” com o objetivo de criar novas oportunidades de investimentos florestais de longo prazo para pequenos, médios e grandes produtores.

Em 2004, o Governo Federal formou a Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFLOR)⁷, composta por representantes de ministérios, de organismos governamentais, de entidades civis e dos segmentos que compõem o setor de produção de base florestal. O objetivo da CONAFLOR é propor e avaliar medidas para que sejam cumpridos os princípios e diretrizes das políticas públicas para o setor florestal, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente e com o Código Florestal.

As plantações de arbóreas realizadas em 2006 totalizaram 627 mil ha, acima, portanto, da meta anual estabelecida pelo Programa Nacional de Florestas, impulsionado também pelos outros programas de fomento florestal (SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA, 2007).

No decorrer dos anos e com as inovações tecnológicas na área florestal a madeira do eucalipto passou a ser utilizada também para a produção de celulose⁸ e papel, fazendo do Brasil o sexto país na lista dos maiores produtores mundiais. Na produção de celulose e papel, o eucalipto é cortado aos sete anos de idade, em um regime que permite até três rotações sucessivas e econômicas, com reformas⁹ aos 21 anos. No caso de manejo de florestas para produção de madeira a rotação pode chegar até 25 anos (SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA, 2007).

Com tantos incentivos fiscais e créditos financeiros destinados à área florestal, tem-se um contexto nacional onde planta-se mais e, conseqüentemente, as indústrias produzem mais, permitindo ao setor florestal viver um momento de estabilidade. Nesse clima de euforia também está a pesquisa florestal no Brasil, pelo fato da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)¹⁰ desenvolver inúmeras pesquisas, como por exemplo, o melhoramento e adaptação de sementes de eucalipto e a criação de um banco de sementes dessa arbórea.

Com a renovação das políticas públicas voltadas para o setor florestal, o Brasil entra no grupo dos maiores produtores mundiais de florestas comerciais, ficando em sexto lugar. Do montante de florestas comerciais, 80% dos plantios são com eucalipto. Alguns dados de 2006, fornecidos pela Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA), informa que o Brasil apresenta atualmente em torno de 1,7 milhão de ha de área plantada para fins industriais, especificamente voltados para a produção de celulose e papel. Desse montante,

⁷ Criada pelo Decreto Presidencial Nº 4.864/2003.

⁸ Matéria-prima utilizada para a fabricação do papel.

⁹ É um procedimento utilizado à medida que se identifica perda de qualidade da plantação. Basicamente, o procedimento consiste no plantio de novas mudas na entrelinha do antigo plantio.

¹⁰ Especificamente a EMBRAPA Floresta, localizada no município de Colombo, Paraná.

1,3 milhão de ha são de eucalipto, 343,7 mil ha de pínus e 14 mil ha cultivados com outras espécies (SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA, 2007). A produção de celulose e pastas alcançou 11,2 milhões de toneladas e a de papel, 8,72 milhões de toneladas, representando um crescimento de 8% e 1,5%, respectivamente, em relação ao ano de 2005 (SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA, 2007).

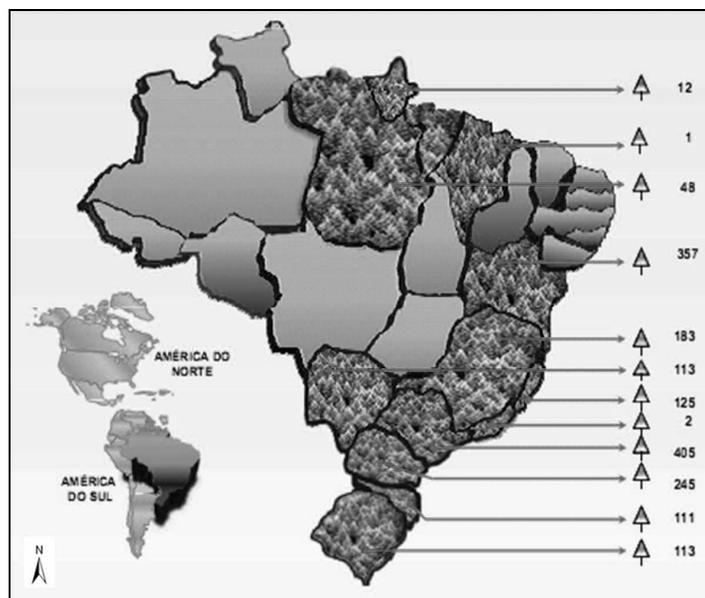


FIGURA 2 - Estados brasileiros com atividade florestal voltados para o setor de celulose (valores em mil hectares).

Fonte: Adaptado de BRACELPA (2007).

2.3 A EMERGÊNCIA DO DEBATE NO RS

A partir desse breve histórico sobre o setor de celulose e papel num contexto global e as políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento do setor de base florestal em âmbito nacional, passa-se a apresentar fatos importantes na trajetória da eucaliptocultura no estado do RS.

Nas últimas décadas o setor de base florestal, através das políticas públicas nacionais, obteve grande fortalecimento, estabelecendo polos florestais destinados à produção de eucalipto em vários estados como Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e São Paulo. Nesse contexto, as empresas começam a expandir suas fronteiras, direcionando suas atividades para

outros estados como o Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, muito em parte atraídas pelas vantagens fiscais que os governos estaduais passavam a dedicar ao setor.

No preâmbulo das políticas estaduais de incentivo às atividades florestais no RS está o “Programa Floresta-Indústria”, subsidiado por profissionais da área de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Santa Maria. As premissas para a implantação desse projeto preconizavam uma triangulação de responsabilidades entre governo do Estado, empresas florestadoras e sociedade.

No entanto, o programa só foi implantado em caráter de política pública estadual em 2004 pelo então governador Germano Rigotto. Nesse contexto, o governo estadual criou também programas de incentivo financeiro, voltados para o cultivo de eucalipto, principalmente, voltados para os produtores da “Metade Sul” do estado. O Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROFLORA), através da Caixa RS¹¹ é um dos exemplos de fomento à produção de eucalipto por parte do Governo Estadual da época. Segundo os idealizadores do PROFLORA, o intuito principal das medidas é a geração de renda e emprego em regiões menos desenvolvidas do estado.

As empresas florestadoras atraídas pelo mote dos incentivos fiscais, menor custo de produção com mão de obra e características climáticas adequadas para o desenvolvimento vegetativo do eucalipto, se instalaram no estado. Nesse contexto, três grandes empresas florestadoras foram atraídas e passaram a investir diretamente na “Metade Sul” do RS: a Votorantin Celulose e Papel (VCP), a Stora Enso e a Aracruz Celulose S.A.¹².

No estado, as principais concentrações desses cultivos ocorriam nas regiões fisiográficas Centro-Oeste e Centro-Sul, mas com a vinda dessas empresas, novas áreas foram compradas e arrendadas para a exploração da atividade florestal nas regiões da Fronteira Oeste, Fronteira Sudoeste e Sul.

¹¹ CAIXA/RS é uma empresa de fomento onde o Estado do Rio Grande do Sul tem 51% das ações e o restante, 49%, são privadas.

¹² Cabe ressaltar que existem outras empresas do setor florestal instaladas no RS, porém, nesse trabalho considerou-se as empresas que desenvolvem, exclusivamente, a eucaliptocultura e o montante de investimentos realizados no estado. A empresa Aracruz Celulose S.A., localizada no município de Guaíba, se instalou no estado no ano de 2003, após comprar a Riocell, pertencente anteriormente ao Grupo Klabin.

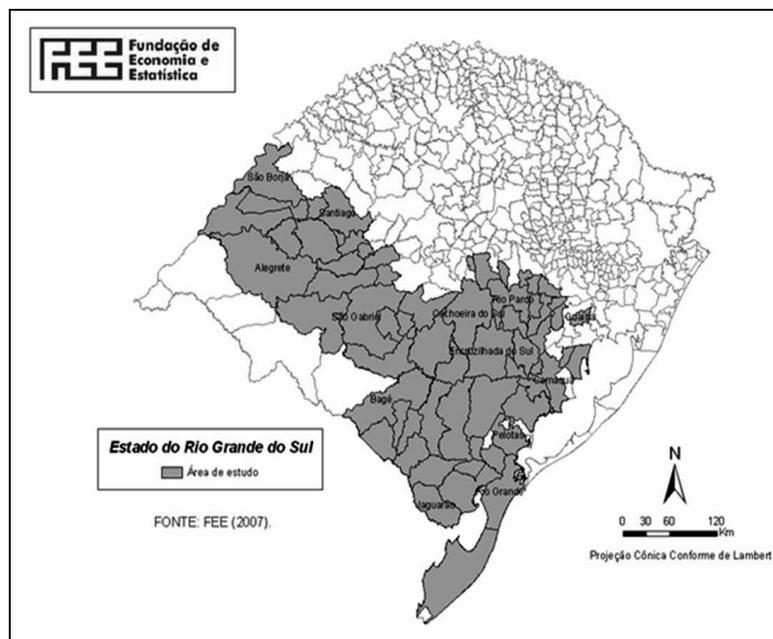


FIGURA 3 - Mapa de localização dos cultivos comerciais de eucalipto no Rio Grande do Sul.

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2007).

O desejo de instalação de um polo florestal no RS desencadeou na sociedade um debate polêmico em torno do tema. De um lado, as empresas florestadoras expandiam as áreas de cultivos de eucalipto na “Metade Sul”, motivando os pequenos, médios e grandes produtores a integraram-se à atividade tendo como incentivador direto o governo do estado que, por sua vez, alimenta o debate público utilizando-se dos veículos midiáticos. No campo científico, iniciavam-se também as primeiras disputas visando à legitimação de opiniões a “favor” ou “contrárias” à silvicultura de eucalipto no RS.

Dentre as justificativas do governo encontrava-se o argumento de que essa atividade traria desenvolvimento econômico regional, geralmente traduzido como mais empregos, arrecadação de impostos e melhoria da infraestrutura local para regiões, cujas atividades agropecuárias vem se enfraquecendo ao longo dos anos. Vale salientar ainda que, além das políticas públicas voltadas a fomentar a atividade florestal, o governo do RS tem disponibilizado os serviços da EMATER/RS-ASCAR¹³ para auxiliar os produtores através de assistência técnica especializada e para a elaboração de projetos de cultivos de eucalipto.

¹³ A EMATER/ASCAR (Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural) é uma instituição mantida pelo Governo do Rio Grande do Sul com o propósito de promover ações de assistência técnica e social, de extensão rural, de classificação e certificação e de cooperação no desenvolvimento rural sustentável.

Do outro lado do debate estão ambientalistas, organizações não-governamentais (ONG's) e movimentos sociais, preocupados com a perda da biodiversidade que o plantio de eucalipto em grande escala poderia acarretar ao bioma Pampa, localizado na “Metade Sul”. Outra inquietação alegada por esses grupos provinha das transformações sociais que poderiam acontecer com a população da “Metade Sul”, assim como as ocorridas em outros estados como o Espírito Santo e Minas Gerais, onde formaram-se extensas áreas de cultivos de eucaliptais cujas populações locais atingidas por estes empreendimentos tem sido motivo de vários estudos realizados por pesquisadores de diversas áreas e centros de pesquisa.

2.3.1 A região escolhida para os novos cultivos de eucalipto: a “Metade Sul”

Desde o início da investida das empresas florestadoras na eucaliptocultura no estado, nunca foi mistério que o foco principal destes projetos era a região da “Metade Sul”. De longa data se tem conhecimento que a “Metade Sul” do estado não apresenta bons resultados sociais e econômicos, refletidos, particularmente, em baixos índices do PIB (Produto Interno Bruto) e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). No discurso das empresas florestadoras e do governo do estado, os argumentos são de que a presença da atividade na região aumentaria substancialmente tais índices e que isso refletiria em crescimento econômico.

Portanto, a “Metade Sul” passa a ter importância redobrada no debate instaurado no RS, a partir do momento que se torna o território específico das ações políticas florestais do governo estadual e o cerne dos embates ambientais que configuram o conflito.

A região “Metade Sul” do RS, conforme o Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO), do Ministério da Integração Nacional, é um território de aproximadamente 154.099 Km², com 105 municípios, que faz fronteira com o Uruguai e a Argentina. Caracteriza-se economicamente pela atividade primária, a qual está alicerçada na pecuária bovina (corte e leite) e ovina (corte e lã).

Sob o ponto de vista da forma geográfica do estado, as regiões Norte e Nordeste apresentariam semelhanças em função dos padrões de colonização, convencendo-se chamar de Metade Norte e a região Sul de Metade Sul. No entanto, essa convenção traz à tona outras diferenças marcantes entre as duas regiões, sejam elas sociais, culturais e, principalmente, econômicas. Hoje em dia sabe-se que tais diferenças econômicas tiveram

origem a partir da forma de ocupação humana da terra e da forma de desenvolvimento que cada uma dessas regiões adotou.

A Metade Norte, fortemente colonizada por imigrantes alemães, poloneses, italianos, ucranianos, baseou-se em uma agricultura altamente mecanizada e diversificada feita em “pequena e média propriedade que foram a base para a presença de indústrias e, conseqüentemente, das grandes concentrações urbanas” (CORONEL *et al.*, 2007, p.28).

A “Metade Sul” foi fundamentalmente colonizada por portugueses e açorianos e através dos tempos baseou sua economia na agropecuária feita nas grandes extensões de terras, que antigamente eram concedidas a poucas pessoas através das sesmarias¹⁴. Com essa prática, em pouco tempo “criou-se nessa região um tipo peculiar de propriedade, a estância, cujo proprietário, o estancieiro, encarnava figura muito próxima daquela de um senhor feudal da Idade Média” (MAYER, 2003, p.12). Assim, a chamada “Metade Sul” do RS é calcada em uma estrutura social e produtiva fortemente baseada em uma agropecuária que tem se mostrado historicamente incapaz de alcançar o desenvolvimento regional¹⁵. As duas “metades” apresentam dinâmicas diferentes, fundamentadas, basicamente, na sua trajetória ocupacional, por conseguinte, social.

O esgotamento da dinâmica de crescimento através da economia fundada na pecuária, assim como os limites alcançados de expansão da lavoura colonial, fazem despontar a lavoura moderna e a indústria como formas privilegiadas de alcance do desenvolvimento econômico. A configuração territorial que resulta desta dinâmica, em síntese, [...] apresenta a marcada territorialização da indústria na porção nordeste, da agricultura ao norte e da economia da estância pastoril ao sul. (HEINDRICH, 2000, p.104).

Conforme o trabalho realizado por Coronel *et al.* (2007), a “Metade Sul” apresenta disparidades socioeconômicas em função do latifúndio, do baixo nível de empreendedorismo e do conservadorismo dos capitalistas da região, agregado a isso a baixa densidade demográfica, o mercado limitado e a inexistência de economias de aglomeração, fatores determinantes para a estagnação da região. A partir dessas verificações sobre as dinâmicas relacionadas à “Metade Sul” foram realizados nos últimos anos vários programas com a finalidade de desenvolver economicamente esta região. Dentre os programas, Coronel *et al.* (2007) descrevem dois deles:

¹⁴ No regime de sesmarias, o agricultor tinha apenas a posse, mas não a propriedade, já que esta era do Estado, ou seja, o fazendeiro não era proprietário somente recebia uma concessão territorial. “As terras que não fossem utilizadas de forma produtiva em um prazo bem curto, de dois anos, na maioria das vezes, voltavam ao controle do rei, e poderiam ser concedidas a outra pessoa” (SEHN, 1999, p.7).

¹⁵ Segundo a análise do GRIMAD (2008), a ocupação humana na “Metade Sul”, principalmente em terras de planícies e platôs (meados do século XVIII), se deu a partir de um “contexto belicoso, marcado por conflitos fronteiriços e instabilidade política de terras”, provocando a “implantação de estabelecimentos agrícolas de tipo extensivo, com grande disponibilidade de terras”.

➤ os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), criados no governo Alceu Collares (1991-1995), visando à descentralização de políticas regionais e dando à população papel importante para as prioridades governamentais a serem tomadas na região;

➤ o Programa de Fomento e Reconversão Produtiva a Metade Sul - RECONVERSUL, implantado no governo Antônio Britto (1995-1999), com apoio do BNDES. O principal objetivo era alavancar os setores produtivos da região, fornecendo crédito e subsídios para propiciar o desenvolvimento desses setores.

Atualmente, a “Metade Sul” faz parte do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (PROMESO) do Ministério da Integração Nacional. O programa consiste em organizar políticas públicas e outras ações em territórios menos desenvolvidos e que oferecem precárias condições de bem estar social a seus habitantes, com o intuito de contribuir para a sustentabilidade desses espaços.

Nos dias de hoje a região se mantém economicamente atrelada à dicotomia agrícola: pecuária e lavoura. A pecuária extensiva é uma das atividades mais antigas da região, mas que atualmente atravessa momentos de crise. Tal crise, talvez tenha tido procedência em virtude da degradação dos campos, da dependência de insumos agrícolas, do alto valor dos preços dos insumos (conseqüentemente, implicando a redução do lucro do proprietário), do distanciamento dos centros urbanos para a comercialização e da falta de diversificação do setor primário, baseado principalmente na carne e na lã.

Por outro lado, a atividade que mais obtém êxito na região é a lavoura de arroz, que passou a substituir outras lavouras como a de trigo e as pastagens. O sucesso se traduz em função da atividade proporcionar menores riscos econômicos aos produtores. Uma dinâmica curiosa na “Metade sul” é que pecuaristas tradicionais passaram a arrendar suas terras para orizicultores, conseqüentemente, desta forma aumentam a renda que antes advinha somente da pecuária¹⁶.

Para aqueles que veem a expansão do cultivo do eucalipto como alternativa para a promoção do desenvolvimento regional, a “Metade Sul” do RS tem sido vista como região prioritária desses investimentos florestais, visto que se caracteriza por apresentar historicamente um lento desenvolvimento econômico. Além disso, do ponto de vista das empresas vinculadas à expansão do cultivo de eucalipto, a “Metade Sul” apresenta vantagens para tal atividade, como disponibilidade de extensas áreas, o baixo valor do hectare de terra,

¹⁶ Teoricamente estas terras não estariam em disputa para a silvicultura em função de serem várzeas.

as boas condições das estradas e ferrovias, as condições edafoclimáticas¹⁷ favoráveis, entre outras. Em função dos novos empreendimentos de cultivos de eucalipto e também da possibilidade das novas fábricas de celulose situarem-se nas regiões da Fronteira Oeste e Sul, outra prerrogativa seria a proximidade do porto de Rio Grande, pois grande parte da pasta de celulose é exportada para outros países.

Enfim, a realidade atual da “Metade Sul”, em termos agrários e sociais, é de uma região que apresenta mão de obra barata e uma estrutura agrária baseada em grandes extensões de terra, o que, de certa forma, torna a compra e o arrendamento de terras facilitado. A situação econômica precária dos produtores de gado da região, também é outro ponto que permite o discurso do desenvolvimento regional da “Metade Sul”, além da proximidade com o MERCOSUL e com as outras fronteiras de cultivos de eucalipto, como o Uruguai e Argentina¹⁸.

Do outro lado desta discussão existe uma série de críticas feitas por ambientalistas preocupados com as transformações ambientais que poderiam gerar a expansão do cultivo de arbóreas no RS. Entre seus argumentos está o fato de que qualquer tipo de *monocultivo* é prejudicial ao ambiente, principalmente em função da diminuição da biodiversidade, da poluição de rios e fontes de água, da erosão do solo, entre outros, o que provocaria um desequilíbrio nos ecossistemas. Mais especificamente seria prejudicado o solo das áreas plantadas com eucalipto que teria impactos prováveis como a redução da fertilidade, o incremento da erosão e a redução de permeabilidade de água.

Apesar do debate em torno deste tema ter sido iniciado por uma crítica e um viés ecológico, em que ambientalistas se mostravam preocupados com a preservação do bioma Pampa, ao longo do tempo as inquietações e indagações foram tomando outros rumos.

Outro ponto de vista destacado seria quanto aos “danos causados às estradas e rodovias por onde transitam caminhões e máquinas agrícolas, cuja restauração e manutenção são realizadas com recursos públicos” (BENCKE, 2007, p.06), sendo tais custos socializados pela população em geral.

Atualmente são feitas uma série de críticas por representantes de organizações não-governamentais e movimentos sociais, os quais têm alertado para as possíveis transformações

¹⁷ A expressão refere-se às características definidas através de fatores do ambiente tais como o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a umidade do ar, a radiação, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial.

¹⁸ Os investimentos ao Sul da América do Sul (Argentina, Uruguai e Brasil) tiveram gradual investimento nos últimos 10 anos, no entanto, os cultivos já estão instalados há décadas nesses países. Vale lembrar que recentemente Argentina (Gualeguaychú) e Uruguai (Fray Bentos) tiveram um conflito diplomático-ambiental em função da possível instalação de uma fábrica de celulose às margens do rio Uruguai.

sociais deste processo. Segundo este ponto de vista, a capacidade das populações locais de reproduzirem seus modos de vida poderia estar sendo drasticamente afetada devido à desestruturação que a implantação de projetos de cultivos de eucalipto desencadearia em termos de eliminação de laços e redes familiares, de alteração de comportamentos cotidianos e de uso dos recursos naturais baseado em práticas tradicionais vistas como mais sustentáveis.

Já quanto ao aspecto econômico, atores contrários ao avanço dos cultivos de eucalipto na “Metade Sul” do RS alertam que poderia ocorrer à ruptura de duas tradições produtivas: a pecuária extensiva e a produção da agricultura de subsistência. Todas essas possíveis transformações no cotidiano dessas populações poderiam acarretar reflexos na cultura *pampeana*, na cultura do gaúcho.

2.3.2 Pampa: um bioma ameaçado?

Sai-se agora do enfoque regional da “Metade Sul” com o intuito de abrir o leque de informações sobre as possíveis consequências da expansão da atividade de silvicultura de eucalipto para o bioma Pampa¹⁹.

Conforme o IBGE (2006), um bioma é um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria. O Brasil tem em seu território seis biomas, entre eles Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa, este último o mais recente, aprovado em 2004 pelo Ministério do Meio Ambiente.

O nome dado a um bioma depende do tipo de vegetação predominante ou ao relevo. No caso, o bioma Pampa, conhecido também como Campos Sulinos, é definido por sua vegetação de campo e relevo de planície, caracterizado por planícies vastas e abertas, vegetação densa, arbustiva e arbórea, nas encostas e ao longo dos cursos de água, além de haver a ocorrência de banhados (CHOMENKO, 2008). São áreas amplas que oferecem

¹⁹ Cabe salientar que as informações descritas a seguir foram selecionadas de entrevistas, reportagens de jornais e participações em eventos e que, portanto, são informações carregadas de significados, conforme o olhar de cada ator seja ele a favor ou contrário à expansão da silvicultura de eucalipto. Tais significados é que determinaram o rumo dos debates nos últimos anos.

pastagens naturais para animais de pastoreio, onde as principais espécies agrícolas alimentares foram obtidas das gramíneas naturais através da seleção natural (ODUM, 2004).

No território brasileiro o bioma Pampa está localizado na “Metade Sul” do RS, apresentando em torno de 176 mil Km² (IBGE, 2006), o que equivale a 63% do território gaúcho. O bioma Pampa ocupa uma área de aproximadamente 700 mil Km², compartilhados entre Brasil, Argentina e Uruguai. Conforme Pilar *et al.* (2006), cerca de 40% da área total do bioma é mantida com campos naturais, avalia-se que entre os anos de 1970 e 2005 em torno de 4,7 milhões de hectares de pastagens nativas foram convertidos em outros usos agrícolas. Os dados não consideram as áreas de campo com infestação de capim anoni (gramínea exótica), o que demonstra que a área de campos relativamente conservados é menor que 40%.

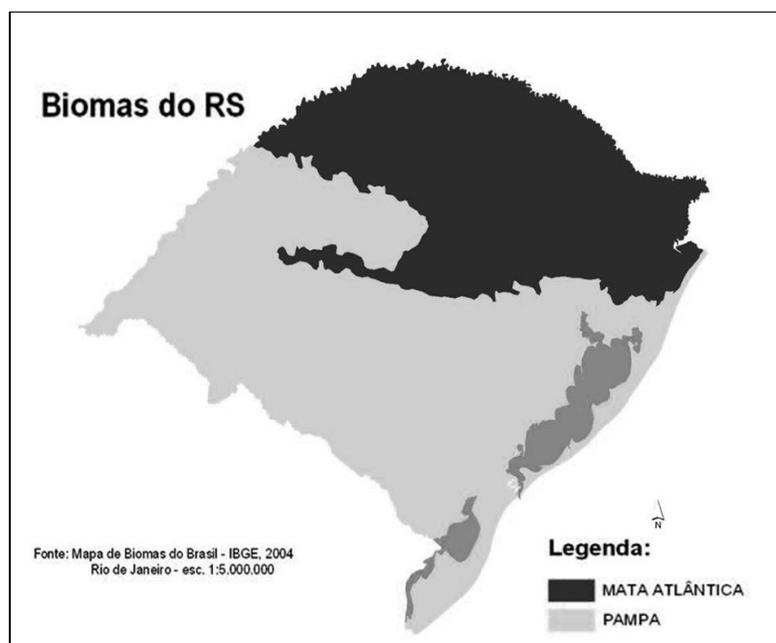


FIGURA 4 - Localização do bioma Pampa no estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Adaptado de Mapa de Biomas do Brasil – IBGE (2004).

Em suas defesas contra a expansão da silvicultura de eucalipto no Pampa, ambientalistas alegam que o bioma não tem capacidade de suportar milhares de hectares com árvores. Essa capacidade de suporte está intimamente ligada à disponibilidade hídrica, características de solo, direções do vento, substituição da vegetação, enfim, transformações da paisagem do Pampa, que possivelmente acarretariam mudanças drásticas no clima da região.

Somente na porção brasileira deste bioma, a biodiversidade de fauna e flora é estimada em 3.000 plantas vasculares, com 450 espécies de gramíneas e 150 de leguminosas, além de 385 aves e 90 mamíferos (NABINGER, 2007; BILENCA & MIÑARRO, 2004).

Em dezembro de 2002, o Decreto 42.099 estabeleceu a lista da flora ameaçada do Rio Grande do Sul com 607 espécies em extinção, sendo 250 pertencentes à região do Pampa. Corroborando com esses estudos, no ano de 2003 foi lançado no estado o Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção no Rio Grande do Sul, onde seus autores fornecem minuciosamente informações referentes às espécies ameaçadas de extinção no RS (FONTANA *et al.*, 2003).

O uso do solo com cultivos comerciais de eucalipto poderia acarretar transformações radicais nas condições de luz, umidade, estrutura do habitat e disponibilidade de alimento influenciando diretamente as espécies da fauna que são menos tolerantes a mudanças. Para alguns pesquisadores o desenvolvimento econômico desenfreado, ou seja, não sustentável do ponto de vista ambiental, estaria pondo em risco tais espécies da fauna:

O bioma Pampa já apresenta passivos ambientais que, pela difícil reversibilidade, são considerados graves, tais como a arenização de extensas áreas, a alteração da fauna e flora nativas pela invasão de espécies exóticas e a supressão de extensas áreas com ecossistemas nativos (campos, banhados e matas) para uso agropecuário. (IBAMA, 2007)²⁰.

Segundo o biólogo Glayson Bencke, pesquisador da Fundação Zoobotânica, atualmente cerca de 40 espécies de animais que habitam campos estão ameaçadas de extinção no pampa gaúcho, como o veado-campeiro, o lobo-guará, o gato-palheiro e aves, como a noivinha-de-rabo-preto, a águia-cinzenta, o veste-amarela e a corruíra-do-campo. O pesquisador chama atenção que no caso dessas espécies, a silvicultura não foi o principal fator responsável pela redução de suas populações no estado, mas que sua expansão pode contribuir para a extinção dessas espécies, “pois representa um impacto novo que se soma aos demais e que avança a um ritmo muito acelerado” (BENCKE, 2007, p.31).

A apreensão quanto à perda da biodiversidade ameaça também a flora *pampeana*, chamando-se a atenção para o fato de que os campos desse bioma se caracterizam por apresentar espécies de plantas ainda não catalogadas (BOLDRINI, 2006). Se realmente existe a possibilidade de transformações no bioma, também a flora pode ser afetada, as preocupações se direcionam no sentido de que as espécies campestres não sobreviveriam em ambientes sombreados por plantios florestais, além do que, estes podem impor barreiras à dispersão dessas espécies.

²⁰ Grupo de Trabalho Bioma Pampa, criado no âmbito do IBAMA para discutir o ZAS.

Aliando-se às dúvidas que pairam sobre o tema e no mote da preservação dos campos sulinos certos atores mostram-se contrários à expansão da eucaliptocultura na “Metade Sul” do RS, alegando que a atividade traria degradação e possível extinção de espécies que existem somente nesse ecossistema. Em contrapartida, as empresas florestadoras destacam em seus projetos a importância da preservação do bioma Pampa nos estudos de impacto ambiental (EIA) e lançam mão de programas específicos que tratam da fauna e da flora da região, além de preservarem os 20% de reserva legal que é exigido na legislação. Segundo Alves (2007, p.23), engenheira florestal da empresa Aracruz Celulose S.A., o cuidado com o meio ambiente só é possível através:

(...) do planejamento das áreas a serem manejadas, mediante a delimitação de áreas protegidas, implementação de ações para recuperação dos inúmeros passivos ambientais encontrados e emprego das melhores técnicas de cultivo, que visam à conservação do solo, à racionalidade no uso da água e ao respeito aos trabalhadores e comunidades envolvidas. O Estudo de Impacto Ambiental realizado, com o envolvimento de mais de 80 profissionais de diferentes áreas, apontou quais os cuidados e restrições a serem incorporadas ao planejamento dos plantios, para que se tenha uma situação de controle e minimização dos impactos potenciais.

Segundo as empresas florestadoras, os cultivos industriais de eucalipto trariam grandes benefícios ao meio ambiente, pois além de reduzir a necessidade de desmatamento das florestas nativas, contribuiriam para minimizar o aquecimento global. Essa redução só seria possível porque o eucalipto é uma árvore muito eficiente na retirada de gás carbônico (CO₂) da atmosfera (principal responsável pelo efeito estufa), ou seja, ocorreria aí o “sequestro de CO₂”²¹.

Por outro lado, aqueles contrários à expansão da eucaliptocultura afirmam que o “sequestro de carbono” é um mito e que, portanto, deve ser contestado. O engano estaria em pensar que o CO₂ fica armazenado durante um longo tempo nas árvores, pois com o corte dos eucaliptos o gás carbono voltaria à atmosfera. Conforme Madeira (2007, p.09), “essa é uma ideia falsa, pois não considera que as áreas de campos nativos substituídas por plantios de árvores também contribuem para a absorção e armazenamento do carbono [sem computar] as emissões de gases estufa geradas ao longo da cadeia produtiva da silvicultura e celulose”.

²¹ Ver “Guia do Eucalipto: oportunidade para um desenvolvimento sustentável”, Conselho de Informação sobre Biotecnologia, 2008.

2.3.3 Em busca de um marco legal: as disputas em torno do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura

Segundo a Associação Gaúcha de Empresas Florestais (AGEFLOR), a meta até 2013 é cultivar em torno de 800 mil hectares de eucalipto na “Metade Sul” do RS. Em função desse planejamento em larga escala dos plantios comerciais de eucalipto, alguns grupos sociais começaram a questionar sobre a necessidade de criação de uma legislação específica para a atividade de silvicultura no RS. No entanto, a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) só avaliou a necessidade de licenciamento ambiental para a atividade de silvicultura após o plantio de milhares de hectares de eucalipto em áreas posteriormente identificadas como não recomendadas. O RS foi o primeiro estado a realizar um zoneamento ambiental para esta atividade.

Até meados de 2004, a silvicultura praticada no estado era em pequena escala e a atividade era licenciada conforme o Código Estadual do Meio Ambiente via Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP). Contudo, com a rápida expansão do setor florestal no estado do RS, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), através da Resolução nº. 084/2004 incluiu a atividade no sistema de Licenciamento por Integradora, criando diretrizes e regras para a inserção dos novos empreendimentos de silvicultura. As inquietações que provinham do CONSEMA se concentravam, basicamente, nos plantios irregulares de eucalipto em ecossistemas frágeis do ponto de vista ambiental.

A partir daí iniciaram-se as tratativas para elaboração de um Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura (ZAS). Cabe salientar, que essas tratativas procederam dos próprios representantes do setor de base florestal junto ao órgão ambiental. Nesse sentido, as empresas florestadoras, de certo modo, procuravam respaldo junto ao órgão ambiental, além das vantagens que os licenciamentos ambientais trariam para as certificações florestais²². A SEMA através da Portaria nº. 048/2004 instituiu um grupo de trabalho para a realização do ZAS, constituído por técnicos da FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler), FZB (Fundação Zoobotânica) e DEFAP²³.

²² A certificação florestal é uma garantia de origem, ou seja, de onde a madeira é oriunda e se foi produzida seguindo os parâmetros de sustentabilidade – dentro de um processo produtivo manejado de forma ecologicamente adequada, socialmente justa e economicamente viável, e no cumprimento de todas as leis vigentes. Para a obtenção dessa certificação são levadas em consideração todas às características citadas anteriormente.

²³ FEPAM é a instituição responsável pelo licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul. Desde 1999, ela está vinculada a SEMA. A FZB é o órgão responsável pela promoção e conservação da biodiversidade no Rio

Após a Resolução do CONSEMA e a Portaria da SEMA houve uma longa etapa de captação de recursos financeiros para a realização das pesquisas de campo do ZAS. Parte do recurso foi concedida pela AGEFLOR (no caso, uma das maiores interessadas na constituição desse regramento), a outra parte procedeu do “Programa Floresta-Indústria”.

Em 2005, através da Portaria nº. 068/2005 da FEPAM foram definidos os procedimentos para o licenciamento da silvicultura, “estabelecendo-se os portes, potencial poluidor e ramos diferenciados, em função da capacidade invasora da espécie a ser plantada”.

De um modo geral, o ZAS²⁴ tem o objetivo de ser o instrumento de gestão que possibilite avaliar de forma integrada a vulnerabilidade dos ambientes frente à implantação da atividade, ou seja, identificar as áreas agrícolas propícias aos cultivos de arbóreas exóticas (eucalipto e pínus), respeitando as condicionantes de sustentabilidade ambiental (SEMA, 2007). Conforme a SEMA (2007), os objetivos específicos do ZAS são:

- conservar os recursos hídricos, os solos, os ecossistemas, a flora e fauna, as paisagens frágeis e singulares e as funções ambientais associadas às diversas unidades de paisagem definidas pelo zoneamento;
- conservar os ecossistemas naturais, através da manutenção dos corredores ecológicos, das matas ciliares, dos remanescentes florestais e de campos nativos e dos habitats especiais de ocorrência de flora e fauna ameaçadas de extinção e endêmicas;
- compatibilizar a atividade de silvicultura com a conservação do patrimônio arqueológico, paleontológico, histórico, cultural, social e turístico;
- inserir a silvicultura como alternativa de diversificação das atividades produtivas locais;
- promover a adoção de práticas de manejo ambientalmente adequadas que resultem na conservação dos recursos naturais, da biodiversidade e dos processos ecológicos.

Porém, não só o viés ambiental pressionava à criação do ZAS, também o viés econômico, pois só a partir dos licenciamentos ambientais as empresas florestadoras poderiam realizar legalmente seus plantios e os bancos e agências de fomento poderiam dar financiamento aos silvicultores.

Grande do Sul; a Fundação realiza diagnósticos e mapeamentos em unidades de conservação no estado. Ambas as instituições foram responsáveis pela elaboração do ZAS.

²⁴ Também conhecido como “Zoneamento Florestal”.

Da organização da equipe à coleta de dados para análise foram longos meses, fazendo com que o debate sobre o novo instrumento de gestão para os licenciamentos ambientais tivesse ora aceitação da sociedade, ora sua rejeição. Nesse meio tempo, para que os empreendimentos de eucalipto não sofressem demasiado atraso no plantio e, posteriormente, no manejo (para aqueles plantios já efetuados), a FEPAM passou a liberar os empreendimentos através de autorizações. Essas autorizações apresentavam normas, pautadas, principalmente, na escolha de locais ambientalmente adequados para o plantio, levando em consideração, indicadores como solo, disponibilidade hídrica, flora, etc..

Em meados de 2006, a FEPAM continuava licenciando empreendimentos de cultivos de eucalipto por ainda não contar com o instrumento gestor finalizado para a atividade de silvicultura. Nesse contexto, de divergências quanto ao licenciamento, o poder judiciário, mais especificamente o Ministério Público Estadual, passou a intervir no processo de autorizações emitidas pela FEPAM/SEMA, expedindo um termo de ajustamento de conduta (TAC). O TAC corroborava com a elaboração de um ZAS no RS surgindo como uma forma de agilizar o processo de licenciamento, flexibilizando as normas ambientais vigentes.

Para que o andamento das pesquisas do ZAS continuasse, necessitavam-se mais recursos financeiros para a contratação de uma consultoria para agilizar o processo de coleta de dados. Os recursos para o pagamento dessa consultoria foram concedidos via AGEFLOR.

Durante o período de elaboração do ZAS, houve vários pontos divergentes entre a equipe técnica e as empresas florestais (representadas pela AGEFLOR). Um desses pontos polêmicos residia na definição da unidade de gestão ambiental, se seriam utilizadas Bacias Hidrográficas (BH) ou Unidades de Paisagem Natural (UPN), tendo sido escolhido as UPN's²⁵. A justificativa dada pela equipe levava em consideração a setorização do território estadual em regiões naturais homogêneas, definidas através de critérios que refletem características fisionômicas e paisagísticas originais (FEPAM/SEMA, 2007).

Além disso, considerava “o uso de unidades espaciais que apresentem um alto grau de homogeneidade interna e cuja definição não leve em consideração as transformações perpetradas na paisagem pelo uso antrópico” (FEPAM/SEMA, 2007, p.09). Como parte do ZAS foram geradas 45 UPN's no estado do RS.

O conteúdo do ZAS veio a público no dia 31 de dezembro de 2006²⁶. O documento gerado agradou a alguns e descontentou outros tantos. Na ala dos insatisfeitos estavam as

²⁵ A Unidade de Paisagem Natural é definida como uma região do espaço ecologicamente homogênea para um nível de escala considerado.

²⁶ Vale salientar que em 2007 houve a troca de governo, saindo o então governador Germano Rigotto (PMDB) e tomando posse a governadora Yeda Crusius (PSDB).

empresas florestadoras que anunciavam que o documento final era muito restritivo quanto às áreas de plantio, pois a região menos restritiva era a Metade Norte e não a “Metade Sul”, como se desejava. Do outro lado, na ala dos satisfeitos estavam as ONG’s ambientalistas que achavam que o conteúdo do ZAS demonstrava a realidade ambiental do estado, aceitando com otimismo as altas restrições para o plantio, traduzido dessa forma como maior possibilidade de preservação ambiental. Em entrevista concedida a uma agência de notícias²⁷, um dos técnicos responsável pela elaboração do ZAS diz que

[...] o zoneamento não restringe a atividade. Atualmente, existem 500 mil hectares de pínus e eucalipto plantados. Acho que o zoneamento é um instrumento extremamente importante porque ele agiliza a análise da FEPAM para o licenciamento e já possibilita que o empreendedor saiba de antemão quais são as limitações que o meio ambiente impõe àquela atividade.

Como resultado final do ZAS foram pesquisadas as 45 unidades de paisagens naturais, determinando áreas de alta, média e baixa restrição para o plantio de eucalipto e pínus, além de delimitar as distâncias a serem observadas de banhados, sítios arqueológicos, rotas turísticas e paisagens típicas. Em suma, o documento continha a projeção do uso da silvicultura, considerando as condições ambientais, ou seja, as fragilidades do ambiente no estado do RS.

Trata-se da primeira versão do trabalho, onde são apresentados os objetivos, a metodologia utilizada e os produtos do zoneamento, que correspondem a uma série de mapas temáticos, resultantes do levantamento de variáveis selecionadas em função de sua inter-relação com o tema em estudo e um mapa de vulnerabilidade, indicando as áreas de alta, média e baixa restrição à atividade de silvicultura. Também faz parte deste documento uma matriz de vulnerabilidade, indicando as áreas mais críticas para os temas selecionados, e um conjunto de regras que devem ser respeitadas na implantação da silvicultura, específicas para cada unidade de paisagem identificada pelo zoneamento. (FEPAM/SEMA, 2007, p.05-06).

A partir dos indicadores ambientais (solo, espécies ameaçadas de fauna e flora, disponibilidade hídrica, vulnerabilidade dos aquíferos, entre outros) de cada UPN, elaborou-se um quadro que determinou o grau de restrição à atividade de silvicultura - alta, média e baixa restrição. A indicação dessa matriz de vulnerabilidade indicou 12 UPN’s com baixo grau de restrição, 15 com médio grau e 18 com alto grau de restrição para a atividade no RS como pode ser observado no QUADRO 1.

²⁷ Entrevista concedida à Agência Chasque de Notícias, Porto Alegre/RS, em 06 de maio de 2007.

UNIDADE	RESTRICÇÃO	UNIDADE	RESTRICÇÃO	UNIDADE	RESTRICÇÃO
DP1	Baixa	PL2	Alta	PM9	Baixa
DP2	Média	PL3	Média	PM10	Alta
DP3	Média	PL4	Média	PM11	Média
DP4	Média	PL5	Alta	PM12	Média
DP5	Baixa	PL6	Alta	PM13	Baixa
DP6	Alta	PL7	Alta	PM14	Alta
DP7	Média	PL8	Alta	PM15	Alta
DP8	Média	PM1	Baixa	PM16	Média
PC1	Baixa	PM2	Baixa	PS1	Média
PC2	Baixa	PM3	Alta	PS2	Média
PC3	Média	PM4	Alta	PS3	Alta
PC4	Alta	PM5	Baixa	PS4	Baixa
PC5	Alta	PM6	Baixa	PS5	Média
PC6	Alta	PM7	Baixa	PS6	Alta
PL1	Alta	PM8	Alta	PS7	Média

QUADRO 1 - Grau de restrição à atividade de silvicultura por unidade de paisagem.

Fonte: Adaptado do Zoneamento Ambiental para a Atividade da Silvicultura – FEPAM/SEMA (2007).

Após a entrega do zoneamento ao governo estadual, iniciou-se a fase de discussões nos diversos seguimentos da sociedade, com vistas à posterior aprovação no CONSEMA. Nesse sentido, o grupo de trabalho que elaborou o ZAS faz a seguinte menção: “espera-se que a partir desta primeira versão possam ser agregadas novas contribuições dos diversos segmentos da sociedade, de modo a aprimorar e contribuir para a sua qualificação” (FEPAM/SEMA, 2006, p.06).

As primeiras críticas ao conteúdo do ZAS partiram das empresas florestadoras, das entidades do setor florestal e de políticos da “Metade Sul” do estado. Uma das entidades a ter reação contrária ao zoneamento foi à própria financiadora do instrumento – a AGEFLOR –, que discordava em certos pontos como, por exemplo, da metodologia estabelecida para o cálculo da disponibilidade hídrica e quanto à opção de utilizar como base as UPN’s. A AGEFLOR argumentava que o zoneamento que deveria ter sido feito era agrícola e não ambiental.

Na opinião dos que apoiavam essa primeira versão do zoneamento, a AGEFLOR estava insatisfeita em função das altas restrições ambientais nas terras localizadas principalmente na “Metade Sul”, enquanto que as de baixa restrição se encontravam, basicamente, na “Metade Norte”. Isto refletia diretamente nas atividades em andamento das três maiores empresas florestadoras do estado, Aracruz Celulose, VCP e Stora Enso, que estabeleceram cultivos de eucalipto exatamente nas áreas mais restritivas da “Metade Sul”.

Em função das inúmeras reações adversas ao zoneamento, a SEMA criou em fevereiro de 2007 um grupo de trabalho incluindo representantes do governo e de instituições. Esse grupo passou a rediscutir o zoneamento, com o intuito de reexaminar pontos divergentes e apresentar uma nova proposta de zoneamento ao CONSEMA. Nesse ínterim, a FEPAM e a FZB reorganizavam e reavaliavam o conteúdo do zoneamento, com objetivo de também apresentar nova proposta quanto aos pontos criticados pelo grupo de trabalho recentemente criado pela SEMA.

A proposta da FEPAM e FZB e o relatório do grupo de trabalho só chegaram ao CONSEMA em abril de 2007 e, na falta de um marco legal depois que o TAC havia expirado, os licenciamentos haviam sido interrompidos, ainda no primeiro trimestre de 2007. No início de abril de 2007, o Ministério Estadual fez um aditivo ao termo de ajustamento anterior, autorizando a FEPAM a usar a proposta de zoneamento como parâmetro nos processos, mesmo antes dela ser aprovada no CONSEMA.

As empresas florestadoras se manifestaram contrárias ao aditivo do TAC, e passaram a pressionar o governo; ameaçaram não instalar mais suas fábricas no estado, caso as licenças tivessem que seguir o conteúdo do aditivo. A pressão exercida pelo setor de base florestal provocou até mesmo mudanças drásticas em cargos do governo estadual, refletidas nas demissões do presidente da FEPAM, Irineu Schneider, e a da secretária do Meio Ambiente, Vera Callegaro.

No início de maio de 2007, em função da reação contrária das empresas, o Ministério Público Estadual substituiu o aditivo ao TAC por um “segundo” aditivo, que determinava que também fossem consideradas as conclusões do grupo de trabalho da SEMA na análise para emissão de licenças ambientais para a silvicultura, enquanto o zoneamento não fosse aprovado.

Como substituta no cargo de presidente da FEPAM entrou Ana Maria Pellini, bacharel em ciências contábeis e ex-diretora do Tribunal de Justiça do RS e ex-diretora-Geral da Secretaria de Segurança Pública. Para secretário de Meio Ambiente foi chamado Carlos Otaviano Brenner de Moraes, procurador de justiça do Ministério Público Estadual. Ao assumir o cargo o secretário de Meio Ambiente garantia “buscar a convergência entre proteção ao meio ambiente e desenvolvimento econômico”.

Com a justificativa de que as diretrizes do ZAS não foram submetidas às audiências públicas, o conteúdo do novo aditamento do TAC e o acúmulo de licenças ambientais atrasadas, a FEPAM em 25 de maio de 2007 publicou a Portaria nº. 32. Para a atividade de silvicultura a Portaria assegura que “será aplicada a legislação ambiental em vigor”.

No dia 31 de maio foi publicada a Portaria nº. 35/2007 com o mesmo conteúdo presente na Portaria nº. 32/2007, mas com pequena mudança no seu Artigo 2º: “o prazo previsto no §2º do artigo 9º, da portaria nº. 68/2006 fica prorrogado até dezembro de 2007”.

Segundo os atores favoráveis ao ZAS o aditamento do TAC e a Portaria nº. 35/2007 da FEPAM tornam-se ferramentas valiosas para a não legitimação do zoneamento ambiental para a silvicultura como instrumento norteador da emissão de licenças ambientais aos empreendimentos. A Portaria beneficiou as empresas florestadoras que estavam com as licenças de algumas áreas paradas pela indefinição das regras de licenciamento. Porém, durante esse período as “negociações” referentes ao ZAS prosseguiram. Para que o zoneamento fosse encaminhado ao CONSEMA havia a necessidade de apresentá-lo ainda à população. Para isso foram escolhidos quatro municípios que representassem regiões distintas do RS para a realização das audiências públicas no mês de junho de 2007: Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul e Alegrete. Nas audiências os técnicos da FEPAM responsáveis pela elaboração do ZAS tinham o propósito de apresentar o documento completo para posterior discussão com o público presente.

Nas audiências públicas, a “voz” da população local traduziu-se em argumentações tentando desqualificar o ZAS, vaias, falas defendendo o desenvolvimento econômico e algumas poucas falas defendendo o ZAS como legítimo instrumento gestor. Em suma, o que se viu e ouviu foram manifestações em prol da agilidade no processo de emissão das licenças ambientais, para o pronto funcionamento dos empreendimentos e, conseqüentemente, o aumento no número de vagas de empregos nas regiões. Cabe ressaltar que em todas as audiências públicas estiveram presentes numerosos representantes de sindicatos de trabalhadores como, por exemplo, da Força Sindical, que alegavam que o ZAS impediria a silvicultura no estado, argumento que os técnicos da FEPAM contrapunham: dizendo que estabelecer-se-ia áreas que eram mais adequadas para os cultivos florestais. O cenário visto nas quatro audiências públicas realizadas no interior do estado foi semelhante.

Em 09 de novembro de 2007 foi deferida parcialmente uma liminar passando a responsabilidade dos licenciamentos ambientais da FEPAM para o IBAMA. Este, por sua vez, se manifestou contrário a essa decisão e no dia 27 de novembro a liminar anterior foi suspensa com a justificativa que a “silvicultura, no RS, sempre foi tratada no âmbito fiscalizatório estadual”.

Voltou-se então às discussões na Câmara Técnica Permanente de Biodiversidade e Política Florestal do CONSEMA, para a *negociação* dos pontos divergentes, entre eles o mais polêmico, o percentual de ocupação dos maciços por gleba de acordo com a fragilidade de

cada unidade de paisagem. No ZAS esse percentual máximo de maciços era estabelecido por glebas (por propriedade); a contraproposta era de que fosse estabelecido por unidade de paisagem, possibilitando aumento na área plantada, ou seja, aumento no tamanho dos maciços.

Com essa nova proposta, os técnicos da FEPAM e da FZB envolvidos na reformulação do ZAS procuravam encontrar um meio termo entre as duas propostas. Na tentativa de encontrar consenso nas sugestões para a formação de uma só proposta, FEPAM/FZB aceitaram a mudança de percentuais dos tamanhos de maciços para as UPN's e não mais para as glebas. Mas, a condição da FEPAM/FZB para a mudança estava no critério de estabelecer o valor máximo de 50% para cada UPN. Segundo um dos técnicos da FEPAM, “as unidades de paisagem serem ocupadas com 50% com silvicultura é um percentual bastante alto. Que é bem diferente de ter 50% para cada gleba”, comentava temeroso²⁸. No entanto, o estabelecimento de distanciamentos, de percentuais e o tamanho de maciços seriam rediscutidos na última reunião da Câmara Técnica Permanente de Biodiversidade e Política Florestal, para dali ser encaminhado relatório final ao CONSEMA.

Entretanto, anteriormente à última reunião do CONSEMA, os técnicos da FZB que haviam elaborado o ZAS reformularam a proposta sobre o limite de plantios por UPN e os tamanhos e distâncias entre os maciços de árvores com o intuito de apresentarem à presidência do CONSEMA.

Antes da reunião, e por ordem da presidência da FEPAM, os técnicos da instituição foram compelidos a retirar a proposta relacionada aos percentuais de tamanho máximo de maciços na UPN. A determinação vinda da presidência era direta: nada de números ou percentuais na proposta. E mesmo dentro da plenária do CONSEMA a decisão da maioria dos membros era de não discutir ou aceitar qualquer restrição mensurável que estabelecesse limites ambientais, além daqueles já existentes no Código Florestal. Assim, a proposta reformulada da FZB não foi nem ao menos discutida pelo Conselho.

Dessa forma, a proposta sem “números ou percentuais” foi encaminhada ao CONSEMA pela FEPAM para votação. A reunião do CONSEMA foi interrompida depois que as entidades favoráveis a uma versão mais restritiva do ZAS apresentaram uma liminar que proibia a votação do zoneamento naquele dia. Mas a sessão só poderia ser finalizada pelo presidente do Conselho, o secretário do Meio Ambiente Carlos Otaviano Brenner de Moraes, que resolveu estender a duração da sessão. Sentindo-se amparadas pela liminar as entidades

²⁸ Fragmento da entrevista concedida pelo interlocutor à pesquisadora.

favoráveis à primeira versão do ZAS retiraram-se da sessão. Após algumas horas a liminar foi cassada pela justiça, permitindo que a proposta de zoneamento fosse votada naquele momento pelos representantes ali presentes.

O resultado se vê através da Resolução nº. 187/2008 do CONSEMA, Artigo 2º: “o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura deverá ser aplicado aos novos plantios ou na renovação dos plantios florestais já existentes”.

Considerando a necessidade de promover a adoção de práticas de manejo ambientalmente adequadas que resultem na proteção dos recursos naturais, da biodiversidade e dos processos ecológicos, a conservação do patrimônio arqueológico, paleontológico, histórico, cultural, social e turístico. (CONSEMA, 2008).

O relatório “Análise da primeira versão das diretrizes para a atividade da silvicultura no Rio Grande do Sul”, gerado a partir das reformulações da primeira versão do zoneamento, foi entregue à sociedade no dia 23 de abril de 2007. Nesse relatório havia a proposta de nova organização de um grupo de trabalho para que fossem retomados pontos que não foram totalmente acordados entre os representantes, entre eles, o conceito de “campo antropizado” e a retomada de novos valores de percentuais para o tamanho de maciços, entre outros.

Em acordo firmado entre a Justiça Estadual e a FEPAM/SEMA (ACP/MPE nº. 10801617174) existe a previsão de que as discussões sobre o zoneamento sejam retomadas. Desse acordo resultou, ainda, a determinação judicial de que a FEPAM não poderá emitir novas licenças para silvicultura em quatro UPN's até que a matéria seja deliberada pelo CONSEMA.

Em maio de 2008 foi ajuizada pelo Procurador Geral da República uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº. 4074), que tem como objetivo impugnar a expressão "autorização", contida no art. 15, inciso XII do Código Estadual do Meio Ambiente (Lei 11.520/2000). A ADIN propõe que se interprete literalmente a Constituição Federal de 1988 quanto ao seu art. 225, de forma a não excluir ou postergar o uso de Estudo Prévio de Impacto Ambiental em empreendimentos de silvicultura para fins empresariais, o que ocorreu no âmbito da FEPAM em virtude do TAC de 12 de maio de 2006 com o MPE/RS (GT Pampa/IBAMA, 2008).

Em junho de 2008 foi ajuizada outra ação civil pública pelo Ministério Público Estadual (ACP/MPE nº. 10801617174) contra a FEPAM e o Estado do RS. O conteúdo da ação apontava para que a FEPAM nas futuras licenças a serem expedidas para a atividade da silvicultura observasse as diretrizes propostas pela equipe técnica da FZB no documento que não havia sido avaliado na última reunião do CONSEMA.

Em agosto do mesmo ano, as ONG's ambientalistas moveram ação civil pública contra a presidente da FEPAM, Ana Maria Pellini, por improbidade administrativa, pedindo a sua destituição do cargo²⁹. As ONG's alegaram que a presidente havia interferido em processos de licenciamento ambiental, flexibilizando restrições a empreendimentos que causam impacto ambiental.

Nesse impasse sobre a utilização do ZAS permanecem, ainda, duas lógicas que instigam o debate. A lógica daqueles que acreditam que o zoneamento foi pautado em bases técnico-científicas qualificadas, que analisou os aspectos ambientais, sociais e econômicos de forma integrada e que, portanto, se constitui oficialmente em um documento norteador para a gestão do meio ambiente pelos agentes públicos. E a lógica daqueles que julgam o ZAS como um documento que não contribui para o desenvolvimento da silvicultura, pelo contrário, dificulta o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos por restringir áreas onde a atividade já se desenvolvia.

O que se tem constatado é que enquanto as decisões das inúmeras ações ajuizadas não forem julgadas, o ZAS não será utilizado pelo órgão ambiental como instrumento de gestão oficial e legítimo para os licenciamentos ambientais para a atividade de silvicultura, pairando no ar o tom da dúvida.

2.3.4 As discussões sobre a redução da faixa de fronteira e o desenvolvimento

Outro ponto polêmico no debate em torno da expansão dos cultivos industriais de eucalipto na “Metade Sul” do RS foi à discussão sobre a redução da faixa de fronteira brasileira. A faixa de fronteira consiste em uma área de 150Km adentro do território brasileiro que faz divisa com os países vizinhos. Conforme a Lei nº. 6.634, de 2 de maio de 1979, no seu Art. 1º, “é considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira”.

Segundo a legislação existem atividades vetadas de serem executadas nessa zona, entre elas: alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte, instalação

²⁹ A ação foi movida pelas entidades Sociedade Amigos das Águas Limpas e do Verde (SAALVE), Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente (AGAPAM), Igré Amigos da Água, InGá Associação Socioambientalista, Instituto Biofilia e Projeto Mira-Serra.

de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens; construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional e instalação de empresas (restrições para certas atividades).

As restrições quanto à instalação de empresas na faixa de fronteira direciona-se às atividades de mineração, colonização e assentamentos rurais e obtenção de terras por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras. Tais atividades só poderão realizar-se mediante aprovação do Conselho de Defesa Nacional, órgão ligado diretamente à Presidência da República.

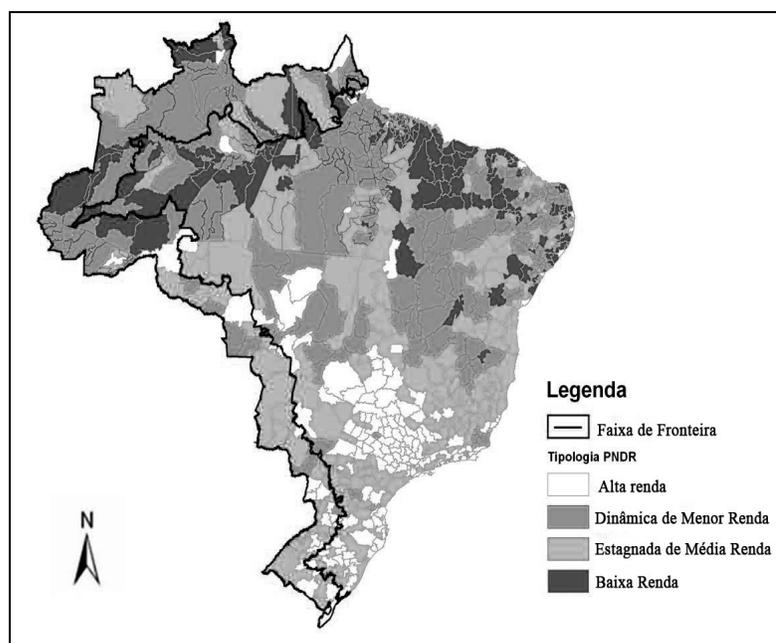


FIGURA 5 - Mapa de localização da faixa de fronteira do Brasil.

Fonte: Adaptado do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, Ministério da Integração Nacional (2008).

O debate tomou grandes proporções nacionais quando o Senador Sergio Zambiasi (PTB/RS) elaborou um Projeto de Emenda à Constituição (PEC - 49/2006) solicitando a redução da faixa de fronteira de 150Km para 50Km nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Em entrevista concedida à Agência Brasil de Fato, em abril de 2008, o Senador comenta sobre o “conservadorismo” que o conceito de faixa de fronteira tem, “que até mesmo para abrir uma rádio ou construir uma estrada na faixa de fronteira, o empreendedor precisa da autorização do Conselho de Defesa Nacional” e que, por esse motivo, necessita ser modificado. O senador complementa:

A faixa de fronteira restringe enormemente os investimentos, dificultando o desenvolvimento especialmente dos estados da região Sul. Começamos a corrigir esse problema histórico que, se em um determinado momento teve suas razões, hoje já não existe mais. Os países não têm mais faixas de fronteira. Nós temos que preservar a Amazônia, por isso foi mantida a faixa de fronteira na floresta, mas do Mato Grosso do Sul para baixo, onde as fronteiras estão mais desenvolvidas, nós estamos reduzindo para 50km.

Concomitantemente ao debate nacional, levantado pelo Senador Zambiasi, os gaúchos discutiam os prós e os contras da redução da faixa de fronteira motivados pelo episódio de compras de terras pela empresa Stora Enso na faixa de fronteira do RS. Esta empresa florestadora, de capital sueco-finlandês, alega ter adquirido terras sem ter se apercebido que se localizavam na faixa de fronteira. As terras foram adquiridas pela Derflin Agropecuária Ltda. empresa constituída segundo as leis brasileiras, mas com 100% de capital social da Stora Enso. As terras adquiridas por essa empresa localizam-se basicamente nas regiões da Fronteira-Oeste e Campanha e seriam utilizadas para a implantação de cultivos de eucalipto.

Com a aplicação da Lei a empresa Stora Enso/Derflin Agropecuária Ltda., só poderia fazer uso dessas terras a partir do assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional. A empresa alegava que a partir da dúvida assinalada protocolizou junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pedidos de assentimento prévio para aquisição das áreas, salientando que, “por ser empresa brasileira, a compra não se sujeitaria às exigências da Lei 5.709/71, que disciplina a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros” (STORA ENSO, 2008).

O parecer do INCRA foi contrário, dizendo que a “Lei 5.709/71 permanecia aplicável às aquisições efetuadas”. No aguardo dos pareceres de outros órgãos como o IBAMA e a FUNAI³⁰ e, em função da “*insegurança jurídica*”, a empresa resolve então “*reestruturar seu projeto*”, passando a adquirir terras através da empresa Azenglever Agropecuária Ltda., sociedade brasileira cuja totalidade do capital social é de pessoas físicas brasileiras, residentes no Brasil. A partir disso, a empresa faz o seguinte registro:

[...] essa reestruturação far-se-ia às claras, sem prejuízo dos pedidos de assentimento prévio, enfatizando que a aquisição do controle da empresa Azenglever Agropecuária Ltda. somente se verificará quando da obtenção dos assentimentos, não podendo ser adotada postura diversa, pois inimaginável a realização de vultosos investimentos, cerca de um bilhão e meio de dólares em nome de terceiros³¹.

³⁰ IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

³¹ Documento divulgado pela Assessoria de Imprensa da empresa Stora Enso – Parecer do Advogado Carlos Mário da Silva Velloso, ex-ministro do STF, 05 de maio de 2008, analisando os atos da empresa no Rio Grande do Sul.

Em nota o INCRA argumenta que através dessa reestruturação “a empresa estrangeira de origem sueco-finlandesa, Stora Enso, está adquirindo imóveis rurais em faixa de fronteira sem a observância da legislação federal que regula tal aquisição” (PARECER SILVICULTURA INCRA, 2007).

As notícias em torno desse impasse foram veiculadas amplamente nos meios de comunicação e acompanhadas pela sociedade, cujo questionamento era o seguinte: seriam tais métodos válidos no que diz respeito à legislação nacional?

Coincidentemente ou não, a partir das primeiras aquisições de terra pela Stora Enso e do processo judicial que prosseguiu, iniciou-se também o empenho de forças políticas gaúchas no Senado e Congresso para redução da faixa de fronteira.

Como comentado anteriormente, no Senado houve a proposta da PEC 49/2006 de autoria do Senador Sergio Zambiasi. Na Câmara Federal, o deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS) apresentou projeto para revogar a Lei 6.634/70; na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o deputado Mateo Chiarelli (DEM/RS) propõe a redução para 50Km entre os municípios do Chuí/RS a Ponta Porã/MS e para 100Km de Ponta Porã/MS a Guajará Mirim/RO. Outra proposta realizada na Comissão de Constituição e Justiça é a do deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS), que propõe a redução da faixa para 50Km em todo o território nacional.

Além do empenho desses políticos para reduzir a faixa de fronteira, outro nome de peso era o da própria governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, que realizava tratativas junto à Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Rouseff. O argumento da governadora é que a redução atrairia novos investimentos ao estado. A Ministra Chefe da Casa Civil em visita ao estado mostrou-se favorável à redução, prometendo mobilizar frentes para que a faixa seja mudada.

A PEC foi aprovada em fevereiro de 2008 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, mas necessita ainda passar por votações no Senado e na Câmara de Deputados para ser aprovada.

Os argumentos defendidos pelos políticos gaúchos é que a redução da faixa de fronteira trará desenvolvimento econômico e social para as regiões e até mesmo a maior integração dos países do MERCOSUL. Na esteira desse entendimento, os prefeitos e bases políticas dos municípios que fazem parte dessa faixa de fronteira, em sua grande maioria, exprimem opiniões e discursos inflamados a favor da redução de 150 para 50Km de faixa. O parágrafo abaixo demonstra uma situação real, retirada da reportagem do jornal Zero Hora, do dia 22 de fevereiro de 2008:

A 80 quilômetros do Uruguai e contando com terras propícias para a instalação de indústrias ligadas à mineração e ao florestamento, Lavras do Sul, no sul do estado, espera ter seu perfil econômico modificado quando sair da faixa de fronteira. O prefeito [...] diz que empresas já mostraram interesse em se instalar na cidade, mas sempre esbarram na legislação.

Como parece acontecer a todo o momento dentro desse debate, mais uma vez ocorre o choque de ideias, sustentados por grupos com distintas visões quanto à instalação de novos empreendimentos de cultivos de eucalipto na “Metade Sul”. De um lado aparecem grupos que se solidarizam e compartilham dos mesmos argumentos amparados pelo parecer do INCRA. Nesse parecer, o órgão argumenta ser contrário à compra de terras pela Azenglever Agropecuária Ltda., em função das transformações futuras que tais empreendimentos de eucalipto poderiam acarretar no espaço rural como, por exemplo, o êxodo rural, a alteração da paisagem no pampa, o esgotamento de nutrientes e a água do solo, a concentração de terra e aumento do cinturão de pobreza.

Em julho de 2008 foi organizada pela Comissão de Legislação Participativa da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, uma audiência pública em Porto Alegre com o intuito de discutir as bases da proposta de redução da faixa de fronteira. Nesse evento chamado “Seminário sobre as mudanças na extensão das faixas de fronteira” estavam presentes políticos gaúchos (deputados estaduais e federais), o Senador Sergio Zambiasi, grupos ambientalistas, cientistas vinculados a universidades, movimentos sociais, representantes do Ministério da Defesa Nacional, entre outros representantes da comunidade local. Essa audiência pública serviu para demarcar opiniões dos diversos grupos presentes, em sua grande maioria, contrários à redução da faixa de fronteira. O representante do Ministério da Defesa Nacional posicionou-se contrário à redução:

[...] uma eventual mudança seria negativa porque reduziria a abrangência dos controles das forças de segurança sobre a compra de terras e atividades como mineração e comunicações [...] sem essas informações, os planejamentos militares ficam reduzidos, assim como o olhar estratégico do Estado. (ZERO HORA, 22 de julho/2008).

A proposta do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, é a de adoção de regras específicas “à realidade de cada região” do país (ZERO HORA, 22 de julho/2008). Segundo Romero Jucá (PMDB/RR), então líder do Governo no Senado, as orientações do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, “é conciliar a segurança e a soberania com os dispositivos legais que favoreçam o desenvolvimento” (ZERO HORA, 22 de julho/2008).

Durante o seminário, o Senador Sergio Zambiasi, anunciou que “não pretende levar a proposta à votação enquanto o governo federal não tiver um programa voltado para o

desenvolvimento dos municípios de fronteira e a definição de uma nova regulamentação sobre a exploração econômica da região” (ZERO HORA, 22 de julho/2008). Alguns dias depois da realização da audiência pública em Porto Alegre, a proposta da PEC foi retirada do Senado pelo Senador Sergio Zambiasi.

Os entraves na aprovação da redução da faixa de fronteira foi um dos motivos pelo qual a empresa Stora Enso desistiu da construção de sua fábrica de celulose no município de Rosário do Sul, assim como foram encerradas as atividades dos departamentos de pesquisa e compra de terras no município e o fechamento do escritório de Porto Alegre.

2.3.5 O debate no âmbito científico

Os argumentos científicos parecem permear a todo o momento a arena pública do debate em torno dos novos empreendimentos de cultivos de eucalipto na “Metade Sul”, buscando legitimar tanto os discursos favoráveis quanto os contrários à expansão desta atividade no RS.

Um fato que têm ocorrido diz respeito às parcerias público-privadas, efetuadas entre empresas florestadoras e centros de excelência localizados em universidades particulares e públicas. Os primeiros estudos realizados por essas parcerias buscavam contribuir com pesquisas sobre as possíveis transformações que os empreendimentos poderiam gerar ao ambiente.

No âmbito das universidades federais estão a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG), entre outras.

No início de 2007, um fato chamou a atenção da opinião pública quanto à tentativa de aprovação de um protocolo de cooperação de pesquisas entre a empresa florestal Aracruz Celulose e o Departamento de Horticultura e Silvicultura, da Faculdade de Agronomia da UFRGS. O convênio ficou conhecido como “guarda-chuva” por não especificar exatamente quais pesquisas seriam desenvolvidas em parceria com o departamento da Universidade. Em um primeiro momento, como de praxe na instituição, os convênios são aprovados nos departamentos e nos conselhos das unidades para depois serem julgados pelo Conselho Universitário (CONSUN). O CONSUN é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e

de planejamento da Universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar, tendo sua composição, competências e funcionamento definidos no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade. Este é formado por representantes da comunidade, discentes, docentes e técnicos-administrativos.

No conteúdo desse convênio uma das propostas chamou particular atenção daqueles que se mostravam reticentes à aprovação do protocolo. A proposta previa que os futuros resultados das pesquisas não poderiam ser divulgados pelos seus pesquisadores, em um prazo mínimo de 5 anos. Nessa reunião, em função das discordâncias de opiniões entre os representantes do conselho, os discentes presentes pediram vistas ao processo, fazendo com que a análise para a aprovação do protocolo voltasse a ser pauta de uma nova reunião.

A partir daí os representantes discentes do CONSUN, apoiados pelo Diretório Central de Estudantes (DCE), começaram a noticiar aos veículos midiáticos o conteúdo do convênio proposto pela Aracruz Celulose à Universidade. A notícia se espalhou dentro dos espaços da Universidade provocando efervescentes debates: de um lado, docentes preocupados com a escassez de recursos públicos federais destinados às pesquisas e, por isso corroborando com as parcerias público-privadas, e de outro, professores preocupados com os interesses de terceiros na pesquisa acadêmica, trazendo à tona o debate sobre a ética na ciência.

No dia 08 de março de 2007, após ato público contra a eucaliptocultura, em frente ao Palácio Piratini, as mulheres integrantes da Via Campesina, seguidos de universitários, secundaristas e representantes de outros grupos³², rumaram em direção à UFRGS, com a proposta de uma audiência com o reitor da Universidade. O grupo argumentava que estabelecer uma parceria com a Aracruz Celulose S.A. significaria concordar com a degradação ambiental e social na “Metade Sul” do RS; lembraram também que a empresa violou os direitos humanos dos indígenas e quilombolas no estado do Espírito Santo. Em audiência, o então reitor, professor José Carlos Hennemann, e o vice-reitor, professor Pedro Fonseca, resolveram suspender por tempo indeterminado o protocolo. Conforme o reitor Hennemann:

A UFRGS tem uma história de defesa do meio ambiente, tem cursos e pesquisas voltadas para a ecologia. Inclusive nos jornais da universidade tem sido publicadas matérias sobre os eucaliptos no estado. Creio que precisamos aprofundar o debate deste tema na comunidade universitária. Por isso, o processo está suspenso! Não

³² Entre os grupos: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Associação dos Servidores da UFRGS (ASSURGS), Núcleo de Economia Alternativa (NEA) e Centro dos Professores do Rio grande do Sul (CPERS).

vamos assinar nenhum protocolo ou convênio para pesquisas que sejam prejudiciais à sociedade³³.

Em contrapartida, o reitor sugeriu que o DCE ficasse responsável por recolher informações pertinentes sobre a eucaliptocultura feita aqui no RS, informando aspectos sociais, ecológicos, midiáticos, científicos, enfim, que fosse organizado o que se poderia chamar de um dossiê sobre o tema. Além disso, o dossiê deveria conter a relação das pesquisas que estariam sendo desenvolvidas na UFRGS em parceria com a Aracruz Celulose. O dossiê, depois de concluído, deveria ser encaminhado à Comissão de Ética em Pesquisa, da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade.

Da prática dessa sugestão, pouco se sabe; do convênio “guarda-chuva” há rumores de que a intenção ainda persiste. Porém, em meados de 2007, em outra investida da empresa Aracruz Celulose S.A., o CONSUN aprovou convênio, dessa vez entre a empresa e o Departamento de Biotecnologia da UFRGS, com ênfase nas pesquisas em melhoramento genético de espécies de eucalipto.

No RS estas parcerias público-privadas têm sido cada vez mais corriqueiras entre as empresas florestadoras e as universidades públicas e particulares. As empresas declaram que tais parcerias trazem benefícios, pois geram pesquisas realizadas por profissionais especializados e qualificados e que, portanto, trazem resultados confiáveis. Além do que, essas parcerias seriam um modo de auxiliar financeiramente laboratórios de pesquisa que estariam sucateados pela desatenção federal. De um modo geral, os resultados das pesquisas trariam o aval e a legitimação científica para o debate da eucaliptocultura.

2.3.6 A mídia como caixa de ressonância

A mídia pode ser considerada como um dos principais atores dentro do conflito ambiental no RS, pois é através dela que se dá a maior visibilidade dos fatos e se difundem os discursos públicos. Assim, os meios de comunicação social passam a veicular informações sobre os cultivos de eucalipto no estado, analisando o tema sob vários aspectos, seja no campo social, político, ambiental, econômico, científico e/ou jurídico. A crítica estabelecida,

³³ Agência Carta Maior. Ação de empresas de celulose junto a universidades é questionada. Marco Aurélio Weissheimer.

principalmente pelos grupos contrários à expansão dos cultivos de eucalipto, é que a mídia tem focado o assunto apenas sob o viés econômico, corroborando com a política pública estadual adotada.

O próprio termo “reflorestamento” está carregado de significações e, não obstante, os agentes midiáticos se utilizam dele para legitimar os novos empreendimentos na “Metade Sul”. Os atores “a favor” das atividades comerciais de silvicultura utilizam-no no sentido de aproximação do termo “florestas”, como se a tradução livre do termo remetesse diretamente ao “plantio de árvores”, e que esse ato é sempre tido como positivo ao ambiente. Já na visão dos opositores, o termo *reflorestamento* ou *florestamento* estaria sendo utilizado de maneira errônea, já que se parte do princípio de que florestas apresentam diversidade de vegetações, o que não ocorreria com os novos cultivos de eucalipto. O efeito *florestamento* em alguns municípios da “Metade Sul” fez com que uma verdadeira guerra social se estabelecesse, onde cada agente passa a utilizar de diferentes armas na tentativa de impor discursos, concepções e práticas que mais lhe convém nesse jogo, a fim de legitimar a sua posição.

De fato, os meios de comunicação social são importantes dentro do debate e merecem espaço dentro desse trabalho, pois eles tendem a influenciar determinadas pessoas e legitimar certas opiniões dentro da arena pública de debates (e disputas) em torno da implantação de novos cultivos de eucalipto na “Metade Sul” do RS. Sob esse aspecto, apresenta-se a seguir notícias que foram divulgadas pelos meios de comunicação e que tiveram grande repercussão na sociedade gaúcha nesses últimos anos em que o conflito persistiu. Não serão discutidas informações referentes aos assuntos já comentados neste capítulo como faixa de fronteira, bioma Pampa ou ZAS. Propõe-se discutir outros assuntos que, de certa forma, provocaram, no mínimo, a curiosidade da sociedade.

Um fato marcante nas disputas em torno dos cultivos de eucalipto ocorreu em 08 de março de 2006 (Dia Internacional da Mulher), onde duas mil mulheres trabalhadoras rurais pertencentes à Via Campesina³⁴ ocuparam e destruíram mudas e equipamentos do maior horto florestal do RS, pertencente à empresa florestadora Aracruz Celulose S.A., no município de Barra do Ribeiro.

O objetivo dessa ação, segundo a Via Campesina, era “denunciar as consequências sociais e ambientais do avanço da invasão do deserto verde criado pelo monocultivo de

³⁴ Segundo o próprio movimento, “a Via Campesina é um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e medianos produtores, mulheres rurais, indígenas, jovens rurais e trabalhadores rurais. Defendemos os valores e os interesses básicos de nossos membros; somos um movimento autônomo, plural, multicultural, independente, sem nenhuma afiliação política, econômica ou de outro tipo” (retirado do sítio da Via Campesina, 2009).

eucalipto” (FOLHA DE SÃO PAULO, 09 de março/2006). Já, para o vice-governador à época, Antônio Hohlfeldt, foi um ato de “provocação e bandidagem” (CORREIO DO POVO, 09 de março/2006). A empresa atingida se manifestou dizendo que o ato era “de barbárie e alienígena ao ambiente do RS” (ZERO HORA, 09 de março/2006).

Após o ocorrido no horto a empresa Aracruz Celulose S.A., em nota pública à sociedade rio-grandense, comentou que foram destruídos trabalhos de melhoramento genético de 20 anos e que essa invasão poderia “prejudicar o RS na disputa para sediar uma nova unidade da empresa”³⁵. Na mesma reportagem, a porta-voz do movimento da Via Campesina diz que a ocupação “representou a indignação das mulheres do campo pelos incentivos concedidos à agricultura empresarial e à expansão da indústria de celulose”.

Miguel Rosseto, então Ministro do Desenvolvimento Agrário, considerou a ação violenta e que deveria ser “tratada no âmbito do poder judiciário”. Entidades empresariais em repúdio à ação disseram que “esses atos que afrontam a lei agridem a democracia, também destroem as oportunidades sociais e os empregos gerados por esses empreendimentos” (FOLHA DE SÃO PAULO, 09 de março/2006). Segundo João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), “não é mais o capital industrial que controla a agricultura, é o financeiro [...] o inimigo não é mais o latifundiário tradicional, mas o grande capital internacional”.

Tal fato foi o estopim para que ocorressem manifestações e repúdios em outros âmbitos, como por exemplo, a venda das ações da empresa florestadora Aracruz Celulose S.A. pela família real sueca, para não ter seu nome ligado aos conflitos ocorridos no Sul do Brasil. Ou pelo protesto da pesquisadora do laboratório destruído que, chorando, disse: “imaginem ver espalhados pelo chão, sementes que acompanhei nos últimos 19 anos” (ZERO HORA, 09 de março/2006).

No dia 14 de março, mais de mil pessoas entre moradores, comerciantes e funcionários públicos realizaram passeata no município de Guaíba, sede da Aracruz Celulose, em apoio à empresa, solicitando a punição dos *invasores*.

Em nota de repúdio, a AGEFLOR comenta que “a intolerância praticada ao exemplo do que ocorreu, se tolerada, somente garante uma sociedade pobre, ignorante, violenta e arbitrária, onde prosperam todos os frutos do mal”, e registra “seu empenho [...] em combater o mal através do bem”.

³⁵ Em 2007, o município de Guaíba/RS foi anunciado para a ampliação da fábrica da Aracruz Celulose S.A..

No final do mês de abril de 2006 o Ministério Público Estadual encaminhou à justiça o pedido de quebra de sigilo bancário de três entidades ligadas à Via Campesina, assim como denunciou 37 pessoas por dano, furto, cárcere privado, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Em 2007, a Via Campesina antecipa as suas ações de protesto contra as empresas florestadoras no estado para o dia 06 de março, ocupando quatro fazendas nos municípios de Eldorado do Sul, Rosário do Sul, São Francisco de Assis e Pinheiro Machado, pertencentes às empresas Aracruz Celulose, Stora Enso e Votorantin Celulose e Papel. No comunicado divulgado na imprensa, a Via Campesina diz que as “empresas têm mais de 200 mil hectares de terras no Rio Grande do Sul”, onde poderiam ser assentados mais de “8 mil famílias gerando trabalho, renda e dignidade no campo”. As ocupações não duraram mais do que um dia, pois a intervenção da Justiça foi rápida e a reintegração de posse foi logo restabelecida.

Para lembrar a ação ocorrida em 2006, houve protestos contra as empresas de celulose em municípios como Rio Grande, Santa Maria, Porto Alegre e São Leopoldo, entre outros³⁶. Já em Barra do Ribeiro o protesto foi diferentemente marcado por um ato onde mulheres moradoras do município leram um manifesto que dizia que “no Dia Internacional da Mulher as produtoras rurais gaúchas se mobilizam em defesa da propriedade, contra a invasão, a barbárie e a impunidade, exaltando a produção e a liberdade” (ZERO HORA, 09 de março/2007).

Dias após a Jornada de Lutas das Mulheres da Via Campesina, as atenções se voltaram ao município de Pedro Osório, região Sul do estado, onde agricultores assentados cortaram os eucaliptos em fase de crescimento de suas próprias lavouras. O ato foi organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Assentamento Novo Pedro Osório (540 ha), cujos assentados haviam firmado contrato com a Votorantin Celulose e Papel. Em 2007, os assentados haviam plantado 100 ha com eucalipto, aderindo assim ao Programa Poupança Florestal da VCP. A reviravolta aconteceu após o INCRA alertar os assentados de que o licenciamento ambiental da área proíbe o plantio de árvores exóticas e quem estivesse em discordância poderia até mesmo perder o lote.

Em 2008, a estratégia utilizada pelas mulheres da Via Campesina foi à mesma realizada nos anos anteriores. No dia 04 de março ocuparam a Fazenda Tarumã, pertencente à empresa florestal Stora Enso, em Rosário do Sul. Se pelo lado da Via Campesina a estratégia

³⁶ Logo após a ação das mulheres da Via Campesina no horto da Aracruz Celulose, foi realizada pela Tribo de Atuadores Oi Nóis Aqui Traveiz uma peça de teatro chamada “As Lágrimas da Aracruz”, apresentando os diferentes olhares da sociedade sobre o fato.

das ocupações de propriedades continuou a mesma, ano após ano, pelo lado da polícia militar a ação foi mais violenta. O embate em Rosário do Sul foi marcado pelo confronto entre mulheres e policiais.

Segundo a Via Campesina, estavam presentes no local em torno de 900 mulheres e 250 crianças, que mesmo pela sua “fragilidade” não intimidaram os policiais que fizeram uso de bombas de efeito moral e balas de borracha. Conforme a assessoria da Via Campesina, várias mulheres foram agredidas, assim como também policiais ficaram feridos no confronto.

Em nota a Via Campesina acusa a empresa Stora Enso de utilizar áreas para o plantio de eucalipto que estão dentro da faixa de fronteira, como é o caso da Fazenda Tarumã, além de “criar uma empresa laranja como forma de regularizar a terra fronteira” (FOLHA DE SÃO PAULO, 05 de março/2008). Em contrapartida, a empresa Stora Enso se defende das acusações dizendo que “cumpre a legislação brasileira e que não cometeu nenhuma irregularidade”, negando que a empresa Azenglever seja uma “laranja” (FOLHA DE SÃO PAULO, 05 de março/2008). Argumenta ainda, que vem gerando empregos na região e que na Fazenda Tarumã existem 150 empregados.

Em Porto Alegre, manifestações foram organizadas repudiando a violência da Polícia Militar contra as mulheres na Fazenda Tarumã. Em comemoração ao Dia da Mulher foi entregue a 25 mulheres o “Troféu Ana Terra”. O evento realizado no Teatro São Pedro teve a participação da governadora Yeda Crusius. Nessa ocasião, o público que assistia ao evento se surpreendeu quando uma mulher se levantou na plateia, “expôs um dos seios e simulou amamentar um esqueleto de plástico” (ZERO HORA, 06 de março/2008), o esqueleto simbolizando um bebê faminto. Em poucos minutos a manifestante foi retirada do teatro por seguranças. Dentro do teatro a exposição da manifestante foi vaiada pela plateia; no entanto, do lado de fora, quem recebeu vaias foi a governadora. O protesto continuou, fazendo da porta do teatro o local para inúmeras intervenções e manifestações de grupos contrários à expansão da silvicultura no estado.

Em 2009, nova ação da Via Campesina ocorreu, dessa vez o local escolhido foi à Fazenda Ana Paula, no município de Candiota, pertencente à empresa Votorantin Celulose e Papel. Na ação realizada pelas mulheres houve o corte de árvores de eucalipto. Os motivos alegados pela Via Campesina para realizar a ação nessa fazenda eram os inúmeros incentivos fiscais que a empresa florestadora tinha recebido por parte dos governos federal, estadual e de municípios. O movimento denunciou também que a VCP recebeu R\$ 6,6 bilhões do governo brasileiro, via BNDES, para adquirir a Aracruz Celulose S.A., mas que em contrapartida não

cumpriu com o prometido de gerar 30 mil empregos no estado³⁷. Na FIGURA 6 se observa a cronologia das ações organizadas pela Via Campesina no período de 2006 a 2009.

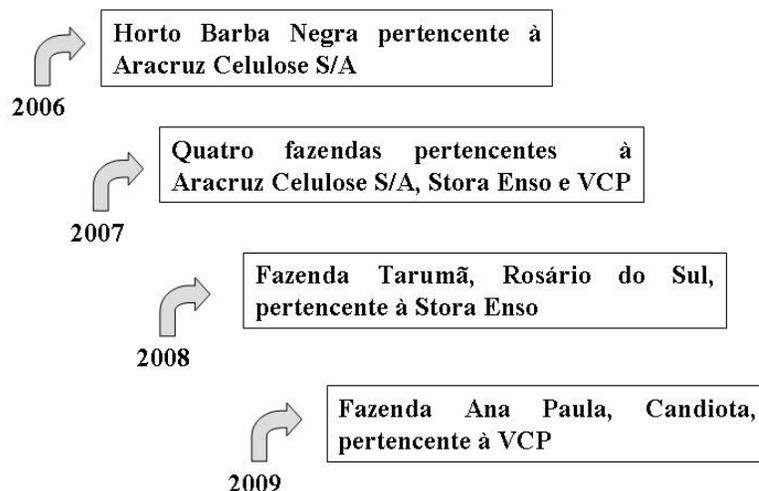


FIGURA 6 - Ações da Via Campesina contra a expansão da silvicultura de eucalipto no RS.

Fonte: Elaborada pela autora (BINKOWSKI, 2009).

O Dia Internacional da Mulher ficou marcado, fazendo com que a cada 08 de março a sociedade gaúcha fique à espreita das notícias veiculadas pelos meios de comunicação social sobre uma nova ação da Via Campesina contra os cultivos de eucalipto. As ações realizadas nos três últimos anos são consideradas por muitos como midiáticas, com o objetivo de dar visibilidade aos movimentos sociais do campo.

Uma das temidas consequências a partir da ação da Via Campesina no horto da Aracruz Celulose S.A., em 2006, em Barra do Ribeiro, era de que a empresa não elegeesse o estado para a construção de uma nova fábrica. O fato acabou não se concretizando para alívio do governo estadual e a alegria do executivo municipal de Guaíba, escolhido para a ampliação da fábrica de celulose. Aos olhos da população deste município, as vantagens seriam inúmeras, principalmente no plano econômico e social, seja através do crescimento do PIB, seja pelas promessas de geração de novas vagas de trabalho.

A licença para o início das obras foi dada pela FEPAM em julho de 2008 e em agosto foi inaugurada a pedra fundamental para a expansão da fábrica da Aracruz Celulose S.A.. Mas, a partir da licença, outro conflito formou-se, pois ambientalistas alegaram que a

³⁷ Em agosto de 2008, a VCP havia anunciado uma proposta de compra de ações da Aracruz Celulose, com a intenção de assumir o controle da empresa, com o intuito de transformar-se na maior companhia do setor da celulose e papel do país. Nessa época, o BNDES detinha 12,5% das ações da Aracruz Celulose S.A..

Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), de Porto Alegre, não foi consultada sobre as possíveis interferências do empreendimento no Parque Natural do Morro do Osso. A área que é de preservação ambiental e fica a menos de 10Km da ampliação pretendida, por isso a consulta deveria ter sido feita. Conforme a própria FEPAM, isso poderia levar até mesmo à suspensão da licença concedida. Em contrapartida, a Aracruz Celulose S.A. alega que não foi notificada da situação. Segundo o presidente da empresa, na época, Carlos Aguiar, a ampliação da fábrica promoveria em torno de 7 mil empregos em 2009.

Em setembro de 2008 foi anunciada a compra da Aracruz Celulose S.A. pela VCP, formando uma *holding* que terá controle compartilhado pelos grupos Votorantim Industrial e o Grupo Safra. Ainda sem nome definido, a *holding* se torna a maior companhia de celulose no mercado mundial, com produção estimada em 6 milhões de toneladas ao ano. Conforme divulgado pelas assessorias da VCP e da Aracruz, “as duas empresas deverão continuar operando normalmente” (ZERO HORA, 16 de setembro/2008).

Em novembro de 2008, a empresa Aracruz Celulose S.A. divulgou que as obras de ampliação da fábrica em Guaíba seriam suspensas por tempo indeterminado, em função do desaquecimento da demanda, a queda de preços e pelo menor volume de exportação provocado pela crise econômica mundial. A notícia deixou aflitos aqueles esperançosos com as vantagens que a ampliação da fábrica traria em nível municipal, regional e estadual. Assim como a Aracruz Celulose S.A., também a VCP anunciou a redução de investimentos, estes direcionados à região Sul do RS.

3 MÚLTIPLAS FORMAS SOCIAIS DE APROPRIAÇÃO DO MUNDO E AS DIVERSAS PRÁTICAS CULTURAIS DE SIGNIFICAÇÃO: DA CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA AO CONFLITO AMBIENTAL

Em função do que foi visto no capítulo anterior, percebem-se várias disputas em torno do estabelecimento de novos cultivos de eucalipto na “Metade Sul” do RS. Tais disputas configuram-se a partir das distintas lógicas sociais de apropriação do mundo, que em um espaço de debate formulam e apresentam os seus problemas.

A partir dessa problemática da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do RS, adotou-se nesse trabalho o delineamento teórico da Sociologia Ambiental, utilizando-se como ferramenta analítica principal a perspectiva construcionista, que propõe que um problema só será reconhecido enquanto tal se for construído socialmente. As ferramentas escolhidas aqui têm o propósito de auxiliar a compreensão da problemática de estudo, respondendo às seguintes questões: como essa problemática foi construída, percebida, negociada e legitimada pelos atores sociais? Através da abordagem construcionista procurou-se analisar como o problema está sendo dimensionado e construído nos espaços públicos de discussão, quais os grupos sociais envolvidos, quais os interesses dos atores, como são definidas as alianças e quais os conflitos gerados a partir das diferentes lógicas de apropriação de mundo. Para tanto, o principal foco de análise decorre da dinâmica argumentativa que, segundo Fuks (2001, p.46), é entendida como um “espaço de elaboração e veiculação de versões alternativas a respeito de um assunto”. O autor comenta que ao resgatar-se a argumentação como característica essencial do objeto de estudo, confere-se legitimidade ao debate público como campo de investigação (FUKS, 2001).

Para Fuks (2001, p.47), o debate emerge em arenas específicas, “entre uma (virtual) pluralidade de versões, embora as condições diferenciadas de participação impliquem vantagens para certos atores” e, no limite, o silêncio de outros. O autor complementa que a definição dos problemas ambientais seria uma clara demonstração deste processo. A esse respeito, Hannigan (1995) contribui dizendo que no campo da Sociologia Ambiental, a perspectiva construcionista é a única capaz de explicar o processo social responsável pela definição, enunciação e ação sobre os problemas ambientais.

Em uma breve síntese, esse capítulo tratará da construção de um problema social e ambiental (HANNIGAN, 1995; BEST, 1989) a partir das distintas práticas de apropriações de mundo dos atores sociais (BEST, 1989; ACSELRAD, 2004) e como estes formulam diferentes dinâmicas argumentativas com o intuito de legitimar certo problema. Em função dessas diferentes dinâmicas adotadas para legitimação do problema, configuram-se inúmeros conflitos (FUKS, 2001; ACSELRAD, 2004) nas arenas públicas de debate e ação (HILGARTNER & BOSK, 1988; FUKS, 2001;).

Portanto, mesclaram-se teorias que têm o propósito de responder às exigências que um objeto complexo de pesquisa demanda, “expresso na aparente contradição proveniente da convivência entre duas poderosas forças sociais, o consenso e o conflito” (FUKS, 2001, p.18). Enfim, trata-se de pensar um “mundo material socializado e dotado de significados” (ACSELRAD, 2004, p.07).

Deste modo, neste capítulo, apresentam-se pressupostos e fundamentos teóricos escolhidos para analisar a expansão dos cultivos de eucalipto na “Metade Sul” do RS. Em um primeiro momento, tratou-se do aporte teórico em torno do construcionismo como ferramenta de análise na construção do problema, para logo a seguir versar sobre os principais elementos de definição de um problema ambiental. Em um segundo momento abordou-se os conceitos-chave em torno das arenas públicas de debate e ação e sobre a emergência dos conflitos ambientais.

3.1 O CONSTRUCIONISMO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE NA CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA AMBIENTAL

No início da década de 1970, na visão funcionalista, os problemas sociais eram vistos como “produtos diretos das condições objetivas prontamente identificáveis, distintas e visíveis” (HANNIGAN, 1995, p.47), como exemplifica o trabalho de Merton e Nisbet (1971) que cita como exemplos de problemas sociais o crime, o divórcio e as doenças mentais. Nessa época, os sociólogos eram vistos como os grandes entendedores desses problemas sociais, pois localizavam e analisavam tais violações morais a partir de métodos científicos, além de sugerir aos “formuladores de políticas a melhor forma de enfrentar a situação” (HANNIGAN, 1995, p.47). Segundo Gusfield (1984, p.39), esses “profissionais tinham a responsabilidade de

suscitar ao público leigo uma conscientização e compreensão das condições preocupantes, especialmente onde estas não eram prontamente evidentes”.

Porém, em 1973, com o livro “*Social Problems: a reformulation*”, de Spector e Kitsuse, afirmou-se uma nova ótica para a análise dos problemas sociais. Para esses autores, os problemas sociais não são condições estáticas, mas sequências de acontecimentos que se desenvolvem com base nas definições coletivas e, portanto, são definidos como “as atividades de grupos que fazem asserções de agravos e reivindicações às organizações, agências e instituições sobre algumas condições aceitáveis” (SPECTOR & KITSUSE, 1973, p.146). A partir daí, começa-se a dar maior importância ao “processo de criação de exigências” e não somente às estatísticas existentes sobre essas exigências¹.

Essa abordagem adotada por Spector e Kitsuse (1973; 1977) ficou conhecida como construcionista. A partir desses autores houve inúmeras contribuições teóricas com essa abordagem, que em linhas gerais têm a preocupação com a forma como as pessoas determinam o significado do seu mundo.

Assim, o construcionismo pode ser utilizado em uma perspectiva teórico-analítica, servindo de base para as investigações realizadas nesse trabalho. A partir dessa perspectiva, Best (1989) sugere três focos para o estudo dos problemas sociais: a natureza das exigências, os formuladores de exigências e o processo de criação de exigências, que podem ser entendidos a partir dos questionamentos abaixo (FIG. 8).

¹ Exigências enquanto demandas, necessidades, reivindicações, o “problema” em questão.

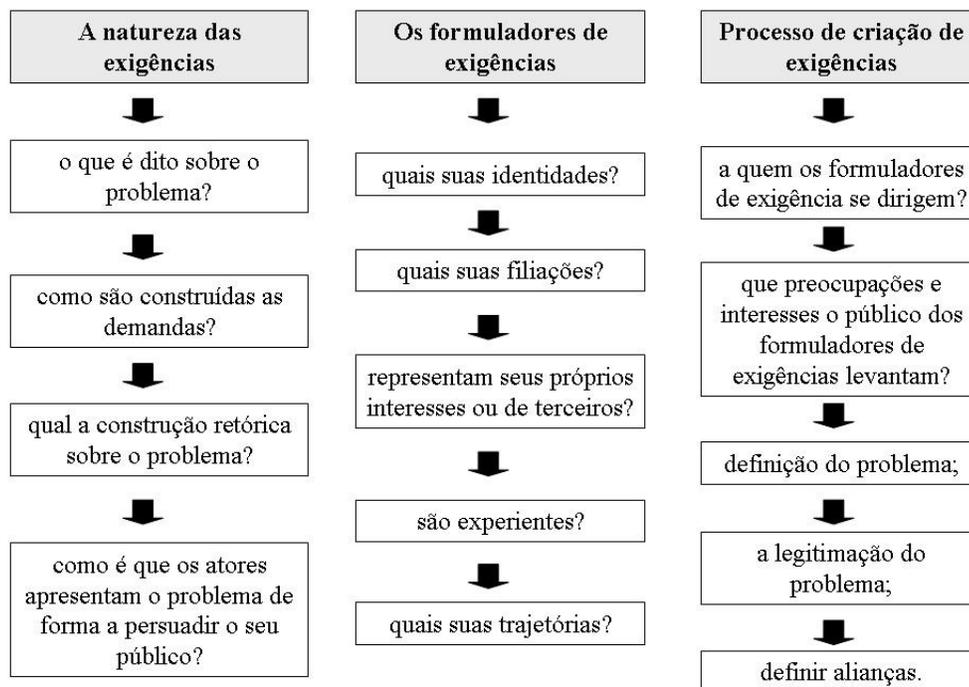


FIGURA 7 - Focos para o estudo dos problemas sociais.

Fonte: Adaptado de Best (1989, p.250-251).

Conforme Hannigan (1995, p.54), ocorrem sobreposições com esses três focos, em vez de “processos sequenciais que em conjunto resultam em uma arena pública construída à volta dos problemas sociais”.

O primeiro foco para o estudo dos problemas sociais, a “*natureza das exigências*”, trata mais especificamente de como surgem os conteúdos do problema e o que os atores fazem para evidenciar o problema e quais estratégias utilizadas para persuadir o seu público. Dentro das estratégias para persuasão do público dos formuladores de exigência, a retórica seria a forma mais utilizada e implica, necessariamente, no uso deliberado da linguagem. (BEST, 1987; HANNIGAN, 1995). Segundo Best (1987), as afirmações retóricas contêm três componentes principais ou categorias de afirmações como podem ser visualizadas na figura abaixo.

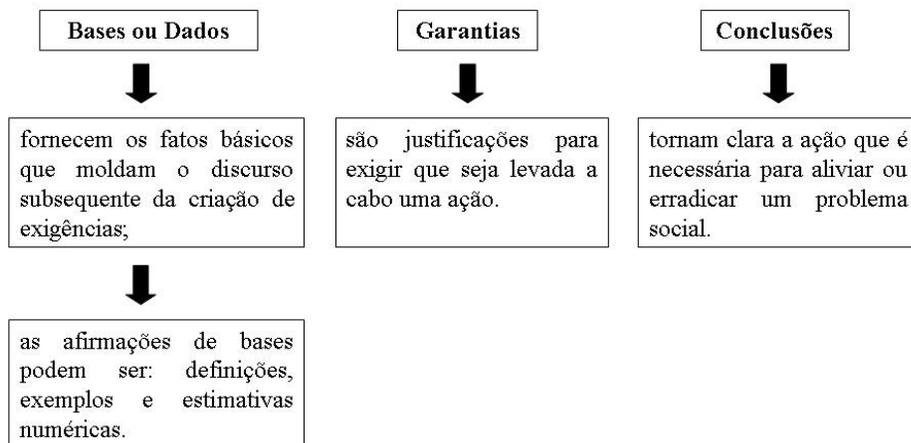


FIGURA 8 - Componentes ou categorias das afirmações retóricas.

Fonte: Adaptado de Best (1987).

Já Ibarra & Kitsuse (1993) propuseram algumas estratégias retóricas como parte da criação de exigências (natureza das exigências): idiomas retóricos, motivos e estilos de criação de exigências.

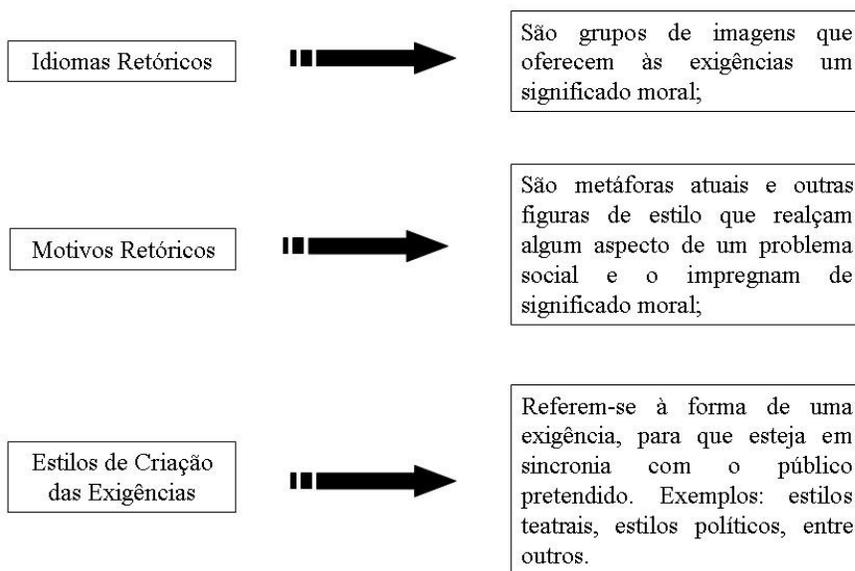


FIGURA 9 - Estratégias retóricas da criação de exigências.

Fonte: Adaptado de Ibarra & Kitsuse (1993).

O segundo foco adotado para o estudo do problema parte da identificação dos “*formuladores de exigências*”, tornando-se parte desse processo certos questionamentos como, por exemplo, se eles estão filiados a movimentos, organizações ou grupos de interesses, se representam os seus próprios interesses ou de terceiros e se têm experiência. A identidade desses formuladores torna-se importante em função das possíveis influências

provindas das diversas áreas do conhecimento e que serão utilizadas posteriormente na legitimação das exigências.

No terceiro e último foco de estudo está o “*processo de criação de exigências*”, ou seja, como o problema se mantém no tempo e no espaço. Best (1989, p.251) chama a atenção para que sejam feitas certas indagações quanto a esse terceiro foco: a quem é que os formuladores das exigências se dirigem? os formuladores contrários ao seu posicionamento apresentaram às suas exigências? que preocupações e interesses o público dos formuladores de exigências levantam? como a identidade dos formuladores de exigências afeta a resposta dos públicos?

Vale retomar a contribuição feita por Wiener (1981) que representou a definição coletiva dos problemas sociais como uma interação, mas com existência de um retrocesso entre os três subprocessos: *animação do problema*, *legitimação do problema* (usar o conhecimento e prestígio de outrem, redefinir a sua abrangência, por exemplo, de uma questão moral para uma questão legal, construir o respeito, manter uma identidade separada); e *demonstração do problema* (competir pela atenção, combinar-se pela força, isto é, estabelecendo alianças com os outros formuladores de exigências, selecionar dados de apoio, convencer ideologias opostas, alargar as fronteiras da responsabilidade). A partir dessa contribuição, Hannigan (1995, p.54-58), comenta que “esses processos interagem um com o outro, em vez de operarem independentemente, que em conjunto resultam em uma arena pública construída à volta dos problemas sociais”.

3.2 A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA AMBIENTAL

Conforme o capítulo anterior, de contextualização da problemática de pesquisa, constatou-se que, inicialmente, o viés adotado no debate em torno dos cultivos de eucalipto no estado é originário das causas ambientais. Esse debate, baseado principalmente na argumentação dos ambientalistas, reforça que os cultivos de eucalipto em áreas da “Metade Sul” do RS acarretaria a perda de biodiversidade do bioma lá localizado. Em um segundo momento, outro viés foi incorporado ao debate, o das possíveis transformações nas dinâmicas sociais que tais cultivos poderiam causar para as populações locais. A partir dessa

constatação, surge uma demanda por análises teóricas capazes de articular as interfaces entre o “social” e o “natural” (FLEURY, 2008, p.59).

Dentro dessa perspectiva, Hannigan (1995), em sua abordagem construcionista, considera que a principal análise a ser realizada é com a forma como as pessoas determinam o significado do seu mundo. Portanto, para o autor, no que diz respeito à questão ambiental, os problemas ambientais não existem por si só, mas constituem o resultado de um processo de “construção social multifacetado”.

Hannigan (1995, p.54) observa que a definição dos problemas ambientais é muito semelhante à definição de problemas sociais, porém, alerta que existe uma diferença importante a ser citada: os problemas sociais “têm origem de muito do seu poder retórico nos argumentos morais”, enquanto que os problemas ambientais são firmados nos argumentos factuais. Dentro dessa perspectiva o autor complementa:

Um problema ambiental é socialmente construído, aspecto percebido como mais relevante do que a própria tarefa de avaliar suas condições de validade. Os problemas ambientais seriam similares aos demais problemas sociais e a ação dos diferentes atores seria o objeto principal de análise. (HANNIGAN, 1995, p.33).

Isso nos remete a tratar o objeto de pesquisa tanto na esfera ambiental quanto na esfera social, permitindo realizar o enlace, tornando-a uma esfera única. Um problema ambiental torna-se um problema social “a partir do momento que é aceito enquanto problema social pelo público, qualificado pela ciência e veiculado pelos meios de comunicação social” (HANNIGAN, 1995, p.11).

A partir da abordagem construcionista de Hannigan, autores como Fuks (2000; 2001) e Acselrad (2004) passaram a abordar o problema ambiental enquanto um problema social, pelas similaridades intrínsecas próprias à construção do problema. Em torno desse ponto determinadas linhas teóricas discordam, por compartilharem da ideia de que o “ambiental” e o “social” delimitam espaços teóricos bem demarcados dentro da abordagem das ciências sociais.

Fuks (2001) realça que os problemas ambientais existirão a partir do momento que consideramos que a sua enunciação como problema social está localizada em grupos específicos e que esta enunciação torna-se objeto de disputa em vários fóruns. Como bem ressalta Hannigan (1995, p.11), “os problemas ambientais não se materializam por eles próprios, devendo ser construídos por indivíduos e organizações”.

A identificação das causas, a atribuição de responsabilidade, a avaliação da gravidade, a caracterização dos temas e públicos relevantes e a solução proposta constituem os elementos-chave em torno dos quais desdobra-se a disputa pela definição de um determinado problema social. (FUKS, 2001, p.56).

Dentro desse quadro é que a expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do RS é pensada enquanto um problema ambiental, através da enunciação de grupos específicos, tornando-se objeto de disputa nas diversas arenas do debate público, passando a ser considerada como um conflito ambiental.

3.3 ARENAS PÚBLICAS DE AÇÃO E DEBATE

Hilgartner & Bosk (1988) partiram da concepção de espaços públicos de debate, articularam o modelo de “sistema de arenas públicas” e identificaram a *arena do discurso público* como um excelente local para a avaliação das definições dos problemas sociais. O “sistema de arenas públicas” compreende as atividades reivindicatórias de grupos, o trabalho da mídia, a criação de novas leis, os conflitos processados pelos tribunais e a definição de políticas públicas. Segundo Fuks (2001, p.65), o conceito de “sistema de arenas públicas” sugere a “saliência dos assuntos que nele circulam, supondo-se, antes de tudo, a visibilidade das ações e dos debates a eles associados”.

A derivação do conceito abordado por Hilgartner & Bosk (1988) é o de *arena pública*, proposto por Fuks (2000; 2001), tida como um espaço dentro do conflito onde se argumenta, se elabora e se veicula versões alternativas a respeito do problema, partindo-se da compreensão de que para existir um conflito os atores divergem em torno de ideias e interesses. Fuks (2001, p.46-47) descreve a arena pública como uma arena argumentativa onde

[...] os partidos políticos, a mídia, os grupos organizados e o poder executivo participam de um permanente processo de debate. [...] A morfologia das arenas públicas propicia uma interação permanente entre a ação e o debate. [...] ela emerge da disputa sediada em espaços específicos, entre uma (virtual) pluralidade de versões, embora as condições diferenciadas de participação impliquem vantagens para certos atores e o silêncio de outros.

Ao se considerar que as disputas se originam em diferentes cenários culturais e organizacionais, confirma-se a existência, portanto, de espaços comuns e espaços diferenciados de ação e debate. A diferenciação desses espaços é que definirá os posteriores elementos de legitimação e regras que condicionarão as arenas. Deste modo, é comum admitir que nem todos os setores da sociedade estejam presentes nesses espaços, frequentados

basicamente por grupos específicos que possuem os recursos, organizacionais e simbólicos, que procuram manter versões no debate público e que têm interesses comuns ou mesmo antagônicos (FUKS, 2001, p.26; 51). Conforme este autor (2001, p.54), o que tenderia a “alterar a correlação de forças original, e, conseqüentemente, o desfecho do conflito”, é a entrada de novos atores nas arenas públicas de ação e debate.

Nas arenas públicas o que está em jogo são as argumentações dos formuladores do problema, que irão disputar forças e realizar alianças para legitimarem o seu problema como o problema.

Considerando que um dos principais veículos por meio dos quais se desdobra a disputa em torno da caracterização dos assuntos públicos é a argumentação, uma perspectiva analítica que pretenda estudar processos de definição de problemas sociais deve estar equipada para lidar com recursos argumentativos. Embora seja imprescindível uma compreensão geral dos aspectos institucionais, sociais, econômicos e políticos que configuram o contexto da disputa em torno da definição de problemas sociais, não se deve perder de vista a eficácia da dimensão simbólica do conflito, a qual confere singularidade ao processo em questão. (FUKS, 2001, p.57).

Os formuladores de exigência, a partir de percepções, pressupostos, lógicas de apropriação de mundo, irão impor a sua versão do problema, tentando afirmá-la como a *mais* precisa, a *mais* correta, a *mais* importante a ser veiculada ao público e nos meios de comunicação social. No âmbito dessas disputas para a legitimação do(s) problema(s) é que se origina(m) o(s) conflito(s).

3.4 CONFLITO AMBIENTAL

Segundo Acselrad (2004, p.23), os conflitos surgem em função das relações de poder existentes em dois espaços sociais. O primeiro espaço é o da “distribuição, entre os sujeitos sociais, do poder sobre os diferentes tipos de ‘capital’”, ou seja, a capacidade dos indivíduos de terem acesso ao solo, água, recursos vivos, e isso se configuraria no acesso ao “capital material”. Esse “capital material” teria direta influência sobre mecanismos político-jurídicos do meio ambiente e sobre sistemas econômicos competitivos. O segundo espaço é aquele onde se “confrontam representações, esquemas de percepção e ideias que organizam as visões de mundo e legitimam os modos de distribuição de poder verificados no primeiro espaço”.

Segundo o autor, é no segundo espaço que as disputas ocorrerão mediante afirmações de diferentes significações.

O conflito, portanto, deve ser analisado em função desses dois espaços. O autor revela que o primeiro espaço é onde se desenvolve as “lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder”, e o segundo, onde “desenvolvem-se as lutas simbólicas para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre distintos tipos de capital” (ACSELRAD, 2004, p.23). Nas relações de poder existentes entre os atores nesses dois espaços surge o conflito em torno dos novos projetos de cultivo de eucalipto no RS.

Cabe, pois, reconhecer, a propósito, que os critérios de avaliação e de legitimação estão constantemente em jogo. Isso será essencial para se discutir os conflitos, posto que os mesmos podem configurar-se tanto através de uma luta direta no espaço de distribuição do poder sobre a base material, como uma luta simbólica em torno às categorias de legitimação práticas. (ACSELRAD, 2004, p.24).

O problema ambiental passa então a ser discutido em diferentes arenas públicas de ação e debate, permeados pelas relações de poder, presentes tanto na luta direta quanto no campo simbólico, originando daí conflitos. Diante disso, permite-se pensar que as estratégias de legitimação do problema tendem a se modificar conforme o problema tende a ser abordado, e ainda, por quem ele é abordado e em que arena ele está sendo discutido, demarcando uma ideia de movimento e temporalidade.

É o que assegura Acsehrad (2004, p.25) quando comenta que os “conflitos [...] decorreriam da natureza da interação entre as práticas sociais distribuídas num espaço interconectado e da temporalidade que é própria à reprodução de diversas práticas”. Salienta ainda, que sob a “ótica da base material, mudaria no tempo histórico os critérios que dão legitimidade às práticas de apropriação” (ACSELRAD, 2004, p.25). Dessa forma, valores como “propriedade privada” e “progresso” poderiam delimitar a disputa em torno da definição de problemas. Por conseguinte, “fatores ideológicos, associados a valores e tradições, estabelecem as condições de legitimidade dos assuntos públicos e sua caracterização”. (FUKS, 2000, p.06).

No quadro teórico explicitado por Acsehrad, o conflito ambiental ocorreria a partir da quebra de um “acordo simbiótico” em função de uma denúncia de um dos atores decorrente dos efeitos indesejáveis aos recursos ambientais por parte de outros atores.

Entende-se por conflitos ambientais aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo

solo, ar, água, ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas dos outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p.26).

A semelhança da deflagração de um conflito se pronuncia também na problemática abordada neste trabalho, pois o conflito ambiental teve origem nas denúncias de determinados grupos sociais sobre os possíveis efeitos da expansão de cultivos de eucalipto no bioma Pampa.

Acsehrad (2004, p.26) salienta que um quadro conflitivo se origina na denúncia e propõe duas categorias: a durabilidade e a interatividade. Na durabilidade, os atores sociais envolvidos no conflito tendem a acionar, no campo das representações, a capacidade de se dar durabilidade às condições materiais como um critério de legitimidade ou de deslegitimação das práticas de apropriação do mundo. Já na interatividade, um conflito ambiental opõe atores sociais que desenvolvem ou propugnam distintas formas técnicas, sociais, culturais e simbólicas de apropriação. A interatividade espacial das práticas é, portanto, suposta e sustentada na autoridade da própria denúncia, sujeita a representações diferenciadas que a confirmam ou desmentem. As próprias causalidades evidenciadas nas relações interativas são, conseqüentemente, “objeto de disputa, seja fundada na perícia técnico-científica, seja no saber leigo” (ACSELRAD, 2004, p.26).

Cabe salientar que Acsehrad funda essas duas categorias a partir das apropriações sociais dos atores em função dos recursos do território e do meio ambiente, objetos necessários para a formação de uma denúncia em um quadro conflitivo ambiental. Outro aspecto relevante que o autor comenta é sobre as possíveis mudanças que podem ocorrer nesses quadros conflitivos, em função dos diferentes modelos de desenvolvimento presentes. (ACSELRAD, 2004).

O quadro teórico exposto até o momento envolve instrumentos de análise que possibilitam entender os “processos sócio-ecológicos e políticos que põem a Natureza no interior do campo dos conflitos sociais” (ACSELRAD, 2004, p.09). É a partir dessa perspectiva que o conflito em torno dos novos empreendimentos de cultivos de eucalipto na “Metade Sul” do RS se origina. Primeiramente, em função das denúncias de certos grupos sociais quanto às possibilidades de degradação da natureza, através de apreensões ecológico-políticas e, ao longo do tempo, pelo viés das denúncias sociais.

Nesse conflito o que está em jogo são as distintas construções sociais, intrinsecamente ligadas por dimensões simbólicas de valores, crenças e saberes que influenciam as estratégias de legitimação utilizadas pelos atores envolvidos nesses processos conflitivos a organizarem diferentes versões sobre o problema. Esse aspecto é ressaltado por Acsehrad (2004, p.19) ao

afirmar que é na esfera simbólica que se desenvolve a disputa de legitimidade dos discursos que buscam afirmar suas respectivas capacidades potenciais de operar tal universalização. No processo de definição do problema social, o que torna certa versão relevante é a sua virtual universalização, ou seja, quando existe um interesse comum por parte dos atores das arenas públicas ou, como pondera Acselrad, “uma busca pela universalização de causas parcelares através de valores compartilháveis que tornam os atos justificáveis”.

Para explicar a dinâmica por meio da qual se organiza e evolui o debate público em torno de um determinado assunto foi proposto por Fuks (2001), como forma de análise, os pacotes interpretativos. Esses são

Organizados a partir de um universo constituído por ideias-chave, metáforas, frases de efeito e referências a princípios morais, [...] servem como guias gerais de como pensar e o que fazer a respeito de um assunto público. (FUKS, 2001, p.125).

As versões existentes nas diferentes arenas públicas são alimentadas pelos pacotes interpretativos que, basicamente, são constituídos por dois mecanismos: 1) por meio de metáforas, exemplos históricos e imagens visuais (sugere como pensar o assunto); 2) versa sobre as causas, consequências e apelos morais (indica o que deve ser feito a seu respeito). (FUKS, 2001).

Nessa diversidade de versões que ambientam o conflito, a “controvérsia é a condição básica para que as opiniões e posições existam, sejam elas controvérsias atuais ancoradas principalmente no senso comum ou buscadas no passado” (FUKS, 2000, p.14). Assim, o debate público passa a ter uma dinâmica constituída através da retroalimentação dos conteúdos dos discursos, entre atores e entre arenas específicas, em busca de legitimidade, cada um sustentando a sua opinião como verdade única, tida como certeza incondicional. Vale retomar o comentário de Hannigan (1995, p.44-45):

Os debates ambientais refletem a existência não só de uma ausência de certezas [...], mas antes a existência de *certezas contraditórias*: diversos conjuntos divergentes e mutuamente irreconciliáveis de convicções sobre os problemas ambientais com que nos deparamos e as soluções que temos ao nosso dispor.

No entanto, Fuks (2000, p.14) afirma que nem todas as definições de assuntos públicos têm o mesmo impacto sobre o público: “o apelo de cada pacote interpretativo depende da ressonância das ideias nele contidas com temas culturais mais abrangentes e consolidados”, ou seja, “quanto maior for essa ressonância, mais familiar parecerá o pacote ao público, o que facilitará sua acolhida”.

Hannigan (1995, p.65) avalia que os problemas ambientais podem ser legitimados em múltiplas áreas, entre elas os meios de comunicação social e a ciência, consideradas as duas

principais “instituições sociais”. A mídia é um dos principais atores envolvidos na problemática ambiental tratada nessa dissertação, considerada uma verdadeira “caixa de ressonância” das versões controversas, pois através dela se difundem os discursos públicos e ocorre à visibilidade do conflito. Mas, “a grande influência da mídia ao público se dá através da notícia e de como ela é repassada ao público”, pois nesse momento o público é incitado “a formar um sentido das questões e acontecimentos” (HANNIGAN, 1995, p.83), ou seja, a mídia, a partir do ponto de vista do jornalista, injeta o seu significado na questão. Dessa forma, os meios de comunicação sociais se tornam estratégicos dentro de uma arena de disputas, pois “evidenciam múltiplas visões e abordagens, algumas das quais estão em conflito direto com outras” (HANNIGAN, 1995, p.96).

A outra fonte de legitimação dos problemas ambientais decorre da área científica. Segundo Hannigan (1995, p.103), “é raro encontrar um problema ambiental que não tenha origem num corpo de investigação científica”. A opinião da ciência, que em tantas outras circunstâncias têm gerado debates, atualmente também demarca o seu espaço dentro das discussões da expansão da silvicultura de eucalipto no RS. Os atores sociais impulsionados pelo princípio de precaução² vêm exigindo respostas da ciência quanto aos possíveis impactos que os monocultivos de eucalipto poderão provocar em determinadas regiões do estado. Na esfera científica também ocorrem disputas internas pela legitimação das pesquisas referentes ao assunto.

Hannigan (1995, p.75) identifica seis fatores necessários para que a construção de um problema ambiental tenha êxito, entre eles, encontra-se a validação de uma autoridade científica, a existência de propagadores científicos e a atenção dos meios de comunicação social. Os três posteriores fatores são a dramatização dos problemas em termos simbólicos e visuais, os incentivos econômicos para tomar uma ação positiva e a emergência de um patrocinador institucional que possa assegurar legitimidade e continuidade.

Nesse trabalho a análise foi construída levando em consideração as bases do construcionismo, a partir desse referencial teórico tornou-se possível a elaboração e execução da pesquisa de campo, para se compreender as situações aqui expostas.

O próximo capítulo terá o intuito de delimitar o percurso metodológico da pesquisa.

² Esse princípio leva em conta que se houver alguma razão para suspeitar que uma determinada substância ou prática ponha em perigo o meio ambiente e a sociedade deverá ser realizada uma ação imediata para averiguação do suposto.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O importante dessa metodologia [qualitativa] é que ela garante um senso de visão, no qual o analista quer seguir junto com a pesquisa. As técnicas e os procedimentos (método), por outro lado, fornecem os meios para transformar essa visão em realidade. (STRAUSS & CORBIN, 2008, p.21).

Para que o pesquisador decida qual abordagem metodológica utilizar na sua pesquisa faz-se necessário responder às seguintes perguntas: quais as condições que permitem ao pesquisador ter acesso à realidade social? quais critérios possibilitam estabelecer se os procedimentos e as regras interpretativas são adequadas para representar os processos de construção do sentido dos atores? (CIPOLLA & DE LILLO, 1996 *apud* SERAPIONE, 2000) e o quanto ela é útil para arar o terreno empírico que teremos pela frente? (PERRONE, 1977 *apud* SERAPIONE, 2000).

O universo de um conflito ambiental é cercado de construções e significações sociais e a tendência é que o conflito em torno da silvicultura de eucalipto não fugirá a essa regra. Assim, tais conflitos demandam uma investigação direcionada ao qualitativo. Segundo Minayo & Sanches (1993), a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Em um contraponto à investigação quantitativa, Gaskell (2004, p. 68) comenta que a finalidade da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão.

Segundo Chizzoti (1998, p.79), a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa: o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significações e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

A fase seguinte é o detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa. Dentre eles: indicar e justificar o paradigma que orienta o estudo, as etapas de

desenvolvimento da pesquisa, a descrição do contexto, o processo de seleção dos participantes, os procedimentos e o instrumental de coleta e análise dos dados e os recursos utilizados para maximizar a confiabilidade dos resultados (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1998, p.159).

A abordagem que orienta a elaboração desta dissertação é a construcionista, que em linhas gerais tem a preocupação com a forma como as pessoas determinam os significados sociais. A abordagem construcionista além de trazer contribuições na esfera teórico-analítico também fornece um arcabouço metodológico. Hannigan (1995), a partir dos “três focos de estudo dos problemas sociais” construído por Best (1989), adaptando-os aos problemas ambientais, parte do princípio que

Um problema ambiental é socialmente construído [...]. Os problemas ambientais seriam similares aos demais problemas sociais e a ação dos diferentes atores seria o objeto principal de análise. (HANNIGAN, 1995, p.33).

Deste modo, este estudo segue passo a passo essa perspectiva metodológica construcionista, onde são propostos três focos ao estudo de um problema: a natureza das exigências, a identificação dos formuladores de exigências e o processo de criação de exigências. Respectivamente, estes focos de estudo serão abordados como a contextualização do conflito, a identificação dos atores sociais e suas posições no conflito e quais estratégias são utilizadas pelos atores sociais mobilizados para legitimarem suas opiniões no conflito ambiental. Partindo-se deste mote teórico-metodológico, pode-se observar diferentes etapas de desenvolvimento deste estudo, divididos basicamente em:

- fase de aproximação do objeto de pesquisa;
- realização do pré-teste do roteiro de entrevistas;
- a pesquisa de campo propriamente dita;
- a transcrição das entrevistas, sistematização e análise dos dados para a elaboração da dissertação e
- a redação da dissertação.

Uma das primeiras etapas é a fase de *aproximação ao objeto* de pesquisa. Durante esse período realizou-se a coleta e pesquisa de materiais secundários como reportagens de jornais e revistas e artigos científicos, como também a participação em eventos e debates sobre a expansão da silvicultura de eucalipto no RS. Logo em seguida foi realizada a pesquisa bibliográfica e o embasamento teórico para a formulação do problema de pesquisa e, posteriormente, a escolha da abordagem teórico-metodológica a ser seguida.

A partir da escolha da abordagem metodológica qualitativa foram escolhidas técnicas que são complementares umas as outras como a entrevista e a observação simples (de eventos, debates, entre outros) na fase de captação de dados e a utilização de notícias referentes aos meios de comunicação social (mais especificamente jornais) e a análise de discurso na fase de análise e sistematização dos dados de pesquisa.

A etapa anterior a ida ao “campo” de pesquisa foi a de elaboração do questionário de entrevistas e a escolha dos entrevistados.

A entrevista é uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com a finalidade de obter dados que interessem a investigação. A entrevista é, portanto, “uma forma de interação social, é uma forma de diálogo assimétrico em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. (GIL, 1999, p.117).

Tal técnica se apresenta vantajosa para alcançar os objetivos propostos nessa pesquisa, pois possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social dos interlocutores; é uma técnica eficiente na coleta de dados em profundidade acerca do comportamento humano; possibilita a obtenção de um maior número de respostas; oferece também maior flexibilidade nas respostas, pois o entrevistado consegue explicar certos significados e o entrevistador pode realizar novas intervenções para maior entendimento das respostas.

A elaboração do roteiro básico de perguntas levou em conta a opção da utilização de entrevistas semi-estruturadas, ou seja, com certo grau de estruturação, já que a entrevista é guiada por uma relação de pontos de interesse que se vai explorando ao longo da entrevista. Basicamente, as questões são abertas, havendo um roteiro que serve como guia para alcançar os objetivos da pesquisa. O roteiro tende a funcionar como um lembrete para o entrevistador/observador, além de ser (tornar-se) um meio de monitorar o andamento e o tempo da entrevista.

A partir da observação direta das arenas do conflito ambiental e também pelo acúmulo de informações adquiridas na fase de “aproximação do objeto”, conseguiu-se mapear quais as representações poderiam ser as primeiras entrevistadas (fase exploratória). A observação é o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. Apresenta vantagem de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida. E apresenta certa limitação no sentido de que a presença do observador pode provocar alterações no comportamento dos observados, “destruindo a espontaneidade dos

mesmos”. (GIL, 1999, p.110-111). Nesse caso, uma das técnicas utilizadas nesta pesquisa é a observação simples, onde o observador não intervém na rotina dos atores, apenas observa de maneira espontânea situações que ocorrem¹.

Assim, a partir da observação direta sabia-se que os embates no conflito ambiental davam-se no âmbito discursivo entre os grupos sociais, onde frequentemente eram representados pelos seus representantes².

A preferência de entrevistar apenas os representantes destes grupos sociais se deu basicamente a partir da argumentação de Bourdieu (2007, p.157-58) que explica que é o representante no grupo:

[...] porta-voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem [...]. (BOURDIEU, 2007, p.158)³.

Diante disso e a partir do conhecimento adquirido das pesquisas da fase de “aproximação” e da observação direta em eventos e debates iniciou-se o levantamento dos principais grupos sociais envolvidos nesse conflito. Entre eles: associações, organizações não-governamentais, empresas privadas, instituições privadas, instituições públicas, órgãos ambientais, poder judicial, entre outros de onde seriam entrevistadas as representações. Contudo a seleção dos possíveis entrevistados seguiu os seguintes critérios:

- envolvimento dos atores no debate (dar preferência por atores de maior visibilidade) em torno do conflito ambiental;
- conforme a polaridade sugerida anteriormente na hipótese, ou seja, atores “ a favor” e “contrários” à expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do RS;
- contemplar a diversidade social interna do conflito;
- e, se possível, contemplar diferentes discursos dentro de uma mesma instituição/entidade.

Iniciava-se aí a “fase exploratória” da pesquisa, que apresentou a seguinte dinâmica. Depois de identificada algumas representatividades (os motivos da escolha já foram

¹ Um forte argumento para a escolha da observação simples foi o pouco tempo que se teria para a realização das entrevistas, sistematização e redação da dissertação.

² Cabe salientar que não será analisado o processo de instituição destes representantes.

³ “O porta-voz é aquele que, ao falar de um grupo, ao falar em lugar de um grupo, põe, sub-repticiamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo, pela operação de magia que é inerente a todo o ato de nomeação”. (BOURDIEU, 2007, p.159).

comentados anteriormente) destes grupos sociais, a pesquisadora telefonava ou enviava uma mensagem eletrônica virtual para estas pessoas cuja conversa/mensagem basicamente era esta:

Sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estou desenvolvendo uma pesquisa sobre [citava o problema de pesquisa e alguns dos objetivos]. Eu e meu orientador [citava o nome do orientador], ficaríamos muito gratos se o senhor (a) nos concedesse uma entrevista. (autora).

Neste primeiro contato, se o possível interlocutor aceitasse conceder a entrevista, era comentado sobre a dinâmica da mesma: média de tempo (em torno de uma hora), questionário semi-estruturado (um roteiro básico de perguntas), que a entrevista seria gravada e que seria preservado o anonimato dos interlocutores.

A fase de “pré-teste” ou “fase exploratória” foi realizada com três interlocutores, onde se averiguou a necessidade de reformular o roteiro de entrevistas, basicamente, por dois motivos: as entrevistas duravam em torno de uma hora e meia e as perguntas em determinados momentos tornavam-se repetitivas.

Com a reformulação do roteiro de entrevista (APÊNDICE A), as perguntas foram divididas em blocos, cujos eixos são:

- A: Origem e trajetória social e profissional;
- B: Engajamento dos atores e a arena de disputas (trajetória do ator, história, emergência do debate);
- C: Percepções;
- D: Debate (características, importância e limitações do debate atual, destaques no debate, opinião a respeito do "outro").

De maneira geral, a reestruturação do questionário de entrevista surtiu efeito e as entrevistas posteriores mostraram-se mais dinâmicas e com menor duração de tempo. O registro das respostas foi feito em um gravador digital e utilizaram-se as anotações do caderno de campo. Segundo Lopes (1993, p.132), a técnica do “caderno de campo” ou “diário de campo”, “permite o registro do detalhamento das informações, observações e reflexões surgidas no decorrer da investigação ou no momento observado”. Trata-se do detalhamento descritivo e pessoal sobre os interlocutores, grupos e ambientes estudados. Porém, durante a sistematização dos dados de entrevistas o caderno de campo teve cunho complementar.

Foram realizadas 33 entrevistas no período de 08 de julho a 24 de outubro de 2008. Uma das dificuldades neste período foi quanto ao agendamento junto aos interlocutores, cujas datas não fechavam. Por esse motivo dois representantes de instituições, selecionados

anteriormente, não participaram da pesquisa. Abaixo constam as representações que participaram desta pesquisa:

- a) Arena Midiática – Zero Hora (1), Band TV (1), Chasque Agência de Notícias (1) e TV COM (1);
- b) Arena Política – Deputado Estadual (2), SEDAI (1);
- c) Arena Econômica – Aracruz (2), Stora Enso (1), AGEFLOR (1);
- d) Arena Ambiental – IGRÉ (1), Amigos da Floresta (2), MST (2), Via Campesina (1);
- e) Arena Científica – UFRGS (3), Sociedade Brasileira de Silvicultura (1);
- f) Arena Técnica-Institucional – FEPAM (3), FZB (2), IBAMA (1), EMATER (1), Consultoria Ambiental (1);
- g) Arena Agricultura – FARSUL (1) e FETAG (1);
- h) Arena Jurídica – Ministério Público Federal (1) e Ministério Público Estadual (1).

Como comentado anteriormente, as três primeiras entrevistas da fase exploratória levaram em conta a observação direta da fase de aproximação do objeto e alguns critérios de seleção dos entrevistados. Entretanto, após a fase exploratória agregou-se a estes dois elementos de seleção, também a sugestão direta dos interlocutores. Os interlocutores geralmente citavam atores/representantes já integrados na pré-seleção da pesquisa.

O número de entrevistados/interlocutores não foi definido previamente. Nesse ponto existe concordância com GASKELL (2002), quando este se refere ao número de sujeitos que virão a compor o quadro de entrevistas. O autor comenta que dificilmente pode ser determinado *a priori* – tudo depende da qualidade da informação e do que encontraremos no empírico, ou seja, com o decorrer das entrevistas se perceberá um ponto de saturação, onde as informações começaram a se repetir e que não mais agregará novos elementos à pesquisa. Marre (1991, p.113) define isso como ponto de saturação.

A partir de um certo número de entrevistas coletadas, as posteriores não acrescentam praticamente nada ao que as outras têm expressado. Dirá-se que o campo investigado está coberto e que se alcança um certo nível de saturação. As pessoas que doravante serão investigadas não acrescentarão nada extremamente significativo ao número de temas abordados. Pelo contrário, elas tendem a repetir o que as outras têm dito anteriormente.

É pertinente comentar sobre os aspectos éticos envolvidos na realização das entrevistas. Segundo Ghiglione & Matalon (1997), entende-se que a entrevista é sempre uma relação social e, portanto, deve seguir algumas premissas para com os entrevistados/interlocutores. A estes informantes foram asseguradas informações sobre “o

objeto da investigação e os métodos empregados, o anonimato, a privacidade e a liberdade para desistir da participação em qualquer momento, sem que houvesse qualquer constrangimento” (FLEURY, 2008, p.73). Estas informações constam no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B). O termo garante o uso das informações para a pesquisa e garante também o anonimato e a privacidade do entrevistado/interlocutor. Também foi gravado o consentimento dos entrevistados no início de cada entrevista.

A gravação das entrevistas de campo foi uma fase de trabalho hercúleo e de destinada paciência, em função da necessidade das gravações serem realizadas *ipsis litteris* já que, posteriormente, se utilizaria da ferramenta analítica “análise de discurso”.

As gravações perfizeram em média 45 horas, sendo que das 33 entrevistas somente 25 foram gravadas e 08 foram ouvidas e transcritas apenas alguns trechos. Foram utilizadas duas técnicas para as gravações: o programa de computador Via Voice e a audição direta da entrevista.

A etapa posterior é a análise dos dados obtidos a partir das gravações e da pesquisa junto aos materiais secundários. Conforme Strauss & Corbin (2008, p.24), basicamente há três componentes principais na pesquisa qualitativa que podem ser compreendidos abaixo:

Primeiro há os *dados*, que podem vir de várias fontes tais como entrevistas, observações documentos, registros e filmes. Segundo, há os *procedimentos*, que os pesquisadores podem usar para interpretar e organizar os dados. Eles geralmente consistem de *conceitualizar* e *reduzir* os dados, elaborar categorias em termos de suas propriedades e dimensões, e relacioná-los por meio de uma série de declarações preposicionais.

Portanto, na descrição do “passo a passo” metodológico, passa-se à etapa de descrição dos “procedimentos, utilizados para interpretar e organizar os dados”. A percepção social do ator é o instrumento através do qual se compreenderá quais os interesses estão em jogo no conflito ambiental.

As percepções sociais são representações, valores, noções, saberes e práticas dos indivíduos. Através da análise dos objetivos, estratégias, argumentos e concepções dos atores sociais têm-se a capacidade de determinar os diferentes discursos existentes entre os distintos grupos. De acordo com Kozel (2001, p.146), é através dos processos perceptivos, a partir dos interesses e necessidades que se estrutura e se organiza a interface entre realidade e mundo, selecionando-as, armazenando-as e conferindo-lhes significados. Hannigan (2000) e Fuks (2001) explicam a existência do conflito ambiental a partir da construção de uma percepção social.

De uma forma muito análoga à teoria das representações sociais, mas talvez não tão complexa, as percepções sociais também têm o intuito de entender e compreender imagens, símbolos e representações que circulam e dão forma aos saberes que uma sociedade desenvolve e como eles se erguem para produzir efeitos contraditórios nos discursos (GUARESCHI & JOVCHELOVITCH, 1995).

Deste modo através das percepções sociais que foram destacadas nas entrevistas serão realizadas as análises dos discursos dos diferentes interlocutores na intenção de compreender como se constitui o conflito ambiental em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul.

Segundo Orlandi (1999), a finalidade da análise do discurso é tornar transparente a opacidade de um discurso e relacioná-lo ao contexto do ator. Neste trabalho, a análise do discurso será o instrumento para “decompor e observar a palavra em movimento, o efeito de sentido entre atores, o conjunto de dizeres que estão na memória, ou seja, o discurso” (PACÍFICO, 2008, p.40-41) dos atores sociais mobilizados no conflito ambiental.

Outra ferramenta adotada para compreender o conflito são as notícias sobre o conflito ambiental que foram veiculadas pelo jornal Zero Hora durante o período de novembro de 2005 a junho de 2009. Tais notícias permitem analisar como o conflito foi veiculado pela mídia impressa para a sociedade.

5 ARENA PÚBLICA DE DEBATE E AÇÃO: ATORES SOCIAIS, DISCURSOS, INTERESSES E ALIANÇAS

Alguém poderia objetar que quanto mais a obra tende para a multiplicidade dos possíveis mais se distância daquele *unicum* que é o *self* de quem escreve, a sinceridade interior, da descoberta da própria verdade. Ao contrário, respondo, quem somos nós, quem é cada um de nós senão uma combinatória de experiências, de informações, de leituras, de imaginações? Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis. Mas a resposta que mais me agrada dar é outra: quem nos dera fosse possível uma obra concebida fora do *self*, uma obra que nos permitisse sair da perspectiva limitada do eu individual, não só para entrar em outros eus semelhantes ao nosso, mas para fazer falar o que não tem palavra, o pássaro que pousa no beiral, a árvore da primavera e a árvore do outono, a pedra, o cimento, o plástico [...]. (CALVINO, 1990, p.138).

O propósito deste capítulo é o de identificar os formuladores de exigências respondendo às seguintes indagações: quais suas identidades, quais suas filiações, representam seus próprios interesses ou de terceiros, são experientes, quais suas trajetórias, quais suas posições dentro do conflito, quais alianças realizaram, quais as possíveis arenas públicas são mobilizadas?

Na contextualização realizada no capítulo 2 evidenciou-se a enunciação das reivindicações dos grupos organizados em torno da expansão da silvicultura de eucalipto, transformando-o em um assunto específico, legítimo e, portanto, um problema social real. A partir dessas premissas inerentes a um problema social, o contexto de um conflito ambiental passa a caracterizar-se por dinâmicas próprias. É o que afirma Fuks (2001, p.97):

Existem, sim, situações concretas, passíveis de se transformarem em mobilização de grupos sociais específicos, que contam com acervos definidos de recursos (simbólicos e organizacionais) e que falam a partir de percepções, valores, projetos, necessidades e interesses pertinentes ao lugar que ocupam.

Ao partir-se da ideia de que para existir um conflito os atores divergem posições e interesses, o espaço dentro do conflito onde se argumenta, se elabora e se veicula versões alternativas a respeito do problema é chamado arena pública. A pluralidade de versões e argumentos comentada por Fuks (2001) tem ligação direta com a diversidade de atores sociais que podem estar presentes em uma arena pública, podendo alguns apresentarem vantagens

sobre outros, “[...] essas vantagens existem em razão da distribuição diferenciada de recursos materiais, organizacionais e simbólicos [...]” (FUKS, 2001, p.56).

No interior dessa arena pública do conflito os atores sociais tendem a buscar alianças e associações conforme, é claro, a similaridade de argumentos.

[...] essas alianças estratégicas são definidas dependendo do contexto, dos interesses, dos agentes e da forma como o problema está sendo dimensionado e construído em determinado espaço de discussão. [...] conflitos socioambientais se materializam em torno da polarização de grupos específicos e na multiplicidade dos seus discursos em relação às tentativas de mudar o curso do processo em questão nos espaços de definição das políticas ambientais. (CARDOSO, 2006, p.24).

Bourdieu (1998) comenta que os conflitos que ocorrem no espaço de lutas são disputas que os agentes travam para legitimar sua visão de mundo e assim, impor sua posição aos demais e construir a sua realidade social. É a partir dessas significações e das diferentes visões de mundo que os atores se posicionarão na arena pública, seja “a favor” ou “contra”, ou ainda terão posições intermediárias quanto ao conflito em questão. Quando tais atores configuram-se como as vozes da diferença, temos aí a multiplicidade de discursos impulsionados pelas diferentes percepções de mundo, que podem ser evidenciadas, muitas vezes, em função da trajetória sociocultural dos atores.

Barros-Platiau & Martin (2005) citam que a divisão dos atores relacionados a um determinado conflito pode gerar situações de grande complexidade, principalmente quando envolve a sobreposição de questões políticas, econômicas e ideológicas. Esses autores destacam ainda que a multiplicidade de percepções sobre a forma de uso dos recursos naturais gera conflitos em todos os níveis, desde o local até o global, com vieses econômicos, sociais, culturais e políticos, entre outros mais difusos.

Na identificação dos atores sociais mobilizados no conflito, nota-se a participação de vários grupos organizados, porém, cabe ressaltar, que nem todos os setores da sociedade gaúcha contribuíram no debate dessa arena de conflito. Segundo Fuks (2001), as versões disponíveis no debate público são aquelas apresentadas pelos grupos sociais que possuem os recursos (organizacionais e simbólicos) apropriados para encaminhar suas demandas. Conforme Best (1989) os formuladores geralmente estão filiados a movimentos, organizações, grupos de interesse, entre outros.

No acirrado conflito ambiental que se configurou no cenário rio-grandense, percebe-se que os grupos apresentam interesses coletivos e estes interesses movem as discussões nas arenas públicas de debate e ação. Coser (1977) analisa os teóricos Simmel e Marx sob a ótica do conflito social.

O principal alinhamento ideológico entre estes dois importantes autores está no reconhecimento de que os conflitos fundamentados na defesa de interesses coletivos são sempre mais acirrados e intransigentes do que aqueles baseados em interesses individuais, isso porque “ao nível da conduta pessoal, as concessões são permitidas, ou mesmo, desejáveis”. (COSER, 1977, p.381 *apud* VOIVODIC & BEDUSCHI FILHO, 2008, p.05).

Assim, o Rio Grande do Sul torna-se palco de um debate onde existem oposições de discursos, divergências de ideias e disputas de interesses entre diferentes grupos, demarcando o conflito ambiental.

Considerando-se que a determinação dos atores sociais é um ponto-chave na abordagem construcionista, o conteúdo da próxima seção é a identificação das arenas públicas do conflito, onde se encontram mobilizados os atores sociais. A partir disso, determinaram-se os discursos mais representativos dentro destes espaços. Grande parte do debate produzido até o momento se deve ao processo de discussão instaurado nessas arenas pelos atores sociais mobilizados em torno do conflito, especialmente, levando-se em conta o conjunto de argumentos veiculados por eles.

Contudo, vale ressaltar, serão retomadas as principais discussões das arenas específicas que fizeram parte da construção social do conflito em torno da expansão da silvicultura do eucalipto no RS. Essas discussões entre os atores sociais trazem à tona as percepções e os interesses em jogo nesses conflitos. O interesse, à *la Bourdieu*, seria a condição básica para o funcionamento da arena pública, pois estaria formando um cenário onde os atores concorrem, rivalizam, lutam, competem, enfim, disputam.

Na descrição das arenas em torno do conflito ambiental, cabe salientar que os atores sociais perpassam por diversas delas, no entanto, optou-se determinar apenas os atores sociais mais representativos dentro de cada uma delas.

5.1 ARENA ECONÔMICA

Os atores sociais mais representativos presentes neste campo de debates são o governo do estado e as empresas florestadoras. Essas representações pautam o seu discurso na perspectiva do “desenvolvimento”, sobretudo do crescimento econômico, geralmente, traduzido em geração de empregos, arrecadação de impostos e melhoria de infraestrutura regional e local. Especificamente, fala-se no “desenvolvimento” da “Metade Sul” e este é o

foco dos embates discursivos. Nessa perspectiva, o “desenvolvimento” tão reivindicado pelas partes adquire alguns viéses importantes de serem aqui comentados.

5.1.1 Governo do estado

O governo estadual¹ é um dos principais atores sociais envolvidos no conflito ambiental configurado no RS, pois exerce funções de proponente e mediador das políticas públicas de desenvolvimento. A política florestal adotada pelo governo, a partir de 2004, abriu “portas” aos investimentos das empresas florestadoras em áreas da “Metade Sul”, onde foi ou está sendo instalada a maioria dos novos cultivos.

O governo espera que tais investimentos no setor florestal tragam vantagens econômicas para a “Metade Sul”. Uma das vantagens mencionadas tanto pelo governo quanto pelas empresas florestadoras é o possível aumento do Produto Interno Bruto (PIB) nos municípios onde se implementarem os novos cultivos, conseqüentemente, refletiria também no aumento do PIB estadual.

Isso é o que almejam as prefeituras dos municípios da região, quando fazem suas campanhas junto às empresas florestadoras para que os empreendimentos sejam instalados em seus municípios. Na visão desses prefeitos, com o possível aumento da taxa do PIB, os municípios tenderiam a se desenvolver economicamente. Na FIGURA 10 estão as estatísticas referentes ao PIB do estado² a partir da instalação dos projetos de eucalipto.

¹ Governo do estado entendido aqui como o conjunto dos poderes políticos.

² Projeto Estruturante Madeira RS, apresentado pela presidente da CAIXA RS, Susana Kakuta, no evento “Silvicultura: a nova fronteira do desenvolvimento”, realizada na Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, 20 de maio de 2008.



FIGURA 10 - Estimativas de crescimento do PIB, a partir dos investimentos das empresas florestadoras no estado.

Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2008).

Percebe-se que o discurso do governo vem dotado de representações numéricas de quanto o RS crescerá a partir das implantações de cultivos de eucalipto. Considerando o argumento econômico tão evocado pelo governo, foi concluído em 2008 um trabalho da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) que avaliou os efeitos dos investimentos da expansão da produção de celulose sobre a economia do estado. Alguns dos indicadores mencionados nesse trabalho mostram que os setores de exploração vegetal e da silvicultura terão o aumento do nível de produção para R\$ 1 bilhão, 286% dos valores de produção atuais. Os autores comentam que, se for considerado o montante total de investimentos do período 2007 a 2011, os impactos sobre a economia do Rio Grande do Sul são estimados em R\$ 24 bilhões de geração de valor de produção, implicando um aumento de 7% do valor atual (FEE, 2008). Tal fato demonstra o “poder” dos números influenciando no discurso econômico dos atores sociais.

No entanto, existe uma dualidade na ação do governo estadual frente às políticas para o setor florestal. De um lado ele incentiva o estabelecimento dos cultivos de eucalipto na “Metade Sul”, sob o discurso do “desenvolvimento econômico”. E do outro lado, regula e controla para que as mesmas políticas públicas de “desenvolvimento [econômico]” (para a implantação de cultivos de eucalipto) não degradem o meio ambiente. Ou seja, o discurso não é unívoco. Existem internamente diferentes atores mobilizados, com diferentes visões em

curso. Essa dualidade estaria representada, de um lado, pelos órgãos estaduais específicos de criação de políticas de desenvolvimento e, do outro, pelos órgãos ambientais.

Maia (2008) constatou que nos conflitos gerados a partir da expansão da silvicultura de eucalipto no Norte de Minas Gerais, o “Estado” enquanto ator social apresentava dois papéis marcantes.

[...] Busca, em termos teóricos, a sustentabilidade desses recursos, para garantir a sobrevivência e qualidade de vida da sociedade. Ao mesmo tempo, busca também promover o desenvolvimento econômico, o que leva, em muitos casos, ao conflito entre desenvolvimento e sustentabilidade, entre o capital e as populações tradicionais, comunidades no entorno das plantações arbóreas. (MAIA, 2008, p.07).

Na ala dos incentivadores da atividade de silvicultura no estado, encontra-se a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), que tem como função “promover o desenvolvimento econômico descentralizado, integrado e sustentável, de forma a gerar melhoria na qualidade de vida, preservando e incentivando as riquezas e as potencialidades regionais”³. A SEDAI, à época do governo Germano Rigotto, era a secretaria responsável por atrair os investimentos florestais para o estado. No governo posterior, de Yeda Crusius, a SEDAI continuou intermediando estes investimentos. De certa forma, o que se constata é que mesmo com a mudança de governo, a centralidade da política florestal permanece.

A base para atrair os investimentos florestais ao estado era o “Plano Estratégico Programa Floresta-Indústria” que era apresentado e divulgado pelos representantes da SEDAI e que tinha como objetivo principal estabelecer um instrumento de diálogo entre atores da cadeia produtiva de base florestal, visando: orientar, estimular e facilitar o seu processo de desenvolvimento sustentável, através da indicação de prioridades e atividades de melhoria da competitividade e estruturar e otimizar Arranjos Produtivos de Base Florestal, com ênfase nas pequenas e médias empresas, no período 2007-2027⁴.

As premissas deste programa eram as seguintes: compromisso das empresas e dos produtores rurais em atuar para o investimento na expansão da base florestal; interesse do governo do estado em dinamizar a economia, a partir da estruturação e desenvolvimento de APBF e contemplar o interesse da sociedade gaúcha na busca de alternativas sustentáveis para a geração de emprego e renda, com ênfase na “Metade Sul” do estado. Como comenta o representante da SEDAI:

³ Informações constantes no sítio da SEDAI.

⁴ Disponível em: <<http://www.cgimoveis.com.br/Members/lhansen/documento.2007-11-26.4790991183/>>. Acesso em: 24 mai. 2009.

[...] desenhamos a macroestratégia do setor, conhecida como Programa Floresta-Indústria/RS, essa estratégia é a responsável pelos investimentos que estão aqui. [...] Há muito tempo que a gente vinha tentando junto com o setor levar propostas ao governo para que isso se transformasse em políticas públicas no sentido de aproveitar a potencialidade do RS. (E1, Engenheiro Florestal)⁵.

A outra base da triangulação política - a financeira - ficou a cargo da Agência de Fomento CAIXA RS que é uma empresa de fomento onde o Estado do Rio Grande do Sul tem 51% das ações e o restante, 49%, são privadas. Segundo Fuks (2001, p.56), os atores situados nas instituições governamentais acabam por serem privilegiados nesta disputa:

A visibilidade de seus pronunciamentos e o caráter singular do discurso público oficial – fortalecido por seu amparo em outras formulações estatais (por exemplo, leis) – asseguram a esses atores condições especiais de participação no debate público.

A estratégia do governo estadual para atrair as empresas florestadoras agora estava completa, pois havia uma política de desenvolvimento econômico puxada pela SEDAI, havia um plano estratégico-produtivo - “Programa Floresta-Indústria” e havia também, o fomento financeiro necessário para os novos plantios através da CAIXA RS. Enfim, mais do que isso, havia a vontade política do governo do estado de tornar o Rio Grande do Sul polo florestal representativo em âmbito nacional e internacional.

5.1.2 Empresas florestadoras

Um cenário político-financeiro convidativo a qualquer empresa. Assim estava o RS em meados de 2004, segundo a visão das empresas florestadoras. Em 2005, duas empresas florestadoras de grande porte anunciaram seus primeiros investimentos no estado: compras de terras para os plantios de eucalipto e construções de fábricas de celulose. Entre estas empresas estavam, Votorantim Celulose e Papel e Stora Enso. A Aracruz Celulose S.A., empresa florestadora já conhecida dos gaúchos, instalada no município de Guaíba, a partir da nova política florestal do governo do estado, anunciou a ampliação de sua fábrica de celulose. Cabe

⁵ Neste trabalho, adotou-se a estratégia de utilizar uma simbologia ao se referir aos interlocutores, com a intenção única de preservar suas identidades. Portanto, a identificação é “E” (entrevistado) acompanhado da ordem numérica da entrevista. Junto à identificação dos interlocutores optou-se por colocar também sua profissão e à instituição que pertence.

comentar algumas informações sobre essas três empresas florestadoras que configuram o conflito ambiental⁶.

➤ **Votorantim Celulose e Papel**

É uma das maiores produtoras de celulose e papel do Brasil, com receita líquida de R\$2,6 bilhões em 2007. No Brasil, é líder nos segmentos de papéis couché, autocopiativos, térmicos e especiais. Das 1.597 mil toneladas (1.098 mil toneladas de celulose e 499 mil toneladas de papéis) negociadas em 2007, 61% do total foi destinado às exportações para mais de 50 países em cinco continentes. A empresa possui duas unidades industriais: uma em Jacareí e outra em Piracicaba, ambas no estado de São Paulo, e 50% da CONPACEL, em Limeira (SP).

A base florestal é representada por 314 mil ha plantados com eucalipto e aproximadamente 200 mil ha preservados, distribuída entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. A empresa pertence a um dos maiores conglomerados econômicos privados do Brasil, voltado principalmente, a atividades industriais, financeiras e novos negócios. A empresa direcionou recentemente os plantios de eucalipto para o RS onde irá construir uma fábrica de celulose (prevista entre 2009 e 2011) no município de Capão do Leão, região Sul do estado. O investimento, incluindo a base florestal, é estimado em US\$1,3 bilhões e com geração de 4 mil postos de trabalho (ZERO HORA, 30/06/2006).

➤ **Stora Enso**

É uma empresa de capital sueco-finlandesa, com mais de 700 anos de história. Está presente em 40 países, com aproximadamente 38 mil empregados espalhados pelo mundo; destes, 800 estão no país. No Brasil, tem plantios de eucalipto na Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná, e plantios também no Uruguai. Em 2005, iniciou a compra de terras na Fronteira-Oeste do RS. A intenção da empresa era a implementação de uma fábrica de celulose em um dos municípios da Fronteira-Oeste, mas em função dos conflitos judiciais e ambientais encontrados no estado, adiou a construção da fábrica por tempo indeterminado. No entanto, já

⁶ Foram consideradas, neste trabalho, apenas essas três empresas em função do montante de investimento de cada uma delas, optando-se em não comentar sobre outras empresas menores, que porventura, podem ser citadas também nos espaços de debate. Dados constantes no sítio institucional das empresas. Acesso em: 13 jun. 2009.

adquiriu em torno de 45 mil ha na Fronteira-Oeste do RS com investimento de R\$100 milhões.

➤ **Aracruz Celulose S.A.**

É uma empresa brasileira, líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto. Responde por 24% da oferta global do produto destinado à fabricação de papéis de imprimir e escrever, papéis sanitários e papéis especiais de alto valor agregado. Sua capacidade nominal de produção situa-se em torno de 3 milhões de toneladas/ano. Seu controle acionário é detido pelos grupos Safra, Loretzen, Votorantim (84%) e BNDES (12,5%).

Atua nos estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com mais de 286 mil ha. Tem um lucro líquido de R\$1.163 milhões (dados de 2005 – fornecidos pela empresa). A unidade Guaíba, localizada no município de Guaíba (RS), opera com capacidade nominal de 450 mil t anuais de celulose, de alta tecnologia, e igualmente dotada de avançados recursos de proteção ambiental. A unidade destina parte desse volume à produção de cerca de 50 mil t anuais de papel para imprimir e escrever, basicamente destinadas ao mercado doméstico.

A empresa anunciou em 2006 a ampliação de sua fábrica em Guaíba/RS, mas em 2008, em função da crise econômica internacional (segundo informações da assessoria da empresa o motivo foi a “redução da demanda de produtos”), adiou o início das obras.

A partir dos investimentos realizados por estas empresas em 2005, o mapa da silvicultura de eucalipto (celulose) no Rio Grande do Sul poderia ser visualizado da seguinte forma: Aracruz Celulose S.A. com plantios na região da Depressão Central; a Votorantin Celulose e Papel (VCP), plantios na região Sul, Sudoeste e Fronteira-Oeste e a empresa Stora Enso com plantios fundamentalmente na região da Fronteira-Oeste como pode ser visualizado na FIGURA 11.

monocultura de eucalipto no Estado, sendo ressaltados para tanto não apenas aspectos econômicos e sociais, mas também os benefícios ao meio ambiente gerados pela atividade. De forma a construir esta justificativa acusam a parte contrária de ser “conservacionista”, ou seja, de apresentar o meio ambiente como um entrave ao desenvolvimento. (GONÇALVES, 2008, p.13).

Diante disso é comum que as empresas florestadoras apresentem em seus discursos o argumento do desenvolvimento econômico aliado à conservação do meio ambiente. Ou seja, o discurso das empresas florestadoras também é dualístico. Nessa direção, nota-se o empenho das empresas florestadoras em divulgar os programas ambientais monitorados por elas ou que serão implantados a partir da implementação dos novos cultivos. Como por exemplo, a empresa florestadora Aracruz Celulose S.A., que argumenta que a atividade da silvicultura não acarretará danos, pelo contrário, existirão ganhos ambientais e apresenta uma estimativa em que a partir da instalação da nova fábrica o estado teria um aumento no PIB, de 3,3% para 3,5%, representando 5,5% de todo o incremento do PIB gaúcho até 2016. (AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 2007.71.00.031307- 4/RS, fls. 2023-2024).

A noção que se tem é que as empresas apostam no discurso do desenvolvimento sustentável em uma linha de convencimento dos outros atores sociais mobilizados nas disputas. Já os atores sociais engajados na luta pela “defesa do meio ambiente” acusam tais empresas de vislumbrarem apenas um sentido do desenvolvimento - linear, em direção ao moderno, ao crescimento, ao progresso, esquecendo das reais dimensões da noção de desenvolvimento sustentável.

5.2 ARENA POLÍTICA-INSTITUCIONAL

[...] de um lado políticos, porque eu imagino que deva ter deputados, vereadores, prefeitos e o *escambal a quatro* querendo mais é que se plante eucalipto e qualquer outra coisa que dê emprego e ICMS em qualquer lugar e isso está no DNA dos políticos. Então eu imagino que deva ter tido alguma coisa assim no nível de pressão política e não sei porque saiu... deu uma crise política no governo, porque saiu o secretário, os assessores e um monte de gente. (E18, Jornalista – jornal Zero Hora).

Outros atores sociais que se utilizam do argumento econômico são os representantes políticos-institucionais, vistos aqui como vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores e cargos políticos de “confiança”. De modo geral, são favoráveis à implantação dos

cultivos de eucalipto, sob o argumento principal que os projetos trarão “desenvolvimento econômico” para o estado e municípios.

A iniciativa do governo estadual de transformar o RS em um polo florestal foi, em um primeiro momento, recebida pela Assembléia Legislativa como a salvação para a “Metade Sul”, já que esta região é reconhecida como desacelerada economicamente. Em um momento posterior, a partir das críticas recebidas pelos diversos grupos sociais, os políticos gaúchos foram levados a delimitar suas posições dentro do embate.

O que se percebeu desde o início desta política pública florestal, em 2004 (governo Germano Rigotto, PMDB), e percebe-se atualmente (governo Yeda Crusius, PSDB) é que o cenário político não apresentou mudanças drásticas, ou seja, os representantes políticos e suas posições se mantiveram no “tempo” e no “espaço”.

A dinâmica identificada aqui se *naturalizou* nos espaços políticos: políticos pertencentes aos partidos de situação apoiam as políticas adotadas pelo governo, enquanto que os políticos de oposição as criticam. Se no primeiro caso o argumento é econômico para a expansão da silvicultura de eucalipto no RS, no segundo caso o argumento é direcionado pela crítica aos impactos sociais e ambientais que ela poderia provocar.

Um fato que reforça o que os parágrafos anteriores tratam de alertar foi a criação em fevereiro de 2007, da “Comissão Especial de Reflorestamento e/ou Florestamento Comercial”, pela Assembléia Legislativa, que tinha o objetivo de acompanhar os projetos industriais de reflorestamento e/ou florestamento no estado⁷ e elaborar um relatório sobre o andamento desta atividade. Dentre os 12 deputados da comissão, 11 eram de partidos aliados ao governo.

Durante um ano, os deputados realizaram audiências públicas em diversos municípios que já mantinham a atividade florestal, entre eles Piratini, Butiá, São Gabriel, Pedro Osório, Alegrete, Rio Pardo, Barra do Ribeiro. Esses municípios, que apresentam atividades florestais, representam segundo esta comissão, “uma nova fonte de desenvolvimento rural sustentável e, especialmente, uma busca de alternativa econômica para a Metade Sul”.

Na ocasião da visita ao município de Butiá (22 de outubro de 2007), o deputado Nelson Härter (PMDB), relator da comissão, fez os seguintes comentários sobre a atividade de silvicultura no estado:

O setor de licenciamentos já melhorou bastante com a entrada da Dr^a. Ana Maria Pellini e do Dr. Carlos Otaviano Brenner de Moraes. Declarou também que há muitos mitos em torno do plantio de eucalipto, como a transformação num deserto verde, mas assegurou que há estudos e trabalhos acerca do assunto, comprovando o contrário. [...] repudiou os atos de vandalismo praticados em algumas empresas [...].

⁷ Retirado do Relatório Final da Comissão Especial de Reflorestamento e ou Florestamento Comercial da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (2008).

Destacou o trabalho das audiências públicas, que ao longo de sua instalação colheram informações sobre o número de empregos gerados, retorno de impostos, hectares plantados e licenças em atraso para anexar ao Relatório e poder trazer mais investimentos para o florestamento e, por conseguinte, melhorar a economia dessas regiões que dependem dessa atividade. (COMISSÃO ESPECIAL DE REFLORESTAMENTO E OU FLORESTAMENTO COMERCIAL, 2008, p.16).

Essas audiências públicas foram marcadas, basicamente, pela presença de autoridades políticas municipais, representantes das empresas comerciais florestais, assim como também a participação de pesquisadores da área florestal. Em fevereiro de 2008, a Comissão Especial concluiu os trabalhos com a seguinte nota.

Nesta casa, cabe registrar um sentimento comum a todos os membros, de que qualquer alternativa há de ser, antes de tudo, protetiva da vontade coletiva visando a geração de emprego, renda e desenvolvimento sustentável de nosso Estado, que é aquilo que todos nós almejamos e este Relatório foi elaborado, justamente, neste sentido. (COMISSÃO ESPECIAL DE REFLORESTAMENTO E OU FLORESTAMENTO COMERCIAL, 2008).

Alguns dos deputados que faziam parte da “Comissão Especial de Reflorestamento e/ou Florestamento Comercial” também integravam outro grupo voltado para o incentivo à silvicultura no estado, a “Frente Parlamentar Pró-Florestamento”. Esta, na época que foi criada, era coordenada pelo deputado Berfran Rosado (PPS), e tinha participações de José Sperotto (PFL), Marco Peixoto (PP), Edson Brum (PMDB), Pedro Westphalen (PP), entre outros. O Deputado Estadual Berfran Rosado comenta sobre os objetivos da “Frente...”:

A Frente Parlamentar Pró-Florestamento, Assembléia Legislativa, que coordeno, quer estabelecer o verdadeiro debate sobre a silvicultura e seus reflexos ambientais, econômicos e sociais. Não baseado em mitos, discursos e atos ideológicos, mas na verdade sobre o que representará o florestamento para a economia do Estado, especialmente, através dos empreendimentos na Metade Sul, região castigada pela falta de grandes investimentos. (ZERO HORA, 09/03/2007).

Importante comentar que os atores procuram “desmistificar” certos argumentos, assim como também impor uma “verdade” única recheada de significados e percepções sobre o conflito. Conforme Gerhardt (2008, p.15):

[...] a busca pelo “monopólio da verdade” (ou da interpretação desta verdade) envolveria a tentativa de imposição de sentidos, significados e práticas sobre aquilo que deveria ser ou vir a ser, sobre o que se deveria fazer ou não fazer, enfim, sobre a maneira de pensar e de agir.

No âmbito dos deputados “reticentes” à expansão dos cultivos de eucalipto, a crítica era contrária aos deputados que participavam da “Frente Pró-Reflorestamento” (que ficou conhecida, posteriormente, por “bancada das papeleiras”). Tais críticas eram direcionadas aos deputados da “Frente...” que tiveram seus nomes na lista dos políticos que receberam

financiamento para as campanhas políticas, ao ponto de haver exposições na mídia dos valores doados pelas empresas florestadoras aos deputados⁸.

Um reforço às críticas aos deputados estaduais dessa “Frente...” foi a viagem realizada pelos políticos à sede da empresa florestadora Stora Enso, em Helsinque, na Finlândia. Na ocasião, as despesas foram pagas pela empresa, porém, constatou-se, posteriormente, que os mesmos políticos haviam utilizado diárias da Assembléia Legislativa para a viagem.

Em meados de 2005, a partir do anúncio dos investimentos da Stora Enso e da VCP nas regiões Sul, Sudoeste e Fronteira-Oeste, as representações políticas se mobilizaram e se organizaram com campanhas para atrair tais investimentos para seus municípios. Os discursos dos prefeitos iam em direção da melhoria de infraestrutura como, por exemplo, manutenção de estradas. Outra linha de possibilidades partia da abertura de novas vagas de emprego, assim como se esperava que o valor imobiliário das terras aumentasse em função da procura por novas áreas para o estabelecimento dos plantios de eucalipto pelas empresas florestadoras na “Metade Sul”.

O discurso do campo político-institucional alia-se, portanto, ao do governo do estado e ao das empresas florestadoras, porém, pouco se aproxima da preocupação com as possíveis transformações ambientais causadas pelos plantios.

5.3 ARENA AMBIENTAL

[...] cultivos de *Eucalyptus* spp. e *Pinus* spp. em áreas inadequadas poderão conduzir a graves conflitos, que tenderão ser cada vez mais acentuados, seja pelo uso de recursos escassos, seja pela posse da terra ou ainda, pela própria perda da identidade cultural regional. (CHOMENKO, 2007, p.06).

O trecho acima resume a preocupação dos grupos que pertencem ao campo ambiental. Unidos por uma visão conservacionista do meio ambiente, encontram-se aqui os grupos ambientalistas e os movimentos sociais que se mostram céticos em relação às perspectivas de “desenvolvimento” argumentadas na arena econômica e político-

⁸ A lista com os valores das doações feitas aos deputados está disponível em: <<http://www.agenciachasque.com.br/boletinsaudio2.php?idtitulo=210f81861f522acc2e456d2f76c41028>> Acesso em: 23 mar. 2009.

institucional.

Neste caso, o discurso mais característico está basicamente ligado à defesa do meio ambiente e, em suma, contrário aos empreendimentos industriais, se estes não forem realizados respeitando os limites ambientais. Esses atores argumentam que o impacto ambiental, cultural e social gerado por esses projetos são de difícil reversibilidade. Maia (2008) comenta que se observam posições estratégicas dos atores sociais envolvidos no conflito e a constituição de redes de representação, conforme a polarização de interesses em torno da utilização do meio ambiente.

Na visão destes movimentos contestatórios, o papel que eles representariam frente à sociedade é de suma importância, já que na visão deles teriam a função de informar a todos sobre as possíveis transformações ambientais, sociais e culturais que poderiam ocorrer na “Metade Sul” do RS em função dos plantios de eucalipto em larga escala. Esses grupos comentam que tal papel caberia ao governo do estado, porém, este não o faz. Isso pode ser observado na citação a seguir, pertencente a um representante de um movimento social organizado.

As consequências do Deserto Verde colocam em risco primeiramente o solo, acaba com a água e com a biodiversidade. Afeta os demais direitos fundamentais dos seres humanos, tais como: alimentação, saúde, moradia, cultura, trabalho através da usurpação de terras, pela poluição das fábricas de celulose e uso de agrotóxicos, entre outros. (E3, Historiadora – MST).

No entanto, apesar da centralidade do discurso crítico ter foco, sobretudo nas questões do “desenvolvimento” para a “Metade Sul”, cada grupo defende a sua particularidade na arena de conflito. Essa peculiaridade poderá ser constada a seguir, através da descrição destes grupos no conflito.

5.3.1 Grupos ambientalistas

O crescimento da atividade de eucaliptocultura no estado levou grupos ambientalistas e organizações não-governamentais a se mobilizarem em torno do modo como estava sendo implementada essa atividade, já que tinham como base a experiência da silvicultura de eucalipto implementada em outros estados, como Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, que há tempos já demonstra cenários conflituosos entre os atores sociais envolvidos.

Os primeiros apontamentos desses grupos demonstravam que não havia um planejamento acerca dos locais onde poderiam ser plantadas as árvores e que não estavam sendo cumpridos os procedimentos do licenciamento ambiental (GONÇALVES, 2008, p.02-03). Contudo, ressalta-se que tanto o licenciamento quanto o zoneamento ambiental são previstos na legislação federal (Resolução CONAMA 237/97) e no Código Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (Lei 11.520/2000).

Os grupos ambientalistas e ONG's que iniciaram os debates em torno da defesa do meio ambiente gaúcho foram: IGRÉ - Amigos da Água, INGÁ - Estudos Ambientais e Núcleo Amigos da Terra Brasil (NAT/RS). Estes três grupos ambientalistas⁹ apresentam um histórico de lutas ambientais já há algum tempo no cenário gaúcho como, por exemplo, nas discussões sobre a construção de hidrelétricas nos rios do norte do estado e também as discussões em torno do crescimento da atividade florestal do pinus e suas consequências na região dos Campos de Cima da Serra no RS.

➤ **IGRÉ Amigos da Água – Associação Sócio-Ambientalista**

É uma associação civil de direito privado, de caráter socioambientalista, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, fundada em 2003, com sede na cidade de Porto Alegre, RS. A criação da IGRÉ partiu da iniciativa de um grupo de pessoas, oriundas principalmente dos quadros de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, das mais diferentes áreas do conhecimento, comprometidas com a imperiosa necessidade de assegurar a preservação dos cursos d'água. O grupo acumulou experiência em diversos projetos e atividades no município de São José dos Ausentes, no Rio Grande do Sul, desde 1998, na implementação do programa São José dos Ausentes – Povo e Paisagem. Os objetivos da associação são: “apoiar e estimular iniciativas públicas e privadas que visem à preservação dos ambientes aquáticos continentais e sua biodiversidade; estimular a criação de unidades de conservação dos ambientes límnicos; estimular e desenvolver o pleno exercício da cidadania através da educação ambiental para melhorar a qualidade de vida da população; estudar, pesquisar e divulgar os problemas dos ambientes límnicos e as possíveis soluções visando ao desenvolvimento ecologicamente sustentável; promover atividades educativas, culturais e científicas enfocando os ambientes límnicos e estimular a parceria, o diálogo local e a

⁹ As informações descritas a seguir estão disponíveis nos sítios relativos aos grupos. Optou-se em descrever apenas estes três grupos em função da sua maior representatividade na arena de conflito.

solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades de atividades que visem interesses comuns”.

➤ **INGÁ - Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais**

Foi fundado em 07 de abril de 1999, em Porto Alegre/RS. É um grupo de pessoas unidas ao redor de uma mesma preocupação: “a conservação de um meio ambiente saudável em que os seres humanos e todos demais seres possam desenvolver suas maiores potencialidades”. Incluídos nesse objetivo estão o “desenvolvimento de um ambiente de convivência respeitoso e harmônico; de um sistema econômico sustentável dos pontos de vista ambiental e social; de conhecimento científico e intuitivo que contribuam para a sustentabilidade; o respeito e valorização do conhecimento tradicional como promotor de sustentabilidade e a comunicação do conhecimento ambiental”. Como estratégia de consecução de seus objetivos, o INGÁ vem realizando ações em três eixos: propositivo, combativo e institucional. Ações propositivas indicam “alternativas ao modelo [de desenvolvimento] atual”. Ações combativas “denunciam os inúmeros problemas de nossa sociedade insustentável”. Ações institucionais “buscam soluções dentro dos espaços institucionais de participação da sociedade civil”.

➤ **NAT - Núcleo Amigos da Terra Brasil**

É uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que atua há mais de 40 anos na defesa do meio ambiente, sendo uma das entidades ambientalistas pioneiras no Rio Grande do Sul e no Brasil. Em 1964, a chamada Ação Democrática Feminina Gaúcha foi fundada como um grupo que objetivava promover a cidadania através da realização de projetos sociais e educativos voltados às mulheres.

Na década de 1970 a entidade incluiu a questão ecológica de forma central nos seus trabalhos. Desde então, tem sido “referência nos principais debates sobre o meio ambiente no Rio Grande do Sul, Brasil e internacionalmente”. Pelo reconhecimento do seu trabalho e das suas vitórias em prol do meio ambiente, a entidade foi convidada a integrar a maior federação mundial de entidades ambientalistas. Desde 1983, é o único membro brasileiro da Federação Internacional “Friends of the Earth”, que hoje reúne grupos de ativistas em mais de 70 países. Em 1998, a entidade adotou definitivamente o nome Núcleo Amigos da Terra (NAT)/Brasil.

A visão adotada pelo NAT é de “um mundo pacífico e sustentável, baseado em sociedades vivendo em harmonia com a natureza”. Visam “uma sociedade de povos interdependentes vivendo com dignidade, totalidade e realização, onde a equidade e os direitos humanos e dos povos são cumpridos”. Esta deve ser uma sociedade construída com soberania dos povos e participação. Será fundada na justiça social, econômica, ambiental e de gênero e livre de todas as formas de dominação e exploração, baseada em valores como: diversidade cultural e ecológica; soberania dos povos, direitos humanos e dos povos; equidade social, ambiental, econômica e de gênero; respeito à natureza e à relação indissociável entre natureza e sociedade; democracia participativa e outras formas de participação nos processos de decisão; valorização das realizações e ações coletivas como meio de construção de um mundo melhor.

As linhas estratégicas são “mobilização através de apoio a comunidades locais, da mobilização da opinião pública, e do apoio e participação em lutas sociais, políticas e ambientais; resistir através de ações coletivas de resistência de base comunitária, ações diretas, manifestações públicas, de incidência e influência política e através da construção e participação em alianças estratégicas com movimentos e organizações sociais e transformar através da conscientização, promoção e apoio a experiências existentes e novas iniciativas ou soluções, na construção e criação de novas estruturas, sistemas e processos democráticos e incidindo nos existentes; revivendo, criando e compartilhando sistemas de conhecimentos e saberes”.

De certa forma, a intervenção desses grupos nas lutas contestatórias contra os plantios de eucalipto na “Metade Sul” era esperada já que, basicamente, tais grupos são protagonistas no campo de lutas ambientais no RS.

O foco das denúncias dos grupos ambientalistas era direcionado aos impactos que tal atividade florestal poderia acarretar à fauna e a flora do pampa gaúcho, e posteriormente, incorporou o discurso sobre as transformações sociais às populações tradicionais daquela região. Como denuncia o representante da IGRÉ Amigos da Água:

As empresas, no seu propósito, não acenam com nenhuma medida que realmente leve em conta a preservação ambiental. Elas querem plantar e colher, não importa onde nem como e a que custo. Os custos ambientais eles desconhecem [...] O que importa é aquilo que tem sido anunciado, até pelo governo, do resgate econômico da Metade Sul a qualquer custo, nem que seja o custo ambiental. (BUCKUP, 2007)¹⁰.

Além do foco ambiental dos discursos dos grupos ambientalistas, já comentado no

¹⁰ Disponível em: <<http://www.diegocasagrande.com.br/index.php?flavor=lerArtigo&id=424>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

capítulo 2, os prováveis impactos sociais trouxeram novos elementos para a discussão já que, anteriormente, os impactos ambientais eram o centro das denúncias. É o que comenta Marcelo Madeira, chefe da Divisão Técnica (DITEC) da Superintendência do IBAMAS/RS e coordenador do Grupo de Trabalho do Bioma Pampa.

Pela abrangência dos empreendimentos, se não houver algum regramento geral a ser seguido para a implantação dos mega-projetos propostos, corremos o risco de uma modificação significativa da fauna e flora do pampa, com reflexos diretos no modo de vida das populações da região e na paisagem típica do bioma. No momento em que ocorre a substituição de uma paisagem natural e sua atividade econômica típica, no caso a pecuária extensiva, não há como negar uma forte ruptura cultural. Podemos imaginar o pampa sem o gaúcho, mas o gaúcho sem o pampa e seus amplos horizontes, fica difícil. (MADEIRA, 2007, p.11).

Conforme a citação acima, o que estaria em jogo seriam as prováveis mudanças que os plantios de eucalipto trariam para os modos de vida das populações do entorno. Segundo este ponto de vista, a capacidade das populações locais de reproduzirem seus modos de vida poderia estar sendo drasticamente afetada devido à desestruturação que a implantação destes grandes projetos de eucalipto desencadearia em termos de eliminação de laços e redes familiares, de alteração de comportamentos cotidianos, de uso dos recursos naturais baseado em práticas tradicionais - e, por vezes, ancestrais -, vistas por grupos ambientalistas como mais “sustentáveis”.

Suertegaray (2006), pesquisadora do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sustenta que o avanço da monocultura de eucalipto na “Metade Sul” do RS deve gerar uma ruptura de duas tradições produtivas: a pecuária extensiva, realizada principalmente nos latifúndios e a produção da agricultura de subsistência, realizada nos interstícios das grandes propriedades¹¹.

Contidos nos “novos” elementos trazidos ao debate estão à mudança na paisagem rural, o êxodo rural, latifúndio *versus* reforma agrária, o modelo de pecuária extensiva, a ruptura cultural do gaúcho e do imaginário do gaúcho. Nessa direção, Schwanz & Zanirato (2008), no trabalho “A Transformação da Paisagem no Pampa Gaúcho e a Constituição das Memórias”, comentam sobre a formação da memória a partir da paisagem.

Se entendermos que a paisagem não existe por si só [...], mas que é resultante das relações que envolvem o homem e o ambiente temos claro que as modificações no ambiente, resultam em alterações na paisagem e conseqüentemente têm influência sobre a constituição das memórias. (SCHWANZ & ZANIRATO, 2008, p.05).

¹¹ Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia>>. Acesso em: 04 jul. 2006.

5.3.2 Movimentos sociais

No âmbito dos movimentos sociais os protagonistas deste conflito são: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina. Esses movimentos concordam com o discurso ambiental, mas basicamente agregam a ele, o questionamento sobre a “relação conflitante do sistema capitalista com o meio ambiente quanto às formas de degradação causada pelas indústrias na utilização dos recursos naturais” (CARDOSO, 2006, p.30).

O foco central do discurso é a luta pela terra em prol de uma sociedade igualitária através da implantação da reforma agrária. Tais discursos são percebidos costumeiramente na maioria dos embates associados a estes movimentos. Vale lembrar que um dos históricos conflitos que aconteceu na década de 1980, em torno da luta pela terra no RS, foi protagonizado pelo MST, onde também o movimento teve origem.

➤ **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**

O MST é um movimento social que surgiu na década de 1980 e que reivindica a implantação da reforma agrária no Brasil. Teve como origem a aglutinação de movimentos que faziam oposição ou estavam desgostosos com o modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, principalmente na década de 1970, o qual priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas, com objetivo de exportação de excedentes populacionais e integração estratégica. Hoje, o MST entende que seu papel como movimento social é “continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças e que a luta não é só por Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana”¹².

Isso pode ser observado na fala da representante do MST sobre as possíveis transformações que ocorrerão na paisagem da “Metade Sul” a partir dos plantios de eucalipto em larga escala.

A nossa posição é sempre em defesa de um projeto de soberania popular e que nessa soberania popular o povo, as comunidades devem ter as rédeas do seu destino na mão, tem que ter um projeto de justiça social, que é que todas as pessoas devem ter condições de viver dignamente, ter moradia, ter abrigo, ter estudo, ter alimento, ter

¹² Dados constantes no site institucional do movimento social. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/listagem.php?sc=39>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

transporte e ter trabalho. E o que é que acontece? Esse projeto que as transnacionais da celulose representam bate de frente, vai de encontro com esse nosso projeto de soberania popular e de justiça social. [...] E aqui no Rio Grande é o mesmo processo: as papeleiras chegam e, ou compram terras ou arrendam terras. O que no final das contas dá no mesmo, porque eles dominam aquele espaço e plantam eucalipto. A terra vai estar imobilizada por pelo menos por 14 anos, são duas safras que cada agricultor que arrenda se compromete. Então são 14 anos sem produzir comida e são 14 anos com a terra sendo degradada porque o eucalipto vai secando, inclusive, em alguns lugares o eucalipto é usado pra secar banhado, camponeses utilizavam isso quando tinham áreas muito alagadiças. Então nós sabemos do que nós estamos falando! [...] Então acaba com a biodiversidade! [...] em 14 anos quando vai ser feita a segunda colheita de eucalipto naquela área vai sobrar uma terra rasada, cheia de toco e pra plantar de novo alguém vai ter que tirar aqueles tocos de lá. Vai ter que re-fertilizar a terra que vai *ta seca*, então o problema da água vai ser bastante sério pra voltar a fertilizar aquela terra. Então pra nós não serve esse projeto, porque vai tirar o espaço da produção de alimento e vai tornar a terra improdutiva porque quem é que vai morar num mar de eucalipto? Num deserto verde como tem sido chamado esse plantio? As comunidades rurais não resistem [...]. Então as fontes e rios das comunidades estão secando. Então fica um campo sem gente, sem bicho e sem planta! Um campo só de eucalipto! E isso não serve! Isso não tá de acordo com o projeto que sirva pra o povo do Brasil. Não produz alimento, não dá dignidade, não dá emprego, não dá educação, não dá moradia e só dá favela nas grandes cidades. Porque essa gente vai toda pra favela. É terra rasada no campo, isso é o resultado das *papeleiras*. E então nós estamos constantemente denunciando isso, denunciando esse resultado de instalação delas, enfim, continuamos enfrentando. (E3, Historiadora - MST).

➤ Via Campesina

A Via Campesina é um movimento internacional de camponeses e agricultores sem terra, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, indígenas, agricultores, jovens rurais e trabalhadores agrícolas. É um movimento que se propõe independente, pluralista, multicultural, independente de todos os quadrantes políticos e econômicos. As organizações que formam a Via Campesina são de 56 países na Ásia, África, Europa e nas Américas. A Via Campesina foi criada em maio de 1993, em sua primeira conferência realizada em Mons, na Bélgica. Neste evento a Via estabeleceu-se como uma organização global. Seus objetivos são: construir a solidariedade, a unidade na diversidade entre as organizações membros a promover as relações econômicas de igualdade, da paridade homens - mulheres, justiça social, preservação e conquista da terra, água, sementes e outros recursos naturais, soberania alimentar, produção agrícola sustentável e uma igualdade baseada na produção de pequena e média escala¹³.

¹³ Informações constantes no site institucional do movimento social. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/main_sp/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=27&Itemid=44>. Acesso em: 28 mar. 2009.

Segundo as premissas do próprio movimento da Via Campesina sobre organização de camponeses em prol da produção de alimento e na luta pela terra, vinculado ao que foi comentado anteriormente, tem-se o seguinte comentário:

[...] a Via Campesina se confronta com esses grupos hoje. E nós, por sermos mulheres sem terra e que por fazermos parte da Via Campesina e do MST ao lutarmos pelas nossas condições básicas de sobrevivência, que é a possibilidade de termos terra, que é a possibilidade de desenvolver produção de comida, temos que nos confrontar com esses grupos, caso contrário, a gente não consegue cumprir essa tarefa. Nem a possibilidade de ter terra, de ter um lugar para morar, com as mínimas condições humanas, seja pra poder se desenvolver como ser humano, de criar nossos filhos. Então a nossa luta está mais ou menos centrada nisso. [...] Então essa luta contra esses grupos econômicos, é uma luta bastante ampla, [...] mas também contra o Estado brasileiro, contra o governo que financia esses grupos econômicos. (E23, Agricultora – Via Campesina).

Contudo, o que esses movimentos têm levado em conta para contrapor as políticas florestais conduzidas pelo governo do estado é que as terras da “Metade Sul” deveriam ser destinadas à construção de assentamentos de reforma agrária, onde o objetivo seria unicamente a produção de alimentos e a subsistência de inúmeras famílias. O assentamento destas famílias, conseqüentemente, geraria emprego e renda através da produção de alimentos, o que pode ser observado no depoimento abaixo:

O desenvolvimento, na minha concepção, não esse capitalista, ele só vai acontecer quando for quebrado o latifúndio que existe na Metade Sul. Aquela terra tem que ser desconcentrada, tem que povoar, tem que colocar gente pra viver naquelas terras, tem que colocar muitas famílias lá, dividir a terra e oferecer condições pras famílias produzirem e ter uma socialização mínima. [...] E é preciso fazer um plano de manejo, de plantio, acho que tem muitas terras de várzea. Então tem que planejar junto com as famílias pra quem for distribuída à terra de como vai ser plantado, como vai ser produzido, estabelecer agroindústrias pra que as famílias, comunidades processem sua produção. (E3, Historiadora - MST).

Entretanto, esses movimentos têm sido muito criticados pelos atores da arena econômica e político-institucional, por exercerem uma postura *radical e ideológica* frente à implantação dos novos empreendimentos florestais. Segundo os atores da arena econômica e político-institucional, um exemplo característico desse *radicalismo ideológico* foi a invasão das mulheres integrantes da Via Campesina ao horto florestal em Barra do Ribeiro/RS, pertencente à empresa florestadora Aracruz Celulose S.A., no dia 08 de março de 2006 (Dia Internacional da Mulher).

Conforme a representante da Via Campesina, a invasão ao horto da Aracruz Celulose S.A., tornou-se um marco na luta contra a expansão da silvicultura no RS. A partir da invasão a cada ano as atenções se voltam na expectativa da próxima ação a ser protagonizada.

Um dos aspectos que chama a atenção quando se retoma o histórico de lutas movidas contra as empresas florestadoras é que as mulheres da Via Campesina trazem à tona conflitos

internos ao próprio movimento. Dois desses exemplos giram em torno da construção social do papel da mulher e a questão de gênero perante um movimento social que ainda se mostra paternalista. Questionada sobre isso a representante da Via Campesina comenta:

[...] um momento político de amadurecimento das questões femininas, que tomam um lugar maior [...]. E elas, como responsáveis pela comida na nossa cultura, elas reagem com muito mais radicalidade, com muito mais disposição, determinação. E elas é que propõem a continuidade dessa luta. E elas que propõem essa luta aí da celulose, da destruição do governo, elas se colocam numa luta com um novo sujeito político só de mulheres [...]. Por exemplo, a gente foi contida pelas forças de repressão do estado por várias vezes. E pelo fato de sermos mulheres a polícia não nos impediu por achar que era apenas um encontro de mulheres. Então esse papel secundário que a sociedade capitalista machista tem, nesse momento, nós nos valemos dele para poder atingir o nosso objetivo. Avaliamos que as mulheres camponesas precisavam chacoalhar a sociedade porque nós somos as gestoras da vida, se a gente for ver na atualidade, quem mais produz comida no campo são as mulheres! [...] Nós somos as que geramos a vida, que cuidamos da produção e nesse momento nós queremos chamar atenção da sociedade. A gente avalia que nesse sentido a gente acertou. Mas, é também uma afirmação de sermos trabalhadoras, de sermos camponesas, de termos um papel social, político e econômico, é uma afirmação nesse momento, talvez em outros momentos históricos isso não estava internamente bem construído. (E23, Agricultora – Via Campesina).

Segundo as entrevistadas, pertencentes aos dois movimentos sociais, Via Campesina e MST, são as mulheres as mais fragilizadas no processo do êxodo rural, pois enquanto os homens conseguem empregos que exigem força, a mulher fica à margem, muitas vezes tendem a se prostituir, como é o que alerta a representante do MST:

Existem uns dados do avanço paralelo da monocultura de eucalipto com a prostituição no mesmo espaço, tanto que a prostituição aumenta e se aproxima também a violência. (E3, Historiadora - MST)¹⁴.

Todavia, apesar dos discursos particulares dos representantes dos grupos ambientalistas e dos movimentos sociais, o que os une são as ações e os discursos em torno da defesa dos ideais de conservação ambiental.

¹⁴ Ver “A função da União Européia no desempoderamento das mulheres no Sul através da conversão dos ecossistemas locais em plantações de árvores, estudo de caso: PAMPA”, elaborado por Movimento Mundial por los Bosques Tropicales, 2008. Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/publicacoes.html>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

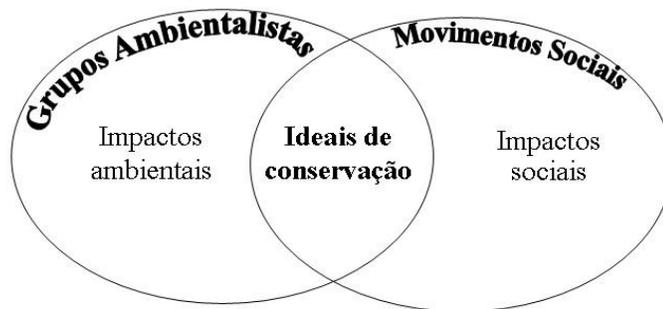


FIGURA 12 - Grupos ambientalistas e movimentos sociais em prol dos ideais de Conservação.

Fonte: Elaborada pela autora (BINKOWSKI, 2009).

O primeiro defende as causas ambientais de preservação e de conservação do bioma Pampa e o segundo partilha da defesa da conservação do meio ambiente e da luta para que naquelas regiões seja estabelecida reforma agrária e não empreendimentos florestais.

Por outro lado, o MST é criticado por alguns atores sociais da arena político-institucional e econômica pela maneira com que os assentados lidam com a terra e que estes estariam degradando o ambiente e não conservando-o.

Agora, quem conhece os hortos da Aracruz? Ela tem hortos de mais de 1.000 hectares e, que no seu interior, eles preservam por obrigação porque são áreas de reserva legal, áreas de mata e que, certamente, não seriam preservados se não estivesse no controle de uma empresa desse tamanho. Se deixasse ficar como propriedade particular ou até mesmo mais a mercê do MST, ia acabar. [...] Mas é muito melhor dar 1.000 hectares pra Aracruz do que deixar 1.000 hectares sendo loteados pra fazer reforma agrária e dar pra um cara do MST! Porque eles caçam tudo, derrubam o mato pra fazer lenha, é muito pior, é só olhar onde eles tão! Vai em Encruzilhada do Sul [...] e vê o que aconteceu com a fauna ao sul de Encruzilhada?! Agora ta se recuperando um pouco. E vê o que aconteceu lá com os primeiros assentamentos. (E29, Biólogo – Biolaw Consultoria Ambiental).

Outro ponto retomado pelos discursos dos movimentos sociais e grupos ambientalistas é que os empreendimentos de eucalipto na “Metade Sul” não trarão empregos à população assim como divulgam as empresas florestadoras, pois existe uma diferença entre vagas de trabalho e do que seriam vagas de emprego. Essa diferença é fundamental na visão de um cientista, como é possível observar no depoimento abaixo:

[...] eles podem oferecer trabalho, mas, não podem oferecer emprego. E do que é que a pessoa precisa? É de trabalho ou de emprego? É de emprego! Porque o trabalho, se eu te contratar hoje tu já me ajuda a empilhar as toras. Mas, isso só na safra, depois tu vai embora. A pessoa tem que ter emprego, tem que ter estabilidade profissional na vida. E nenhuma dessas atividades oferece isso. Pode oferecer transitoriamente um trabalho, mas não é emprego! (E11, Biólogo – IGRÉ Amigos da Água).

Ambientalistas ligados ao Núcleo Amigos da Terra - NAT/Brasil alertam que cada emprego criado, no caso da silvicultura de eucalipto, tem o alto custo de R\$116 mil e que a receita média gerada ao produtor fica em torno de R\$87,00/ha/mês e questionam a sociedade: estes investimentos beneficiam realmente a quem?

Entretanto um ponto em comum defendido pelos movimentos contestatórios à silvicultura de eucalipto é a continuidade ou a propensão do crescimento da concentração de terras no pampa gaúcho. A concentração de terras no pampa é considerada um problema social tanto pelo MST quanto pela Via Campesina.

Desde 2005, quando houve os primeiros investimentos na compra de terras na “Metade Sul” pelas empresas florestadoras, observaram-se dois processos. O primeiro em função do valor imobiliário da terra, que apresentou ascensão comparada aos anos anteriores. O alto preço do hectare desencadeou outro fenômeno, grande parte dos produtores (pequenos, médios e grandes) vislumbrava a venda das terras como retorno financeiro imediato, sobretudo para quitar dívidas relativas a atividades agropecuárias anteriores, principalmente, a pecuária (extensiva). A venda das terras era o meio mais rápido de mudança social também para os pequenos agricultores em função do rápido retorno financeiro. Nestes dois processos desencadeados em função da compra/venda de terras na “Metade Sul” é impossível negar as mudanças sociais ocorridas a partir da “capitalização” dos produtores/agricultores.

Porém, o processo de compra de terras transforma também as empresas florestadoras em atores sociais concentradores de terras. Desde 2006 até a atualidade a empresa Stora Enso já adquiriu em torno de 45 mil hectares de terras, localizadas na região da Fronteira-Oeste. Portanto, o que tanto os movimentos contestatórios criticam é que as características tradicionais do pampa no que tange a concentração de terras não mudaram, pelo contrário, a concentração fundiária permaneceu ou mesmo aumentou. Diante disso, os grupos contestatórios denunciam esse processo como parte do problema ambiental que a expansão da silvicultura de eucalipto no RS trouxe ou tende a trazer.

A crítica também é rebatida pelos “adeptos ao desenvolvimento”, que alegam que os movimentos sociais estariam perdendo espaço nos meios de comunicação por isso elegeram a silvicultura a “bola da vez” das críticas “destrutivas” e o eucalipto como o “malfeitor” da estória.

É por demais importante esclarecer que, claramente identifica-se um empate político-ideológico, onde segmentos representativos da sociedade, já nominados, contrários ao latifúndio, seja ele agrícola, pecuário ou florestal, estão na eminência de perderem espaço de atuação, de perderem adeptos nas comunidades e nos acampamentos, de perderem defensores dentro dos órgãos de governo e nas universidades (núcleos de formação de opinião). Por isso, irresponsavelmente

mutaram o foco dos debates, taxando o eucalipto como um malfeitor. (FERRON, 2007, p.30).

A reportagem do Jornal Valor *On Line*, do dia 05/01/2006, escrita por André Vieira, “Eucaliptos vão mudar o cenário nos pampas”, resume a visão dos agricultores que vivem nos municípios que estão aderindo ao plantio de eucalipto¹⁵.

José Mauro Maicá, presidente do maior Centro de Tradições Gaúchas (CTG) de Rosário do Sul, cidade distante 386 km de Porto Alegre, pode quebrar uma cultura secular: em terras onde se criam bois e ovelhas, planeja plantar eucaliptos para fabricação de celulose. "Penso em aderir à proposta da Stora Enso." A maior fabricante de celulose e papel da Europa, juntamente com a VCP, do grupo Votorantim, e possivelmente a Aracruz, promete investir na metade sul do Rio Grande do Sul pelo menos US\$ 3 bilhões nos próximos dez anos, em reflorestamento e fábricas de celulose. A euforia começa a tomar conta das cidades do interior gaúcho, onde a agricultura e a pecuária - vocações tradicionais do Estado - já perderam competitividade para outras regiões do país. O plantio de florestas deve ocupar pelo menos 700 mil hectares, o dobro do que é hoje. Isso já anima os donos de terra: o preço do hectare voltou a subir desde o anúncio das intenções de investimento das empresas.

No entanto, os movimentos contestatórios alegam que o problema vai além de apenas manterem-se os latifúndios na “Metade Sul”. A cobertura vegetal provocada pela atividade de silvicultura de eucalipto que está sendo formada na paisagem do pampa (seja no latifúndio ou não) poderia destruir a cultura do gaúcho e todo o imaginário existente em função disso.

A história do pampa rio-grandense está diretamente ligada à paisagem do campo, do gaúcho a cavalo e as estâncias de pecuária. Por outro lado, os plantios de eucalipto podem também estar ameaçando o próprio latifúndio dos pampas. Para Costa (1988, p.56–57), “o latifúndio não pode ser visto como *tabula rasa*, apenas como uma materialização que sintetiza uma época, um processo, ele deve ser analisado em função de toda uma carga de significações que nem sempre se dissipam com as transformações econômicas e políticas”. O autor comenta que a estância e o latifúndio são a “estrutura espacial padrão para a identidade gaúcha, seu espaço de referência a partir do qual é retratado e preservado um imaginário coletivo, cuja base concreta de representação são as práticas sociais nele reproduzidas” (COSTA, 1988, p.86-87).

Se o latifúndio em muitos momentos recebe duras críticas em função da concentração fundiária, por outro lado é lembrado por possivelmente também encontrar-se sob ameaça. Conforme Brandão (1986, p.154), toda identidade “só se torna ativamente presente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo quando eles se veem ameaçados de perdê-

¹⁵ Disponível em: < <http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

la”. Será que o pampa através da expansão da atividade de silvicultura de eucalipto estaria passando por uma transformação espacial e social?

5.4 ARENA TÉCNICA-CIENTÍFICA

Os atores sociais mobilizados nesta arena de debate e ação são cientistas e pesquisadores pertencentes a departamentos de universidades públicas e privadas (como UFPEL, UFRGS, UFSM, UNIJUÍ), de instituições privadas e públicas (CREA, EMBRAPA, AGEFLOR), técnicos e pesquisadores de órgãos públicos (FEPAM, FZB, IBAMA) e profissionais da assistência técnica rural (EMATER).

Cabe salientar que o debate gerado nesta arena toma diferentes rumos no tempo e no espaço. Por vezes, o debate em foco é o do ZAS e sua aceitação como documento regrador para o licenciamento ambiental, por vezes o debate gira em torno de resultados de pesquisa sobre a produção da espécie eucalipto e ainda, em outros momentos, observa-se os dois assuntos em voga.

É possível observar que nesta arena a polaridade conduzida é, basicamente, a busca de elementos para desconstruir as ideias do outro polo e sob o seu ponto de vista legitimar a sua linha de pensamento. Necessariamente essa lógica é repetida também pelos atores em outras arenas de debate abordadas neste trabalho.

Portanto, a seguir descrevem-se dois momentos, que não necessariamente estão desvinculados no tempo e no espaço, podendo até ser encontrados os mesmos atores na arena de conflito, mas ainda permanece a tendência de existir diferentes discursos. O primeiro é o conflito relacionado ao ZAS, em um âmbito e com discussões mais técnicas, e o segundo, sobre as disputas científicas em um âmbito acadêmico-científico¹⁶.

¹⁶ Vale ressaltar que nesta arena optou-se em dividi-la no âmbito técnico e científico, com o objetivo de representar os espaços sociais cujos atores e discursos necessariamente não são os mesmos.

5.4.1 Técnica

Foi feito um esforço muito grande para identificar até que limites esta atividade pode ser desenvolvida em cada região do Rio Grande do Sul sem comprometer a paisagem e os recursos naturais, incluindo fauna, flora e recursos hídricos. Esse esforço resultou em um zoneamento para a atividade no Rio Grande do Sul. Esse instrumento de gestão e planejamento, pioneiro no Brasil, tem tudo para render bons frutos. (BENCKE, 2007, p.32).

Esse era o pensamento inicial da equipe de técnicos que elaborou o ZAS no Rio Grande do Sul. Porém, desde a sua elaboração até os dias atuais, sob o ponto de vista dos atores mobilizados no conflito, o ZAS é um documento cheio de controvérsias a respeito dos seus reais objetivos.

[...] foi em 2004, foi nessa época assim que eu me lembro que o setor florestal procurou a FEPAM [...] colocaram essa perspectiva de crescimento do setor florestal e que eles queriam trabalhar com o órgão ambiental. E tinha uma perspectiva de plantio, em torno de 1 milhão de hectares, de atrair empresas do setor florestal, não só de celulose, mas de toda a cadeia produtiva. E aí a Secretaria de Meio Ambiente colocou da necessidade de haver algum regramento [...] e que áreas estariam disponíveis e que seriam adequadas a essa expansão rápida da silvicultura no estado. E a partir daí que surgiu a ideia do zoneamento. (E21, Engenheira Florestal).

A partir dessa necessidade de se criar um instrumento regrador para a atividade de silvicultura no RS, foram designados pela SEMA técnicos de áreas multidisciplinares de três órgãos ambientais para a elaboração do ZAS. Entre os órgãos ambientais estavam FEPAM, DEFAP e FZB¹⁷.

➤ **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - FEPAM**

A FEPAM é a instituição responsável pelo licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul e desde 1999 é vinculada a SEMA. Instituída pela Lei 9.077 de 4 de junho de 1990 e implantada em 4 de dezembro de 1991, a FEPAM tem suas origens na Coordenadoria do Controle do Equilíbrio Ecológico do Rio Grande do Sul (criada na década de 1970) e no antigo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente (hoje, Secretaria Estadual da Saúde). É um dos órgãos executivos do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA, Lei 10.330 de 27/12/94), que a partir de 1999 passou a ser coordenado pela SEMA (Lei 11.362 de 29/07/99). O SISEPRA prevê a ação integrada dos

¹⁷ Informações constantes nos sítios institucionais dos órgãos ambientais.

órgãos ambientais do estado em articulação com o trabalho dos municípios. No Rio Grande do Sul, os municípios são responsáveis pelo licenciamento ambiental das atividades de impacto local (Código Estadual de Meio Ambiente, Lei 11520/00).

A definição destas atividades e o regramento do processo de descentralização do licenciamento foi estabelecido pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA). As principais funções atribuídas à FEPAM são: aplicação da Legislação Ambiental e fiscalização em conjunto com os demais órgãos da SEMA, municípios e Batalhão Ambiental da Brigada Militar; avaliação, monitoramento e divulgação de informação sobre a qualidade ambiental; diagnóstico e planejamento, para que a ação do SISEPRA, a avaliação das mudanças ambientais e o licenciamento ambiental de atividades individuais sejam vistos dentro do marco de diretrizes regionais e da capacidade de suporte do ambiente; apoio, informação, orientação técnica e mobilização de outros atores importantes como os municípios, os comitês de bacia e organizações da sociedade civil.

➤ **Fundação Zoobotânica (FZB)**

A FZB é o órgão responsável pela promoção e conservação da biodiversidade no Rio Grande do Sul. Através do Jardim Botânico, do Parque Zoológico e do Museu de Ciências Naturais, atua nas áreas de pesquisa, educação ambiental, conservação e lazer. Exemplos de suas atividades são a elaboração de diagnósticos e mapeamentos em unidades de conservação no RS, a descoberta e o estudo de novos organismos, a reprodução de espécies ameaçadas e a manutenção de coleções científicas de plantas e animais, vivos ou conservados.

➤ **Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP)**

O DEFAP é o órgão da SEMA responsável pela política florestal do RS, através de ações de normatização, planejamento, coordenação e fiscalização. No setor de áreas protegidas, o DEFAP é responsável pela coordenação do Sistema de Unidades de Conservação, ou seja, parques e reservas, considerados fundamentais para a preservação da biodiversidade e proteção de ecossistemas. Na gestão de recursos florestais, o departamento promove ações de licenciamento de manejo de vegetação; de cadastramento de produtores, consumidores e comerciantes de produtos florestais. O DEFAP possui fundamental importância na manutenção do meio ambiente e atua como fiscal de desmatamentos, queimadas e demais crimes ambientais. Apesar de o DEFAP ter constituído, em um primeiro

momento, o Grupo de Trabalho que iria elaborar o ZAS, realmente participaram do GT apenas técnicos ligados à FEPAM e a FZB.

Cabe lembrar que as empresas florestadoras e as instituições privadas do setor florestal (como, por exemplo, a AGEFLOR) estavam de acordo com a elaboração do instrumento de zoneamento da silvicultura no RS. Mas fundamentalmente o conflito em torno do ZAS tem origem em função das decisões tomadas pelos órgãos ambientais (FEPAM e FZB) e sobre quais bases técnicas e metodológicas seriam adotadas na sua elaboração.

Os técnicos ligados aos órgãos ambientais tinham prazo determinado pelo Ministério Público Estadual via TAC até 31 de dezembro de 2006 para entregarem o documento final. Em função do TAC e do atraso na coleta de dados para elaboração do ZAS, os técnicos decidiram contratar uma empresa que pudesse auxiliar na coleta de dados ambientais para agilizar o processo.

Em um acordo entre SEMA, que não disponibilizava de recursos para novas contratações, e a AGEFLOR, que tinha interesses específicos de que o ZAS fosse logo finalizado, contratou-se, via recursos financeiros da AGEFLOR, a empresa Biolaw Consultoria Ambiental. Segundo E29, representante da empresa, a escolha de sua consultoria para a coleta de dados para o ZAS se deu em função de trabalhos ambientais na área florestal.

Segundo os dados constantes no sítio da Biolaw, ela atua há 15 anos na prestação de serviços ligados à área ambiental, tendo realizado diversos estudos em todas as regiões do Brasil. As atividades desenvolvidas pela empresa incluem diversos tipos de estudos e levantamentos em áreas de implantação de indústrias, rodovias, barragens, loteamentos, minas, usinas de geração de eletricidade, entre outros, além de prestar consultoria em avaliações de impacto ambiental, ações judiciais, planejamento ambiental, certificação, estudos da biodiversidade e elaboração de planos de manejo em áreas de preservação públicas e privadas¹⁸. Em específico para o ZAS, a Biolaw prestaria serviços de coleta de dados técnicos relativos à fauna e flora, eficiência hídrica, entre outros.

Em função de problemas burocráticos entre contrato e recursos financeiros, a consultoria só iniciou os trabalhos em meados de abril de 2006, cujo prazo limite de finalização era outubro de 2006, por causa do prazo de entrega do ZAS estipulado pelo TAC, dezembro de 2006.

Nesse ínterim, os técnicos responsáveis dos órgãos ambientais concomitantemente elaboravam outros estudos relativos ao ZAS, para agregarem ao documento final. A

¹⁸ Disponível em: <<http://www.biolaw.com.br/empresa.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

consultoria entregou os dados parciais de estudo em novembro de 2006, que logo foram incorporados no trabalho final entregue em dezembro de 2006.

A partir da entrega do ZAS, os atores sociais envolvidos constataram erros de redação e não concordavam com a base técnica adotada no ZAS pela equipe, o que deu abertura às críticas contra o documento. Os atrasos, comentados anteriormente, acabaram prejudicando a finalização do documento do ZAS, como aborda um dos interlocutores:

O zoneamento tinha erros? É óbvio que tinha! Basicamente em cima da pressa. Mas, em nenhum momento esse documento que fosse entregue, ele nunca seria dado como final porque ele é uma ferramenta que deveria ser constantemente atualizada. Então ele nunca seria final ele sempre seria atualizável. Portanto, “ah foi feito incompleto?” Foi! Mas tudo bem, nos conceda mais tempo. Passaram-se mais alguns meses até que começasse a se discutir mesmo. Nós teríamos tido tempo para torná-lo melhor e corrigir aqueles erros causados pela pressa de terminar [...]. (E29, Biólogo – Biolaw Consultoria Ambiental).

Desde o início de sua elaboração houve questionamentos em função da unidade de gestão escolhida para servir de base para o zoneamento da atividade da silvicultura. Segundo Correa (2009, p.91), “a unidade de gestão foi a primeira questão que gerou desconforto” entre os atores sociais envolvidos no ZAS. A AGEFLOR foi um dos primeiros atores sociais a expressar descontentamento com o documento final.

A AGEFLOR (Associação Gaúcha de Empresas Florestais) foi fundada em 22 de setembro de 1970 e é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de duração ilimitada. Os objetivos da associação são: congregar e representar as empresas que tenham por finalidade a produção, a industrialização e a comercialização de produtos de base florestal, basicamente oriundos de florestas plantadas, buscando contemplar os aspectos sociais, ambientais, econômicos e tecnológicos. As metas são: qualidade e produtividade florestal/industrial; novos mercados nacionais e internacionais e o desenvolvimento tecnológico. A AGEFLOR reúne em seu quadro social empresas que atuam em diferentes segmentos da cadeia produtiva da base florestal do Rio Grande do Sul como madeira serrada para uso na construção civil, indústria moveleira, celulose e papel, resinas (breu e terebintina), tanino, entre outras¹⁹.

Na visão da AGEFLOR, o ZAS era extremamente restritivo quanto às áreas destinadas aos plantios de eucalipto e discordavam, basicamente, da unidade de gestão utilizada no documento. No contrato entre AGEFLOR/Consultoria havia uma cláusula onde deveria ser elaborado um documento contendo as duas bases de unidade de gestão: Unidade de Paisagem

¹⁹ Informações constantes no sítio da empresa.

Natural (UPN) e Bacias Hidrográficas (BH). Mesmo os técnicos da FEPAM e FZB tendo optado em utilizar no ZAS somente as UPN's.

Outro ator social a tomar posição dentro do debate sobre o ZAS foi o IBAMA que através do seu parecer técnico, mostrou-se a favor do documento final elaborado pelos técnicos da FEPAM e FZB. Conforme Madeira (2007), a opção de adotar as UPN's no ZAS foi a mais acertada:

[...] contempla as vulnerabilidades e potencialidades ambientais, valorizando a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos. A partir do cruzamento de informações como remanescentes de vegetação nativa, espécies ameaçadas de extinção, disponibilidade de água e tipos dos solos, o Zoneamento Ambiental estabelece limites ao plantio de árvores exóticas para cada uma das UPN's. (MADEIRA, 2007, p.10).

A intenção da AGEFLOR (incentivada pelas empresas florestadoras) era que a partir da avaliação entre as duas unidades de gestão fosse escolhida a que, de um modo geral, fosse menos restritiva em termos de áreas para os plantios. Para a AGEFLOR, eram às bacias hidrográficas.

Teve uma discussão importante que foi a questão de uso da base se era bacia hidrográfica ou unidade de paisagem. Isso sim, eles [AGEFLOR] forçaram pra que fosse bacia, eles queriam bacia, eles não sabiam que seria pior pra eles! [...] Porque a bacia é muito maior, a bacia é igual a várias unidades. Se houvesse uma unidade de paisagem com uma restrição maior, se fosse pegar o gráfico por bacia nós íamos pegar a maior restrição daquela unidade que fosse mais restritiva, então a gente ia expandir a restrição da unidade pra bacia, e seria pior. (E29, Biólogo – Biolaw Consultoria Ambiental).

Para que o ZAS fosse utilizado como instrumento norteador para os licenciamentos ambientais da atividade de silvicultura, ele deveria ser aprovado pelo CONSEMA. A partir daí, o que se observou no cenário conflituoso foram certos atores sociais desconstruindo o documento e outra parte, legitimando-o.

E o que aconteceu foi que quando a FEPAM entregou o documento, gerou a polêmica. Gerou a polêmica e assim, tu via pela imprensa os pronunciamentos que eram de desconstituir o zoneamento. Então houve uma dificuldade de gerar o debate, porque as pessoas não queriam dialogar. Elas simplesmente se manifestavam que aquilo era absurdo, que não tinha consistência técnica, por todas as posições que tu vê que saiu. E aí começou também a haver posições da sociedade dizendo: "*Não! Ele é um documento que tem valor técnico, é um documento que foi bem elaborado*". Então houve essa polêmica que não houve diálogo. Acho que a grande dificuldade do zoneamento foi à incapacidade de estabelecer o diálogo. (E21, Engenheira Florestal).

Em virtude das inúmeras reações adversas ao documento final do zoneamento, a SEMA criou em fevereiro de 2007 um grupo de trabalho incluindo representantes do governo, de instituições como as federações da indústria (FIERGS) e da agricultura (FARSUL), o

sindicato das madeireiras (SINDIMADEIRA) e a AGEFLOR para rediscutir o ZAS, com o intuito de reexaminar os pontos divergentes e apresentar uma nova proposta de zoneamento ao CONSEMA.

E esse projeto começou a ser discutido também através de um grupo de trabalho criado pela governadora com pessoas indicadas por ela, de vários setores, pessoas que... algumas com algum conhecimento técnico e outras não! Porque eu ainda procurei o *Curriculum Lattes* dessas pessoas e uma que outra tinha alguma coisa. Mas, na verdade era pra estabelecer um contraponto àquela primeira versão do zoneamento. (E22, Promotora de Justiça - Ministério Público Estadual).

Nota-se um descompasso dentro da própria SEMA, cujo documento final do ZAS elaborado pelos técnicos da FEPAM e FZB (órgãos ambientais ligados à própria SEMA) passa a ser avaliado por representantes de instituições públicas e privadas. Outro ponto a ser observado é que a constituição do Grupo de Trabalho proposto pela SEMA não conta com representações dos grupos ambientalistas, dos movimentos sociais e nem membros da sociedade civil.

Após as mudanças políticas dentro do governo (FEPAM e SEMA), os substitutos aos cargos ambientais pareciam ter compreendido o recado dado pela governadora, em março de 2007, em uma reunião no Palácio Piratini (sede do governo estadual) com as empresas privadas do setor florestal. Na ocasião a governadora determinou que o governo do estado deve proporcionar condições para que os empreendimentos de base florestal se desenvolvam no Rio Grande do Sul. Segundo Corrêa (2009), o setor florestal no RS encontra apoio estatal no braço ambiental do governo, principalmente na SEMA e no CONSEMA.

As discussões em torno dos percentuais de uso das UPN's voltaram a ser pauta de votação na Câmara Técnica Permanente de Biodiversidade e Política Florestal do CONSEMA. Cada ator social mobilizado no processo assegurava a sua posição frente aos percentuais, cujas propostas eram, em suma, divergentes. Como afirma uma entrevistada:

Mas de qualquer maneira porque a gente é contra os percentuais? Porque esses percentuais foram estabelecidos arbitrariamente, sem um estudo científico aqui no estado. Havia a ideia 10, 30, 50, ou seja, áreas de alta restrição 10, de média restrição 30 e áreas de baixa restrição 50. Bom, mas porque estes percentuais? E também aí a gente poderia não estar respeitando de projeto a projeto. Daqui a pouco o empreendedor nos traz um projeto aqui que ele é ótimo e, no entanto, ele não passaria em função dos percentuais. Até esses percentuais são grandes, então eles não teriam grande opção, o que mais traria repercussão seria o tamanho do mosaico. Isso é outra coisa que os ambientalistas gostariam que tivessem: o tamanho máximo de mosaico. (E31, Bacharel em Ciências Contábeis - FEPAM).

Após uma sessão tumultuada, o ZAS foi aprovado sem as restrições dos percentuais por UPN. Essa *segunda versão* do ZAS é que foi aprovada pelo CONSEMA e adotada pela FEPAM.

Olha, eu acho que ele até poderia ter uns pontos discutíveis, mas sob o ponto de vista técnico, ele está corretamente elaborado. Você no máximo poderia fazer alguns pequenos ajustes. [...] Por que os parâmetros que foram utilizados para zonear a silvicultura no estado do RS estão corretíssimos e baseados em premissas de preservação ambiental. E, desconsiderar isso é desconsiderar essas premissas de preservação ambiental com desenvolvimento. (E1, Engenheiro Agrônomo – Faculdade de Agronomia/UFRGS).

Em 23 de abril de 2007, o GT escolhido pela SEMA entregou ao CONSEMA a esperada “Análise da Primeira Versão das Diretrizes para a Atividade de Silvicultura no Rio Grande do Sul”, no qual criticou alguns conteúdos expostos no ZAS.

As diretrizes estabelecidas para o zoneamento são baseadas em critérios que carecem de fundamentação técnico-científica e se originam de coeficientes equivocados, utilizados para outras regiões com características diferentes daquelas existentes no Estado do Rio Grande do Sul, que resultam em taxas de ocupação das propriedades com a atividade da silvicultura, podendo inviabilizar empreendimentos frente às técnicas florestais recomendadas. [...] No mesmo sentido, as diretrizes apresentadas possuem um caráter eminentemente conservacionista, não considerando os aspectos sociais e econômicos da atividade, nem compatibilizando tais aspectos, contrariando, desta forma, os preceitos básicos do desenvolvimento sustentável e os princípios emanados da União quanto à Política Nacional do Meio Ambiente, cujo instrumento, o Zoneamento Ecológico-Econômico, contempla tais aspectos. (SEMA, 2007).

Embora naquele momento o ZAS estivesse aprovado, houve proposições de que fosse organizado um novo GT para que fossem retomadas as discussões sobre os percentuais de uso das unidades de paisagem natural e também o tamanho máximo de maciços (mosaicos), entre outros assuntos pertinentes²⁰.

Por isso que se retomaram as discussões e voltou ao CONSEMA. E eu quero te dizer que para mim esse zoneamento jamais estará pronto, porque ele é uma coisa dinâmica, e ele tem que ser dinâmico! (E31, Bacharel em Ciências Contábeis - FEPAM).

Se por um lado E31 constata que o ZAS é dinâmico, por outro, os atores dos grupos ambientalistas e dos movimentos sociais alegam que essa “dinamicidade”, no sentido de estar sempre mudando (primeira, segunda versão...), provoca o emperramento do processo de licenciamentos ambientais. Visto que durante esse período as questões mais importantes a serem discutidas estavam aguardando novas reuniões do CONSEMA para serem finalmente liberadas para serem utilizadas nos licenciamentos.

²⁰ Vale destacar, que no último mês em que essa dissertação estava sendo elaborada, iniciaram-se novamente as discussões na Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal do CONSEMA sobre os critérios contidos no ZAS.

5.4.2 Científica

Além disso, os investigadores científicos atuam como “porteiros” à procura de potenciais exigências para lhes atribuir credibilidade. (HANNIGAN, 1995, p.103).

Na arena do conflito estão presentes também representantes da ciência, pesquisadores e profissionais de diversas áreas do conhecimento, que sustentam diferentes argumentos sobre a expansão da silvicultura de eucalipto no RS. Fundamentalmente, os discursos encontrados aqui seguem duas linhas bem representativas.

Uma primeira, utilizada por cientistas²¹ pertencentes a departamentos de universidades públicas e de órgãos ambientais, que divulgam que o eucalipto manejado em monocultivo traz consequências negativas ao solo e aos recursos hídricos, como também seria um sério problema à fauna e flora locais. Outro posicionamento, geralmente adotado por esses atores é a recomendação de que se siga a legislação ambiental e, no caso mais específico, apoiam o ZAS elaborado pelos técnicos da FEPAM/FZB para a atividade de silvicultura.

Uma segunda linha de pensamento do campo científico seria a de rechaçar os discursos que põem em dúvida o *Eucalyptus*, divulgando pesquisas sobre as vantagens ambientais e econômicas da produção da espécie. Frequentemente, alguns departamentos de universidades ou instituições públicas disponibilizam o corpo científico e a infraestrutura para as pesquisas encomendadas pelas empresas florestadoras. Já o posicionamento deste grupo, relacionado ao ZAS, é que ao elaborá-lo não se levaram em consideração as bases técnicas que seriam as mais adequadas para este documento e, que de um modo geral, o ZAS tornou-se uma medida restritiva que não flexibiliza as licenças ambientais para os plantios de eucalipto.

Os resultados de pesquisa comumente divulgados por essa última linha contrapõem os resultados da primeira linha, pois demonstram que a espécie eucalipto *não* reduz a infiltração hídrica no solo; de que a espécie *não* apresenta alelopatia²²; de que *não* prejudica a fauna e flora das regiões onde o plantio é realizado. Enfim, sob esse ponto de vista, essa linha acaba por desconstruir, através de resultados de pesquisa, o que a primeira linha dos discursos divulga. Nesse caso, esses discursos contribuiriam para reafirmar os discursos e atores sociais que evocam o “desenvolvimento econômico” para a “Metade Sul”, seja abordado pelo viés da sustentabilidade quanto pelo viés do crescimento econômico.

²¹ Adotou-se nesta arena, como forma de identificação de atores sociais, “cientistas”, mas, cabe ressaltar dentro dessa categoria estão inclusos pesquisadores, docentes e técnicos.

²² Na Ecologia é a produção e difusão, no ambiente, de substâncias químicas capazes de matar ou impedir o desenvolvimento de outros organismos.

Tanto em uma linha quanto em outra os resultados de pesquisa divulgados apresentam certa peculiaridade, a maioria das pesquisas traz resultados que não são locais, ou seja, resultados obtidos em outros países, contextos, estados e regiões. Os cientistas argumentam que as pesquisas nessa área no RS, apesar de não serem recentes, necessitam maior tempo para obtenção de resultados.

No entanto, se partirmos da ideia de que o conflito é gerado por pequenos conflitos em diferentes momentos, as disputas científicas surgiram em um segundo momento para contrapor o que o debate inicialmente argumentava.

O debate científico tomou “corpo e voz” em meados de 2005, quando um jornal de grande circulação no RS trouxe uma edição com a seguinte matéria: “O Verde Mudará a Metade Sul: é possível reflorestar sem prejuízo à natureza?” (ZERO HORA, CADERNO AMBIENTE, 25/11/2005, p.06-07).

A matéria trazia as primeiras impressões dos atores sociais quanto às transformações ambientais e sociais que as plantações comerciais de eucalipto trariam à “Metade Sul” do RS: “De um lado novos empregos e novas áreas de preservação. Do outro, o receio de impactos ambientais irreversíveis.” (ZERO HORA, 25/11/2005, p.06). Na mesma época ocorreram os primeiros anúncios dos investimentos das empresas florestadoras VCP e Stora Enso no RS.

A matéria realizada pela Zero Hora em novembro de 2005, marca o debate que se estende até hoje, a contraposição entre os argumentos de geração de emprego e renda para “Metade Sul” os de “receio” de impactos ambientais irreversíveis. Ou seja, retorna-se à clássica polarização: desenvolvimento *versus* conservação do meio ambiente. Na reportagem citada anteriormente, encontram-se atores que sustentam diferentes posições no conflito.

A necessidade de revitalizar a Metade Sul do estado é um estímulo para projetos de reflorestamento. De acordo com Isolan, a estimativa é dobrar o número de vagas na atividade, que hoje emprega cerca de 200 mil gaúchos. [...] outra vantagem com a implantação desses projetos é a garantia de áreas preservadas. Por lei, as empresas devem manter no mínimo 20% da área adquirida. (ZERO HORA, 25/11/2005, p.06)²³.

Em contraposição, o biólogo, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro da IGRÉ Amigos da Água, Ludwig Backup, rebate: “se originalmente não temos florestas lá [Pampa] é porque não há condições climáticas.” (ZERO HORA, 25/11/2005, p.06).

À época iniciavam-se as discussões para a elaboração do ZAS, cujos ambientalistas foram os primeiros a estimular veementemente a ideia. O biólogo complementa que:

²³ Floriano Isolan, engenheiro agrônomo e consultor da FIERGS e PROFLOA.

[...] teria de chover cerca de 33 vezes mais no pampa para se plantarem os 28 milhões de eucaliptos previstos pela VCP. Em um ano, esses 28 milhões de eucaliptos necessitariam de mais de um quatrilhão de água. Na região chove, em média, 10,5 bilhões de litros em um ano. [...] Com o eucalipto, o pampa que já tem o clima seco, corre o risco de enfrentar escassez do recurso hídrico.

Porém, o diretor da empresa VCP à época, José Maria de Arruda Mendes Filho, afirmava que a empresa planta eucalipto somente em áreas com índices pluviométricos acima de mil milímetroS.A.no, quantidade absorvida pela árvore. A VCP mantém parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Albert-Ludwigs (Freiburg, Alemanha) para estudar a viabilidade da agrosilvicultura, que consiste em plantar florestas mantendo, em uma mesma área, agricultura, pastagens e animais (ZERO HORA, 25/11/2005, p.07).

A partir do argumento de que teria que chover 33 vezes mais no pampa para suprir o consumo de água que os plantios necessitariam, sustentado pelo argumento do professor da UFRGS, o debate em torno da expansão da silvicultura de eucalipto no pampa gaúcho foi aguçado. Esse argumento levou alguns cientistas da área florestal e pesquisadores ligados às empresas florestadoras a rebater o discurso sobre a redução da taxa hídrica no solo e sobre a degradação da biodiversidade do bioma pampa.

É o que contrapõe o engenheiro florestal, Roberto Ferron, coordenador da Câmara Especializada da Engenharia Florestal do CREA/RS, Presidente da Associação Gaúcha de Engenheiros Florestais (AGEF) e Presidente da Cooperativa Florestal Ltda. (FLORACOOOP) em artigo publicado na Revista do CREA, onde elege o eucalipto a “cidadão vegetal”:

Os adjetivos pejorativos lhes atribuídos [ao eucalipto] não têm qualquer fundamentação técnica e científica, pois: a) nenhuma árvore e muito menos o eucalipto degrada os solos. Pelo contrário, ele é especialista em buscar os minerais no sub-solo, levando-os às folhas, ramos, cascas e madeira, e depositando-os na superfície, enriquecendo o solo com matéria orgânica, cumprindo assim o ciclo de nutrientes. Tudo depende do manejo florestal adotado; b) não é beberrão, vindo a sugar toda a água do solo, pois tem *mestrado* na infiltração de água das chuvas no solo pelo seu volumoso sistema radicular, fixando-as em suas raízes pelo sistema de vaso-capilaridade, contribuindo para abastecer o lençol freático [...]. Também, tem *mestrado* pela sua efficientíssima conversão da água, minerais, energia e gás carbônico em matéria seca, tida como uma das mais altas entre as árvores. Possui crescimento exuberante, entre 50 a 80 metros cúbicos por hectare e por ano, enquanto nossas espécies nativas nobres não passam de 30 m³/ha/ano. Devemos culpá-lo por sua evolução e pela imensa eficiência perante outros vegetais? Vale lembrar que outras culturas anuais, como cana-de-açúcar, batata, arroz, consomem muito mais água que o eucalipto em seu sistema produtivo; c) nem polui o ar, pois tem *doutorado* no sequestro de carbono e liberação de oxigênio em sua fase de crescimento, podendo chegar ao sequestro de até 11 toneladas por hectare e por ano. Por enquanto, é um dos vegetais mais eficientes “capturadores de carbono”, evitando o famoso “efeito estufa”, tão prejudicial ao planeta Terra e a sobrevivência dos seres vivos; d) e também, é *pós-doutorado* na produção de múltiplos produtos madeiráveis, que fornecem calor pela lenha e carvão vegetal; moradia pelo uso de sua madeira na construção civil (casas, escolas, creches, pontilhões, etc.); e

utensílios e móveis; bens para construções rurais (tramas, palanques, moirões, esteios e postes); e de produtos não-madeiráveis, como fitoterápicos medicinais pelos óleos essenciais extraídos de suas folhas; mel pelo pólen e néctar; e alimento e remédio pela produção de cogumelos. Por todos estes atributos amplamente positivos que beneficiam o ser humano, há de se defender e respeitar este excepcional e exemplar cidadão vegetal, chamado Eucalipto. Nós, engenheiros florestais gaúchos, em reconhecimento, o homenageamos com a Medalha de Ouro na Olimpíada da Vida. (FERRON, 2007, p.30).

Diante do discurso do engenheiro florestal, percebe-se que os “pontos quentes” (ACSELRAD, 2004) retomados por ele, são os mesmos questionados pela sociedade aos próprios cientistas. Basicamente tratam da produção da espécie e sobre as consequências do plantio em larga escala. Tais “pontos quentes” incidem sobre os nutrientes e minerais no solo; sobre o eucalipto ser uma planta exótica; sobre a taxa de consumo hídrico; o sistema radicular; a probabilidade de ocasionar alelopatia; potencial poluidor em virtude do manejo de produção a ser adotado; beneficiaria o sequestro de carbono; entre outros tantos que não foram citados pelo engenheiro.

Focadas em encontrar respostas para esses questionamentos as empresas florestadoras procuram realizar parcerias junto aos departamentos de universidades (UFSM, UFPEL, UFRGS, FURG...) e também com instituições públicas, como EMBRAPA e EMATER, para que através de estudos e pesquisas, os “pontos quentes” tornem-se pelo menos “mornos” dentro do debate. Além do que o “peso” do nome que estas instituições apresentam, tornam grande parte dos estudos e pesquisas realizados, legitimados perante a sociedade.

Então, infelizmente, o nome UFRGS ele é muito usado porque valoriza qualquer outra coisa pela excelência que existe fora e que a gente sabe que não é bem assim. (E1, Engenheiro Agrônomo – Faculdade de Agronomia/UFRGS).

Em março de 2008 a parceria público-privada (PPP) entre UFPEL, FURG e a empresa florestadora VCP começou a ser investigada pelo Ministério Público Estadual de Pelotas e o Ministério Público Federal de Rio Grande. A denúncia realizada pelo professor Althein Teixeira Filho, da Faculdade de Veterinária da UFPEL, acusava a empresa VCP de utilizar os logotipos das universidades no EIA para se beneficiar dos nomes das universidades. A UFPEL havia firmado convênio com a VCP para estudar a implantação da fábrica no Sul do estado, contudo, o convênio foi rompido anteriormente em função de uma cláusula que determinava que somente a VCP poderia selecionar e publicar os dados deste estudo.

[...] a participação do setor privado na pesquisa deveria ser muito maior do que se tem hoje. Mas, que as instituições consigam manter uma certa independência em relação àquilo que deve ser pesquisado. Eu vou te dar um exemplo bem claro, da Aracruz em relação ao projeto de pesquisa, a proposição deles, visava medir o crescimento árvores. Cadê o resto, medir as consequências disso? consumo hídrico, efeito sobre a fauna, e quando falo em consumo hídrico não é daquele hectare plantado, o que era da bacia hidrográfica onde você tem instalado um grande complexo, isso não tem. Então, quando a gente fizesse isso que eu estou falando de

ter uma certa independência, bom, muito bem, vocês querem pesquisar a taxa de crescimento? o acúmulo de biomassa? se afeta ou não afeta as pastagens nativas? se elas vão voltar depois ou não? Mas, também nós queremos medir o impacto sobre a diversidade vegetal, animal, da flora, da fauna, do consumo hídrico, de outros aspectos que se passam a nível de fertilidade do solo. Então, nós precisamos medir isso também, se isso for possível, nós aceitamos o projeto, não tem problema nenhum. Acho que é o nosso papel fazer isso daí, e temos que aceitar as parcerias por algumas coisas. O que acontece, é que normalmente, a empresa não tem interesse em conhecer estes outros lados que nos interessam. Mas, acho que é uma questão de convencimento só. O problema é, como eu disse, dentro da tal Academia nem todo mundo tem essa percepção mais holística das coisas, porque a pesquisa não deve usar só uma coisinha. (E1, Engenheiro Agrônomo – Faculdade de Agronomia/UFRGS).

A relação empresa-instituição pública que se estabelece a partir destas parcerias, geralmente são construídas em função do que é muito comentado na sociedade, o “sucateamento” das instituições públicas de ensino. Os próprios professores destas universidades veem duas vantagens nestas parcerias: a primeira, de cunho tecnológico, cujos laboratórios podem ter novos equipamentos e instrumentação, a segunda vantagem, de cunho do capital científico, as publicações junto aos órgãos financiadores de pesquisa que tenderiam a aumentar.

Aqueles que condenam as PPP's argumentam que a universidade pública é o espaço onde devem ser construídos conhecimentos e técnicas para benefício do bem comum e que, assim, deveria atuar de forma descomprometida dos interesses econômicos, portanto, com liberdade e autonomia de pesquisa e de resultados desta. Mesmo compartilhando da noção de que as universidades públicas estão passando por uma crise financeiro-estrutural, há críticas às PPP's, como pode ser observado abaixo no parecer da conselheira representante do DCE da UFRGS, contrária ao convênio Aracruz Celulose S.A. e Departamento de Horticultura e Silvicultura da Faculdade de Agronomia/UFRGS²⁴.

Entendemos que existe um quadro de crise econômica na Universidade. Para resolver a constante falta de verbas, devido aos constantes cortes orçamentários promovidos pelo governo federal, foram pensadas as parcerias público-privadas (PPP's). Entretanto, este tipo de parceria acaba direcionando o raio de ação das instituições públicas para os interesses das parceiras privadas. Seus resultados são para benefício da instituição privada financiadora.

Outro exemplo dessas parcerias entre empresa florestadora e pesquisadores/universidades, e que já está em prática, é o estudo coordenado pelo engenheiro florestal e professor da UFSM, Mauro Schumacher. A pesquisa é inédita no Rio Grande do

²⁴ Parecer da Conselheira representante do Diretório Central de Estudantes, referente ao pedido de vistas do Processo de nº 23078.204539/06-14, Protocolo de Cooperação entre a empresa Aracruz Celulose S.A. e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sul e tem o objetivo de estudar a água, o solo, os nutrientes do solo em locais onde há plantação de árvores exóticas. Um dos experimentos está localizado em uma das áreas pertencentes à VCP. A pesquisa tem experimentos localizados em Candiota, Bagé, na região dos Campos de Cima da Serra e na região central do Rio Grande do Sul. O intuito, segundo Schumacher, é entender o que acontece, por exemplo, quando se transforma um campo nativo, um campo alterado em uma área de silvicultura.

Percebemos que tanto no pínus quanto no eucalipto há uma lavagem. Esse conjunto de árvores funciona como uma espécie de filtro na atmosfera e, na medida em que chove, os gases, essa poeira, esses aerossóis, são arrastados para o solo. Então, esses elementos são integrados e passam circulando no interior desse plantio. Claro que isso acontece diferentemente de como ocorre numa mata nativa, onde temos vários extratos. Ou seja, trata-se de uma complexidade diferenciada. A volta de nutrientes dentro da mata nativa é bem maior do que, por exemplo, do que numa plantação. Nós vamos para o terceiro ano de pesquisa e já temos alguns resultados, mas, quando chegarmos ao sétimo ano, que é o momento do corte do eucalipto, saberemos o que há de nutrientes armazenados nas folhas, nos galhos, na casca, na madeira, nas raízes do eucalipto. Só depois poderemos fazer um levantamento de reposição nutricional a tal ponto que poderemos assegurar a capacidade reprodutiva daqueles solos, ou seja, pensando no seu aspecto fertilizante. Esse tipo de estudo também é desenvolvido na Austrália, na África do Sul, em São Paulo e em Minas Gerais, mas a parte de solução, de monitorar o que está descendo pelo solo, é inédita. (SCHUMACHER, 2008).

Corroborando com a iniciativa de uma pesquisa integradora frente aos cultivos de árvores exóticas, um dos cientistas entrevistados nesta pesquisa retoma o que, segundo ele, deveria ser o papel da ciência.

[...] o papel da ciência é justamente colaborar nos projetos de desenvolvimento, então assim, na pesquisa é elucidar aquilo que eu não sei responder. Por exemplo, quanto consome uma floresta de eucalipto, de água? [...] esse é nosso papel. Então o que a gente está fazendo agora? Por enquanto, eu dentro da minha especialidade, o nosso grupo aqui tem tratado de valorizar o bioma pampa. Mas, nós não sabemos mexer com o consumo hídrico de água, então nós temos que nos associar a gente que tem essa visão, o pessoal dos Solos, o pessoal da Agrometeorologia, Recursos Hídricos. Então, esse seria o papel da ciência. Participar dos programas de desenvolvimento para poder ficar essas coisas antes que algum problema surja e as coisas já estejam instaladas e a gente não sabe responder. E árvore é um exemplo disso, quanto é o consumo de água da árvore? Não sei! (E1, Engenheiro Agrônomo – Faculdade de Agronomia/UFRGS)

Um embate importante encontrado nesta arena de debate tem a ver com as instituições públicas de pesquisa e assistência técnica rural, respectivamente, EMBRAPA e a EMATER/ASCAR-RS. Esses atores sociais têm se mostrado parceiros das empresas florestadoras, seja em pesquisas, seja na assistência técnica a silvicultores.

A EMBRAPA, por exemplo, através de três de suas unidades - EMBRAPA Arroz e Feijão, EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia e EMBRAPA Florestas faz parte da Rede Brasileira de Pesquisa do Genoma de *Eucalyptus* (GENOLYPTUS). Este projeto se

baseia em uma parceria entre o governo federal através do Ministério da Ciência e Tecnologia (Fundo Setorial Verde Amarelo), o setor acadêmico e de pesquisa representado por sete universidades e três centros da EMBRAPA e o setor privado com 14 empresas florestais, sendo 13 brasileiras (entre elas Aracruz Celulose S.A. e Votorantin Celulose e Papel) e uma empresa portuguesa. O objetivo é o descobrimento, sequenciamento, mapeamento e determinação de função de genes de importância econômica de espécies de *Eucalyptus*, visando à incorporação de tecnologias de genética genômica nos programas de melhoramento e produção florestal. Sob esse aspecto, o interlocutor chama a atenção para a importância da construção de projetos em parceria como é o caso do GENOLYPTUS:

[...] eu venho trabalhando com genes de eucaliptos que são importantes pra síntese de lignina e vários outros genes. Porque nós concluímos a pouco o genoma funcional de eucaliptos no Brasil. Que é um projeto, uma rede brasileira, que é o projeto Genolyptus - Rede Brasileira de Estudo do Genoma de Eucaliptos. Então agora nós temos mais de 30 mil genes de eucaliptos, buscando entender a biologia dessa árvore no Brasil e obviamente procurando aperfeiçoá-la para exploração humana, para a produção de celulose e papel, produção de carvão, produção de móveis e produção de vários outros derivados [...] (E12, Farmacêutico – Departamento de Biotecnologia/UFRGS).

Retomando-se a tríade *ensino, pesquisa e extensão*, vale comentar também sobre a extensão. No estado ela é representada pela assistência técnica rural EMATER/ASCAR-RS, que passa a configurar como um dos atores sociais na arena de debate e ação quando firma convênio com a empresa florestadora VCP. Neste convênio, no período de 10 anos, a EMATER/ASCAR-RS prestará assistência técnica rural aos produtores que participam do programa de fomento da VCP, “Poupança Florestal”. A partir do programa os produtores recebem da empresa as mudas, a tecnologia de plantio, a assistência técnica e o contrato de garantia de compra de 95% da madeira colhida ao fim de sete anos; o financiamento é viabilizado via Banco Real.

No entanto, as críticas direcionadas à EMATER/ASCAR-RS da região Sul do estado é que seus funcionários estariam trabalhando somente para dar retorno ao programa da VCP e que estariam deixando em segundo plano, projetos que não envolvem a silvicultura.

5.5 ARENA MIDIÁTICA

Os meios de comunicação social são local de múltiplas visões e abordagens algumas das quais estão em conflito direto com outras. (HANNIGAN, 1995, p.96).

Os meios de comunicação social são um dos principais atores sociais mobilizados em torno da expansão da silvicultura no RS, sendo através deles que se difundem os discursos públicos, se formam novas disputas e se tem visibilidade do conflito.

Nessa direção, a forma como uma notícia é repassada pelos meios de comunicação social pode influenciar “o público a formar um sentido das questões e acontecimentos” (HANNIGAN, 1995, p.83), pois, geralmente, injeta-lhes um significado. Dessa forma, os meios de comunicação social (jornal, televisão, rádio, internet...) se tornam estratégicos dentro de uma arena de disputas.

Uma arena estratégica é aquela constituída pelos meios de comunicação de massa, especialmente na medida em que ela serve como ponte de articulação entre as demais arenas e como canal de ampla difusão pública do que ocorre em cada uma delas. (FUKS, 2001, p. 53-54).

Enquanto a construção social do problema ambiental em torno da expansão dos cultivos de eucalipto tomava “forma e espaço”, os meios de comunicação social agiam como uma “caixa de ressonância” desse debate para a sociedade.

A influência da mídia sobre o público e o governo não se restringe ao seu papel na definição de agendas, mas também na sugestão de “como pensar” os assuntos veiculados (GAMSON *et al.*, 1992). Nessa direção de *como pensar* o conflito ambiental é que as notícias veiculadas pelos meios de comunicação social do RS são falhas. As notícias apresentadas ao público, geralmente, resgatam a polaridade dos discursos, mas muito pouco ou quase nada contribuem para pensar novas alternativas para quebrar o antagonismo das ideias dos atores mobilizados. Neste caso, a necessidade é de ir além do senso comum.

No trabalho realizado por Barbosa & Binkowski (2009) foram analisadas matérias referentes ao conflito ambiental da expansão da silvicultura de eucalipto no RS, em dois

jornais de grande circulação, Folha de São Paulo e Zero Hora, durante o período de março de 2006 até maio de 2009. A pesquisa ateve-se ao conteúdo dos *leads*²⁵ e, constatou-se que:

- O discurso projetado pelos atores sociais do campo econômico [arena econômica] é objeto de mais notícias do que o de outros campos [arenas], superando o espaço dado a repercussão do discurso do campo ambiental em até seis vezes no caso da Zero Hora e em onze vezes para a Folha de São Paulo²⁶. Na sequência, o outro enfoque mais abordado são os discursos constantes no campo político.
- O discurso dos movimentos sociais (defesa do meio ambiente e luta pela reforma agrária) não foi nenhuma vez focado pela Zero Hora ou pela Folha de São Paulo, entretanto, destaca-se o elevado número de vezes em que notícias relacionadas aos conflitos com movimentos sociais por questões que envolviam o plantio de eucaliptos tiveram espaço nessas publicações. Esses enfoques contabilizaram a maioria das notícias publicadas em ambos os jornais durante os três anos analisados.
- O conflito tratado enquanto notícia/reportagem/acontecimento é mais recorrente no jornal estadual Zero Hora, que circula na região do país onde o debate tem sido mais intenso.

As constatações obtidas por Barbosa & Binkowski (2009) referentes à maior ocorrência dos discursos do campo econômico e político (reconhecido aqui como arena econômica política-institucional), demonstra que apesar da constante polarização nos discursos entre econômico *versus* ambiental, o discurso econômico tem maior expressão na mídia impressa. O *lead* abaixo é representativo desta constatação.

O interesse e participação dessas instituições multinacionais do setor florestal, como a Aracruz S.A, Votorantin Celulose e Papel (VCP) e Stora Enso S.A, deve-se ao fato de que se somado os projetos das três empresas, estas devem investir no Estado R\$9,3 bilhões, sendo cerca de R\$3 bilhões em investimentos florestais, numa área a ser plantada de 360 mil hectares. (ZERO HORA, 2008).

No conflito configurado em torno da expansão dos plantios de eucalipto no RS, constata-se que grande parte dos atores sociais que se mobilizam enquanto “*críticos à silvicultura*” acusam os meios de comunicação social de estarem aliados a determinados tipos de discursos como, por exemplo, o do “desenvolvimento econômico” da “Metade Sul”. A mídia estaria aliada aos grupos representativos na arena econômica e política-institucional, como o governo do estado, as empresas florestadoras, as instituições privadas e as

²⁵ *Lead* é uma expressão inglesa que significa “guia” ou “o que vem à frente”. Em jornalismo, trata-se da primeira parte de uma notícia que, normalmente é destacada e pretende fornecer informações básicas sobre o assunto, oferecendo uma prévia do fato noticiado.

²⁶ O total de reportagens analisadas na pesquisa foram 22 na Folha de São Paulo e 81 na Zero Hora.

representações políticas. Essa relação dependente entre mídia e atores sociais das arenas econômica/política-institucional ficou evidente quando a empresa florestadora Stora Enso patrocinou a viagem de diversas representações do estado para conhecerem as produções comerciais e os trabalhos na área ambiental realizados em Helsinque, Finlândia, sede oficial da empresa. Nessa ocasião, estiveram presentes representações da FARSUL, FIERGS, UFPEL, EMATER, Instituto Latino-Americano de Proteção Borboleta Azul e jornalistas de empresas jornalísticas como, por exemplo, RBS e BAND.

Corroborando com a visão dos “críticos à silvicultura”, vários dos interlocutores desta pesquisa fizeram menção a este fato relativo à Stora Enso, que atestaria a relação de dependência entre imprensa-empresa demonstrando a parcialidade de suas notícias. Conforme Hannigan (1995, p.81), “os jornalistas podem redefinir os significados simbólicos sociais como parte de sua rotina diária”.

Exatamente porque eu acho que como jornalista o meu papel é esse né! Quando se vai fazer uma reportagem, pelo menos a nossa orientação aqui na Zero Hora e não só por orientação, mas até por uma das premissas do trabalho jornalístico: é que tu deves ouvir o maior número de atores envolvidos no tema e fazer uma abordagem mais ampla possível pra o teu leitor, ter informação. Então a gente procura fazer nas matérias isso, ouvir várias opiniões sobre o assunto, multidisciplinar. (E18, Jornalista – jornal Zero Hora).

Segundo Hannigan (1995, p.53) “os formuladores de exigência estão presentes também nos meios de comunicação social, especialmente visto que a criação de notícias depende de jornalistas, editores e produtores que encontram constantemente novas tendências, formas e questões”. Cada ator social leva consigo um “universo constituído pelos valores e imaginário populares, sedimentados nas práticas e simbolismo” (FUKS, 2001, p.20) e, portanto, não é despido de imparcialidade.

No Rio Grande do Sul, o Grupo RBS dispõe de grande representatividade nos meios de comunicação social, principalmente, rádio, televisão e jornal impresso, entre eles, respectivamente, Rádio Gaúcha, RBS TV e Zero Hora e que, por conseguinte, são muito ouvidos, assistidos e lidos por grande parte da população gaúcha. Assim, uma das indagações que surge é: como esses meios de comunicação social apresentam o conflito ambiental sobre a silvicultura do eucalipto no estado?

Com o intuito de responder tal indagação foi realizada análise das reportagens que foram veiculadas nos jornais Zero Hora e Folha de São Paulo, no período de março de 2006 a março de 2009. O resultado obtido é que a maioria das notícias girava em torno do “desenvolvimento econômico” para a “Metade Sul” e para o estado, seguidas de outros vieses como a ordem jurídica no conflito, o radicalismo de posições entre os atores sociais e a

criminalização de movimentos sociais vinculados aos direitos e deveres dos cidadãos. Portanto, percebe-se que a mídia impressa²⁷ mostra-se tendenciosa na abordagem do conflito, pois se posiciona, através das notícias veiculadas, em apenas um dos polos, que é o do “desenvolvimento econômico”.

5.6 ARENA JURÍDICA

Os conflitos formados em função das posições sustentadas por órgãos ambientais, empresas florestadoras e grupos ambientalistas tiveram a interferência de um novo ator no contexto destas disputas: o campo jurídico. Essa arena é mobilizada principalmente pelos representantes do Ministério Público Estadual e Federal, desembargadores e pelas consultorias jurídicas particulares. Segundo Bourdieu (2007, p.228-229) o campo jurídico

[...] é o espaço social organizado no qual e pelo qual se opera a transmutação de um conflito direto entre partes diretamente interessadas no debate juridicamente regulado entre profissionais que atuam por procuração e que têm de comum o conhecer e reconhecer da regra do jogo jurídico, quer dizer, as leis escritas e não escritas do campo [...].

O conflito jurídico se dá através de intervenções entre órgãos ambientais, empresas florestadoras e grupos ambientalistas e muito particularmente, em torno do processo do zoneamento ambiental para a atividade de silvicultura. As intervenções jurídicas iniciaram-se por volta de 2005 quando o Ministério Público Estadual foi alertado pelos grupos ambientalistas sobre o interesse de empresas florestadoras se instalarem no RS, para a geração de matéria prima para a instalação e ampliação de fábricas de celulose.

A grande preocupação do Ministério Público Estadual à época foi com as terceirizações de serviços que geralmente são efetuadas por essas empresas. Na visão do Ministério tais empresas florestadoras prezam por certos preceitos ambientais em relação à legislação ambiental, mas quando os trabalhos são terceirizados, esta preocupação pode não ocorrer. Assim, em meados de 2005, houve uma série de reuniões no Ministério Público Estadual para tratar do assunto relativo à silvicultura, como relata abaixo à interlocutora.

[...] numa das primeiras reuniões a gente decidiu o seguinte: que os danos pontualmente constatados seriam atacados através dos promotores da Comarca

²⁷ Tendo por base os jornais Zero Hora e Folha de São Paulo, jornais de grande circulação, o primeiro estadual e o segundo, nacional.

respectiva e a Promotoria de Meio Ambiente de Porto Alegre enfrentaria a questão do ponto de vista mais global, do ponto de vista ambiental, do ponto de vista da relação com as grandes empreendedoras. E em função disso, na época, nós instauramos um inquérito civil para Aracruz, um para Stora Enso, um para Votorantim [...]. E começamos a negociar. (E22, Promotora de Justiça – Ministério Público Estadual).

As discussões internas eram sobre qual órgão seria o licenciador, DEFAP, FEPAM ou IBAMA. À época, o IBAMA abdicou do licenciamento por achar que a atividade não era de impacto trans-estadual e nem internacional, entendendo que o Estado deveria licenciar e, portanto, indicando oficialmente a FEPAM como órgão licenciador. O Ministério Público reforçou a escolha do IBAMA e as discussões passaram a uma próxima etapa: quais empreendimentos iriam exigir Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Toda a atividade poluidora é sujeita a licenciamento ambiental, mas só as capazes de causar significativo impacto ambiental é que o licenciamento deve ser orientado por um EIA/RIMA. Segundo E22 (Promotora de Justiça – Ministério Público Estadual), o EIA/RIMA “é um instrumento muito mais denso, caro, interdisciplinar e reservado”, por isso a preocupação em determinar quais empreendimentos exigiriam este estudo.

Em 12 de maio de 2006, o Ministério Público Estadual, através da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre apresentou um TAC que estabelecia que o ZAS deveria ser entregue até a data de 31 de dezembro de 2006, que as áreas superiores a 1.000 hectares destinadas aos plantios de eucalipto deveriam ter EIA/RIMA e que algumas áreas poderiam ser liberadas para os plantios através de autorizações via FEPAM.

Em dezembro de 2006, com a finalização do ZAS, surgiram as primeiras críticas sobre conteúdo deste documento, principalmente pelas instituições privadas do setor florestal, como manifesta a representante da empresa Aracruz Celulose S.A., argumentando que o ZAS impediria o desenvolvimento da atividade florestal em inúmeros municípios gaúchos e que isso representava, em síntese, um “entrave ao desenvolvimento” (AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº. 2007.71.00.031307- 4/RS, fls. 1.149).

A primeira versão, inclusive, tinha erros claros de digitação, um que eu constatei e até ajudei o pessoal, e eles mesmo retificaram. Mas, veio um zoneamento bastante restritivo [...]. É que a intenção era um zoneamento que permitisse a atividade no estado com *sustentabilidade*, mas acabou vindo um zoneamento que pouco permitia a atividade. Porque era bastante restritivo. (E22, Promotora de Justiça – Ministério Público Estadual). Grifos da Autora.

A manifestação da FEPAM, órgão ambiental estadual, também traduz a ideia de associação entre *silvicultura e desenvolvimento sustentável*:

As florestas plantadas através de árvores exóticas, dentro de um manejo florestal, destacam-se por representar a principal fonte de suprimento de madeira das cadeias

produtivas de importantes segmentos industriais, como os de celulose e papel, sem esquecer a preservação do meio ambiente. [...] Na verdade, deve-se aliar a economia e o meio ambiente, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, pois não são antagônicos, mas sim indissociáveis. (AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 2007.71.00.031307- 4/RS, fls. 560-561).

Contudo, a divergência não se dá só entre o Ministério Público Estadual e as distintas visões entre os atores sociais mobilizados juridicamente; ela ocorre também entre os Ministérios Públicos, Federal e Estadual, como é perceptível na citação abaixo:

Nós divergimos do Ministério Público Estadual frontalmente, porque o Ministério Público Estadual está comprometido com a implantação que, nesse caso concreto, com essa política econômica de desenvolvimento da silvicultura. Tem feito o ajustamento de conduta [TAC], para viabilizar dentro da interpretação da lei que eles têm a silvicultura. O Ministério Público Federal não, ele entende que esse licenciamento deve ser feito por órgãos federais, pelo IBAMA e pelas características do local. Empreendimento que envolve mais de um país, empreendimento em faixa de fronteira, empreendimento que atinge todo o ecossistema do pampa, portanto, essa não é uma questão local, não é uma questão estadual, é uma questão federal. E com isso o Ministério Público Federal tem uma posição firme traduzida nessa ação civil pública e não é só essa, têm várias, tem duas ou três outras, mas agora a que discute a essencialidade e busca a suspensão do licenciamento que tramita tem esse viés, nós entendemos que ela, da forma que está sendo adotada essa política econômica ela atenta contra a constituição porque ela não é ação para um desenvolvimento sustentável. [...] nós entendemos que a questão posta em torno do licenciamento dos eucaliptos ela é uma questão federal, Ministério Estadual entende que não, que é uma questão estadual. Então cada um atua na sua. Nós entramos com essa ação e ganhamos à liminar e a liminar foi suspensa. Bom, nós estamos no jogo do judiciário. (E10, Procurador Geral de Justiça – Ministério Público Federal).

Após a aprovação do ZAS, outro ponto importante a ser comentado é que o Ministério Público Estadual constatou que a FEPAM estava expedindo “autorizações” para plantios de eucalipto seguindo ainda orientações do TAC expedido em 2006. Nesse contexto, o Ministério Público Estadual pediu a execução do termo de ajustamento de conduta, mas a liminar foi obtida só no Tribunal de Justiça, fazendo com que a expedição de licenças ambientais sem EIA/RIMA fosse estancada. A FEPAM, porém, havia ajuizado uma ação na justiça federal, cuja liminar foi caçada no segundo grau, valendo a partir daí decisão em que o Ministério Público Estadual havia sustado as expedições de licenças ambientais.

Em 10 de agosto de 2007 foram ajuizadas no Ministério Público Federal duas ações civis públicas (nº. 2007.71.00.034718-7 e nº. 2007.71.00.031307-4). A última foi movida pelos grupos Projeto Mira Serra, Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (INGÁ), União pela Vida (UPV), IGRÉ – Amigos da Água, Conselho Regional de Radiodifusão (CONRAD), Sociedade Amigos da Água Limpa e do Verde (SAALVE) e Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural (AGAPAN) contra a União, IBAMA, Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, FEPAM, Stora Enso, Votorantin Celulose e Papel e Aracruz Celulose S.A..

É uma iniciativa nova das ONG's, eu acho que cada um na sua. O Ministério Público [Estadual] tem uma ação em prol do meio ambiente, diferenciada das ONG's que são uma instituição de Estado, que tem que cortejar vários interesses envolvidos e não só a questão ambiental. E as ONG's, cada uma tem o seu papel, aquelas que vão defender o meio ambiente, aquelas que vão lutar contra a corrupção [...]. Cada um faz o seu papel, o importante é que a cidadania está se movimentando aqui no nosso estado. (E22, Promotora de Justiça – Ministério Público Estadual).

As ações jurídicas contra as empresas florestadoras e órgãos ambientais do estado mostra que as discussões que aconteciam nas arenas econômica e ambiental, passam a ser debatidas também na arena jurídica e, que necessariamente, não são discussões menos conflituosas.

Conforme Gonçalves (2008, p.15), “a judicialização do conflito transfere a luta de poder para o campo jurídico, onde a solução imposta – a decisão judicial – tem a função de manter (ou alterar) a ordem simbólica que define como “sustentável” determinadas práticas em detrimento de outras”. As ações judiciais passam a refletir um “processo de tradução dos conflitos políticos em um conflito jurídico, cujos representantes passam a ser as partes envolvidas na lide” (GONÇALVES, 2008, p.02).

Na ocasião a ação movida pelos grupos ambientalistas foi parcialmente deferida e entre outros aspectos foi aceita revisão de todos os licenciamentos expedidos desde 2004 até aquele momento. A ação também proibia aos réus o uso das expressões “*florestamento*” e “*reflorestamento*”, pois estes termos poderiam “induzir em erro a sociedade, levando a crer que se trata de plantação de florestas”. Além disso, ao se utilizarem do termo “plantio de árvores” deverão agregar a expressão “exóticas”.

Embora ainda não tenha sido prolatada a sentença relativa ao processo em análise, observa-se que tanto as decisões judiciais quanto as manifestações das partes explicitam suficientemente o processo de tradução do conflito político para o conflito judicial, de modo que as partes passam a disputar a legitimidade de dizer o conteúdo do direito, dispondo, para tanto, de “armas simbólicas” diferenciadas para se mobilizarem. (GONÇALVES, 2008, p.08).

Nas situações em que o conflito ambiental passa a ser questionado na arena jurídica²⁸, observa-se que uma das partes tem suas interpretações acatadas por parte da esfera jurídica em detrimento da outra visão.

Observa-se nas peças processuais que o termo “desenvolvimento sustentável” consta em grande parte delas, seja no âmbito de quem acusa ou no âmbito de quem se defende. É o que confirma Gonçalves (2008, p.10), quando diz que geralmente, este termo carrega referenciais ideológicos antagônicos. Para E10 (Procurador Geral de Justiça, Ministério

²⁸ Algumas destas decisões jurídicas já foram comentadas no capítulo 2.

Público Federal) o “desenvolvimento sustentável” é o cerne do conflito ambiental em torno da expansão da silvicultura no RS.

[...] falando então da política de silvicultura, ela a meu ver e eu tenho dito isso, ela é contrária à Constituição, porque rompe com a ideia de função social ambiental da sociedade. Ela é a negação do que a gente pode entender por desenvolvimento sustentável. E ela possui uma série de ilegalidades, muitas delas são objetos de ação civil pública que o Ministério Público Federal propôs e tramita aqui em Porto Alegre. (E10, Procurador Geral de Justiça – Ministério Público Federal).

Percebe-se que a postura dos atores sociais frente ao conflito vai se adaptando conforme o tempo e também aos novos elementos que entram na arena pública do debate. O conflito ambiental ainda não vislumbrou um desfecho, já o conflito jurídico inerente ao conflito maior, constatou alguns desfechos. Os atores mobilizados neste campo, insatisfeitos com o rumo das discussões do ZAS, defendem a necessidade de se rediscutir os limites para a prática da silvicultura. Parece ser esta também a posição dos Ministérios Públicos, mesmo que cada um traga visões distintas sobre os limites desta atividade no estado.

Através da análise dos depoimentos dos interlocutores da área jurídica e também em função do que foi brevemente resgatado na mídia impressa, evidencia-se que o conflito jurídico é resultado das divergências técnicas resultantes da elaboração do ZAS.

Tais divergências abriram espaço para mais um grupo de atores se fazer presente nesta arena pública de debate. As consultorias jurídicas ou escritórios de advocacias especializados em questões agrárias e ambientais foram contratados por instituições privadas e empresas florestadoras para analisarem o ZAS. Segundo as instituições privadas o instrumento estava sendo “confeccionado com alguns vícios técnico-jurídicos” (CORRÊA, 2009, p.80).

O trabalho “Implicações Jurídico-Institucionais do Zoneamento Ambiental na Silvicultura do Rio Grande do Sul”, elaborado por Corrêa (2009), contempla entrevistas com algumas das consultorias jurídicas que foram contratadas pelas instituições privadas e empresas florestadoras para darem seus pareceres técnicos-jurídicos sobre o ZAS. No intuito de agregar tais informações nesta arena, optou-se por descrever algumas das opiniões destas consultorias jurídicas:

➤ observa-se que a FEPAM e suas Fundações, ao elaborarem o ZAS, o fizeram preservando o meio ambiente de forma tão “radical” que descumpriram o objetivo primeiro da Política Nacional do Meio Ambiente, a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção ambiental, desconsiderando dois princípios fundamentais do Direito Ambiental: desenvolvimento sustentável e o acesso equitativo aos recursos ambientais. (CORRÊA, 2009, p.80);

➤ a regulamentação do uso e ocupação do solo é matéria de competência ordinária dos Municípios, havendo a necessidade de verificar se não ocorrerá incompatibilidade do ZAS com os planos diretores. O ZAS também não poderia pretender re-localização ou modificação dos empreendimentos, pois isso caberia ao processo de licenciamento. (CORRÊA, 2009, p.81);

➤ a proposta elaborada pela FEPAM padece de vícios de constitucionalidade comprometedores, uma vez que atinge a atividade de silvicultura, embora outras culturas agrícolas, especialmente monoculturas como as da soja, do arroz, do milho, do trigo, possam apresentar efeitos socioambientais assemelhados. (CORRÊA, 2009, p.83).

Um dos desfechos judiciais mais recentes foi decidido pela 4ª Câmara Civil do Tribunal e Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em decisão unânime no dia 22 de outubro de 2008, que decidiu que as licenças já expedidas continuariam em vigor. A Desembargadora Agathe Elsa Schmidt da Silva, relatora do processo considerou que a ausência de limites objetivos no ZAS aprovado no CONSEMA “é efetivamente preocupante, já que o esvazia como instrumento de orientação do processo de licenciamento”. Assim, na ausência de outros limites, os propostos pela equipe de técnicos da FZB são efetivamente os mais adequados - “os únicos que atendem ao dever de proteção ao meio ambiente”²⁹. Esta decisão jurídica terá efeito até que sejam aprovados os limites objetivos ao Zoneamento Ambiental pelo plenário do CONSEMA ou a ação seja finalizada (CORRÊA, 2009, p.98). Na visão do engenheiro agrônomo o debate nunca vai avançar

[...] porque a vontade política é de que se instale finalmente no sul do Brasil. Afinal é um milhão e meio de hectares e isso não é nada perto de toda a área que nós temos. Então eu acho que nós temos que abandonar um pouco a coisa política desse negócio, digamos assim e tentar colocar as coisas em bases mais reais, em números. O problema é que o mal já foi feito, o zoneamento foi desautorizado e agora? E agora? (E1, Engenheiro Agrônomo – Faculdade de Agronomia/UFRGS).

Desta maneira, constatou-se neste capítulo que apesar da multiplicidade de discursos e de atores sociais envolvidos no conflito ambiental da expansão da silvicultura de eucalipto no RS o debate na arena pública gira em torno de dois argumentos básicos: o do desenvolvimento econômico e o da conservação/preservação do meio ambiente. Esta “clássica polarização” de discursos, comum a certos conflitos ambientais, será ponto de análise no próximo capítulo.

²⁹ Processo nº. 70025340027, Agravo de Instrumento, Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravante: Ministério Público. Agravado: FEPAM. Interessado: estado do Rio Grande do Sul.

6 A FLUIDA POLARIDADE DOS DISCURSOS

Se não há como negar a existência de “lados”, no mínimo, eles são múltiplos, segmentares, temporalmente datados e referidos a contextos específicos. (GERHARDT, 2008, p.29).

O capítulo anterior tratou de analisar como foi construído socialmente o conflito ambiental, quais foram os atores sociais envolvidos, seus discursos, seus interesses e suas alianças ao longo do tempo. Nota-se que as divergências geradas entre estas diferentes visões de mundo, intrínsecas à origem dos problemas sociais e ambientais, é que impulsionaram a arena do conflito ambiental em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do RS.

Nesse cenário polêmico percebe-se que a disputa em torno da expansão dos cultivos de eucalipto permeia diversos espaços como o institucional, social, político, econômico, jurídico, técnico, científico e midiático. Contudo, observa-se que o conflito ambiental, embora apresente uma multiplicidade de discursos, por vezes, se detém em torno de uma polarização de argumentos. O que se averigua é uma divisão clara entre atores sociais que participam do conflito.

Esses movimentos, embora compartilhem certas ideias, permanecem divididos, polarizados entre o que Fuks (2001, p.22) chama de as “forças sociais predatórias e aquelas que apontam na direção de uma sociedade sustentável”, sendo representadas aqui neste trabalho, respectivamente, pelas empresas florestadoras e pelos movimentos ambientalistas contestatórios.

Ainda, na esteira da divisão de “forças”, comentada por Fuks, poder-se-ia retomar a “clássica polarização” dos discursos dos atores desenvolvimentistas e conservacionistas. Nesta “clássica polarização” os grupos sociais mais representativos, segundo a ênfase de seus discursos, são as empresas florestadoras, o governo do estado e os grupos ambientalistas.

Porém, o discurso do governo do estado está representado nos dois polos, tanto no desenvolvimentista – Estado como gestor/propositor de políticas públicas - como no

conservacionista – Estado enquanto controlador/regulador do bem público *meio ambiente* (FIGURA 13).



FIGURA 13 - A polarização dos discursos dos atores sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto no RS.

Fonte: Elaborada pela autora (BINKOWSKI, 2009).

A “clássica polaridade” universal-particular, que se refere Fuks (2001, p.39), tem uma dimensão cognitiva, cujo pano de fundo é a oposição entre realismo e construtivismo. No contexto do debate público é expressa pelas tensões e articulações: de um lado, a atribuição de universalidade ao interesse em relação ao problema ambiental e, de outro, a inserção local das visões em disputa. (FUKS, 2001, p.39).

A dinâmica entre as polaridades universal e particular organiza o campo do debate público em torno da problemática ambiental. Nesta arena em que o meio ambiente emerge e evolui como problema social, há possibilidade de consenso ou, até mesmo, de uma universalidade socialmente construída, mas nunca como resultado dos reflexos imediatos de condições objetivas ou de uma universalidade deduzida, *a priori*, a partir de conceitos e princípios. (FUKS, 2001, p.44).

Um conflito com dinâmicas muito semelhantes ao da silvicultura de eucalipto no RS tem acontecido no Norte de Minas Gerais, em torno da mesma atividade. Conforme Maia (2008), a participação de diversos atores sociais na dinâmica dos conflitos ambientais decorrentes da implantação de cultivos de eucalipto no Norte de Minas Gerais polarizou-se em dois interesses¹. No contexto daquele conflito, a lógica de ação e comportamento dos atores envolvidos foi determinada conforme os interesses e expectativas polarizadas na utilização dos recursos disponíveis na natureza (MAIA, 2008, p.15). Esta autora complementa que o conteúdo determinante para o acirramento dos conflitos foi à apropriação privada dos recursos, pois o meio ambiente passa a ser reconhecido como o elemento que tenciona interesses individuais e coletivos. (MAIA, 2008, p.15). Nessa polarização encontra-se de um lado a proposta de desenvolvimento imposta pelas empresas florestadoras e, de outro, o

¹ Cabe salientar que o contexto conflitivo formado no Norte de Minas Gerais ocorreu em virtude dos impactos sociais e ambientais que a expansão da silvicultura de eucalipto provocou na região onde foi implantada. Naquela região os plantios de eucalipto são direcionados, basicamente, para a utilização da madeira como lenha para as caldeiras que alimentam a produção do aço.

projeto que busca a garantia de reprodução das populações tradicionais cercadas pelas plantações. (MAIA, 2008, p.16).

Ao comparar-se o Norte de Minas Gerais e a “Metade Sul” do estado do RS, percebe-se que os dois conflitos compartilham da “clássica polarização” entre adeptos das ideias de desenvolvimento e aqueles, representados pelos “críticos à silvicultura”, preocupados com as consequências ambientais que este “desenvolvimento” poderia trazer.

6.1 IDEIAS DE DESENVOLVIMENTO *versus* IDEIAS DE CONSERVAÇÃO

Historicamente o Rio Grande do Sul tem protagonizado lutas em prol da conservação e preservação do meio ambiente, como por exemplo, os conflitos gerados a partir da adoção das técnicas e políticas de modernização da agricultura na década de 1970. Em função das mudanças sociotécnicas adotadas no campo, o cenário rural começou a apresentar os primeiros impactos sobre o ambiente, entre eles, poluição dos rios e fontes de água, erosão do solo, desmatamento, entre outros.

O trabalho de Almeida (1989) serve de base para se entender o contexto social e político dos conflitos engendrados na história rural do Rio Grande do Sul e, que dá abertura para se discutir certas semelhanças com o recente conflito ambiental em torno da silvicultura.

A década de 1970 foi marcada pela intensa modernização da agricultura, com isso, a origem dos primeiros movimentos ambientalistas no estado. O autor comenta que nessa época se constituíram polaridades no cenário gaúcho, entre aqueles adeptos das “ideias do progresso” e os vinculados às “ideias de preservação”.

À época, as ideias defendidas pelos primeiros foram incentivadas pela assistência técnica e extensão rural, ensino técnico agrícola/agronômico, pelas instituições de pesquisa e absorvida por certos agricultores. Já as “ideias de preservação” eram elaboradas pelas instituições “alternativas” com o objetivo de introduzir na agricultura “estratégias de subversão ao modelo imposto pela modernização” (ALMEIDA, 1989, p.10). Durante os últimos 40 anos essas divergências entre os adeptos do desenvolvimentismo e aqueles que lutam pela preservação e conservação dos recursos naturais têm configurado vários conflitos no panorama gaúcho.

A FIGURA 14 tomou como fonte o trabalho citado anteriormente e apresenta de forma resumida os principais conflitos que marcaram o cenário rio-grandense. Adicionou-se à figura os dois conflitos ambientais mais recentes: a liberação da soja transgênica (final da década de 1990) e a expansão da silvicultura de eucalipto (a partir de 2005).

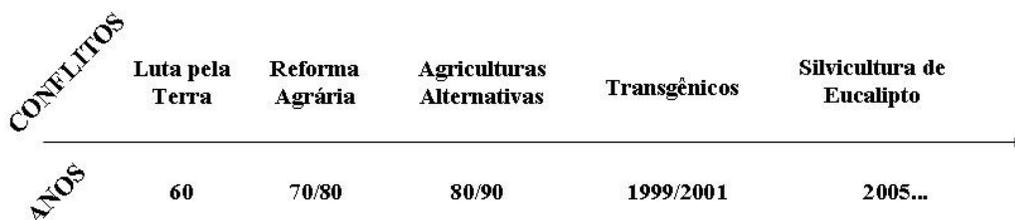


FIGURA 14 - O histórico de lutas no meio rural e conflitos ambientais no Rio Grande do Sul.

Fonte: Adaptado de Almeida (1989).

Dentre três destes conflitos, Agriculturas Alternativas, Transgênicos e Silvicultura de Eucalipto, é possível identificar que as controvérsias entre as “ideias do progresso” *versus* “ideias de preservação” constituem-se como o cerne da questão dos conflitos ambientais ocorridos no RS.

Em geral, a literatura referente à temática ambiental tem evidenciado que a origem e a dinâmica de determinados conflitos ambientais são muito semelhantes. Levando-se em consideração o que a literatura alerta e, analisando o conflito ambiental atual em torno da silvicultura, constata-se que grande parte dos atores sociais como os grupos ambientalistas e os movimentos sociais foram protagonistas também de outras lutas ambientais no RS.

Embora Fuks (2001, p.97) discorde que os conflitos ambientais “carregam em si, sentidos definidos, *a priori*, capazes de antecipar tipos ideais de assuntos, dinâmica e atores”, o que se constata a partir do conflito ambiental atual é que a dinâmica é muito semelhante à dos outros conflitos ambientais ocorridos em terras gaúchas nos últimos 40 anos. De certa forma, não seria surpresa que se antecipassem “tipos ideais” de assuntos, dinâmica e atores na arena de conflito em torno da silvicultura.

As semelhanças encontradas entre as dinâmicas protagonizadas por estes grupos nos conflitos é o de se mostrarem contrários à expansão de atividades de organizações industriais que possam interferir de alguma forma no meio ambiente, reforçando fundamentalmente a polaridade entre as ideias conservacionistas e as desenvolvimentistas. Ainda que, o que foi

constatado nesse conflito, foram posicionamentos fortemente retratados a favor de uma conservação e não de um preservacionismo.

Segundo a doutrina desenvolvida por Gifford Pinchot, a noção de conservacionismo surge como a definição para a exploração sustentada de recursos naturais, considerando a situação de risco pelo qual passavam as áreas naturais norte-americanas, sem que esses ambientes fossem completamente fechados à ocupação de usos futuros. Assim a ideia de conservação baseava-se em três princípios: desenvolvimento (o uso de recursos existentes pela geração presente), a prevenção do desperdício e o desenvolvimento de recursos naturais para muitos e não para poucos. Enquanto que a noção de preservacionismo teria centralidade na preservação da natureza evitando o desenvolvimento (ECKERSLEY, 1992).

Embora, a guerra já não seja mais a mesma, certas armas e soldados permaneceram os mesmos! O que une esses atores sociais na (re)formulação de “novas” exigências em diferentes conflitos é o reconhecimento de uma identidade em comum, ao mesmo tempo, que identificam também os “diferentes” a partir de suas propriedades opostas. Não obstante, os “diferentes” também compartilham de ideias que os aproximam.

Nesse processo de “construção social multifacetado” (HANNIGAN, 1995) é possível constatar que em um primeiro momento o conflito ambiental em torno da expansão da silvicultura do eucalipto no RS gira entre divergências existentes entre os atores sociais que sustentam ideias desenvolvimentistas e atores que defendem ideais de conservação do meio ambiente. Diante disso, percebe-se que determinados grupos posicionam-se em um dos polos na arena pública do conflito ambiental (FIGURA 15).



FIGURA 15 - Forças antagônicas presentes nos discursos dos atores sociais na arena pública do conflito ambiental no RS.

Fonte: Elaborada pela autora (BINKOWSKI, 2009).

No polo “ideias de desenvolvimento” estão os “adeptos do desenvolvimento” representados pelo governo do estado, empresas florestadoras, representações político-institucionais e cientistas enquanto que no polo “ideais conservacionistas” estão os “críticos à silvicultura”, representados pelos grupos ambientalistas, movimentos sociais, cientistas e outros.

É importante salientar o fato de que alguns órgãos públicos como FEPAM, SEMA, FZB, entre outros, apesar de serem órgão estaduais, apresentam discursos divergentes do governo do estado sobre o tema da silvicultura de eucalipto. E não obstante, existem também divergências de discursos entre representantes desses órgãos em relação ao assunto. Na FIGURA 15, optou-se por destacar esta polaridade de ideias entre os atores sociais envolvidos no conflito ambiental, porém, enfatizando seus discursos em um dos polos, ou ainda, nos dois polos dependendo de qual ator social e qual discurso está associado como, por exemplo, no caso dos “cientistas”.

6.2. A FLUIDA POLARIDADE

Neste contexto existem atores sociais que se encontram em um *continuum* no conflito ambiental. *A la* Bourdieu, os atores se encontram em uma linha imaginária que liga um polo ao outro, podendo-se localizá-los em diferentes posições, alguns próximos ou mesmo no polo “desenvolvimento” e outros no polo “conservação” ou próximos dele, e outros ainda, em posições intermediárias.

A partir da ideia de Bourdieu (1996) tem-se a noção de que os atores podem a qualquer momento estar em graus diferentes dessa “linha imaginária” que liga os dois polos extremos, ou seja, podem mudar suas posições dentro da arena de conflito conforme a proximidade ou a centralidade dos discursos de outros atores. Consequentemente pode haver atores mais próximos de um determinado polo, conforme a proximidade de ideias, do que do outro polo, revelando-se aí a multiplicidade de discursos entre os atores sociais mobilizados. Nessa direção, Silveira (2004, p.56) faz o seguinte comentário:

[...] se a preocupação em caracterizar sucintamente as posições extremas (tipos-ideais) [...] revela-se, nestas páginas, na forma de necessidade no sentido de uma verificação da amplitude da problemática, bem como das relações objetivas de maior contraste neste espaço, isto não ocorre à revelia de uma consciência a respeito do *continuum* existente entre as posições polares ora privilegiadas, visto

que será esta linha imaginária que liga os (dois) grandes polos [...] que acabará permitindo a existência de distintas combinações das propriedades associadas às posições extremas.

A aproximação entre atores sociais na arena do conflito se dá em função da identificação de ideias. Outro ponto relevante é que mesmo no interior de grupos tidos como homogêneos também podem ocorrer divergências ou mesmo pontos de vista polarizados, que não necessariamente leve em conta o desenvolvimento e/ou mesmo a conservação ambiental como temas centrais.

Embora os polos extremos da figura anterior estejam representados fundamentalmente pelas empresas florestadoras *versus* os grupos ambientalistas, dentro dessa “linha imaginária” existem inúmeros atores sociais mobilizados que divergem/convergem ideias e que podem, ou não, apresentar os mesmos pontos de vista no conflito.

Ao levar-se em consideração de que realmente essa posição *intermediária* existe dentro do conflito ambiental da silvicultura, ela estaria expressa nos atores sociais que têm como argumentos em seus discursos tanto as “ideias de desenvolvimento” quanto os “ideais de conservação”. Nessa direção permite-se comentar que a arena do debate é dinâmica e muda através do tempo e das ações.

Ao identificar os dois pontos de vista mais representativos na arena pública do conflito, tende-se a negligenciar outras posições dentro do debate – como as posições não polarizadas, por exemplo, que une os pontos centrais dos dois discursos e que acaba por formar um terceiro ponto de vista. Segundo Latour (2006, p.343), “a grande coisa sobre um ponto de vista é, precisamente, o fato de que você pode mudá-lo. Por que seria prisioneiro dele?”. Assim, a arena pública se movimenta tanto no tempo quanto no espaço.

Através da “metáfora da estátua”, Latour fornece elementos para pensar essa dinamicidade dentro da arena pública de debate. Como explica Latour (2006, p.343):

[...] se você pode ter diferentes pontos de vista sobre uma estátua, é porque a estátua em si mesma é tridimensional e lhe permite, sim, permite que você ande em torno dela. Se algo comporta uma multiplicidade de pontos de vista, é porque é algo muito complexo [...].

Fazemos este exercício!

A “estátua” representa o “nosso” objeto - o conflito ambiental da silvicultura de eucalipto. Em um dado momento, diversos atores sociais estão ao redor da estátua, parados olhando para o objeto e tecendo seus comentários. No entanto, os atores sociais se movimentam no entorno da estátua e o que visualizam já não é a frente da estátua e sim as costas; ou seja, são novos contornos, outro ângulo, um outro olhar sobre o mesmo objeto. Da

mesma forma também a estátua pode sofrer alterações modificando o que os atores sociais visualizarão posteriormente.

O conflito é dinâmico tanto no tempo quanto no espaço, o que permite os atores sociais se “movimentarem de um polo ao outro” a *la* Bourdieu ou “de um ponto de vista para outro” como metaforicamente explicita Latour.

Através dessa dinamicidade do conflito o que pode estar causando polêmica hoje pode não ser a “bola da vez” de amanhã. Como no caso da elaboração do ZAS, onde os grupos ambientalistas e movimentos sociais, apesar de incentivarem a elaboração deste documento, se mostravam receosos com o resultado que ele poderia ter. No outro âmbito as empresas florestadoras incentivavam a elaboração do ZAS para agilizarem os licenciamentos ambientais das áreas em que já havia os plantios. Quando o ZAS foi publicisado a “insatisfação” e a “satisfação” mudaram de lado.

Quando o que está em jogo é o ZAS, o confronto se dá entre os grupos ambientalistas, órgãos ambientais e empresas florestadoras. Se em outro momento o assunto focado são as invasões às propriedades das empresas florestadoras, os atores em confronto são os movimentos sociais, o governo do estado e as próprias empresas florestadoras. Diante disso, existem momentos onde determinados atores sociais compartilham das mesmas ideias e são aliados e em outros momentos podem estar disputando entre si².



FIGURA 16 - Arena pública em torno do conflito ambiental gerado a partir da expansão da silvicultura de eucalipto no RS.

Fonte: Elaborada pela autora (BINKOWSKI, 2009).

² Na FIGURA 21, no ponto de vista não polarizado onde está representada EMATER e EMBRAPA, alerta-se que os discursos são de certos funcionários e de certos pesquisadores, pois a instituição não apresenta um discurso uniforme sobre o conflito. Esta ideia também serve para os órgãos e instituições ligados ao governo do Estado.

Vale ressaltar a análise realizada por Theodoro (2005, p.61) sobre a dinâmica dos conflitos ambientais, os quais ora se precipitam, ora se estabilizam; ora explicitam rupturas e cisões, ora parecem invisíveis e inexistentes; ora são vistos como insolúveis, ora são considerados superados:

[...] pode haver momentos em que o conflito fica muito ‘quente’ e depois perder sua visibilidade, para posteriormente ‘esquentar’ de novo. Assim, o entendimento, da dinâmica interna do conflito inclui a identificação das polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões, sempre sob a observação de que, durante o longo percurso do conflito, as posições dos distintos grupos podem mudar de tal forma que antigos aliados se transformem em inimigos ou vice-versa.

Os “críticos à silvicultura” são aliados quando a discussão em pauta é o ZAS, porém divergem nas ações realizadas pelos movimentos sociais como, por exemplo, as invasões às propriedades das empresas florestadoras. Apesar dos mesmos sustentarem na maior parte do tempo discursos a favor do meio ambiente, não se pode deixar de lado a individualidade inerente a cada grupo social.

Os grupos ambientalistas, por exemplo, argumentam a favor da conservação do meio ambiente, enquanto os movimentos sociais argumentam em prol da equidade social obtida através da implantação da reforma agrária. Esses grupos sociais compartilham que a “Metade Sul” necessita de novos projetos para se desenvolver, porém, não concordam com os projetos monoculturais de eucalipto incentivados pelo governo do estado. Para tais grupos, o desenvolvimento da região deve ser alcançado através de outras estratégias como o incentivo aos pequenos agricultores, ao turismo, à fruticultura e à pecuária.

Já os “adeptos do desenvolvimento” cujo discurso tem viés do crescimento econômico aliam-se em determinados momentos com os grupos ambientalistas quando compartilham ideias de desenvolvimento sustentável no direcionamento da atividade de silvicultura. Ou seja, os atores que em um determinado momento lutam entre si, em outro momento parecem compartilhar das mesmas ideias, jogos de cena, estratégias do discurso; nesse “instante” estariam do mesmo lado e no mesmo polo.

Portanto, em um primeiro olhar sobre o conflito ambiental nota-se uma polaridade evidenciada, *grosso modo*, pelos discursos dos atores sociais que se dizem “a favor” da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do RS e aqueles que se dizem “contrários”. Deste modo, o conflito ambiental apresenta em si uma polaridade, que representada em um contexto mais abrangente gira em torno do “desenvolvimento econômico” *versus* “conservação ambiental”, porém, com a ação do tempo e das dinâmicas inerentes a uma arena de disputas, descobre-se que essa polaridade é fluida e não estática.

Com a identificação destes atores e da análise de seus discursos na arena pública do debate, nota-se que essa transitória polarização não demonstra o que realmente está em jogo no conflito. O que move tais atores sociais na arena do conflito não é a simples questão de ser “contra” ou a “favor” da expansão da silvicultura de eucalipto, mas sim, os seus princípios, as suas crenças, as suas visões de mundo que podem se modificar através dos tempos, dos espaços ocasionando diferentes dinâmicas.

Diante da constatação de que a percepção dos atores sociais mobilizados é ponto fundamental na dinamicidade do conflito ambiental, outro ponto importante é como o “assunto” se mantém em evidência na sociedade. A tendência dos atores é de intervir da forma mais ampla possível no sistema de arenas de ação e debate públicos para manter o “problema” e, por conseguinte, o debate em voga.

Para manter o problema evidente na arena pública, os atores realizam ações direcionadas a construção da legitimação em torno dos seus argumentos no conflito. Na busca incessante pela legitimação destes argumentos, os atores mobilizados nos conflitos se utilizam de inúmeras armas e estratégias.

As estratégias que os atores utilizam para legitimar a sua opinião no conflito ambiental é o que será discutido no próximo capítulo.

7 A CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE NO CONFLITO

Cabe, pois, reconhecer, a propósito, que os critérios de avaliação e de legitimação estão constantemente em jogo. Isso será essencial para se discutir os conflitos, posto que os mesmos podem configurar-se tanto através de uma luta direta no espaço de distribuição do poder sobre a base material, como uma luta simbólica em torno às categorias de legitimação das práticas. (ACSELRAD, 2004, p.24).

A partir das constatações dos capítulos anteriores 2, 5 e 6, tem-se como propósito neste capítulo, analisar as estratégias utilizadas pelos atores sociais para legitimarem suas opiniões em torno da polarização discutida no capítulo anterior, explorando o processo de construção da argumentação dos atores sociais e como isso irá ecoar nos meios de comunicação social e, posteriormente, na sociedade.

7.1 AS ESTRATÉGIAS SOCIAIS NO PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO

[...] os fatos culturais não se restringem a simples epifenômenos das estruturas produtivas da sociedade, mas mostram-se, ao contrário, como parte integrante do processo de construção do mundo, dando-lhe sentidos e ordenamentos, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas. (ACSELRAD, 2004, p.15).

No âmbito das ciências sociais, relacionando-se às noções *bourdieanas*, os atores sociais em disputa estariam em constante busca pela legitimação de suas significações, desenvolvendo diversas estratégias para legitimá-las nos conflitos (BOURDIEU, 2007). Estas são disputas que os agentes travam para legitimar sua visão de mundo e assim, impor sua posição aos demais e construir a sua realidade social (BOURDIEU, 1998).

A legitimação como um processo de “convencimento” não depende somente do caráter de “verdade” dos enunciados científicos, mas também da posição e da trajetória social que de antemão conferem legitimidade e veracidade aos relatos (discursos) e as práticas (ações) (BOURDIEU, 2007).

Os atores sociais mobilizados no conflito em torno da silvicultura procuraram estratégias para legitimar junto ao seu público os seus discursos. Essas estratégias seguem a dinâmica das diferentes arenas de debate e ação construídas pelos atores sociais.

Acsehrad (2004) faz um exercício sobre como a “produção monocultural de eucalipto” é legitimada na esfera pública. Dois critérios básicos tendem a legitimar a vantagem comparativa do Brasil na plantação de eucalipto para a exportação de celulose: “eficiência” e “competitividade”. A monocultura é justificada a partir da anunciação das ótimas condições climáticas e das vantagens comparativas, na ótica de conquista de espaço no mercado mundial. Segundo Acsehrad (2004, p.24), pela lógica de mercado “a produção do eucalipto e a expansão da sua área para a exportação é vista como legítima”.

Por outro lado, o autor chama a atenção de como se pode desconstruir essa lógica, ou de como essa lógica pode vir a ser deslegitimada pelos atores sociais perante o público. Para Acsehrad a monocultura de eucalipto é uma atividade que compromete a possibilidade de outras práticas de se manterem. O autor remete-nos às “práticas espaciais materiais”, abordadas por Henri Lefebvre e David Harvey que consistem nos “fluxos, transferências e interações físicas e materiais que concorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e a reprodução social” (ACSELRAD, 2004, p.24-25).

Referente a estas “práticas”, o autor alerta que se a monocultura de eucalipto tiver uma expansão indiscriminada em função das áreas cultivadas pode associar-se à inviabilização da pequena agricultura familiar, ao reduzido abastecimento de água, à erosão do solo, à redução de nutrientes, afetar negativamente a biodiversidade animal e vegetal, entre outros efeitos, atingindo assim “desfavoravelmente atividades desenvolvidas em suas vizinhanças”. (ACSELRAD, 2004, p.25).

Seja a atividade de eucaliptocultura, sejam outras atividades como a de mineração ou hidroeletricidade, elas tendem a provocar rupturas tanto no espaço físico quanto no social a partir do momento que são implementadas. Partindo daí, o conflito ambiental surgiria destas eventuais rupturas do “acordo simbiótico” (ACSELRAD, 2004, p.25) entre as diferentes práticas sociais dispostas no espaço.

Mas, de que “acordo simbiótico” se trata? Quem são as partes interessadas? As partes “acordantes” seriam o “meio ambiente” e as atividades econômicas impactantes. E o que tenderia a comprometer o espaço físico e as práticas sociais? Estas atividades podem transformar o meio físico, portanto, podem fazer do “meio ambiente” um veículo de transmissão de impactos negativos. Diante disso, a ruptura do “acordo” entre ambiente e a

atividade de silvicultura configuram as bases iniciais do conflito ambiental na “Metade Sul” do RS.

Constatada essa ruptura e que o conflito se configura a partir disso, o que mantém o conflito em evidência? A manutenção do conflito é embasada nos discursos dos atores sociais mobilizados e nas estratégias de legitimação que estes utilizarão neste processo.

Assim, parte-se da ideia de que a legitimidade não é estática, que ela muda ao longo do tempo em função de critérios prático-sociais em torno do conflito. Portanto, o conteúdo a seguir trata de mostrar quais estratégias de legitimação os atores sociais mobilizados se utilizam para persuadir o público a posicionar-se no conflito em torno da silvicultura de eucalipto.

7.2 O DISCURSO: “O QUE FALAR QUER DIZER”

Nesta arena pública das lutas simbólicas, o discurso funciona como uma das estratégias de legitimação dos atores sociais em prol do convencimento do público que rodeia o conflito. Os grupos sociais estão em constante conflito na arena de debate onde, na maioria das vezes, o confronto se dá pela palavra. Por vezes, o confronto ocorre de modo desigual em função da trajetória dos atores sociais ou pelas regras próprias inerentes ao discurso.

[...] nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala. (FOUCAULT, 2004, p.36-37).

Para Gomes (2007, p.46), o “discurso é um lugar onde o poder e o saber se articulam”. Logo, aquele quem tem a palavra está inserido em um contexto social e investido de uma legitimidade para enunciar e, conseqüentemente, exercer poder. Dessa forma, cabe salientar que as palavras não possuem um só sentido, mas adquirem diversas significações a partir da percepção de quem fala e de qual contexto este ator social está inserido. Conforme Gomes (2007, p.46), “as palavras se modificam de acordo com quem as emprega porque está inserida em um sistema ideológico, ou seja, o sentido é constituído dentro de formações discursivas”.

Acselrad (2004) comenta que Thévenot, Lafaye e Godard dedicaram-se a caracterizar as ordens de justificação que tendem a vigorar especificamente nos embates ambientais e com base nestas diferentes matrizes argumentativas são acionadas no debate público as categorias

destinadas a justificar os objetivos desejados. Estes autores concluem que não são decisivas nestes embates a “veracidade” ou a capacidade de “atestação” científica dos argumentos, mas as estratégias discursivas de persuasão enquanto pretensão a tornar gerais objetivos determinados.

Dentre as estratégias de persuasão, a retórica seria uma das formas mais utilizadas pelos atores sociais em um conflito ambiental. Segundo Best (1987), a retórica implica no uso deliberado da linguagem. Também os meios de comunicação social serão outra fonte de legitimação que se utilizará da linguagem como elemento-chave para divulgar os discursos dos atores sociais mobilizados no conflito ambiental.

Partindo-se das entrevistas realizadas analisou-se onde estas categorias retóricas se apresentam nos discursos dos interlocutores desta pesquisa, que apresentam o que está em jogo nas diferentes arenas do conflito.

7.2.1 Afirmações retóricas

Conforme Best (1987), as afirmações retóricas contêm três componentes principais ou categorias de afirmações, entre elas estão às bases ou dados, as garantias e as conclusões.

➤ Bases ou Dados Retóricos

As bases ou dados retóricos fornecem os fatos básicos que moldam o problema ambiental. Existem três tipos principais de afirmações de base: definições, exemplos e estimativas numéricas. As definições estabelecem as fronteiras ou domínio do problema, e dão-lhe orientação; isto é, um guia da forma como a interpretamos. Os exemplos tornam mais fácil para os corpos públicos identificarem-se com as pessoas afetadas pelo problema. Através da estimativa da magnitude do problema, os formuladores de exigência estabelecem a sua importância, o seu potencial para o crescimento e o seu alcance.

➤ As Garantias

São justificações para exigir que seja levada a cabo uma ação, geralmente realçando ligações à trajetória histórica ou ligando as exigências a direitos básicos e liberdades.

➤ Conclusões

As conclusões tornam clara a ação que é necessária para aliviar ou erradicar um problema. Isto envolve frequentemente a formulação de novas políticas sociais de controle por instituições burocráticas existentes ou a criação de novas agências para levar a cabo estas políticas.

Foram elaborados exemplos práticos na TABELA 1, de como as afirmações retóricas são expressas nos discursos dos interlocutores.

TABELA 1 - Afirmações retóricas nos discursos dos atores sociais em torno do conflito ambiental da silvicultura de eucalipto.

Afirmações Retóricas		“Adeptos do desenvolvimento”	“Críticos à silvicultura
Base ou Dados	Definição O porquê do conflito?	Governo do estado anuncia a implantação de um polo florestal. Empresas do setor florestal expressam interesse. Três grandes empresas instalam projetos no estado. Motivos da escolha do RS: incentivos fiscais via política pública e vantagens climáticas e de infraestrutura na “Metade Sul” do RS.	Estado anuncia a implantação de um polo florestal. Empresas do setor florestal expressam interesse. Áreas destinadas ao plantio: “Metade Sul” do RS. Plantios no bioma Pampa. Degradação ambiental.
	Exemplo	Positivos: desenvolvimento “Metade Sul”, desenvolvimento sustentável, geração de emprego, geração e aumento de renda, crescimento do PIB, vantagens sociais, melhorias de infraestrutura, qualidade de vida das populações locais.	Negativos: perda da biodiversidade fauna e flora, redução da taxa hídrica no solo, perda de nutrientes, erosão do solo, êxodo rural, pobreza rural, redução na segurança alimentar, obstáculo à reforma agrária, ruptura cultural do imaginário do gaúcho.
	Estimativa da Magnitude	Plantio de 1 milhão de hectares; investimento de 8 bilhões de reais; 1.200 vagas diretas de emprego em uma só fábrica; aumento do PIB da região Sul R\$6,5 bilhões; aumento do PIB <i>per capita</i> na região Sul R\$2.600,00.	40% dos campos já foram destruídos no pampa; a biodiversidade de fauna e flora é estimada em 3.000 plantas vasculares, com 450 espécies de gramíneas e 150 de leguminosas, além de 385 aves e 90 mamíferos; 250 espécies ameaçadas de extinção no pampa.
Garantias Por que investir na atividade de silvicultura de eucalipto na “Metade Sul”?		Gera desenvolvimento econômico. Empresas apresentam programas de Responsabilidade Social; Desenvolvimento Sustentável; Certificação Florestal; Preservação e conservação do meio ambiente.	Pode gerar desenvolvimento econômico, mas não gera desenvolvimento sustentável. Investir em outras alternativas: turismo rural, fruticultura, investimentos na “vocação tradicional” dos campos gaúchos, a pecuária.
Conclusões Qual política pública para a “Metade Sul”?		Necessidade de uma política pública florestal.	Necessidade de uma política pública visando ao Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Elaborada pela autora (BINKOWSKI, 2009).

7.2.2 Estratégias retóricas

Conforme Ibarra & Kitsuse (1993), existem estratégias retóricas que os atores sociais tendem a apresentar em seus discursos na tentativa de convencer o público em questão. As estratégias citadas por eles são os idiomas retóricos, motivos e estilos de criação de exigências.

➤ Idiomas retóricos

Os idiomas retóricos são grupos de imagens que oferecem às exigências um significado moral. Eles incluem uma “retórica da perda” (da inocência, natureza, cultura, etc.); uma “retórica da insensatez” que invoca imagens de manipulação e conspiração; uma “retórica da calamidade” (em um mundo cheio de definições deteriorantes, AIDS, efeito estufa); uma “retórica de titularidade” (justiça, ou como Ibarra e Kitsuse o designam, que a categoria-condição seja reformulada), e a “retórica do perigo” (categorias-condições põem riscos intoleráveis à saúde a segurança pessoal).

Para que o problema esteja em constante evidência é necessário chamar a atenção do público. Um modo efetivo de chamar a atenção é através da utilização de figuras gráficas, verbalizações apelativas e figuras visuais (HANNIGAN, 1995, p.63). Geralmente, os atores sociais mobilizados em torno do conflito ambiental proporcionam nas diferentes arenas altas cargas de dramatização e tendem a se manifestar em termos simbólicos e visuais.

Para Hannigan (1995, p.76) as imagens “fornecem um tipo de atalho cognitivo comprimindo uma discussão complexa numa que pode ser facilmente compreensível e eticamente estimulante”.

➤ Os motivos retóricos

Os motivos retóricos são metáforas atuais e outras figuras de estilo (a AIDS como uma praga, a destruição da camada de ozônio como uma bomba relógio) que realçam algum aspecto de um problema social e o impregnam de significado moral. Alguns motivos referem-se aos agentes morais, outros a prática e outros ainda a magnitudes.

➤ Os estilos de criação

Os estilos de criação referem-se à forma de uma exigência, para que esteja em sincronia com o público pretendido (corpos públicos, burocratas). Exemplos dos estilos de criação das exigências incluem um estilo científico, um estilo cômico, um estilo teatral, um estilo cívico, um estilo legal e um estilo subcultural. Os formuladores de exigências deverão combinar um estilo certo para a situação e público certos.

As três estratégias retóricas descritas anteriormente serão retomadas e exemplificadas no próximo item, onde serão analisados o discurso dos interlocutores e o contexto em que se encontram mobilizados em torno do conflito ambiental.

7.2.3 As palavras e os sentidos

[...] tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc.. (ORLANDI, 1988, p.17).

Dentro das diversas arenas averiguou-se uma série de palavras que se destacaram nos discursos dos atores sociais mobilizados no conflito. Pela análise direta da etimologia cada palavra tem o seu sentido, porém, a estratégia dos atores sociais em conflito é impregná-la com suas próprias significações, ou seja, a partir de suas próprias visões de mundo. Outro aspecto importante que deve ser comentado é que estes discursos apresentarão distintas significações conforme a posição do ator, sua identidade e sua trajetória no conflito.

As palavras que mais se destacaram e que, particularmente, apresentavam esta carga de significações nos discursos dos interlocutores foram: “desenvolvimento”; “desenvolvimento sustentável”; “eucalipto”; “silvicultura”; “reflorestamento”; “florestamento”; “Metade Sul” e “polarização”.

Notou-se que o objetivo principal dos atores sociais era legitimar seus discursos nas diversas arenas do conflito, com o intuito de persuadir o público. No entanto, constatou-se que o sentido destas palavras apresentou diferenciados significados conforme “quem” estava falando, remetendo um sentido de cunho positivo ou negativo para “quem” ouve.

Nesse sentido, levou-se em conta a polaridade dos discursos entre os atores sociais que estão na arena dos “adeptos do desenvolvimento” e aqueles que estão na arena dos “críticos à silvicultura”.

➤ Desenvolvimento

É notório que uma das principais disputas nestes discursos refere-se à tentativa de impor diferentes concepções e práticas à ideia de desenvolvimento. Em um primeiro momento, todos os atores envolvidos parecem estar em consenso, visto que todos eles falam em potencializar e contribuir para o desenvolvimento regional da “Metade Sul”. Contudo, observamos que este aparente consenso se dissolve no ar a partir do momento em que se começa a discutir como potencializar este desenvolvimento. A partir daí os discursos se tornam contraditórios. Afinal, de qual desenvolvimento os atores sociais estão falando?

Logo a seguir foram elaborados dois esquemas que destacam os discursos representativos nas arenas do conflito. A elaboração destes esquemas tem o intuito de apresentar a essencialidade dos discursos “de quem fala” e os possíveis significados para “quem ouve”.

Na FIGURA 17 apresentam-se fragmentos de duas entrevistas cujos interlocutores falam sobre o desenvolvimento. A noção que eles apresentam do termo/conceito/noção de desenvolvimento é econômica. Durante as demais entrevistas pode-se constatar que o termo desenvolvimento aparecia sob o viés de outras conotações como aquelas que foram referenciadas na própria figura.

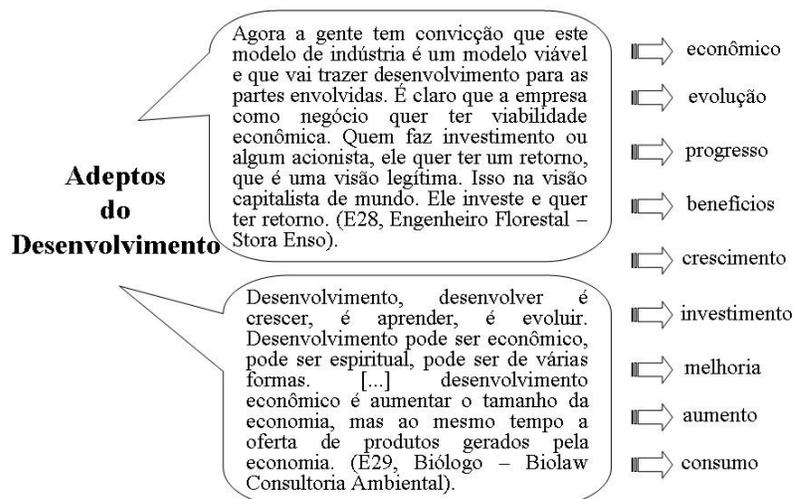


FIGURA 17 - Esquema que destaca discursos representativos e seus significados entre os “Adeptos do Desenvolvimento”.

Fonte: Elaborada pela autora (BINKOWSKI, 2009).

Na FIGURA 18, os atores são outros, são os “críticos à silvicultura” e para eles o desenvolvimento envolve outras dimensões como a ambiental, social, cultural além da econômica. Estes interlocutores salientam que o desenvolvimento deve prezar o equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais e as atividades econômicas. Não obstante, os “críticos à silvicultura” traziam à tona palavras como conservação, preservação, natureza, meio ambiente ao referir-se ao desenvolvimento. Outro ponto ressaltado entre os interlocutores deste campo é que o desenvolvimento deve prezar pela qualidade de vida. Este último ponto também é ressaltado no discurso dos “adeptos do desenvolvimento” como foi comentado anteriormente.

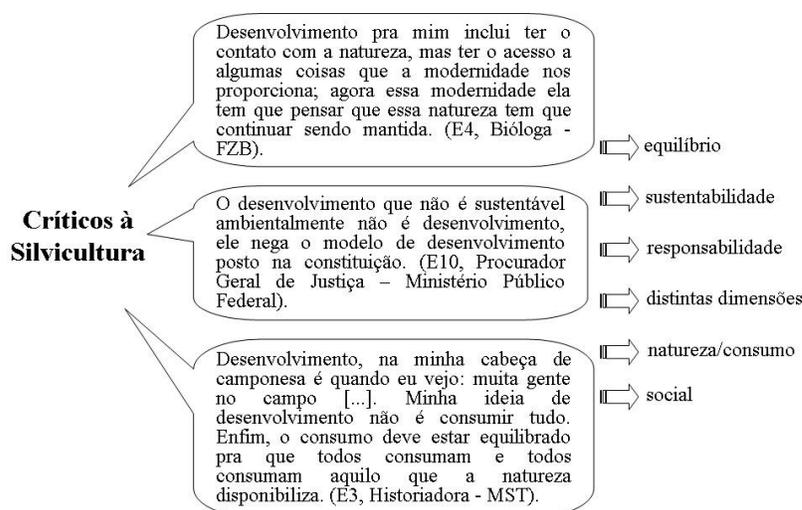


FIGURA 18 - Esquema que destaca discursos representativos e seus significados entre os “Críticos à Silvicultura”.

Fonte: Elaborada pela autora (BINKOWSKI, 2009).

Para os “adeptos do desenvolvimento”, o desenvolvimento tem uma conotação positiva e favorável: “ele seria em si um bem, pois desenvolver-se seria forçosamente seguir em uma direção ascendente, rumo ao mais e ao melhor” (ALMEIDA, 1998, p.36). Para estes interlocutores, o desenvolvimento busca a evolução da sociedade, traz benefícios à população local e, portanto, está também relacionado à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Dentro do que foi visto, pode-se perceber que o discurso do representante da arena jurídica (FIG. 18) apresenta o “estilo legal” das estratégias retóricas, pois relaciona a noção de desenvolvimento primeiramente à sustentabilidade e após à Constituição Federal e, portanto, aos direitos e deveres dos cidadãos.

O contraste de pensamentos entre os atores em confronto pode se expressar também através de imagens visuais, como é o caso das imagens abaixo que demonstram exemplos de

“idiomas retóricos” utilizados pelos atores sociais em disputa. O recurso da visualização de imagens também é muito utilizado na arena midiática, como um recurso para persuadir o público do conflito.



As imagens reproduzidas acima demonstram o plantio (FIG. 19) e a área já colhida (FIG. 20). No que tange o confronto dos discursos, as duas imagens representariam extremos, na visão dos “adeptos do desenvolvimento”, a FIGURA 19 representaria o futuro, a economia, o trabalho, o emprego, a renda. A FIGURA 20 representaria, para os “críticos” o que o “desenvolvimento” tende a provocar no ambiente e, portanto, estaria relacionada à devastação, a degradação e a “uma herança de tocos”, como comenta E11 (Biólogo – IGRÉ Amigos da Água). Nas duas imagens estão presentes idiomas retóricos de perda, perigo e calamidade.

➤ **Desenvolvimento Sustentável**

Durante a entrevista foi feita a seguinte pergunta aos interlocutores: o que é desenvolvimento? Logo após a resposta do interlocutor, a pergunta subsequente era: e o que é desenvolvimento sustentável? As respostas a estas perguntas apresentaram dinâmicas diferentes que valem a pena ser comentadas.

Parte dos interlocutores mantinha a resposta anterior dada ao desenvolvimento e que os dois, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, teriam o mesmo sentido.

[O que seria desenvolvimento para ti?]. Desenvolvimento para mim é uma melhor qualidade de vida para as pessoas. [E desenvolvimento sustentável?]. Desenvolvimento sustentável é isso. São as pessoas vivendo bem, respeitando o meio ambiente, procurando adotar práticas benéficas ao meio ambiente, tais como, não gerar lixo, não serem excessivamente consumistas, enfim, procurando também

limitar, digamos assim, os seus impulsos para que a natureza possa também ser preservada. E a gente possa deixar uma herança bonita para os nossos filhos e netos. (E31, Bacharel em Ciências Contábeis - FEPAM).

A outra dinâmica constatada advém daqueles interlocutores que responderam que o desenvolvimento tem uma conotação econômica e quando questionados sobre o desenvolvimento sustentável, comentaram que agregariam as dimensões, ambiental e social a ele.

[E o que seria então desenvolvimento?]. É que o desenvolvimento ele tem raiz na... o desenvolvimento, eu não tenho... eu não estudei muito Patrícia, mas eu tenho uma certa reação a palavra desenvolvimento porque está muito ligado a desenvolvimento do capital. Então como eu não estudei muito o conceito eu tenho dificuldade de falar [...]. [Mas, eu quero ouvir tua opinião, se tu concorda ou não com o termo? o que é que tu acha disso?]. É o desenvolvimento entendendo ele que, nós precisamos inverter, nós não podemos falar desenvolvimento nessa visão do modelo que aí está. Nós precisamos falar em desenvolvimento, pegar o termo, já que eu não conheço muito, numa outra perspectiva e colocar outros objetivos, né. Esse modelo está centrado no lucro, na concentração, na propriedade [...]. Nesse sentido que eu acho que desenvolvimento pra nós deveria ser colocado a vida, a natureza, a humanidade, pra poder falar dele e eu acho que aí se coloca a pesquisa a tecnologia [...]. (E23, Agricultora – Via Campesina).

E ainda, havia respostas que não concordavam com a noção de desenvolvimento sustentável que é divulgada pela mídia para a sociedade, pois esta noção representaria um modismo, com sentidos deturpados, como pode ser observado no comentário de um dos interlocutores.

[e o que é desenvolvimento sustentável?]. Pois é tu tá querendo que eu faça uma oposição entre as duas coisas? [não...]. Eu acho que... [se tu acha que é a mesma coisa?]. Não, eu acho que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. É claro que, por exemplo, natureza não é desenvolvimento. Desenvolvimento sustentável é a expressão da hora né, mais do que nunca se fala nisso, porque nunca se viu o planeta dando tantos sinais de degradação. E quem é que, por exemplo, tá mais preocupado? O Fórum Econômico Mundial, aquele dos *bambambam*, ou realmente o Fórum aquele aqui de Porto Alegre, dos “paz e amor”, que tá preocupado com conquistas sociais? Ao passo que os que têm dinheiro e que mandam no mundo sabem que não é bem assim. Houve até uma inversão, hoje qualquer cara que tenha uma mega empresa ou que dirija um conglomerado, sabe que ele tem que pensar nisso, bah, porque se não vai acabar. Entendeu? Ele é mais responsável do que ninguém por isso. (E6, Jornalista - TV COM)

Aproveitando-se do conteúdo do depoimento acima, abre-se a discussão sobre o que é considerada por alguns como uma “dualidade” no discurso das empresas florestadoras. A dinâmica percebida pelos críticos é até mesmo confirmada pelos representantes destas empresas em seus discursos: “estamos nos adaptando às regras do jogo, às regras impostas pelo mercado e pela sociedade” (E28, Engenheiro Florestal – Stora Enso). Nos últimos anos as empresas têm procurado adaptar as suas atividades florestais ao desenvolvimento

sustentável, baseando-se na conservação do meio ambiente. É nesse ponto que as divergências se pronunciam.

As estratégias empresariais das florestadoras se apresentam através do manejo sustentável da produção silvicultural, da elaboração de programas de responsabilidade social e dos selos de certificação florestal, da adequação a legislação ambiental, da preservação da reserva legal, entre outros. Assim, as empresas florestadoras legitimam-se perante o público em função dos seguintes argumentos:

As espécies exóticas tornam possível a conservação de matas nativas não exploradas pela utilização das florestas plantadas, sem ocupar uma área significativa do território nacional, apenas 5% (SBS, 2005).

Os selos de certificação têm sido um discurso que convence, por certificar produções consideradas “ambientalmente corretas” e bem quistas em debates mundiais sobre as causas de degradação ambiental, nesse caso relacionando o desaquecimento global com a contribuição de plantações arbóreas homogêneas. (MAIA, 2008, p.16).

As empresas investem em ações e programas voltados para o bem-estar e para a promoção social nas comunidades em que atuam, beneficiando milhares de crianças, idosos, populações indígenas, quilombolas, ocupantes e parceiros rurais. (BRACELPA, 2007).

Segundo Voivodic & Beduschi Filho (2008, p.09), as “empresas identificaram aí uma oportunidade para reduzir riscos e evitar problemas de mercado” e, por isso, passaram a adotar critérios ambientais e sociais em suas atividades produtivas.

Esta nova tendência das empresas florestadoras em adaptar-se às regras ambientais é resultado de uma construção social coletiva, afirma Abramovay (2004), influenciada pelas demandas sociais de diversos atores que reconheceram um problema socioambiental associado a uma determinada atividade produtiva.

Em função das críticas disparadas pelos grupos ambientalistas e movimentos sociais as empresas florestadoras têm se preocupado também em divulgar essas práticas para a sociedade, seja por meio de propagandas na televisão, *out doors* pelas cidades, folders explicativos ou doação de cadernos e livros às escolas. Abaixo podem ser conferidas as últimas campanhas publicitárias da empresa florestadora Aracruz Celulose S.A. Nota-se o apelo social, ambiental e cultural das campanhas cujo leitor pode ter acesso no sítio da empresa.

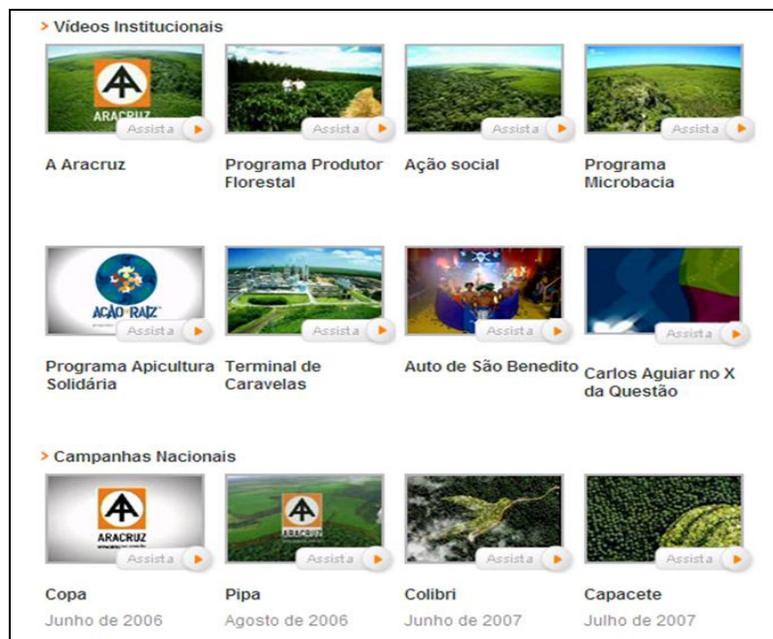


FIGURA 21 - Campanhas publicitárias da Aracruz Celulose S.A..

Fonte: Aracruz Celulose S.A. (2009).

Um dos interlocutores chama a atenção para o quão importante são as imagens em um conflito:

[...] ela [Aracruz] tem hoje uma situação muito bem articulada, ela tem novelas, trabalham hoje dentro da “A Favorita” [...]. São imagens sutis, mas altamente planejadas para dar uma imagem positiva, social e tal. (E19, Deputado Estadual – Partido dos Trabalhadores)¹.

As empresas também buscam legitimação em outros campos do debate como, por exemplo, as parcerias estabelecidas com centros de excelência localizados em universidades particulares e públicas, os quais contribuem com pesquisas sobre os possíveis impactos que esses tipos de empreendimentos podem gerar ao ambiente e à sociedade.

➤ Eucalipto/Silvicultura

As palavras “silvicultura” e “eucalipto” tiveram destaque inúmeras vezes na fala dos interlocutores, embora, sempre acompanhadas de substantivos denotando significações positivas ou negativas em seus discursos. Para os “adeptos do desenvolvimento” a palavra “silvicultura” vinha acompanhada de várias outras palavras que em uma análise mais atenta denota diversos sentidos, entre eles: salvação, alternativa, desenvolvimento, zoneamento,

¹ “A Favorita” foi uma telenovela, onde um dos personagens era dono de uma empresa florestadora. A novela foi exibida em 2008 pela Rede Globo de Televisão.

florestas, vantagens, melhorias, polêmica, Pampa, “Metade Sul”, meio ambiente, econômico, ciência, solução, expansão, investimento, empregos, ideológico, técnico, entre outras.

No entanto, se o discurso provinha dos “críticos à silvicultura” destacavam-se as seguintes palavras: preservação, desastre, destruição, soja, zoneamento, limitações, problema, polêmica, preocupação, desvantagens, pampa, “Metade Sul”, meio ambiente, destruição, econômico, monocultura, monocultivo, diabo, diabólica, satânica, expansão, impactos, transformações, técnica, entre outras.

[...] não vamos pintar de diabo só a silvicultura. Eu acho que todas as atividades feitas de forma indiscriminada, elas são diabólicas porque elas exterminam o equilíbrio ambiental. (E1, Engenheiro Agrônomo – Faculdade de Agronomia/UFRGS).

Assim como a palavra “silvicultura” adquire sentidos dependendo de onde provém o discurso, também a palavra “eucalipto” é marcada pela dicotomia entre o “bem” e o “mal”. As palavras que acompanharam o “eucalipto” durante as entrevistas foram:

➤ substantivos relacionados: floresta, paisagem, consumo, hídrico, monocultivo, Aracruz, terra, expansão, impactos, problemas, meio ambiente, água, solo, crescimento, degradação, ambiente, ambiental, cultura, soja, *commoditie*, preservação, salvação, solução, alternativa, banido, ideológico, história, gaúcho, empobrecimento, competitividade, capitalista, alimento, bioma Pampa, “Metade Sul”, horror;

Mas e aqueles que já se engajaram, eu próprio me coloco nisto. Eu espero ver argumentos, provas, fatos de que o plantio de eucaliptos trás malefícios sociais, ambientais, frente às outras formas de agricultura [...]. Muitos dos argumentos que eu ouço contra o eucalipto é que o “eucalipto não se come”, e soja se come, bom e mais, nós não podemos, bom e agora pra que serve eucaliptos? [...]. Mas tente viver sem eucaliptos? (E12, Farmacêutico – Departamento de Biotecnologia/UFRGS).

➤ verbos: legitimar, argumentar, desconstruir, discutir e competir;

[...] é porque o próprio eucalipto já não é aceito. E aí a dificuldade que eu tenho de entender a lógica de ser contra eucaliptos. É claro, se alguém é contra a soja, é contra o trigo, é contra o arroz, tá mais do que legitimamente justificado em ser contra eucalipto, com esses eu não tenho argumentos a discutir porque é quase uma questão de fé, uma questão cultural, uma questão de opção de vida. (E12, Farmacêutico – Departamento de Biotecnologia/UFRGS).

➤ motivos retóricos: diabo, diabólico, satã, “chupa-cabra”, “chupa-água”, deserto verde.

➤ dicotomias: benefício-malefício, bem-mal, positivo-negativo, deus-diabo, preservação-degradação, pobreza-riqueza, vantagem-desvantagem.

[...] o que se fala das papeleiras e do eucalipto hoje? Do eucalipto, que ele é um “chupa-cabra”, um “chupa-água”, porque imagina ele tem o poder de ir lá no

Aquífero Guarani e puxar água. O que não é verdade! Mas, são essas as referências que a gente vê. (E16, Engenheiro Florestal - SEDAI).

Um dos argumentos que chamou a atenção durante as entrevistas é que os “críticos à silvicultura” faziam questão de salientar que não eram contrários ao plantio de eucaliptos, argumentando que eram necessários ao nosso cotidiano (papel, madeira, papel higiênico, entre outros). Justificavam ainda, que eram contrários ao modo como estes cultivos estão sendo implantados/manejados pelas empresas florestadoras.

Que fique claro, não sou contra eucalipto, sou contra deixarem as empresas à vontade para plantar onde, quando e como quiserem. (E11, Biólogo – IGRÉ Amigos da Água).

Embora justificassem seu discurso contrário à atividade de silvicultura/eucalipto, foi junto a estes discursos que mais se averiguou palavras deslegitimando o “eucalipto” e a “silvicultura”. Estes discursos provinham geralmente da arena científica e dos grupos ambientalistas.

[...] ninguém daqui é contra o plantio de eucalipto, isso é uma coisa importante até algumas pessoas diabolizam a árvore. Eu sempre teimo em dizer que nós plantamos em nossa propriedade o eucalipto porque pra ter tora, pra ter madeira, pra ter quebra-vento. (E19, Deputado Estadual – Partido dos Trabalhadores).

Um aspecto observado nos discursos dos atores “adeptos ao desenvolvimento” é que estes se referiam aos seus “oponentes” como atrasados, não modernos, retrógrados, anti-desenvolvimentistas, “sem visão de futuro” para demonstrar o possível engano que estes atores estavam fazendo em não aprovarem a atividade de silvicultura/eucalipto. Como se pode observar no comentário abaixo:

Então eu acho que nesse episódio do eucalipto a mídia produziu e mantém com muita eficiência essa ideia, essa noção de que o eucalipto é bom e os que se opõem ao eucalipto são os do atraso, contrários ao desenvolvimento ao progresso e por aí afora. (E10, Procurador Geral de Justiça – Ministério Público Federal).

Então quem é contra ele está carimbado então a ser contra o desenvolvimento, contra emprego, contra a possibilidade de melhoria de vida das pessoas. (E19, Deputado Estadual).

Ainda na arena dos “adeptos do desenvolvimento”, no confronto direto dos discursos desenvolvimento *versus* conservação, estes se referiam ao outro polo como: inimigos, oponentes, adversários, os contrários, xiitas, ecoxiitas, preservacionistas, conservacionistas, “biodesagradáveis”, revolucionários, entre outros.

Dois exemplos representativos de “motivos retóricos”, relacionados a metáforas e sentidos figurados foram divulgados pelos meios de comunicação social. O primeiro, um

artigo divulgado na Revista do CREA/RS, onde o autor faz do eucalipto um “cidadão” e que por isso deve ser defendido pela sociedade:

O MST, a Via Campesina, o CPERGS, a ONG Amigos da Terra, AGAPAN, parte dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da FETAG e CUT, a grande parte dos biólogos e uma parcela de acadêmicos da Florestal e Agronomia, o hostilizaram, dando-lhe adjetivos pejorativos, como: demônio, degradador do solo, poluidor do ar, bebedor de água, entre outros. Atos foram previamente marcados para “ceifá-los e exorcizá-los”. Como todo o ser humano, cidadão do mundo, a qualquer acusação, lhe é permitido a ampla defesa e o contraditório. A Engenharia Florestal, através da Ciência Florestal, é a especialidade com todos os atributos, capacidade e conhecimento de causa para agir como a Defensoria Pública, ou seja, fazer a defesa deste cidadão vegetal. (FERRON, 2007, p.30).

O segundo exemplo representativo foi veiculado na Revista Via Política (*on-line*) e coloca o eucalipto desta vez como “réu”:

Quanto ao réu eucalipto, acusado de beber em excesso e, por isso, secar as fontes de água, é velho conhecido dos gaúchos, incluindo-se os que habitam o Uruguai e a Argentina. O deserto verde: a invenção da realidade, da mentira e do futuro. (BARROS FILHO, 2007)².

As imagens abaixo refletem os argumentos dos dois polos do conflito.



FIGURA 22 - Formas de consórcio na silvicultura – agrossilvipastoril.
Fonte: Stora Enso (2008).



FIGURA 23 - Charge apresentada na Cartilha do Eucalipto referente ao conflito ambiental da silvicultura de eucalipto.
Fonte: Pinheiro (2007).

A FIGURA 22, divulgada pela empresa florestadora Stora Enso, realça a imagem do consórcio entre eucalipto e gado bovino, chamada de atividade agrossilvopastoril. Esta imagem representa o contraponto à crítica dos movimentos contestatários de que a silvicultura é realizada em monocultivo/monocultura.

Já a FIGURA 23 traz uma charge do cartunista gaúcho Santiago e consta da “Cartilha do Eucalipto”, cujo autor é o ambientalista Sebastião Pinheiro. A charge demonstra três

² Disponível em: < http://www.viapolitica.com.br/noticia_view.php?id_noticia=127>. Acesso em: 13 jun. 2009.

importantes atores sociais a mídia, o governo e as “papeleiras” e remete a lembrança a um antigo conflito ambiental relativo aos organismos geneticamente modificados (transgênicos). Mesmo de uma forma irônica, esse seria o contraponto.

➤ Polarização

Inúmeras vezes durante as entrevistas os interlocutores chamavam a atenção para certas polarizações como: quente ou frio, inverno ou verão, branco ou preto, norte ou sul, direita ou esquerda, bem ou mal, “8 ou 80”, além de trazer à tona os antagonismos historicamente presentes no cenário gaúcho como chimangos ou maragatos, gremistas ou colorados, lenço branco ou lenço vermelho, entre outros.

Eu acho que tem promovido polarizações, e no momento que se fala em polarização é Internacional *versus* Grêmio ninguém vai convencer o outro lado. (E12, Farmacêutico – Departamento de Biotecnologia/UFRGS).

A ideia destes interlocutores ao trazer esse tipo de antagonismo histórico em seus discursos era de abrir espaço para legitimarem a existência de atores sociais polarizados, que no caso do conflito ambiental em torno da silvicultura de eucalipto distinguiu-se em “favoráveis” ou “contrários” aos empreendimentos³. Estes discursos legitimando a polaridade, segundo eles, intrínseca aos gaúchos, estiveram presentes tanto na arena dos “adeptos do desenvolvimento” quanto dos “críticos à silvicultura”.

Não obstante a explicação dos interlocutores dos dois polos era direcionada a afirmar o povo gaúcho como “questionador” e “resistente” (no sentido de defesa, de se opor a certas questões). Outra explicação é que os gaúchos sempre estiveram à frente em termos de defesa do meio ambiente e de legislação ambiental e que, portanto, demonstravam maior informação e consciência do espaço em que vivem. Notoriamente isso viria justificar também os inúmeros conflitos ambientais já ocorridos no estado.

Contudo, a maioria dos interlocutores concordou na existência de uma polarização no conflito. Entretanto, os interlocutores citaram diferentes temas na polarização, entre eles, ambiental, econômico, político e ideológico.

[...] não sei nem se é uma polarização, porque pressupõe dois lados, mas acho que há uma divisão de opiniões em relação aos benefícios que esses projetos podem ter pro estado. Acho que basicamente, digamos que, uma das partes dessa divisão é a questão econômica. Acho que se interpõe muito uma questão entre o ambiente e a economia. [...] Então concordo que sim, há uma polarização! (E18, Jornalista – jornal Zero Hora).

³ Ou ainda, como esta própria pesquisadora divide os atores em conflito entre “adeptos do desenvolvimento” e “críticos à silvicultura”.

De acordo com os interlocutores as polaridades são legítimas dentro de um conflito. No conflito ambiental da silvicultura uma polaridade marcante é: empresa florestadora *versus* MST ou Via Campesina. Porém, as próximas imagens (FIG. 24 e 25) trazem como centralidade o MST/Via Campesina e são observadas sob dois aspectos contraditórios.



FIGURA 24 - Plantios de eucalipto no Assentamento Nhandú, Piratini/RS.
Fonte: AGEFLOR (2008).



FIGURA 25 - Agricultora cortando eucalipto – Fazenda Tarumã, Rosário do Sul/RS. Protesto da Via Campesina, março de 2007.
Fonte: Via Campesina (2007).

As figuras acima demonstram a fluida polaridade do conflito. A FIGURA 24 mostra o engenheiro agrônomo do Ministério do Meio Ambiente junto aos agricultores assentados do Assentamento Nhandú, em Piratini/RS. A FIGURA 25 foi uma das imagens divulgadas no protesto contra a silvicultura de eucaliptos da Via Campesina em março de 2007, na Fazenda Tarumã, pertencente à empresa florestadora Stora Enso.

Porém, qual o propósito da AGEFLOR ao divulgar a imagem dos assentados realizando plantios de eucalipto em assentamentos do MST se não o de mostrar que a silvicultura também está sendo realizada pelos assentados. No entanto, na FIGURA 25, a ação das camponesas que realizaram os protestos cortando eucaliptos na Fazenda Tarumã é vista pelos “adeptos do desenvolvimento” como vandalismo. As duas imagens demonstram as (des)legitimações a partir dos mesmos atores sociais.

➤ **Metade Sul**

O processo de desenvolvimento da “Metade Sul” é um dos pontos centrais do conflito ambiental configurado no RS e destacou-se em diversos momentos na fala dos interlocutores. O ponto em comum no discurso dos atores era o reconhecimento de que a região apresenta baixo desenvolvimento econômico e social. Porém, as divergências sobressaiam-se quando os atores vislumbravam diferentes alternativas para o desenvolvimento da região. Conforme os “adeptos do desenvolvimento”, a atividade de silvicultura poderia ser a solução para o

desenvolvimento na região, no entanto, para os “críticos à silvicultura” haveria outras atividades como a própria retomada econômica da pecuária como alternativa à silvicultura.

Quando era perguntado aos interlocutores sobre o que conhecia do desenvolvimento da “Metade Sul”, geralmente em suas respostas se destacavam as seguintes palavras: atrasada, retrógrada, crise, fracassada, estagnada. E relacionadas à ideias de: não desenvolvida, não modernizada, baixa produtividade do gado, incerteza econômica, más condições sociais, latifúndio e crise da produção.

A minha visão é assim: silvicultura se faz no Rio Grande do Sul há mais de 100 anos, não é uma novidade, [...] essa proposta, do estado, de que viriam grandes empreendimentos pra Metade Sul, essa proposta de desenvolvimento, porque é uma região estagnada [...]. Eu acho que existem outras atividades muito mais impactantes do que silvicultura. (E30a, Bacharel em Ciências Contábeis – Amigos da Floresta)⁴.

O Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (GRIMAD, 2008), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolveu o trabalho “Desenvolvimento na Metade Sul do Rio Grande do Sul: sistemas de relações, mecanismos e dinâmicas socioambientais”, cujos resultados demonstram que a ineficiência das políticas públicas implantadas na região pode ter influência na desaceleração econômica da região, decorrentes de baixa disponibilidade de recursos financeiros para as melhorias em infraestrutura, falta de apoio técnico; falta de planejamento (implementação aleatória e desordenada de assentamentos de reforma agrária sem infraestrutura e sem planos de desenvolvimento rural); inadequação das ações propostas (incentivo às atividades econômicas e produtivas que acentuaram as disparidades sociais, com impactos pífios na geração de riqueza como o *reflorestamento* de essências exóticas que trouxe populações de outras regiões e deu origem a “favelas rurais”); políticas sociais restritivas (grande parte das ações sociais é do tipo “compensatórias” e assistencialistas como, por exemplo, os programas de cestas básicas e bolsa-escola). Pode-se averiguar que alguns dos resultados constatados pelo GRIMAD fizeram parte do que foi relatado nos depoimentos dos atores.

Um dos questionamentos mais presentes nos discursos por parte dos interlocutores “críticos à silvicultura” era sobre o papel do governo do estado e também das empresas florestadoras quanto a “levar o desenvolvimento às regiões atrasadas”. Segundo estes interlocutores o governo do estado e as empresas florestadoras vivem a lógica do capital e, portanto, partem do princípio que a “Metade Sul” ainda não passou pelo processo de

⁴ A entrevista 30 – ONG Amigos da Floresta teve duas interlocutoras, assim, encontrar-se-á no texto discursos pertencentes à E30 (a) e E30 (b).

modernização. Para Almeida (1998, p.37), a fronteira entre modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara.

A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; o segundo se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. A modernização é um processo e o desenvolvimento uma política.

Uma dúvida levantada pelos “críticos à silvicultura” era quanto à participação da sociedade na tomada de decisão por políticas públicas voltadas ao processo de desenvolvimento da região. Dentro deste contexto os questionamentos eram os seguintes: o agricultor/produtor do Pampa, que vive de sua agricultura de subsistência e/ou da criação de gado, dentro da sua realidade sociocultural, quer trocar suas atividades tradicionais por outras atividades econômicas?

➤ **Florestamento, Reflorestamento e Deserto Verde**

Os termos florestamento, reflorestamento e deserto verde são comumente utilizados pela sociedade e pelos meios de comunicação social para referir-se à atividade de silvicultura. Porém, a adoção destes termos configurou um embate específico, presente principalmente na arena científica e na arena dos grupos contestatórios à silvicultura. O debate se atém na especificidade da definição de cada termo e no que a utilização destes termos nos discursos pode representar no conflito ambiental.

As expressões “florestamento”, “reflorestamento”, assim como também “deserto verde” estão carregadas de significações retóricas e metafóricas, e são utilizadas para legitimar ou deslegitimar a atividade de silvicultura, dependendo de que posição está o ator social que fala. Da arena científica um discurso representativo que se atém nas seguintes questões:

Quando eu digo reflorestamento significa eu fazer de novo. Então reflorestamento significa eu fazer uma floresta num lugar que eu já tinha uma floresta e por algum motivo, não importa, exploração antrópica ou por sistema natural de plantio de árvores, essa floresta se foi. Então quando eu começo a reconstituir esse ambiente com plantio de árvores, então eu estarei reflorestando. [...] floresta, florestando, significa que uma floresta é um sistema complexo. Não é plantar árvore e dali uma meia dúzia de anos colher as árvores. Uma floresta é um ecossistema, ou um conjunto de ecossistemas composto de “n” extratos flóreos, com uma gama grande de espécies, ela é biodiversa, ela não é biohomogênea. E ela tem uma flora e uma fauna adaptada exatamente a essa variabilidade. Então, o que nós temos no estado do RS, embora muitos continuem insistindo. Mas já faz alguns anos que em todo o lugar que a gente vai, a gente faz questão de trazer esse conceito. Não é reflorestamento! Não é nem ao menos florestamento! O que nós temos aí é lavoura de árvores. É silvicultura. É um processo de lavoura. (E4, Bióloga - FZB).

Dentro da dinâmica de perguntas uma das questões do roteiro de entrevista versava sobre esse ponto: o que o interlocutor entendia pelos termos florestamento e reflorestamento. A pergunta subsequente era direcionada a forma mais correta de referir-se aos cultivos de eucaliptos. As respostas mais comentadas foram lavoura de eucaliptos, eucaliptocultura, deserto verde, cultivos de arbóreas, cultivos arbóreos, plantações de árvores, plantios arbóreos, maciços homogêneos, monocultivo arbóreo, monocultivo de eucalipto, monocultura de eucalipto, arboricultura, silvicultura, silvicultura de eucalipto, plantações de árvores exóticas, plantações florestais, cultivos de eucalipto, entre outros termos.

Geralmente os termos mais técnicos como arboricultura, silvicultura, eucaliptocultura, plantações florestais provinham do campo científico, seguidos da alegação: “assim como eu tenho orizicultura, como eu tenho sojicultura é uma cultura que tu está fazendo” (E4, Bióloga - FZB) ou “como uma lavoura de soja ou de milho só que é de mais longa duração” (E1, Engenheiro Agrônomo – Faculdade de Agronomia/UFRGS).

Os representantes dos movimentos sociais quando perguntados sobre o que representava os termos florestamento e reflorestamento, realçaram os mesmos aspectos ressaltados pelo campo científico. No entanto, enfatizaram que o termo adequado ao referirem-se às atividades de silvicultura deveria ser “deserto verde”, “monocultivo de eucalipto” ou “monocultura de arbóreas”.

A denominação “deserto verde” foi primeiramente adotada por organizações ambientalistas para descrever as imensas áreas cobertas por eucaliptos no Espírito Santo e na parte sul da Bahia. Posteriormente, ela passou a ser incorporada também ao discurso dos movimentos sociais do Sul do Brasil.

[o que seria deserto verde?] Uma extensa área de vários quilômetros quadrados, onde o único tipo de vida existente é o eucalipto, não tem nem um tipo de animal, não tem nem formiga sequer e não tem nenhum tipo de planta e tá a cada dia secando mais a água existente na redondeza. (E3, Historiadora - MST).

Porém, a jornalista chama a atenção para a incoerência do termo “deserto verde”:

[...] fomos até as plantações que eles chamam de deserto verde, o que já é uma incoerência, um paradoxo, porque deserto não pode ser verde! (E6, Jornalista – TV COM).

No entanto, as empresas florestadoras estão adotando os termos mais técnicos ao falar de silvicultura de eucalipto, adequando-se ao debate e também à ação judicial que os impediu de utilizar os termos. A utilização das expressões florestamento ou reflorestamento acabava por legitimar em certos pontos a polêmica que gira em torno da silvicultura na sociedade, principalmente no que tange à relação estreita entre os termos floresta e biodiversidade.

Contudo, é exatamente esta estreita relação que os movimentos contestatórios tentam abolir reiterando, os termos florestamento e reflorestamento em suas “cartilhas”⁵.

Eu acho que floresta nada tem a ver com monocultivo, né. Floresta pra mim está ligada a policultura, a diversidade. E acho que esse termo é um termo enganoso, que esconde numa cortina de fumaça atrás pra uma sociedade extremamente urbanizada que não tem acesso a informações do que é o campo e fica aceitando bem que estão florestando o campo. (E23, Agricultora – Via Campesina).

Pergunta para qualquer cidadão urbano é melhor plantar árvores ou campo? Ele vai dizer árvore! É que a percepção de ecologia dele é árvore. (E1, Engenheiro Agrônomo – Faculdade de Agronomia/UFRGS).



Tanto na FIGURA 26 quanto a 27, os motes centrais trazem a biodiversidade, entretanto, na FIG. 26 a biodiversidade apresentada compartilha espaço com o eucalipto. A FIGURA 27 demonstra o contraponto tão criticado pelos movimentos sociais, de que a expansão da silvicultura de eucalipto – “Deserto verde” -, causaria à biodiversidade. O ponto de união destas duas imagens está ao trazer à tona a participação da sociedade que tem a responsabilidade de decidir o seu futuro.

⁵ Segundo Ruschi (1995), do ponto de vista biológico os eucaliptais são inferiores a outros “reflorestamentos” devido a sua homogeneidade e menor biodiversidade. Assim, o uso conceitual do termo floresta para os cultivos de eucalipto seria equivocado, embora continue sendo utilizado principalmente pelos meios de comunicação. “As plantações, assim como as florestas, compõem-se de árvores, mas ambas são radicalmente diferentes. Uma floresta é um sistema complexo, que se auto regenera e que possui solo, água, microclima, energia e ainda, ampla variedade de plantas e animais em mútua relação. Uma plantação comercial, ao contrário, é uma área cultivada, cujas espécies e estrutura foram dramaticamente simplificadas para produzir somente alguns produtos, ou seja, madeira, lenha, resina, óleo ou frutas. Diferente do que ocorre nas florestas, em uma plantação as árvores tendem a pertencer a uma reduzida variedade de espécies e idades e requerem uma constante e ampla intervenção humana.” (RUSCHI, Augusto. Boletim do Museu de Biologia “Prof. Mello Leitão”. Santa Tereza, 16.01.1950, pp. 83 a 137 (n.º 1) e 31.05.1976, pp. 34 a 55 (n.º44)).

7.2.4 Sonho/pesadelo ou realidade?

Um dos fatos relatados por uma das interlocutoras chamou a atenção desta pesquisadora durante a realização do campo. Ela relata um “episódio” de sua vida, que em um primeiro momento demonstra um teor quase que tragicômico, mas que acaba por retratar o quanto o tema da silvicultura de eucalipto mexe com os ânimos dos atores envolvidos no conflito ambiental. Convém mostrar o fragmento deste discurso e após relatar as suas nuances e seus porquês.

Não. O que eu vi foi assim ó. A população **ama** a Aracruz, os funcionários são orgulhosíssimos de trabalhar lá. E eles [Aracruz] fazem um trabalho no entorno [população] em termos, social e cultural bem preciso tá. Agora a questão ambiental eu não tenho elementos. Agora pelo o que falam, eu achei assim que a coisa não era tão **demoníaca** quanto os ambientalistas falam. Porque essas pessoas se tomaram de **raiva** por mim, assim a ponto de... Não. Eu vou te falar... Sério! A minha pressão subiu e eu passei muito mal. Porque assim, eu fui **torpediada** de uma forma tão grande com emails e comentários, me **ofendendo** de uma maneira que eu cheguei a **sonhar** com aquelas loucas da Via Campesina correndo atrás de mim, querendo me **queimar** viva na praça da Alfândega numa **fogueira de eucalipto**. Juro! **Sonhei, sonhei** não, tive um **pesadelo**! Bah, passei muito mal. Eu trabalho em rádio já faz 25 anos e... [E como foi tua posição quanto a isso? Porque eu vi comentários de pessoas e fiquei pensando qual será a posição dela, será que ela está respondendo publicamente a isso?]. Mas no primeiro dia eu, imbecilmente falei que tinha ido na Aracruz. [falaste no programa?]. No programa normal e falei que fui e que fiquei **impressionada** com a maneira com que eles tratam. Assim espontaneamente. Ninguém me pediu pra eu fazer isso. Porque eu sempre fui assim a vida inteira. Eu sempre me posicionei e quem se posiciona tá sempre sujeito a ter gente que não vai concordar comigo. Sempre tem e é ótimo que tenha. Enfim, mas claro que eu me posicionei no primeiro dia, e aí quando eu vi aquela reação [...]. E aí a gente teve uma reunião com a direção e tal e eu fiquei muito assustada. Eu em 25 anos de carreira sempre me posicionei muito **francamente** sobre tudo e mesmo às vezes, de repente, eu estou errada e se eu tô errada eu sou capaz de mudar de opinião. Ainda bem! Entendeu? E aí a gente conversou, eu e a direção, e aí ficou meio que o encaminhamento foi que eu não mais me **posicionasse** sobre a questão. Porque eu me expus de uma maneira que as pessoas, não é que tenham sido muitas pessoas, mas são as pessoas que gritam muito alto, entendeu? Então assim, tu receber 50 emails muito **ofensivos** é ruim, entendeu? Eu sou uma pessoa que vou na **feira ecológica** e compro as coisas ali há anos, sabe?. Meu marido disse “olha vão te jogar um tomate na cabeça, vão te jogar uma laranja na testa” e eu continuei indo. [e lá na feira chegou a acontecer alguma coisa mais? Um embate mais verbal?] Não. Não. Foi tudo por email. É gente que também não tem coragem de chegar, é muito da **argumentação**, era uma argumentação assim **tosca**, sabe? Pelo menos o meu parâmetro é o papo que eu tive com a técnica e com a filha do **Lutz**. E eu penso assim: “pô, se esse troço fosse tão **desgraçado** e **horrível**, a Aracruz, o projeto e tal, o **Lutzenberger** jamais teria se juntado a eles. Não iria”. Então isso pra mim já é um **aval** de que a coisa não é tão **demoníaca**. Existe sim por parte dos **radicais** ambientalistas que me **repudiaram**, uma **demonização** da Aracruz, da coisa em si, é o que eu vi⁶. (E6, Jornalista - TV COM).

O depoimento acima foi dado por uma conhecida jornalista que teve seu nome em voga no conflito ambiental quando em meados de 2007, ela em seu programa de rádio teceu comentários sobre a visita que realizou ao horto florestal Barba Negra, em Barra do Ribeiro/RS pertencente à empresa florestadora Aracruz Celulose S.A.. Essa mesma empresa, na ocasião, era a patrocinadora do seu programa diário de rádio. Esta rádio geralmente está

⁶ Grifos da autora para chamar a atenção dos leitores para o que será analisado posteriormente.

entre os primeiros lugares em audiência em Porto Alegre e região metropolitana atingindo um público de jovens e adultos.

A jornalista comenta que foi *torpediada* com inúmeras mensagens com teor crítico e por vezes, até ameaçador. Como relata este outro interlocutor dizendo-se espantado com a atitude da radialista de fazer tais comentários à empresa.

Até a ____ que é uma mulher digna, séria é uma mulher que fazia um trabalho muito interessante, parece que até o Sarau Elétrico agora tem o patrocínio da Aracruz, é o fim da picada! (E10, Procurador Geral de Justiça – Ministério Público Federal)⁷.

O depoimento acima resume a indignação que os grupos contestatórios à silvicultura demonstraram a partir dos comentários feitos pela jornalista em seu programa de rádio. O discurso destes grupos deixava claro que o ocorrido demonstrava a “cooptação” da jornalista, tida anteriormente como “aliada” por defender as causas ambientais. Segundo estes grupos, a empresa Aracruz Celulose S.A., a partir do patrocínio de um dos programas de rádio mais ouvidos no RS, demonstrava uma “jogada de marketing espetacular”, como afirma E10 (Procurador Geral de Justiça – Ministério Público Federal), “é uma técnica de marketing cultural, muito bem pensada”.

Porém, a escolha deste depoimento vai em direção de compreender o que está em jogo no conflito, quais as palavras, quais as retóricas, quais as metáforas que estão representadas na dinâmica das disputas. A questão aqui não é a de verificar o que está correto ou não e sim a de apresentar os elementos que estão em jogo. Assim, observaram-se os seguintes elementos:

- a jornalista ao comentar sobre os ambientalistas os qualifica de “radicais” e “xiitas”, fazendo uso de recursos simbólicos;
- ao referir-se à atividade de silvicultura de eucalipto utilizou-se de substantivos como “demoníaca”, “desgraçado” e a adjetivação “horrrível”; averigua-se a utilização de alguns motivos retóricos;
- sonho, pesadelo e realidade: os sonhos são sequências de pensamentos, de ideias vagas, mais ou menos agradáveis, mais ou menos incoerentes, às quais o espírito se entrega em estado de vigília, geralmente para fugir à *realidade*; o pesadelo é uma agitação ou opressão durante o sono, causada por sonhos aflitivos, ou seja, um mau sonho. A jornalista acaba por reunir em seu sonho/pesadelo elementos da realidade como - mulheres da Via Campesina (protagonistas da invasão ao horto da Aracruz Celulose S.A. em 2006) e Praça da

⁷ O nome da radialista foi retirado do depoimento resguardando a identidade da interlocutora.

Alfândega (praça simbólica aos gaúchos, onde ocorre à feira do livro, localizada no centro de Porto Alegre) com elementos metafóricos como “queimar viva” e “fogueira de eucaliptos”.

Vale ressaltar que a referência da jornalista à “fogueira de eucaliptos” se assemelha muito a um conflito recente no cenário gaúcho, em torno dos organismos geneticamente modificados (transgênicos), que por sinal foi citado por diversos interlocutores. Nesse conflito sobre os “transgênicos” destacaram-se dois episódios em torno do que se passou a chamar de a “ameaça da fogueira”.

O trabalho realizado por Menasche (2003) relata estes episódios. No primeiro, um grupo de agricultores em protesto ateou fogo em uma lavoura de soja transgênica no município de Jóia/RS. O segundo episódio realizou-se quando a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, determinou a queima de 300 pés de arroz geneticamente modificado do experimento do Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), no município de Cachoeirinha/RS. Assim, a “ameaça da fogueira” teve repercussão nas diversas arenas do conflito, a partir destes dois episódios isolados. Porém, o que Menasche (2003) contesta em sua tese é que a “ameaça da fogueira” generalizou-se na sociedade a partir da mídia, ou seja, a tensão quanto a possíveis novos fatos foi incitada e construída pela mídia.

A metáfora da fogueira perpassa a temporalidade dos diversos conflitos e adapta-se bem aos elementos reais (cotidiano) e fantasiosos (sonhos/pesadelos) do conflito em torno da silvicultura de eucalipto. Já dizia Hannigam (1995), os problemas não se auto-materializam, eles são socialmente construídos.

Existem elementos neste discurso que ao serem comentados tentam legitimar a atividade de silvicultura e também o porquê da visita da jornalista à empresa Aracruz Celulose S.A.. Como, por exemplo, quando se refere ao engenheiro agrônomo e ambientalista José Lutzenberger⁸, ator social reconhecido internacionalmente por protagonizar lutas ambientais no RS e no Brasil. Outra constatação ocorre na referência à ciência quando comenta “o meu parâmetro é o papo que eu tive com a técnica e com a filha do Lutz. E eu penso assim: “*Pô*, se esse troço fosse tão desgraçado e horrível, a Aracruz, o projeto e tal, o Lutzenberger jamais teria se juntado a eles”.

Outro ponto a ser ressaltado é quando a jornalista tenta legitimar a sua própria trajetória junto aos grupos que agora a criticam, em uma forma de se identificar com os

⁸ Escreveu o livro “Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?” (1980), onde propõe um novo paradigma, um novo esquema mental: “a visão ecológica das coisas”. Lutzenberger era reconhecido por criticar veementemente o “ideal de progresso”.

grupos que no momento estavam se opondo a ela. Assim, ela comenta: “eu sou uma pessoa que vou na feira ecológica e compro as coisas ali há anos”⁹.

No entanto, nota-se que os atores sociais ligados à conservação do meio ambiente incitam seus pares a posicionar-se perante as arenas públicas de debate e ação, porém, quando determinados atores saem da dinâmica interna do grupo contestatório e passam a posicionar-se a partir de outros argumentos, como atores que se encontram em uma posição não-polar, tendem a ser rechaçados e criticados.

Esse tipo de estratégia expressa a essência da dinâmica da vida política, entendida como arena em que grupos com valores e interesses diversos buscam persuadir outros grupos a respeito da relevância e da universalidade de suas demandas e interesses. (FUKS, 2001, p.43).

7.3 ESQUEMAS PERCEPTIVOS DE ARGUMENTAÇÃO

Outra forma de se analisar o conflito ambiental em torno da silvicultura de eucalipto no RS é através dos esquemas argumentativos. Estes, segundo Fuks (2001), são pacotes interpretativos cujos elementos contribuem para a finalidade exclusiva de propor uma determinada compreensão de um assunto público.

Através dos esquemas argumentativos pode-se observar a dinâmica por meio da qual se organizou e evoluiu o debate público em torno do conflito ambiental. De maneira geral, um “esquema argumentativo é constituído por ideias-chave, metáforas, frases de efeito, referências a princípios morais, imagens visuais que servem como guias gerais de como pensar e o que fazer a respeito de um assunto público” (FUKS, 2001, p.125).

As versões existentes nas distintas arenas públicas do conflito podem ser interpretadas pelos esquemas argumentativos que são constituídos por dois mecanismos (FUKS, 2001, p.60):

- por meio de metáforas, exemplos históricos e imagens visuais - sugere como pensar o assunto;
- versa sobre as causas, consequências e apelos morais - indica o que deve ser feito a seu respeito.

⁹ A “feira ecológica” que a interlocutora comenta é a “Feira Ecológica da Coolméia” que acontece há mais de 30 anos, aos sábados no Brique da Redenção em Porto Alegre/RS.

Nesse trabalho optou-se por utilizar esses esquemas de uma forma mais abrangente, fazendo assim uma adaptação deste recurso, passando a referir-se a esquemas perceptivos de argumentação. Estes foram elaborados a partir dos conteúdos dos discursos dos atores sociais em distintas arenas, onde basicamente a dinâmica se comporta semelhantemente: os atores sociais sustentam versões polarizadas sobre o conflito, se utilizando de diferentes estratégias para buscar legitimação de suas visões de mundo.

A percepção no conflito ambiental “é mais do que simplesmente uma função de poder, depende de um grande número de outros fatores que se relacionam com a cultura e o conhecimento” (HANNIGAN, 2001, p.57), marcando assim os antagonismos do debate em questão. Fuks (2001) e Hannigan (2000) explicam a existência do conflito ambiental a partir da construção de uma percepção social.

Como ressaltado anteriormente, os esquemas perceptivos argumentativos têm o intuito de contextualizar o debate que está sendo gerado nas diferentes arenas do conflito. Optou-se por descrever dois momentos em que basicamente se confrontam os “adeptos do desenvolvimento” e os “críticos à silvicultura”. Apesar do conteúdo destes dois esquemas perceptivos argumentativos, “silvicultura de eucalipto e a geração do desenvolvimento regional” e “conservação ambiental do pampa gaúcho” (TAB. 2), já terem sido destacados neste capítulo, não houve como fugir de uma nova análise, já que é este embate que sustenta o debate público em torno do conflito ambiental.

De certa maneira pensou-se em realizar outros esquemas argumentativos dentro de uma visão de “antes e depois”, ou seja, origem do conflito e atualidade do conflito. No entanto, optou-se em adotar apenas os dois esquemas em função de que os elementos discursivos se mantêm na temporalidade das arenas do conflito.

Assim, a partir da percepção dos interlocutores e também de reportagens veiculadas na mídia entre os anos 2005 e 2009, foi possível observar que a maioria dos argumentos citados gira em torno de uma oposição entre conservação do meio ambiente e crescimento econômico. O confronto destes argumentos é o cerne do conflito e também o ponto de partida para a elaboração do esquema perceptivo de argumentação demonstrado na TABELA 2.

TABELA 2 - Esquema perceptivo de argumentação sobre o conflito ambiental em torno da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do RS.

NÚCLEO	ESQUEMA PERCEPTIVO	
	Silvicultura de eucalipto e a geração do desenvolvimento regional	Conservação ambiental do pampa gaúcho
Núcleo do Argumento	A região da “Metade Sul” do RS apresenta baixo nível de desenvolvimento. Com economia desacelerada, baixo IDH, os municípios dessa região apresentam os menores PIB's se comparados à Metade Norte do estado, sem alternativas produtivas de geração de renda e emprego. A silvicultura de eucalipto torna-se a solução para esta região e irá trazer benefícios a esta população tão sofrida com estes problemas sociais.	Os monocultivos de eucaliptos implantados (ou que serão) na “Metade Sul” degradarão ambientalmente o bioma Pampa. Este bioma não é um “vazio” ambiental. É um bioma de campos, único no Brasil, rico em biodiversidade de fauna e flora, inclui espécies endêmicas e ambientes exclusivos. A expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” poderá acarretar problemas sociais como o êxodo rural e a transformação cultural das práticas sociais do homem do e no campo.
Núcleo da Questão	Desenvolvimento regional da “Metade Sul”.	A “Metade Sul” precisa se desenvolver, mas a que custo ambiental? É necessário políticas públicas para o setor florestal? Por que não investir em outras atividades? Exigência que as atividades econômicas sejam enfocadas em bases do desenvolvimento sustentável.
Núcleo da Posição	Incentivar a implantação de novos cultivos de eucalipto para gerar desenvolvimento à população e aos municípios.	Conservação da biodiversidade dos ecossistemas da região do Pampa.
Metáfora/Imagem Visual/Exemplo Histórico	benefício-malefício, positivo-negativo, pobreza-riqueza, vantagem-desvantagem. Imagem dos campos sulinos com cultivos de eucalipto a partir de práticas sustentáveis como, por exemplo, consorciado com girassol, sorgo, abóboras, milho e ainda o gado ovino ou cultivos onde apareçam homens trabalhando, simbolizando novas vagas de emprego que poderão ser disponibilizadas.	Conservação X Desenvolvimento; “herança de tocos de eucalipto”. Imagem dos campos sulinos com diversidade de vegetação e o gado bovino pastejando em contraponto aos mesmos campos com plantios comerciais de eucalipto.
Caracterização/Responsabilização	Empresas florestadoras investimentos na “Metade Sul”; governo do Estado promotor de política pública florestal; população local expectativa de melhoria na qualidade de vida.	Grupos ambientalistas em defesa do meio ambiente e sua conservação; empresas florestadoras implementam os cultivos na “Metade Sul”, compromissados também pela adoção de práticas sustentáveis; governo do Estado incentivos fiscais e também produz documento regulatório à atividade silvicultural.

NÚCLEO	ESQUEMA PERCEPTIVO	
	Silvicultura de eucalipto e a geração do desenvolvimento regional	Conservação ambiental do pampa gaúcho
Causas	Economia desacelerada; baixo índice de desenvolvimento humano regional.	Eossistemas fragilizados do ponto de vista ambiental. Bioma Pampa único no Brasil.
Consequências	Desenvolvimento: aceleração da economia, geração de empregos e renda, aspectos sociais e culturais, transformações da paisagem regional.	Impactos ambientais no ecossistema do pampa; transformações nas práticas sociais das populações locais da “Metade Sul”.
Princípios	Melhoria da qualidade de vida da população – aspectos sociais; interesses de mercado; interesses político-econômicos do governo do Estado.	Preservação e conservação do meio ambiente.

Fonte: Dados de Pesquisa (BINKOWSKI, 2009), adaptado de Fuks (2001).

7.4 DISCURSO JORNALÍSTICO

A mídia é uma importante ferramenta de construção de subjetividade na sociedade, que constrói e/ou faz ecoar problemas, ao produzir, projetar e legitimar sentidos. (BERGER, 1998, p.44).

Em relação à ideia comentada nos capítulos anteriores e retomada acima através da citação de Berger, os meios de comunicação social funcionam no conflito como uma “caixa de ressonância” que tem o poder de produzir sentidos, projetá-los e legitimá-los. Conforme Hannigan (1995, p.96), “os meios de comunicação social são locais onde se encontram múltiplas visões e diversas abordagens, algumas das quais estão em conflito direto com outras”. A mídia é uma arena pública específica do debate sobre a silvicultura de eucalipto, por intermédio da qual os discursos são visibilizados.

[...] com maior ou menor perplexidade, nos defrontamos com as mutações da imprensa atual: ela não é só porta-voz do social; ela faz o social existir, publicizando-o através da visibilidade de um real. Assim não só o acontecimento cria a notícia como a notícia cria o acontecimento. (BERGER, 1998, p.43).

Assim, a mídia passa a ser utilizada como arena de legitimação dos discursos entre os atores sociais mobilizados no conflito, em que pese à mídia, também deverá expressar o seu próprio discurso. O elemento-chave nessa arena é a linguagem. A linguagem, segundo Maingueneau (1989), não é um simples suporte para a transmissão de informações, mas o que permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes.

Para Berger (1998, p.19), “o jornalismo tem a linguagem como cúmplice de sua produção” e enfatiza que esta concepção abala a prática jornalística, pois se é assimilada, deixa de reivindicar a imparcialidade ou a neutralidade na passagem do acontecimento para o editado e reconhece a notícia como construção de um acontecimento pela linguagem.

Não é possível separar os meios de comunicação social das pessoas que estão por traz deles, no caso, seria negar o “mundo material socializado e dotado de significados” reivindicado por Acsehrad (2004). Estas pessoas apresentam distintas visões de mundo, estas visões são construídas socialmente e, portanto, a dita imparcialidade pode realmente existir apenas como um mito.

Ainda que neutralidade ou imparcialidade sejam bandeiras largamente propagandeadas pela mídia a respeito de si própria, é consenso que tal julgamento não passa da tentativa de construir imaginários idealizados para aceitação e venda de seu produto à sociedade. Tuchman (1978) comenta que os jornalistas podem redefinir os significados simbólicos sociais como parte de sua rotina diária, assim a notícia é gerada a partir de significados simbólicos. Fausto Neto (1994) explica que o processo de construção da realidade não é inteiramente livre, que o jornalista não é um mero observador e que as notícias não emergem livremente dos acontecimentos do mundo real.

[...] as notícias acontecem na conjugação de acontecimentos e textos. [...] Evidentemente que as notícias correspondem a índices do real, porém os procedimentos estratégicos adotados pelo jornalista para narrar fazem com que eles não sejam livres para escolher as formas: as narrativas são elaboradas através de metáforas, exemplos, frases feitas e imagens, ou seja, símbolos de condensação. Fórmulas antigas são reatualizadas, transformam acontecimento em notícias. [...] Portanto, os procedimentos estratégicos de construção da notícia são anteriores à voluntariedade do jornalista. São as “rotinas produtivas” que condicionam, dentre outras coisas, o chamado exercício profissional, na medida em que estruturam e fazem operar a lógica produtiva da organização informativa. (FAUSTO NETO, 1994, p.330).

A criação de notícias para Hannigan (1995, p.81) “é tratada como um processo de colaboração em que os jornalistas e suas fontes negociam histórias”. O autor complementa que “uma limitação final dos relatos ambientais a curto prazo é o papel e influência dos editores de notícias”. Sempre com atenção à circulação e aos números das audiências, os editores preferem histórias que representem controvérsia e conflito. Em consequência disso, o cuidado por vezes dá lugar ao sensacionalismo.

Além disso, os editores têm mais tendência a serem sensíveis a pressões exteriores de conselheiros associados e outros poderosos apoiadores do *status quo*. Os repórteres sabem disso, e na ocasião podem modificar ou deliberadamente desprezar histórias significativas que envolvem maus procedimentos ambientais (FRIEDMAN, 1983 *apud* HANNIGAN, 1995).

Exemplo comum disso é o “ângulo” que uma notícia pode conter. Para Hannigan (1995, p.83) “os ângulos da notícia são dispositivos organizacionais que ajudam o jornalista e o público a formar um sentido das questões e acontecimentos e através disso injeta-lhes um significado”. Esses ângulos podem ser influenciados diretamente por razões externas como a eficiência ou até mesmo de adequação da história.

O objetivo de um jornalista ao escrever seu texto é se “fazer crer”, assim como os atores sociais mobilizados no conflito também partem desta premissa e, portanto, o que está em jogo entre estas arenas é a credibilidade que, por conseguinte, será avaliada pelo leitor. Ao passo que esta relação de credibilidade entre interlocutor e jornalista representa a aceitação

por parte do jornalista da legitimação do discurso do interlocutor na arena midiática, que no caso mais específico neste trabalho se deu através dos jornais. Os jornais foram o meio de comunicação social que mais estiveram presentes no conflito em torno da silvicultura de eucalipto no RS através da anunciação de notícias.

Berger (1998, p.24) chama a atenção que “a imprensa não produz apenas um tipo de discurso, mas que existem diferentes tendências que serão influenciadas pelas condições sociais e institucionais de onde a notícia é produzida”. A autora ressalta que só a observação do funcionamento do discurso de um jornal e suas condições de produção permitirá descrever o tipo informativo deste jornal, antes disso, pode-se dizer que o discurso dele é híbrido. Portanto, se o discurso ainda não foi reconhecido, esse discurso híbrido recai nas características gerais do discurso midiático: ele é público, institucionalizado e legitimado para as transmissões do saber cotidiano.

No intuito de se conhecer o discurso que a mídia gaúcha apresenta sobre o conflito analisou-se reportagens do jornal Zero Hora, entre os anos de 2005 e 2009. A opção pela Zero Hora se deu em função de ser um jornal de grande circulação no Rio Grande do Sul e também em âmbito nacional. Esse jornal pertence ao grupo RBS e é considerado um jornal de “referência” no estado. Berger (1998, p.47) explica porque à Zero Hora é um jornal de referência:

[...] por pertencer ao grupo RBS que possui o canal de televisão afiliado à Rede Globo e, assim, detém um dos componentes de dominância no cenário da comunicação no Brasil. A questão, nestes jornais de referência dominante, é observar como chegam a se institucionalizar. No caso de Zero Hora, no processo de anulação da concorrência, transformando-se em “o jornal gaúcho” cujo poder está mais na condição de poder-dizer do que no próprio dizer. Logo, na enunciação, mais que no enunciado, tendo conquistado o status de “a fonte da informação”, mediando, assim, o acesso dos leitores gaúchos à realidade.

Assim, elaborou-se um quadro cronológico das reportagens divulgadas entre o período de novembro de 2005 a junho de 2009 com a identificação da data e do título destas notícias. Esta linha cronológica demonstra ao leitor quais foram às notícias divulgadas, qual a frequência delas e a centralidade dos assuntos abordados. Apesar dos *leads* não estarem presentes neste quadro, eles foram analisados no intuito de averiguar qual a abordagem dada a cada notícia. Cabe retomar a definição de *lead* comentada no capítulo 5: é uma expressão inglesa que significa “guia” ou “o que vem à frente”. Em jornalismo, trata-se da primeira

parte de uma notícia que normalmente é destacada e pretende fornecer informações básicas sobre o assunto, oferecendo uma prévia do fato noticiado¹.

Se ainda se percebe a Zero Hora com um discurso midiático híbrido, pautado no “ele é público, institucionalizado e legitimado para as transmissões do saber cotidiano”, verificar-se-á então se esse discurso jornalístico se mantém após a análise das reportagens sobre o conflito da silvicultura de eucalipto.

<u>Data</u>	<u>Título da Notícia</u>
2005	
24 de novembro	O verde mudará a Metade Sul
2006	
09 de março	Fronteira volta a ser liberada
	Destruição: ameaça ao investimento de US\$ 1,2 bilhão
	Ação Violenta do MST ameaça investimento de US\$ 1,2 bi no RS
10 de março	Ataque em Barra do Ribeiro teve origem em orientação do Exterior
11 de março	Caminhada contra o vandalismo
	Vandalismo
13 de março	MP quer descobrir o cofre da Via Campesina
15 de março	Paraguaios participaram de destruição na Aracruz
	MP pede ônibus como seguro por danos à Aracruz
	Levantamento preliminar da Aracruz estimou em US\$ 6,7 milhões os prejuízos da destruição do centro de pesquisa
17 de março	Estrangeiro teria liderado invasão
	MST quer plantar eucaliptos
22 de março	Suspeitas de ação na Aracruz são ouvidas
23 de março	Sete razões para investir no Rio Grande
	Polícia faz devassa em entidade de agricultoras
	Indústria fará ação judicial
24 de março	MP denuncia 37 hoje por ataque à Aracruz
25 de abril	Questão Agrária: no rastro do dinheiro do MST
05 de junho	Argentina ao ataque na guerra das papeleiras
29 de junho	Estado será sede da nova fábrica da Aracruz

...continua

¹ Vale salientar que foram utilizadas apenas as notícias que saíram em edições do jornal semanal e não as de final de semana (sábado e domingo).

30 de junho	Guaíba já sabia Polo Florestal: galhos estendidos ao Sul
19 de julho	O novo retrato do Pampa: as mudas da nova era industrial
20 de julho	O novo retrato do Pampa: Campos ganham novos tons
31 de julho	Florestamento plantio de eucaliptos ocupa 390 mil hectares e muda economia local
21 de novembro	Florestas: Estado é prioridade para fabricante de celulose – Stora Enso tem capacidade de produção anual de 16,4 milhões de toneladas de papel em 40 países onde atua
22 de novembro	Metade Sul: demora na licença pode interromper florestamento / fábricas de celulose avaliadas em US\$ 4 bi Madeeiiiraaa!! Vitória uruguaia na guerra da celulose
24 de novembro	Meio Ambiente / Helsinque Ambiente 2 / Zoneamento Aracruz fornecerá madeira para a dinamarquesa Scanco
20 de dezembro	Zoneamento ambiental será conhecido hoje
2007	
05 de janeiro	Justiça à procura de 25 réus do caso Aracruz
21 de fevereiro	Frio, fé e protesto Romaria da Terra uniu religiosidade e críticas à expansão da atividade de florestamento no Estado
07 de março	Questão Agrária: Eucaliptos sob ataque
09 de março	Florestamento, caminho do crescimento Protesto e apoio ao eucalipto
14 de março	Algumas questões sobre a Metade Sul
15 de março	Assentados plantaram e destruíram eucaliptos
16 de março	MST e eucaliptos: Votorantin diz que INCRA estimulou destruição
16 de abril	Na fila há quatro meses Fepam um órgão emperrado
28 de maio	O pampa ameaçado
29 de maio	Impasse florestal: Esforço para destravar licenciamentos
11 de junho	Vaivém no preço da terra na Metade sul Zoneamento em discussão
12 de junho	Florestamento: Pressão por menos rigidez da Fepam
31 de agosto	Aracruz amplia investimentos para a infraestrutura no RS

...continua

12 de setembro	Sem-terra marcham até coqueiros / por que as florestadoras?
17 de outubro	Oito são presos em ataque na Campanha
14 de novembro	Liminar reaviva polêmica
12 de dezembro	Florestadoras pedem limites na interferência
	Votorantin define fábrica até junho
2008	
30 de janeiro	Desenvolvimento: Novo ânimo para reduzir a faixa de fronteira
19 de fevereiro	Desenvolvimento: Yeda leva nova agenda a Brasília Área de fronteira
	Fronteira 2
20 de fevereiro	Agenda recheada
22 de fevereiro	Redução de fronteira é aprovada
05 de março	Invasoras com face oculta
	Tumulto marca invasão de área de eucaliptos
06 de março	Limite ultrapassado
	Direito de ir e vir
	MST bloqueia 8 rodovias gaúchas
07 de março	Mulheres comandam protesto
28 de março	Fronteira
30 de março	A Metade Sul depois da floresta
15 de julho	Empresas: Obra de processamento de madeira na Aracruz criará 1,5 mil vagas / Gaúcha ganha disputa contra multinacionais
22 de julho	Florestamento governo age para reverter posição militar / lei atrasa projeto estrangeiro
05 de agosto	Municípios do Sul traçam plano de desenvolvimento
06 de agosto	Entidades recorrem à Justiça contra a Fepam
07 de agosto	VCP pode assumir Aracruz e se tornar gigante da celulose
21 de agosto	Aracruz começa ampliação em Guaíba
23 de agosto	Limites polêmicos: “Desenvolvimento na Metade Sul não tem a ver com a Fronteira”
25 de agosto	O avanço do eucalipto: economia adubada
26 de agosto	O avanço do eucalipto: polêmicas semeadas

...continua

27 de agosto	Celulose: falha da Fepam ameaça atrasar obra da Aracruz
28 de agosto	O avanço do eucalipto: cultivo de oportunidades
16 de setembro	Aracruz dá primeiro passo de obra em Guaíba
31 de outubro	Votorantin e Safra criam nova gigante da celulose
	Aracruz liquida posições de derivativos
	Fábrica reduzirá custo de papeleiras
	Campanha em tempos de Aracruz
2009	
10 de março	Ano vermelho
	Prova de fogo
	Mulheres invadem e destroem plantação
	Crise adia projetos de reflorestamento
	Polícia civil indícia sete sem-terra por danos em Candiota
07 de junho	Eucalipto: projetos podados

QUADRO 2 - Cronologia das principais notícias divulgadas no jornal Zero Hora no período de novembro de 2005 a junho de 2009.

Na cronologia acima foram referidas 92 notícias, desde reportagens de capa na edição do jornal a pequenas notas informativas. De maneira geral, constatou-se que a maioria das notícias estava sobre a égide do “desenvolvimento econômico” para a “Metade Sul” e para o estado, seguidas de outros viéses como a ordem jurídica no conflito, o radicalismo de posições entre os atores sociais e a criminalização de movimentos sociais vinculados aos direitos e deveres dos cidadãos.

Como se pode notar, o mês de março dos anos 2006, 2007 e 2008 tiveram o maior número de reportagens se comparados aos outros meses, quase que a maioria voltada às ocupações ou protestos realizados pelos movimentos sociais contestatórios à expansão da silvicultura de eucalipto. Ademais, observa-se que logo após o mês março nesta cronologia foram veiculadas reportagens com o intuito de reafirmar a região da “Metade Sul” como região prioritária para o estabelecimento dos empreendimentos de cultivos de eucalipto.

Nas notícias que trazem os movimentos sociais como tema central é possível observar que tanto o título quanto o *lead* apresentam palavras como invasão, destruição, ameaça, violência, polêmica, vandalismo, vândalos, polícia.

Berger (1998, p.188) chama a atenção que nos textos da Zero Hora que falam sobre os movimentos sociais do campo, geralmente “há uma divisão entre o contexto (interno) do processo institucional da produção da notícia e o contexto (externo) do processo político que forma o pano de fundo dos fatos sociais”. A autora explicita essa divisão a partir da presença do signo “invadir” (nos títulos e editoriais) em oposição ao signo “ocupar” (na notícia).

Como comentado anteriormente a grande maioria das notícias tinha cunho econômico e/ou político, sendo marcadas por assuntos que continham centralidade na faixa de fronteira, “Metade Sul”, economia, empreendimentos, zoneamento, reflorestamento e desenvolvimento. Não obstante, no título e no *lead* destas notícias eram observadas referências a estimativas econômicas. Cabe chamar a atenção que em nenhum momento foi averiguada a referência ao termo desenvolvimento sustentável, que tantas vezes esteve presente nos discursos dos grupos ambientalistas, movimentos sociais e empresas florestadoras.

O jornal Zero Hora refere-se à silvicultura de eucalipto como florestamento e reflorestamento, apesar de toda a controvérsia pública em torno desses termos. Outro ponto que chama a atenção é a referência em algumas reportagens ao termo “papeleiras”. Esse termo tem sido contestado por alguns atores sociais mobilizados no conflito, em função de que não se pode denominar as empresas florestadoras dessa forma, já que a fábrica da Aracruz Celulose S.A. e as possíveis fábricas que se estabelecerão no estado são/serão de produção de celulose e não de papel.

Mesmo que o ponto de análise das notícias tenha sido o conteúdo dos títulos e dos *leads*, observou-se que as imagens visuais eram carregadas de símbolos como, por exemplo, uma agricultora em protesto cortando um eucalipto com um machado ou ainda fotos que mostram como se deu a destruição do horto da Aracruz Celulose S.A. em Barra do Ribeiro. Sabe-se que as imagens têm um grande poder de persuasão junto ao público leitor e que podem auxiliar na legitimação de certos discursos.

Moirand (1997, p.43) comenta que “o efeito de dramatização produzido pela informação colocada em imagens, mais intenso do que o gerado a partir do discurso, pode ser melhor apreendido tomando em conta que enquanto esquemas, gráficos e mapas atingem mais diretamente o cognitivo, filmes e fotos reforçam o emotivo”. Nesse sentido, as imagens podem ser entendidas como uma das características da lógica de funcionamento do campo jornalístico.

Uma das questões do roteiro de entrevista indagava sobre o grau de eficiência na formação de opinião pública, em uma escala de zero a dez, e as respostas não foram nada surpreendentes, sendo que aquelas mais frequentes situaram-se entre 8 e 10.

No âmbito institucional o jornal Zero Hora já havia sido caracterizado e a partir das constatações sobre o seu discurso jornalístico, pode-se considerá-lo como uma “caixa de ressonância” dos acontecimentos ocorridos no conflito ambiental. No entanto, chama-se a atenção que determinados posicionamentos e argumentos parecem não ressoar com a mesma intensidade do que outros e que pode ter havido a possibilidade de um “mascaramento” no ângulo dado à notícia, que acaba por encobrir a diversidade de nuances desse debate.

8 CONCLUSÕES

O conflito ambiental em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul confirma-se enquanto problema ambiental no cenário gaúcho, pois tem estimulado a atenção dos meios de comunicação social, abarcado políticas públicas de governo e envolvido interesses de um significativo número de atores sociais.

Uma das bases conceituais para a análise reside nas considerações de Acelrad (2004) ao abordar o conflito ambiental a partir de dois espaços: o da apropriação material e como espaço simbólico de lutas. No primeiro espaço identificaram-se os principais atores sociais mobilizados no conflito e seus respectivos discursos na arena pública de debate, bem como as capacidades de acesso desses atores aos recursos materiais, constatado a partir de suas trajetórias históricas e suas posições na arena do conflito.

O segundo espaço analisado foi o espaço simbólico de lutas construído a partir das diferentes estratégias discursivas, argumentativas, dos esquemas visuais e dos planos retóricos utilizados pelos atores sociais para legitimarem suas opiniões, seus pontos de vista sobre conflito ambiental.

Os resultados da análise tanto em um espaço quanto em outro apontam para uma constante busca pela legitimação social de diferentes lógicas de apropriação do mundo entre os atores sociais em disputa. Considera-se que essa busca permeia todos os espaços públicos de ação e debate e é, portanto, elemento-chave da análise.

Assim, em relação à *primeira hipótese* de trabalho confirma-se a existência de dois polos antagônicos, que por sua vez apresentam diferentes dinâmicas e estratégias de legitimação de distintas lógicas. De um lado encontram-se atores sociais que legitimam os seus discursos através do argumento centrado no “desenvolvimento econômico”, denominados aqui de “adeptos do desenvolvimento”. Esses atores argumentam que os novos cultivos de eucalipto implantados na “Metade Sul” trarão desenvolvimento econômico para esta região, traduzido como mais emprego, aumento do PIB dos municípios, melhoria da infraestrutura de estradas e rodovias, em suma, contribuições que provocariam melhorias na qualidade de vida da população. Portanto, esses atores convergem para um discurso voltado à dimensão socioeconômica.

No outro polo, o dos “críticos à silvicultura” estão os grupos que contestam o estabelecimento de novas áreas de cultivo de eucalipto na “Metade Sul”, defendendo a

conservação ambiental do bioma Pampa e alertando para os possíveis impactos socioculturais como o êxodo rural e a ruptura da identidade do gaúcho.

Porém, há um elo envolvendo os atores sociais no conflito, ligação esta que se estabelece através da ideia de desenvolvimento da “Metade Sul”. O confronto se acirra quando os grupos expõem suas diferentes concepções e práticas sobre a noção de desenvolvimento. Em um primeiro momento, todos os atores envolvidos parecem estar em consenso, visto que todos falam em potencializar e contribuir para o desenvolvimento regional da “Metade Sul”. Contudo, observa-se que este aparente consenso se dissolve no ar a partir do momento em que se começa a discutir como potencializá-lo. E, não obstante, são comuns discursos que tenham como centralidade o desenvolvimento enquanto sinônimo de “progresso”.

No entanto, a polarização entre ideias de desenvolvimento *versus* ideias de conservação não é tão bem recortada e delineada ao longo do conflito, pois existem atores sociais com pontos de vista que não se encontram tão polarizados. Estes podem agregar tanto ideias de desenvolvimento quanto de conservação ambiental aos discursos. Desse modo, a polarização existente é fluida e plástica e será moldada a partir da posição e da visão escolhidas pelos atores sociais em disputa.

A polarização “desenvolvimento econômico” *versus* “conservação ambiental” é retomada quando se busca responder à *terceira hipótese* desta dissertação, onde se afirma que esta polarização é característica intrínseca nas disputas dos conflitos ambientais nas últimas décadas no cenário gaúcho. O conflito em torno da expansão da silvicultura de eucalipto configura-se como uma continuidade destas antigas disputas, marcadas, sobretudo, pelos mesmos grupos e atores sociais representativos: organizações econômicas, grupos ambientalistas, movimentos sociais e o governo do estado. E é nesse sentido de continuidade que os grupos contestatórios à expansão da silvicultura de eucalipto irão se utilizar de várias conquistas herdadas dos conflitos ambientais anteriores para legitimarem seus discursos. Nesse movimento circular, no sentido da continuidade, os atores sociais tendem a “atualizar com novos argumentos antigas disputas” (FLEURY, 2008, p.180).

O confronto entre estes atores acaba por abrir outro ponto de discussão dentro do conflito: qual o modelo de desenvolvimento a sociedade deve seguir? Este parece ser o mote das estratégias utilizadas pelos grupos críticos para legitimarem os seus discursos, utilizando-se dos argumentos de adoção de um novo “paradigma”, de um novo modelo de desenvolvimento mais sustentável, que leve em consideração os aspectos ambientais, culturais, econômicos e sociais. Quando o assunto é “desenvolvimento sustentável” também

as empresas florestadoras tentam se legitimar através do uso do termo. É comum ouvir dos representantes destas empresas que os movimentos contestatórios são uma “barreira ao ânimo desenvolvimentista” ou reduzem a complexidade de um conflito ambiental a “um simples entrave” em suas atividades econômicas.

Ao adentrar o espaço das estratégias de legitimação utilizadas pelos atores sociais em disputa retoma-se a *segunda hipótese* de trabalho. Durante a análise dos dados de pesquisa, averiguou-se que os atores sociais utilizam-se dos meios de comunicação social e dos argumentos científicos para convencer o público. Estas duas arenas, a científica e a midiática, apresentam um enorme poder de legitimação *na e para* a sociedade. No entanto, percebe-se uma desigualdade de forças nos discursos dos atores sociais veiculados nestes espaços. O polo dos “adeptos do desenvolvimento” apresenta um favorecimento nestes dois espaços de debate, expresso pelos investimentos de pesquisa na área da silvicultura de eucalipto e no discurso midiático em favor da expansão da atividade silvicultural no estado. O favorecimento dentro do conflito ocorre também quando estas duas arenas são acionados em conjunto, ou seja, quando as pesquisas científicas em prol da silvicultura de eucalipto são defendidas/divulgadas nos meios de comunicação social.

As empresas florestadoras têm investido muito em pesquisa, assim como têm realizado parcerias com instituições científicas públicas e privadas. A simples divulgação destas parcerias na mídia legitima certos discursos, tamanho o poder e confiabilidade da ciência perante a sociedade. Através da análise do discurso jornalístico do jornal Zero Hora, averiguou-se que os vieses abordados nas notícias referentes ao conflito ambiental são de cunho econômico e político em prol da expansão da silvicultura de eucalipto no estado. Hannigan (1995, p.71) comenta que os meios de comunicação social, aliados a outras forças como, por exemplo, a ciência, são meios valiosos de legitimação perante o público. Os meios de comunicação social (especificamente aqui o jornal Zero Hora) e o espaço científico passam a ser importantes instrumentos de persuasão aos novos atores no conflito ambiental. Assim, confirma-se a segunda hipótese, na qual se afirmava que o discurso da ciência e o jornalístico (midiático) estão atrelados ao discurso econômico relacionado a um dos polos – “adeptos do desenvolvimento”. Esse polo tende a exercer maior poder de convencimento, principalmente sobre outros novos atores, motivando-os a tomar posição favorável à silvicultura de eucalipto em função dos conteúdos das notícias e das pesquisas científicas.

Contudo, os debates realizados na arena jurídica mostraram-se importantes na legitimação do discurso favorável à silvicultura. O “jurídico” se concretizou como um elemento novo de legitimação a partir do momento que o conflito ambiental passou a ser

discutido também nesse espaço. As decisões e discussões no âmbito jurídico tendem a persuadir o público a mudar de opinião sobre o conflito ambiental, na medida em que o público geralmente não contesta as decisões jurídicas, tratando-as como “verdades únicas”.

A partir da abordagem teórico-metodológica construcionista (Hannigan, 1995) dividiu-se esse trabalho em três etapas: a emergência do conflito, a identificação dos atores sociais, seus discursos e suas posições no conflito e as estratégias de legitimação utilizadas pelos atores sociais. O conceito de arena pública, evocado por Fuks (2001), e as formas de análise de um conflito ambiental, propostas por Acselrad (2004), foram importantes bases para a análise. Diante do conteúdo explicitado nestes capítulos cabe destacar que o referencial conceitual e metodológico adotado para a construção dessa pesquisa foi pertinente para entender e compreender como o conflito ambiental em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do RS foi construído, percebido, negociado e legitimado pelos atores sociais em disputa.

O conflito, mesmo apresentando características complexas no confronto entre os atores sociais, revela-se como um fenômeno democrático por trazer à tona a possibilidade de cada ator social defender suas próprias visões de mundo sobre um determinado assunto. No cenário conflituoso configurado no Rio Grande do Sul se observa preponderantes diferenças de significações sociais onde cada grupo defende o seu paradigma de desenvolvimento para a “Metade Sul”; nesse caso, é aí que se encontra a centralidade deflagradora de vários pequenos conflitos que formarão um conflito maior que é o ambiental.

A busca pelo consenso se mostra constantemente perceptível no conflito ambiental da silvicultura: ao mesmo tempo em que os atores disputam pela legitimação dos seus discursos, constroem vias para amenizar o conflito. Este parece ter sido o caso da elaboração do ZAS, que tinha como objetivo regular a atividade no RS, tendo o governo do estado agido como mediador tentando atenuar o conflito entre os atores envolvidos. No entanto, a elaboração do ZAS teve reação adversa e provocou outros novos conflitos. O que se observa é que mesmo havendo possibilidades de consenso, os atores sociais se mostram cautelosos em alterar suas formas de interação e negociação no conflito. Desta forma, as disputas apenas se renovam, mantendo a característica de circularidade no conflito.

Destaca-se, por fim, que as disputas acabam migrando para outras arenas de debate e ação e é essa dinâmica que move e mantém o conflito evidenciado, fazendo com que não se vislumbre uma resolução tão próxima para este conflito. Este estudo não poderia ter a pretensão de se mostrar conclusivo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v.2, n.16, p.35-64. 2004.
- ABREU, C. F. **Os dragões não conhecem o paraíso**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- AB’SÁBER, A.; RODÉS, L.; ZULAUF, W. Projeto FLORAM e o desenvolvimento sustentável. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, USP. v.10, n.27, p.301-316. 1996.
- ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. 294 p.
- AGÊNCIA BRASIL DE FATO. **Ruralistas fazem lobby para reduzir faixa de fronteira no RS**. Abr. 2008. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/impreso/anteriores/jornal.2008-04-21.1401569412/editoria.2008-04-21.1402942275/materia.2008-04-26.0353396961>>. Acesso em: 30 abr. 2009.
- AGÊNCIA CARTA MAIOR. **Ação de empresas de celulose junto a universidades é questionada**. Marco Aurélio Weissheimer. 13 de mar. 2007. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13695>. Acesso em: 13 mar. 2009.
- AGÊNCIA CHASQUE DE NOTÍCIAS. **Dados sobre o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura: Técnicos da FEPAM apresentam zoneamento ambiental**. 06 mai. 2007. Disponível em: <<http://www.agenciachasque.com.br/ler02.php?idsecao=79552ecf412cd8ca6fd2202ecb584faf&&idtitulo=d895fe37fe169ae4bfa67913e8aae49>>. Acesso em: 13 mar. 2009.
- ALMEIDA, J. **Tecnologia “moderna” versus tecnologia “alternativa”**: a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989. 274 p.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: ideias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.
- ALVES, M. K. L. Projetos da Aracruz Celulose modificarão o pampa gaúcho? **Revista Instituto Humanitas Unisinos - IHU On Line**, São Leopoldo, n.247, p.4-7, 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu_online/>. Acesso em: 04 abr. 2009.
- ALVES- MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ARACRUZ CELULOSE S.A. **Campanhas publicitárias da Aracruz Celulose S.A.** Disponível em: <http://www.aracruz.com.br/show_press.do?menu=false&id=1490&act=stcNews&lastRoot=296&lang=1>. Acesso em: 02 jun. 2009.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Final da Comissão Especial de Reflorestamento e/ou Florestamento Comercial**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa RS, 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL – BRACELPA. **Dados da produção florestal no Brasil**. 2006. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/anual/rel2006.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL – BRACELPA. **Dados da produção florestal no Brasil.** 2007. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/anual/rel2007.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL – BRACELPA. **Responsabilidade social – Ano de 2007.** Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/anual/rel2007.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2009.
- ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE EMPRESAS FLORESTAIS - AGEFLOR. **Negócios Florestais Internacionais:** a inserção do Brasil e do RS. Trabalho apresentado “Seminário Silvicultura a Nova Fronteira do Desenvolvimento”, Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- BARBOSA, D. C.; BINKOWSKI, P. A compreensão das disputas em torno dos monocultivos industriais de eucalipto no Rio Grande do Sul através da mídia. In: XXVII Congresso Latinoamericano de Sociologia - ALAS. **Anais...** Buenos Aires, 2009.
- BARROS FILHO, O. L. **O deserto verde: a invenção da realidade, da mentira e do futuro.** Disponível em: <http://www.viapolitica.com.br/noticia_view.php?id_noticia=127>. Acesso em: 05 jun. 2009.
- BARROS-PLATIAU, A. F.; MARTIN, J. Gestão coletiva das águas internacionais. In: THEODORO, S. H. et al. (Org.). **Mediação de Conflitos socioambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.23-71.
- BENCKE, G. Pampa: uma fronteira em extinção. **Revista Instituto Humanitas Unisinos - IHU On Line,** São Leopoldo, n.247, p.4-7, 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=876&id_edicao=275>. Acesso em: 01 abr. 2009.
- BERGER, C. **Campos em confronto:** a terra e o texto. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.
- BEST, J. **Images of Issues: Typifying Contemporary Social Problems.** Nova Iorque: Aldine de Gruyter, 1989.
- BEST, J. Rhetoric in claims-making. In: **Social Problems.** v.20, n.2, 1987. p.101-121
- BILENCA, D.; MIÑARRO, F. **Identificación de áreas valiosas de pastizales en las pampas y campos de Argentina, Uruguay y Brasil.** Buenos Aires: Fundação Vida Silvestre Argentina, 2004.
- BOLDRINI, I. I. Diversidade florística nos campos do Rio Grande do Sul. In: **Conferências Plenárias e Simpósios do 57º Congresso Nacional de Botânica.** Os avanços da botânica no início do século XXI: morfologia, fisiologia, taxonomia, ecologia e genética. Porto Alegre: Sociedade de Botânica do Brasil, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação.** Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer.** São Paulo: EDUSP, 1998.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANDÃO, C. R. **Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BUCKUP, L. **As florestas encantadas.** 18 de abri. 2007. Disponível em: <<http://www.diegocasagrande.com.br/index.php?flavor=lerArtigo&id=424>>. Acesso em: 04 jun. 2009.

- CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CALVINO, I. **O caminho de San Giovanni**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- CARDOSO, P. M. **Conflitos Socioambientais em Áreas Protegidas: interesses e estratégias nas disputas pela legitimidade na redefinição do Parque Estadual Delta do Jacuí-RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. 130 p.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.
- CHOMENKO, L. **Implantação de monoculturas: o desenvolvimento na metade sul do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/>>. Acesso em: 15 mai. 2009.
- CHOMENKO, L. Pampa: um bioma em risco de extinção. **Revista Instituto Humanitas Unisinos - IHU On Line**, São Leopoldo, n.247, p.4-7, 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu_online/>. Acesso em: 06 abr. 2009.
- CONSELHO DE INFORMAÇÃO SOBRE BIOTECNOLOGIA - CBI. **Guia do Eucalipto: oportunidade para um desenvolvimento sustentável**. 2008. Disponível em: <http://www.cib.org.br/pdf/Guia_do_Eucalipto_junho_2008.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2009.
- CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA. **Resoluções CONSEMA**. abr. 2008. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/consema/consema.asp>. Acesso em: 12 mai. 2009.
- CORONEL, D. A.; ALVES, F. D.; AMARAL e SILVA, M. Notas sobre o processo de desenvolvimento da metade sul e norte do estado do Rio Grande do Sul: uma abordagem comparativa. **Revista Perspectiva Econômica**. v.3, n.2, jul./dez. 2007. p.27- 43.
- CORRÊIA, A. O. de F. **Implicações Jurídico-Institucionais do Zoneamento Ambiental na Silvicultura do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agronegócio. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. 128p.
- CORREIO DO POVO. **Notícias sobre a invasão da Via Campesina ao Horto Aracruz**. 09 mar. 2006.
- COSER, L. Simmel, Marx e o Conflito Social. In: BIRNBAUM, P.; CHAZEL, F. (Org.). **Teoria Sociológica**. São Paulo: Ed. Hucitec & Edusp, 1977.
- COSTA, R. H. da. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- DALCOMUNI, S. M. **A implantação da Aracruz Celulose no ES – principais interesses em jogo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1990.
- ECKERSLEY, R. **Environmentalism and political theory: toward an ecocentric approach**. Albany: State University of New York Press, 1992.
- FAUSTO NETO, A. A sentença dos media: o discurso antecipatório do *impeachment* de Collor. In: COMPÓS. **Brasil: Comunicação, cultura e política**. São Paulo: Diadorin, 1994.
- FERRON, R. Eucalipto, Cidadão Exemplar - Partes I e II. **Conselho em Revista**. n.36 e 38. Porto Alegre: CREA/RS, 2007.
- FLEURY, L. C. **Cerrado para ser o quê? Representações Sociais e Conflitos Ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. 210 p.

- FOELKEL, C. Florestas **Plantadas: uma riqueza nacional e uma estratégia para o desenvolvimento do RS**. Trabalho apresentado “Seminário Silvicultura a Nova Fronteira do Desenvolvimento”, Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Notícias sobre a silvicultura no RS**. 2006, 2007 e 2008. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 12 mai. 2009.
- FONTANA, C. S. et al. **Livro vermelho da fauna ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Impactos dos investimentos na cadeia florestal sobre a economia do Rio Grande do Sul**. 2007. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg_impactos_dos_investimentos.php>. Acesso em: 12 abr. 2009.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Mapa de Cultivos florestais comerciais no Rio Grande do Sul**. 2007. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/.php>>. Acesso em: 08 mar. 2009.
- FUNDAÇÃO ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Mapa de localização dos cultivos comerciais de eucalipto no Rio Grande do Sul**. Impactos dos Investimentos na Cadeia Florestal sobre a Economia do Rio Grande do Sul. 2008. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg_impactos_dos_investimentos.php>. Acesso em: 30 mar. 2009.
- FUKS, M. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS. **Anais....** Petrópolis, Rio de Janeiro. Out. 2000.
- FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. 243p.
- GAMSON, W. A.; COUTEAU, D.; HAYNES, W; SASSON, T. Media images and social construction of reality. **Annual Review of Sociology**. n.18, 1992. p.373-393.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.64-89.
- GERHARDT, C. H. **Pesquisadores, Populações Locais e Áreas Protegidas: entre a instabilidade dos “lados” e a multiplicidade estrutural das “posições”**. Tese de Doutorado. Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. 542 p.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GHIGLIONE, R.; MATALON, B. **O Inquérito: Teoria e Prática**. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- GOMES, D. C. A. **A (des)institucionalização da loucura no Rio Grande do Sul: fontes em Zero Hora**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2007. 158 p.
- GONÇALVES, M. T. Problemas e perspectivas do trabalho rural assalariado nas plantações florestais no Brasil: análise a partir de uma região do estado de Minas Gerais. In: BRUMER,

A.; PIÑEIRO, D. (Org.). **Agricultura latino-americana: novos arranjos e velhas questões**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

GONÇALVES, V. K. **O conflito ambiental relativo à monocultura de eucalipto no Rio Grande do Sul: análise do processo judicial**. Disponível em: <<http://www.nepe.ufsc.br/controle/artigoS.A.rtigo93.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Apresentação Projeto Estruturante da Madeira**. Trabalho apresentado “Seminário Silvicultura a Nova Fronteira do Desenvolvimento”, Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUSFIELD, J. R. On the side: practical action and social constructivism in social problems theory. In: SCHNEIDER, J. W.; KITSUSE, J. I. (Org). **Studies in the Sociology of Social Problems**. Norwood: Ablex, 1984.

GRUPO DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - GRIMAD. **Desenvolvimento Rural na ‘Metade Sul’ do Rio Grande do Sul: sistemas de relações, mecanismos e dinâmicas sociais e naturais**. Estudo preliminar, pesquisa em andamento. 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/grimad/>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Piaget, 1995.

HEINDRICH, A. L. **Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

HILGARTNER, S.; BOSK, C. L. The rise and fall of social problems: a public arenas model. **American Journal of Sociology**, v.94, n.1, 1988. p.53-78.

IBARRA, P. R.; KITSUSE, J. I. Vernacular constituents of moral discourse: an interactionist proposal for the study of social problems. In: HOLSTEIN, J. A.; MILEER, G. (Org). **Reconsidering Social Constructionism: debates in social problems theory**. Nova Iorque: Aldine de Gryter, 1993.

IIED. **Towards a Sustainable Paper Cycle**. London: IIED, 1996. 258p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados e Mapas bioma Pampa**. 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169>. Acesso em: 10 mar. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Bioma do Brasil**. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169>. Acesso em: 10 mar. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Manifestação da Equipe Técnica do IBAMA – Grupo de Trabalho do Bioma Pampa – Sobre o Zoneamento Ambiental para a Atividade da Silvicultura no Rio Grande do Sul aprovado pelo CONSEMA (Resolução nº. 187/2008)**. 2008. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/wp-content/files/MANIFESTA%C3%87%C3%83O%20DA%20EQUIPE%20T%C3%89CNICA%20DO%20IBAMA.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

JORNAL BRASIL DE FATO. **Entrevista com Dirce Suertegaray**. Pesquisadora do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 04 jul. 2006.

JORNAL BRASIL DE FATO. **Relato Senador Sergio Zambiasi sobre a PEC de redução de faixa de fronteira**. Ruralistas fazem lobby para reduzir faixa de fronteira no RS. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/impreso/anteriores/jornal.2008-04-21.1401569412/editoria.2008-04-21.1402942275/materia.2008-04-6.0353396961>>. Acesso em: 13 mar. 2009.

JORNAL VALOR ON LINE. **Eucaliptos vão mudar o cenário nos pampas**. Reportagem André Vieira. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

KOZEL, T. S. **Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba, a “capital ecológica”**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

LARROSA BONDÍA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. n.19, jan./abr. São Paulo, 2002. p.20-28.

LATOURET, B. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). In: **Revista Cadernos de Campo**. São Paulo, n.14 e15, 2006.

LERNER, F.; DIESEL, V.; QUOOS, R. D. Investimento florestal e transformações territoriais: o caso da Metade Sul do Rio Grande do Sul - Brasil. In: **V Jornadas Interdisciplinarias de Estudos Agrarios y Agroindustriales**. 2007. Buenos Aires. Desarrollo y Transformaciones Regionales. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas, UBA, 2007. v.único, 2007.

LOPES, M. J. M. **Les soins: images et réalités – le quotidien soignant au Brésil**. Tese Doutorado. Université de Paris VII. Paris, 1993.

MADEIRA, M. Zoneamento Ambiental da Silvicultura. Um documento morto? **Revista Instituto Humanitas Unisinos - IHU On Line**, São Leopoldo, n.247, p.4-7, 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=876&id_edicao=275>. Acesso em: 01 abr. 2009.

MAIA, R. M. Paradoxos da legislação ambiental: Uma análise de conflitos socioambientais em torno das monoculturas de eucalipto na Comunidade Cana Brava – Norte de Minas Gerais. In: IV Encontro Nacional da ANPPAS. **Anais...** Jun. Brasília, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**. v.3, n.3, jan./jul. Porto Alegre, 1991. p.89-141.

MARTINS, C. **Estrada Nova**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1979.

MAYER, F. Brava gente. **Jornal A Razão**. 08 de outubro, p. 12. Santa Maria, 2003.

MENASCHE, R. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul**. Tese Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. 279 p.

MERTON, R. H.; NISBET, R. A. **Contemporary Social Problems**. Nova Iorque: Harcourt, Brace World, 1971.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**. v.9, n.3, 1993. p.239-262.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PNDR. **Mapa de localização da faixa de fronteira do Brasil** – 2007. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/fronteira.asp?area=spr_frenteira>. Acesso em: 14 fev. 2009.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Mapa de representação da Metade Sul e Norte do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/metadesul/abrangencia.asp>>. Acesso em: 13 mar. 2009.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Representação da Metade Sul e Norte do Rio Grande do Sul**. 2007. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_mes_metadesul>. Acesso em: 30 mar. 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta**. 12 mai. 2006. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/ambiente/pgn/id404.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2009.

MOIRAND, S. Formes discursives de la diffusion des savoirs dans les medias. In: CHEVEIGNÉ, S. de (Org.). **Sciences et médias. Hermès: Cognition, Communication, Politique**. Paris, 1997. p.33-44.

NABINGER, C. **Potencialidades do Bioma Pampa**. Apresentação. Trabalho apresentado “Seminário Internacional Pampa & Sustentabilidade: em busca de opções produtivas”. Pelotas, 2007.

ODUM, E. P. **Fundamentos de ecologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2004.

OLIVEIRA, L. L. Apresentação. In: **Americanos, representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

OLIVEIRA, W. J. F. de. Associativismo, Mecanismos Institucionais e Processos Participativos na Gestão de Conflitos Ambientais: o licenciamento do plantio de eucalipto no Rio Grande do Sul. In: IV Encontro Nacional da ANPPAS. **Anais...** Jun. 16 p. Brasília, 2008.

OLIVIER DE SARDAN, J. P. **Antropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social**. Marseille: Karthala, 1995.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PACÍFICO, D. A. **Impasses na Transição para uma Agricultura de Base Ecológica: o projeto café de Lerroville-PR**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. 157 p.

PILAR, V. D. P. et al. Estado atual e desafios para a conservação dos campos. Trabalho apresentado “Workshop Estado atual e desafios para a conservação dos campos”. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

PINHEIRO, S. **Cartilha do Eucalipto**. Porto Alegre: Fundação Juquira Candiru, 2006.

PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO. **Dados sobre a região Metade Sul do Rio Grande do Sul**. Disponível em:

<http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_promeso>. Acesso em: 29 mar. 2009.

PRYOR, L. D. **The Biology of Eucalyptus**. London: Edward Arnold, 1976.

REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU *On Line*. **Não podemos plantar indiscriminadamente eucalipto - entrevista com Mauro Schumacher**. 15 de mai 2008. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=13994>. Acesso em: 27 mar. 2009.

REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU *On Line*. **Pampa: uma fronteira em extinção**. 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=876&id_edicao=275>. Acesso em: 01 abr. 2009.

REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU *On Line*. **O RS quer se configurar como site mundial de silvicultura, afirma presidente da Caixa RS**. 23 mai. 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=7350>. Acesso em: 01 abr. 2009.

RUSCHI, A. **Boletim do Museu de Biologia “Prof. Mello Leitão”**. jan. n.1. Santa Tereza, 1950. p.83-137.

RUSCHI, A. **Boletim do Museu de Biologia “Prof. Mello Leitão”**. mai. n.44, Santa Tereza, 1976. p.34- 55.

SCHNADÉLBACH, C. V.; PICOLI, L. R. **O Pampa em Disputa: a biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores**. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra Brasil, 2007.

SCHUMACHER, M. Não podemos plantar indiscriminadamente eucalipto. **Revista Instituto Humanitas Unisinos - IHU On Line**, São Leopoldo, n.15. mai. 2008. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=13994>. Acesso em: 27 mar. 2009.

SCHWANZ, A. K.; ZANIRATO, S. H. A Transformação da Paisagem no Pampa Gaúcho e a Constituição das Memórias. In: I Simpósio sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local e XVII Semana de Geografia. **Anais...** Maringá: DGE/UEM, 2008.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS – SEDAI. **Plano Estratégico Programa Floresta-Indústria**. Disponível em: <<http://www.sedai.rs.gov.br/>>. Acesso em: 24 mai. 2009.

SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO SUL – SEMA. **Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura**. 2007. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/zoneam_silvic.asp>. Acesso em: 23 nov. 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA/RS. **Análise da Primeira Versão das Diretrizes para a Atividade de Silvicultura no Rio Grande do Sul**. 23 abr. 2007. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/doc/relatorio_sema.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2009.

SEDJO, R. A. The potential of high-yield plantation forestry for meeting timber needs. **New Forests**. Netherlands, n.17, p.339-359, 1999.

SEHN, P. S. O atraso da Metade Sul do Rio Grande do Sul em relação à Metade Norte: uma análise dos aspectos históricos e da estrutura fundiária. **Revista Economia e Desenvolvimento**. v.10, 1999. p.1 - 10.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.187-192, 2000.

SILVEIRA, C. A. **Significados sociais das biotecnologias**: interesses e disputas em torno dos organismos geneticamente modificados (OGMs) no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. 169p.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA – SBS. **Dados sobre a produção florestal no Brasil em 2005**. Disponível em: <<http://www.sbs.org.br/estatisticas.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA – SBS. **Fatos e Números do Brasil Florestal de 2006**. Disponível em: <<http://www.sbs.org.br/FatoseNumerosdoBrasilFlorestal.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA – SBS. **Produção Florestal**. 2007. Disponível em: <<http://www.sbs.org.br/FatoseNumerosdoBrasilFlorestal.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

SPECTOR, M.; KITSUSE, J. I. Social problems: a reformulation. In: **Social Problems**, n.20, 1973. p.145-159.

SPECTOR, M.; KITSUSE, J. I. **Constructing Social Problems**. Menlo Park: Cummings, 1977.

STORA ENSO. **Silvicultura: fronteira para o desenvolvimento**. Trabalho apresentado “Seminário Silvicultura a Nova Fronteira do Desenvolvimento”, Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

STORA ENSO. **Parecer Carlos Mário da Silva Velloso**. 2008. Manuscrito.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SUERTEGARAY, D. **Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato**. jul. 2006. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia>>. Acesso em: 01 dez. 2008.

THEODORO, S. H. Uma crise anunciada. In: THEODORO, S. H. (Org.). **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Bosch, 1978.

VIA CAMPESINA. **Dados sobre a organização da Via Campesina**. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/main_sp/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=27&Itemid=44>. Acesso em: 28 mar. 2009.

VIEIRA, A. **Eucaliptos vão mudar o cenário nos pampas do dia**. Jornal Valor *On Line*. 05 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

VINHA, V. G. da. O Estado e as Empresas "Ecologicamente Comprometidas" sob a Ótica do Neocorporativismo e do State-Society Synergy approach: o Caso do Setor de Papel e

Celulose. In: **Revista Arché Interdisciplinar**. Ano VIII, n.25, Universidade Cândido Mendes Ipanema, 1999. p.13-46.

VOIVODIC, M. de A.; BEDUSCHI FILHO, L. C. Bases Conceituais para o Entendimento de Conflitos Sociais entre Empresas Florestais Certificadas, Comunidades e Outros Atores Locais. In: IV Encontro Nacional da ANPPAS. **Anais...** jun. 13 p. Brasília, 2008.

WIKIPÉDIA. **Dados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_dos_Trabalhadores_Rurais_Sem_Terra>. Acesso em: 13 jun.2009.

WIENER, C. L. **The Politics of Alcoholism: building an arena aroups a social problem**. New Bruns wick: Transaction, 1981.

ZERO HORA. **Notícias veiculadas nos anos de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009**. Disponível em:<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=capa_online>. Acesso em: jun. 2009.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BARBANTI, O. Jr.. **Conflitos Socioambientais: teorias e práticas**. Trabalho Apresentado “Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em ambiente e Sociedade”. Indaiatuba, 2002.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BINKOWSKI, P. Agentes Sociais em Disputa: os cultivos de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. In: 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais. **Anais...** Set. Campina Grande, 2008.
- BINKOWSKI, P. Os discursos sobre o desenvolvimento frente às políticas públicas de incentivo à implantação de cultivos de eucalipto na Metade Sul do Rio Grande do Sul. In: 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Jul. Porto Alegre, 2009.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Educação & Realidade. v.20, n.2, p.133-184. jul./dez. 1995.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 1998.
- CATTON, W. R.; DUNLAP, R. E. A new ecological paradigm for post-exuberant sociology. **American Behavioral Scientist**, v.24, n.1, set./oct., 1980. p. 15-47.
- CHAMPAGNE, P. et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- COSTA, E. A. P; COIMBRA, C. M. B. Nem criadores, nem criaturas: éramos todos devires na produção de diferentes saberes. **Revista Psicologia Social**. v.20, n.1, p.125-133, jan./abr., 2008.
- FERREIRA, S. R. B. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. Populações tradicionais e conservação ambiental: uma contribuição da teoria social. *Revista Brasileira de Agroecologia* 2(3):3-19. 2007.
- FRANÇA, J. L. et al. **Manual para Normalização de publicações técnico-científicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- FUKS, M. **Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro**. 2004. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/departamentos/deciso/pessoal/mario/%7EmfukS.A.rtigo7.htm>.>. Acesso em: 12 mai. 2009.
- GALEANO, E. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- GERHARDT, C. H. **Agricultores familiares, mediadores sociais e meio ambiente: a construção da “problemática” ambiental em agro-eco-sistemas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2002.
- GREIMAS, A.; LANDOWSKI, E. **Análise do discurso em Ciências Sociais**. São Paulo: Global, 1986.

GUARESCHI, P. **Comunicação & Poder**: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUIVANT, J.; MIRANDA, C. R. **Desafios para o desenvolvimento sustentável da suinocultura: uma abordagem multidisciplinar**. Chapecó: Argos, 2004.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.

LITTLE, P. **A etnografia dos conflitos socioambientais**. 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/papers/GT/GT17/gt17_little.pdf.> Acesso em 12 mai. 2009.

MARCHEZAN, A. M. M. A expansão da Silvicultura e a aplicação dos instrumentos de proteção ao meio ambiente. In: BENJAMIN, A. H.; LECEY, E.; CAPELLI, S. (Orgs). **Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Uso Sustentável de Energia**. 1.ed. São Paulo. Imprensa Oficial do estado de SP, 2008, v.1, p.03-12.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

APRESENTAÇÃO DO ENTREVISTADOR E DA PESQUISA

Apresentação do entrevistador e do tema de pesquisa (o que despertou o interesse pela temática, quais os objetivos do trabalho, explicação do porquê da escolha da instituição e do entrevistado). Esclarecimento dos procedimentos que serão adotados com as gravações (durante o contato para marcar a entrevista a intenção de gravação já deve ser comentada e aceita).

IDENTIFICAÇÃO

Dados Sociodemográficos

Idade:

Sexo:

Eixo A: ORIGEM E TRAJETÓRIA SOCIAL E PROFISSIONAL

- 1) Origem (filho de quem; nasce qual cidade (campo/cidade); profissão dos pais)
- 2) Formação (por que tal profissão; por que da escolha)
- 3) Instituição que trabalha? E há quanto tempo trabalha?
- 4) Posição na instituição
- 5) Forma de inserção na instituição
- 6) Onde trabalhou anteriormente (outras instituições)
- 7) Pertence à associação ou sindicato?
- 8) É filiado a algum partido político?
- 9) Qual o papel da sua instituição no debate dos novos empreendimentos de cultivos de eucalipto na “Metade Sul” do RS?
- 10) Como surgiu o interesse institucional em relação à problemática da expansão da silvicultura de eucalipto no RS?

Eixo B: ENGAJAMENTO DOS ATORES E A ARENA DE DISPUTAS

Trajétória do ator. História e emergência.

- por que e como você se interessou no debate?
- quais as principais posições/argumentos que identifica no debate?

- qual a saída para a resolução dos problemas?
- como interpreta as opiniões contrárias às suas? Estas argumentações têm validade na sua opinião? Por quê?
- como se posiciona nesses debates? Identifica-se a alguma posição? Como e por quê?
- qual a posição de sua instituição no conflito e os seus interesses são os mesmo de sua instituição?

Eixo C: PERCEPÇÕES

➤ **Geral**

- o que é natureza/meio ambiente pra você?
- o que é desenvolvimento?
- o que é desenvolvimento sustentável?
- o que entende por “florestamento”/”reflorestamento”?
- qual o termo adequado para designar os cultivos de eucalipto?
- sua posição quanto ao Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura (ZAS)?
- e sobre a Faixa de Fronteira?

➤ **“Metade Sul”**

- fale sobre o desenvolvimento da “Metade Sul”?
- cite algumas alternativas para potencializar o desenvolvimento da “Metade Sul”?

➤ **O governo do estado**

- quais seriam as vantagens e desvantagens ambientais, econômicas e socioculturais; com a implantação dos novos empreendimentos de cultivos de eucalipto no RS
- como vê o papel do governo do estado enquanto “Estado” nessa disputa?
- o que pensa sobre as discussões realizadas para a aprovação do ZAS (reuniões, audiências públicas)?

➤ **Empresas florestadoras**

- o que acha dessas empresas comprarem ou arrendarem grandes extensões de terras no RS?
- por que o RS foi escolhido para o cultivo de eucalipto?
- limitações e potencialidades dos novos empreendimentos?

➤ **Uso dos recursos naturais**

- o que sabe sobre o bioma Pampa?
- comente sobre tais argumentos: a) o eucalipto tem alta taxa de consumo hídrico; b) com os cultivos haveria perda de biodiversidade no bioma Pampa; c) os monocultivos são sempre prejudiciais ao ambiente;

➤ **A Ciência**

- qual o papel da Ciência na sociedade?
- qual a sua opinião a respeito das parcerias das empresas florestadoras com departamentos de Universidades para pesquisas na área florestal?

➤ **A Mídia**

- na sua opinião, qual o papel da mídia neste debate?
- qual o grau de eficiência na “formação de opinião pública”?

➤ **Sobre fatos**

- ocupação das mulheres da Via Campesina ao horto florestal Barba Negra da empresa ARACRUZ, no município de Barra do Ribeiro em 2006;
- aos conflitos gerados entre as multinacionais Aracruz e Votorantim e os agricultores e populações tradicionais dos estados da Bahia e Espírito Santo;

Eixo D: O DEBATE

Características, importância e limitações do debate atual. Destaques no debate. Opinião a respeito do "outro".

- qual a opinião do entrevistado a respeito do debate? quais as limitações que o entrevistado vê no debate atual? quais os argumentos que acredita terem mais força no debate? como acha que a questão se encontra atualmente (aprofundou debate ou ainda superficial)?
- o debate tem promovido à conscientização da sociedade? Da maneira que as discussões têm se encaminhado, parece indicar soluções? Estas soluções lhe parecem coerentes?
- qual(is) o(s) campo(s) que acredita (político, ambiental, científico, cultural, ideológico, social) estar(em) exercendo maior influência no debate? (Ordem).

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa CONFLITOS AMBIENTAIS E SIGNIFICADOS SOCIAIS EM TORNO DA EXPANSÃO DA SILVICULTURA DE EUCALIPTO NA “METADE SUL” DO RIO GRANDE DO SUL. No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço da pesquisadora, através dos quais poderá entrar em contato para esclarecer quaisquer dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: CONFLITOS AMBIENTAIS E SIGNIFICADOS SOCIAIS EM TORNO DA EXPANSÃO DA SILVICULTURA DE EUCALIPTO NA “METADE SUL” DO RIO GRANDE DO SUL.

ORIENTADOR DA PESQUISA: Prof. Dr. Jalcione Almeida

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Patrícia Binkowski

ENDEREÇO: Rua Isidoro Tressi, 507. Bairro Jardim Botânico. CEP: 90.690-070 - Porto Alegre, RS.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: patinski77@yahoo.com.br
TELEFONE: (51) 96672067

INSTITUIÇÃO DE PESQUISA: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PGDR/UFRGS

ENDEREÇO: Av. João Pessoa, 31. CEP: 90.040-000. Porto Alegre, RS. **TELEFONE/FAX:** (51) 3308-3282

OBJETIVOS: Entender e compreender como se constitui o conflito ambiental, como as posições sociais são negociadas e legitimadas nas disputas em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: A partir de seu consentimento, sua participação consistirá no fornecimento de depoimento oral, gravado digitalmente e depois transcrito literalmente, para que possa ser realizada a análise de conteúdo. Todo o material coletado será catalogado com um número de referência, preservando-se a confidencialidade dos seus dados pessoais.

RISCOS E DESCONFORTOS: Não há quaisquer riscos à sua integridade física ou emocional. Caso você o desejar, a qualquer momento poderá retirar-se da pesquisa e solicitar que o material até então coletado seja descartado.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Será garantido sigilo absoluto dos nomes de todos os sujeitos participantes para assegurar a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Assinatura da Pesquisadora Responsável: _____

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____ (NOME DO PARTICIPANTE), declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pela pesquisadora Patrícia Binkowski dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer constrangimento. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

_____, __/__/2008

(Nome por extenso)

(Assinatura)

ANEXO A - Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

Aos 12 dias do mês de maio de 2006, no Palácio do Ministério Público, nos termos do art. 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85, de um lado o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, representada pelos promotores de justiça Ana Maria Moreira Marchesan, Annelise Monteiro Steigleder, Sandra Santos Segura e Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz, doravante denominado COMPROMITENTE, e de outro lado a FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER – FEPAM, neste ato representada pelo Senhor Antenor Ferrari, Diretor-Presidente, doravante denominada COMPROMISSÁRIA, figurando a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, neste ato representada pelo Sr. Claudio Dilda, Secretário de Estado de Meio Ambiente, como ANUENTE, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 225, § 1º, da Constituição Federal, cujo inciso IV impõe a exigência do Estudo Prévio de Impacto Ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente; bem como o art. 251, § 1º e inciso V da Constituição do Rio Grande do Sul e o art. 71 do Código Estadual de Meio Ambiente, todos combinados com o art. 2º, inciso XVII, da Resolução CONAMA nº 001/86 (modificada pela Resolução CONAMA nº 011/86), que exige o Estudo Prévio de Impacto Ambiental para “Projetos Agropecuários que contemplem áreas acima de 1.000 ha. ou menores, neste caso, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, inclusive nas áreas de proteção ambiental”;

CONSIDERANDO ser a FEPAM, dentre os órgãos integrantes da SEMA, o que detém competência para, na condição de órgão ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, licenciar atividades e empreendimentos que possam gerar impacto ambiental (art. 2º, inc. IV, da Lei Estadual n. 9.077/90), dentre eles a silvicultura, a qual se acha prevista no anexo da Resolução n. 237/97 do CONAMA;

CONSIDERANDO a extensão pretendida alcançar pelo plantio de árvores exóticas, especialmente na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, e a necessidade de avaliar os impactos na biodiversidade; recursos hídricos, culturais e paisagísticos e, por fim,

CONSIDERANDO que é dever do Estado, especialmente através de seus órgãos ambientais licenciadores, proteger a fauna e a flora, garantindo qualidade de vida e de conservação do solo para as presentes e futuras gerações (art. 225 da CF),

RESOLVEM celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com eficácia de título executivo extrajudicial e abrangência estadual, nos autos dos inquéritos Civis nº 158/05, 159/05, 160/05 e 51/06, observadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: a compromissária assume o compromisso de finalizar o trabalho técnico relativo ao *zoneamento ambiental para a atividade da Silvicultura do Estado do Rio Grande do Sul* até 31 de dezembro de 2006, tendo por base as unidades de paisagem já estabelecidas, bem como as bacias hidrográficas, avaliando, dessa forma, a disponibilidade e conflitos de uso dos recursos hídricos e indicando as potencialidades e restrições aos empreendimentos vinculados, servindo como instrumento de orientação para o licenciamento ambiental.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: findo o trabalho técnico de elaboração do aludido zoneamento, a compromissária deverá submetê-lo a audiências públicas e à aprovação pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, até 31 de março de 2007.

PARÁGRAFO SEGUNDO: se, por circunstâncias alheias à compromissária, não for possível o cumprimento das obrigações definidas na presente cláusula, nos prazos antes fixados, deverá essa comunicar ao comprometente, por escrito, declinando as razões da demora, com vista à eventual prorrogação de prazo.

CLÁUSULA SEGUNDA: assume a compromissária o dever de exigir, no contexto dos licenciamentos ambientais, de todos os empreendedores da atividade de silvicultura que postulem a implementação de plantios, cujo somatório das áreas próprias, arrendadas e/ou em parcerias for superior a 1.000 ha (hum mil hectares) ou menores, neste caso quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental (inc. XVII do art. 2º da Resolução n. 1/86 do CONAMA), o Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), previsto na mesma Resolução e no inc. V do § 1º do art. 251 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e arts. 73 a 83 do Código Estadual de Meio Ambiente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - nos licenciamentos instruídos com EIA/RIMA, a compromissária deverá inserir a obrigação do empreendedor compensar os significativos impactos ambientais da atividade, apoiando a implantação e/ou manutenção de uma unidade de conservação do Grupo Proteção Integral, preferencialmente dotada de vegetação representativa do bioma Pampa, em valor não inferior a 0,5% dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento (art. 36 da Lei n. 9.985/00).

PARÁGRAFO SEGUNDO - o comprometente anui que, para o licenciamento ambiental da silvicultura aplica-se o inciso XVII do art. 2º, da Resolução CONAMA nº 001/86 (modificada pela Resolução CONAMA nº 011/86) e não o inciso XIV que constava na RECOMENDAÇÃO encaminhada à compromissária através do Ofício nº 2405/05-MA.

CLÁUSULA TERCEIRA – a compromissária deverá exigir o licenciamento ambiental, instruído com o devido EIA/RIMA, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, dos projetos de silvicultura já existentes, em áreas maiores de 1000 ha (hum mil hectares) ou menores, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental (inc. XVII do art. 2º da Resolução n. 1/86 do CONAMA), realizados sem licenciamento ambiental até a data de assinatura deste Compromisso, ajustando-os às condições e restrições do zoneamento previsto na Cláusula Primeira, sem prejuízo da responsabilização administrativa pelas infrações ambientais eventualmente constatadas (art. 67 da Lei Estadual n. 11.520/00).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – o prazo de cinco anos a que faz referência o “*caput*” da presente cláusula será contado a partir da data da assinatura do presente Compromisso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - nos casos onde o zoneamento previsto na Cláusula Primeira definir impedimento de uso para atividade de silvicultura já existente, será elaborado Termo de Compromisso Ambiental pela compromissária com os empreendedores, determinando a recuperação ambiental da área e, se for o caso, a desativação total ou parcial da atividade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – na hipótese dos empreendedores implantarem empreendimento de silvicultura sem licenciamento ambiental, em data posterior à assinatura deste Compromisso, a compromissária usará do seu Poder de Polícia, lavrando o respectivo Auto de Infração, cominando a penalidade proporcional à extensão do dano, além de exigir a

recuperação ambiental da área, a qual poderá incluir medidas mitigadoras e/ou compensatórias. A Autuação será comunicada ao compromitente, por escrito, no prazo máximo de 10 dias após sua lavratura.

CLÁUSULA QUARTA – Com a finalidade de viabilizar os investimentos privados no Estado na área de silvicultura, a serem realizados no ano de 2006, na impossibilidade de realizar o licenciamento completo, a compromissária poderá emitir, em favor do empreendedor, uma autorização (art. 15, inc. XII, da Lei Estadual n. 11.520/00), em substituição ao licenciamento ambiental usual, determinando que esses plantios sejam realizados somente em áreas de reforma de plantios florestais ou já utilizadas para uso agrícola, vedados os plantios na faixa de fronteira, assim definida pelo art. 20, § 2º, da CF; no entorno das unidades de conservação federais observado o raio de 10 Km previsto no art. 2º da Resolução n. 13/90 do CONAMA e áreas nas quais se situem sítios arqueológicos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – a compromissária compromete-se a inserir na autorização emitida, condição informando que, nos casos onde o zoneamento previsto na Cláusula Primeira definir impedimento de uso para atividade de silvicultura, será elaborado Termo de Compromisso Ambiental com o empreendedor, determinando a recuperação ambiental da área.

PARÁGRAFO SEGUNDO – para a emissão da autorização, a compromissária deverá exigir do empreendedor a apresentação de um Relatório Ambiental Simplificado –RAS, onde constarão, além das usuais exigências formuladas pela compromissária:

- a) identificação em mapa de todas as áreas de preservação permanente, inclusive banhados, conforme definição constante dos arts. 2º do Código Florestal Federal e 155 do Código Estadual de Meio Ambiente;
- b) recuperação das áreas de preservação permanente, inclusive banhados, conforme definição constante do art. 2º do Código Florestal Federal e 155 do Código Estadual de Meio Ambiente, em prazo não superior a dois anos;
- c) recomposição e averbação da reserva legal em prazo não superior a dez anos, inclusive em áreas que não sejam propriedade do(a) empreendedor(a);
- d) utilização mínima de capina química, respeitadas as áreas de preservação permanente;
- e) proibição do uso de capina química para manutenção de aceiros e estradas interiores do empreendimento;
- f) destinação final adequada das embalagens vazias dos produtos agrotóxicos e afins, vedando-se o enterrio e executando-se a tríplice lavagem antes da entrega à central de recolhimentos;
- g) comprovação de destino ambientalmente correto das embalagens vazias e/ou vencidas de agrotóxicos;
- h) vedação de intervenções nas áreas de preservação permanentes, com especial atenção às nascentes e banhados, salvo para recuperação, nos moldes da alínea “b” da presente cláusula;
- i) exigência de comprovação de treinamento ou manutenção de brigada de incêndio florestal;
- j) exigência de capacitação ambiental para os trabalhadores próprios ou terceirizados.

CLÁUSULA QUINTA – O sistema de licenciamento por integradora, previsto na Resolução CONSEMA nº 84/2004, no tocante à licença única, é válido somente para os empreendimentos já consolidados até a data da assinatura do presente Compromisso, devendo ser realizado o licenciamento prévio para a ampliação ou implantação de novos

empreendimentos, respeitada a Cláusula Segunda e as condicionantes previstas no parágrafo segundo da cláusula quarta .

PARÁGRAFO ÚNICO – para as licenças já emitidas com base na Resolução CONSEMA nº 84/2004, compromete-se a compromissária, nos casos onde o zoneamento previsto na Cláusula Primeira definir impedimento de uso para atividade de silvicultura, a elaborar Termo de Compromisso Ambiental com o empreendedor, de quem deverá ser exigida a recuperação ambiental da área, bem como a eventual desativação total ou parcial da atividade.

CLÁUSULA SEXTA – O descumprimento das obrigações pactuadas no presente Compromisso fará incidir multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a ser revertida em favor do Fundo Estadual de Meio Ambiente.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente compromisso constitui título executivo extrajudicial, na forma do parágrafo 6º do art. 5º da lei n. 7.347/85 e art. 585, inc. VII, do CPC, e será submetido, após o efetivo cumprimento, à homologação pelo e. Conselho Superior do Ministério Público.

Ana Maria Moreira Marchesan,
Promotora de Justiça.

Annelise Monteiro Steigleder,
Promotora de Justiça.

Sandra Santos Segura,
Promotora de Justiça.

Gustavo Azevedo e Souza Munhoz,
Promotor de Justiça.

Antenor Ferrari,
Diretor-Presidente da FEPAM

Cláudio Dilda,
Secretário Estadual de Meio Ambiente, anuente.